

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**“VAMO FALÁ DO NOSSO LAMP”:
Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva, Cotidiano e Meio
Ambiente no bairro Lami,
Porto Alegre.**



Fernanda Rechenberg

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre, março de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**“VAMO FALÁ DO NOSSO LAMI”:
Estudo Antropológico sobre Memória Coletiva, Cotidiano e Meio
Ambiente no bairro Lami,
Porto Alegre.**

Fernanda Rechenberg

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre, março de 2007.

AGRADECIMENTOS

à Cornelia Eckert, orientadora dessa pesquisa, pela leitura e pela escuta atenta e paciente. Te agradeço carinhosamente por não me poupar desafios, pelos constantes incentivos e por acreditar sempre, na minha formação como antropóloga.

à Ana Luiza Carvalho da Rocha, que me iniciou nas aventuras antropológicas ainda na graduação, respeitando o tempo do aprendizado mas sempre disposta a balançar minhas certezas, pelo fascínio contagiante pelo mundo das imagens e por nos fazer acreditar na seriedade e também nos devaneios do trabalho antropológico. Tuas inquietações são inesgotáveis fontes de inspiração!

à instituição financiadora CAPES, pelo financiamento que permitiu a realização desse estudo;

aos colegas, professores e funcionários do PPGAS/UFRGS, por tornarem as discussões mais ricas, as aprendizagens mais bem-humoradas, e o dia a dia mais leve;

à meu pai, que partiu em meio à realização desse mestrado, por me iniciar desde pequena nas aventuras do conhecimento e da leitura. Estás sempre comigo, na lembrança carinhosa que guardo do sorriso amável de um incansável leitor;

à minha família pelo apoio afetivo e logístico durante a pesquisa, e especialmente ao João Pedro, por me lembrar que brincar é o mais importante de tudo;

à meus avós, por me envolverem no ambiente fantástico das “estórias” dos tempos de outrora, quando “tudo era melhor”;

ao “povo” do BIEV, pelo mergulho nas imagens produzidas e contempladas, com quem conheci uma Porto Alegre em seus minúsculos e infinitos territórios do cotidiano. Rafa, Vivi, Lu, Paula, Ane, Olavo, Lopo, Thaís, Henrique e Priscila, aprendo com vocês as agruras e recompensas de um trabalho verdadeiramente coletivo;

ao grupo de pesquisas em etnografia sonora, pelas “viagens sonoras”, escutas compartilhadas e por todas as discussões que hoje, resultam nesse trabalho;

à Letícia Cao Ponso, preciosa comadre no percurso desta dissertação, pela correção atenta do português e pelas infindáveis trocas culinárias;

à Gabi e Lelé, virginianas sempre dispostas a ajudar, pela força nos momentos finais do trabalho;

ao Leandro, por nosso cotidiano compartilhado, nossas aprendizagens e desafios, por estar sempre disposto a me ajudar a pensar as relações entre homem e natureza, do ponto de vista sensível de quem trabalha “com as mãos na terra”. Que os “novos tempos” nos tragam uma rítmica feliz!

à nossa rede de amigos que nem sabemos precisar como começou, que só aumenta em qualidade e agrega profissionais de tantas áreas. Agradeço especialmente aos biólogos e arquitetos cujo convívio era (e continua sendo) uma provocação no descobrimento das maravilhas e profundezas da vida social. Boto fé em todos vocês.

à Silvana, Zanir, Simone e Juarez, pelas camas arrumadas e almoços preparados, por me receberem sempre com carinho e disponibilidade nas temporadas etnográficas no Lami;

à todos os moradores do Lami que desejaram que essa pesquisa acontecesse, em especial aos narradores Dodô e Vera, Seu Gaiola e Dona Teresa, Dona Maria, Seu Alcy Bernardes e Juca, pelas trocas afetivas e pela incansável disposição em “narrar”;

enfim, dedico essa pesquisa especialmente à Dona Maria, com quem compartilhei tantos almoços, cafés, lembranças e dramas cotidianos. Espero que essa dissertação possa realizar, ao menos “uma parte”, de seus sonhos e projetos.

Resumo

Esta dissertação resulta de um estudo etnográfico realizado junto a um grupo de moradores do bairro Lami, em Porto Alegre. A partir das lembranças dos “antigos” do bairro, o estudo apresenta o cotidiano e as trajetórias sociais desses moradores que conformam uma experiência urbana singular nas formas de habitar a cidade. O Lami situa-se no extremo sul da cidade, sendo conhecido por suas praias balneáveis e cenários de beleza natural. Um território relativamente livre das aglomerações urbanas características das áreas centrais, mas que vem acolhendo um número cada vez maior de moradores nos últimos anos, a medida em que os terrenos vão sendo loteados e vendidos, causando transformações na paisagem e na vida social local. O “progresso” que trouxe a luz elétrica, o asfaltamento das vias de acesso e o incremento no sistema de transportes, traz também as contradições da modernidade. Às imagens de um bairro “rural”, lugar de agricultura, pesca e veraneios, sobrepõe-se a imagem de uma periferia da cidade, cujos moradores são em sua maioria trabalhadores urbanos. Frente às agitações temporais percebidas como “tempos de crise” pelos antigos moradores, vemos um esforço destes em re-atualizar o cotidiano e reencontrar os laços de sociabilidade e solidariedade que ancoram uma “estética comunitária” no bairro, imbuindo-o de uma “ambiência” peculiar na cidade.

Palavras-chave: memória coletiva, cotidiano, meio ambiente, sociedades complexas, paisagem sonora

Abstract

This thesis is the result of an ethnographic study, developed in conjunction with a group of local inhabitants from the neighbourhood of Lami, in Porto Alegre. Drawing from the local elders memories, the study represents the routines and the social interactions of such a group that leads to a unique urban experience in inhabiting a city. Lami is located in the most southerly district of the city, renown for its beautiful swimming beaches and amazing landscapes of natural beauty. It is an area free from the crowds which characterizes the more urban areas of the city. However, welcome as they are, it has been accommodating more and more inhabitants over the last few years. Its land have been sold and transformed into gated residential developments, which impact greatly on the landscape as well as the local social environment. This ‘progress’, that has brought the power distribution network, paved road infrastructure and the benefits of a public transportation system, unfortunately also promotes all the illogicalities of the modern world. The image of a rural neighborhood, a rural area perfect for fishing and tourism, conjoined with the city backdrop whose inhabitants, predominately look there for sustainable employment. Facing atemporal conflicts perceived as a “crisis point” by the local elders, there is an urgent need for these people to update their routine and rediscover their ties of sociability and solidarity which will anchor a “communal aesthetics” in the neighbourhood, providing such a distinctive environment within the city.

Key-words: collective memory, routine, environment, complex societies, communal atmosphere

SUMÁRIO

LISTA DE FOTOGRAFIAS E ILUSTRAÇÕES.....	09
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: O LAMI VISTO DA CIDADE.....	16
1.1 Territórios e lugares.....	21
1.2 Uma nova experiência de cidade.....	26
1.3 Com os pés na antropologia: percurso metodológico.....	28
1.4 Algumas considerações sobre a utilização de imagens sonoras e visuais em uma “disciplina de palavras”.....	39
CAPÍTULO 2 : DO LADO DE DENTRO DO BAIRRO: SAZONALIDADE, COTIDIANO E SOCIALIDADE NO LAMI.....	48
2.1 O bairro das bicicletas.....	52
2.2 Redes de sociabilidade e parentesco.....	54
2.3 Uma estética comunitária.....	63
2.4 Conhecendo o loteamento: da gente “carente” e “necessitada” do Lami.....	70
2.5 “Ter liberdade” e a violência no Lami.....	74
CAPÍTULO 3: MEMÓRIA E NARRATIVA.....	78
3.1 Os narradores do Lami.....	84
3.1.1 Dodô.....	84
3.1.2 Dona Maria Joaquina.....	94
3.1.3 Seu Gaiola.....	105
3.1.4 Seu Alcy Bernardes.....	115
3.2 A época das tafonas.....	117
3.3 O Lami e a “cidade”.....	122
3.4 Itinerários urbanos.....	124

3.5 Lami e Belém Novo: um turismo “popular”	131
3.5.1 O tempo dos veraneios e a “praia” de quem não vai à praia.....	135
CAPÍTULO 4: “O NOSSO LAMI”: CONFLITO, COTIDIANO E MEIO	
AMBIENTE.....	144
4.1 Etnografando o conflito: a perspectiva antropológica dos embates sócio-ambientais.....	148
4.2 “A reserva é nossa”: discursividades e pontos de vista.....	152
4.3 O “conflito ambiental” para além da reserva: o “risco” dos loteamentos, indústrias e aterro sanitário no Lami.....	167
4.4 A vinda da enchente.....	174
4.5 Morar no mato ou na praia.....	182
CAPÍTULO 5: “VAMO FALÁ DO NOSSO LAMI”: RITMOS DOS TEMPOS.....	187
5.1 As casas de Dona Maria.....	192
5.2 Novamente, o tempo dos veraneios: o retorno cíclico do verão.....	196
5.3 Uma “Porto Alegre rural”: novas práticas de turismo.....	202
CONCLUSÃO.....	210
REFERÊNCIAS.....	214

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Página 15

Fotografias da pesquisadora, obtidas durante o trabalho de campo.
Lami, 2006.

Página 16

Mapa de Porto Alegre e a divisão dos bairros.
Fonte: www2.portoalegre.rs.gov.br/spm

Página 25

Arte de Letícia Thurmann Prudente sobre imagem extraída do Google Earth

Página 49

Fotografias da pesquisadora, obtidas durante o trabalho de campo.
Lami, 2006.

Página 52

Fotografias da pesquisadora, obtidas durante o trabalho de campo.
Lami, 2006.

Página 56

Rua “A”, na qual moram Simone e Juarez.
Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, agosto 2006.

Página 57

Carrinho no qual Dona Maria vende suas rapaduras e cocadas, e também divulga as “notícias” do bairro.
Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, novembro 2006.

Página 58

Seu Gaiola e Dona Teresa encontram amigas na praia.
Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, novembro 2006.

Página 68

Rua Otaviano José Pinto
Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, 2006.

Página 69

Detalhe do Centro religioso Tala, na Estrada do Varejão.
Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, 2006.

Página 71

Marília em direção ao loteamento

Fotografias da pesquisadora, obtidas durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 85

Dodô em sua propriedade.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 88

Fotografias da pesquisadora, obtidas durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 89

A composição de uma “réstia” de tomate-capote.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 93

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 94

Dona Maria Joaquina.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 96

Venda de rapaduras e cocadas na rua.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 97

Mosaico de fotos do preparo da rapadura e a saída para venda.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 98

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 101

Dona Maria se prepara para o retrato.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, novembro 2006.

Página 102 e 103

Aniversário de 71 anos de Dona Maria.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, julho 2006.

Página 105

Seu Gaiola mostra o peixe de 15 quilos, resultado da última pescaria.
Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, novembro 2006.

Página 106

Dona Teresa.
Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, dezembro 2006.

Página 108

Seu Gaiola e as técnicas de fabricação da tarrafa.
Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, dezembro 2006.

Página 110

Fotografias acervo pessoal Luis Alves Pereira.
Lami/Itapuã, década de 80/90.

Página 111

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, 2006.

Página 112

Seu Gaiola mostra o “Pirilampo”, barco construído por ele.
Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.
Lami, 2006.

Página 118

Mapa “Porto Alegre: importante posição entre Rio Grande e Rio Pardo”
Fonte: OLIVEIRA, Clóvis Pereira. Porto Alegre: a cidade e sua formação. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

Página 123

“A velha olaria”
Ilustração de Martha de Wagner- Schidrowitz
Fonte: Porto Alegre. Biografia duma cidade. Porto Alegre, Tipografia do Centro S.A.

Página 125

Fotografias da descarga das chatas vindas do interior carregadas de frutas e do pequeno comércio em frente ao antigo Mercado Livre de Porto Alegre.
Autores desconhecidos
Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 126

Fotografias da canalização do riacho Dilúvio
Autor desconhecido
Fonte: Porto Alegre. Biografia duma cidade. Porto Alegre, Tipografia do Centro S.A,

Página 128

Fotografias pescador no litoral gaúcho

Autor desconhecido

Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 134

Ilustração “Praias de Porto Alegre”

Desenho de Martha de Wagner- Schidrowitz

Fonte: Porto Alegre. Biografia duma cidade. Porto Alegre, Tipografia do Centro S.A.,

Página 144

Audiência pública na Casa Verde.

Fotografias da pesquisadora, obtidas durante o trabalho de campo.

Lami, setembro 2006.

Página 152

Audiência pública na Casa Verde.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, setembro 2006.

Página 157

Getúlio Ramos durante a audiência pública na Casa Verde.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, setembro 2006.

Página 162

Maria Joaquina durante a audiência pública na Casa Verde.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, setembro 2006.

Página 168

Fábrica de rações da Avipal, situada na Estrada do Varejão.

Fotografia da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 174

Dona Maria observa a cheia do Arroio Manecão.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, setembro 2006.

Página 175

Arroio Manecão.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, setembro 2006.

Página 177

Casas nas proximidades do arroio.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, setembro 2006.

Página 180

Acima: Estrada do Espigão em períodos de seca e cheia.

Abaixo: Ponte improvisada nas imediações do arroio.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 194 e 195

A transformação nas casas de Dona Maria.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 196

Dona Maria e sua filha Inês.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, dezembro 2006.

Página 198

Dezembro quente na praia do Lami.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, dezembro 2006.

Página 202

Vera trabalhando na produção agrícola.

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2005.

Página 203

Juca na horta

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2006.

Página 205

Paisagens da zona sul “rural”: vista do Morro São Pedro

Fotografias da pesquisadora, obtida durante o trabalho de campo.

Lami, 2005.

INTRODUÇÃO

Morar na “praia” ou no “mato” de Porto Alegre. Mas também em um território urbano, sujeito às adversidades e ondulações do viver coletivo. Os habitantes do Lami participam de uma experiência urbana peculiar, envolvida em um ambiente que mescla cavalos, bicicletas e carroças com o asfaltamento das ruas, onde o som dos aviões é pano de fundo para o canto dos pássaros, galinhas e tarrãs, e cujos habitantes assistem e produzem transformações na paisagem e nas disposições sociais locais. Um ambiente que expressa os processos de enraizamento e desenraizamento que sustentam a vida social nas grandes cidades, inscritos na paisagem natural e social de seus lugares, de sua gente e dos laços coletivos ali estabelecidos.

Essa dissertação é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada entre outubro de 2005 e dezembro de 2006 junto a um grupo de moradores no bairro Lami. Na tentativa de compreender esse “ponto de vista” particular pelo qual os moradores do Lami constroem sua experiência cotidiana de viver a cidade, o presente trabalho buscou acompanhar os dramas cotidianos vividos por esses habitantes, em suas lógicas de uso do espaço, na constituição de laços sociais e coletivos, e no enfrentamento das adversidades e incertezas de seu devir temporal.

Conforme apontam as antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005), a tensão que se coloca entre as transformações econômico-sociais e a dimensão da experiência vivida dos indivíduos e grupos sociais nas grandes cidades revela a importância dos estudos antropológicos sobre o tempo impresso na vida urbana nas cidades brasileiras. Os estudos de memória acrescentam dimensões ainda pouco exploradas da vida social das grandes cidades, nas quais a ordenação da vida cotidiana sofre contínuas rupturas, demandando uma permanente construção por seus habitantes. Buscando conhecer as continuidades e discontinuidades de um tempo vivido, essa pesquisa foi em busca de antigos moradores que se constituíram enquanto “narradores do Lami” ao longo da pesquisa, compartilhando em suas lembranças o agenciamento dos “tempos vividos pensados”.

No primeiro capítulo apresento o bairro a partir de um olhar “da cidade”, imbuído de imagens e simbolismos que atribuem à região do extremo sul portoalegrense o status de

uma “natureza privilegiada”. Apresento também o meu próprio olhar etnográfico, o qual foi sendo modificado, adensado e envolvido ao longo da pesquisa. As condições de minha entrada em campo são nesse capítulo descritas, assim como o quadro metodológico da presente dissertação. Inserido no campo de conceitos da Antropologia Urbana e Antropologia Visual e da Imagem, o trabalho propõe uma discussão no primeiro capítulo acerca da constituição da disciplina antropológica enquanto uma “disciplina de palavras”, ensaiando possibilidades do uso do som na prática etnográfica e no agenciamento dos dados sonoros.

No segundo capítulo apresento o bairro enquanto um “lugar praticado” por seus moradores, em seus ritmos cotidianos e contextos de sociabilidade. Percebemos aqui o ambiente emocional que envolve os habitantes do Lami, ligados entre si por fortes laços de parentesco, vizinhança e solidariedade. Já inserida em uma “rede”, vou ampliando meus deslocamentos pelo bairro, conhecendo não apenas novos territórios e moradores do Lami, mas também facetas que se revelam à medida que a pesquisa etnográfica se aprofunda.

O terceiro capítulo propõe adensar o olhar e a escuta do leitor para um “tempo vertical”, o tempo da memória, das histórias e lembranças de antigos moradores do Lami. Suas trajetórias sociais e os relatos de um cotidiano nos tempos de outrora formam um “quadro social” de lembranças rememoradas em uma comunidade afetiva local: uma memória coletiva do Lami, mas que se entrelaça com a memória da cidade.

No capítulo quatro, o tempo da memória sofre uma abrupta ruptura: o conflito eclode no Lami, mas se revela aos poucos, constitutivo do próprio cotidiano, mantendo os moradores na “luta” constante do viver urbano. A partir de um episódio paradigmático ocorrido na Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, a “questão ambiental” é aqui abordada, na tentativa de trazer a experiência humana como fator indissociável do que nos habituamos chamar de “meio ambiente”. Essa relação fica particularmente nítida na descrição de fenômenos como a enchente, que atravessa anualmente o cotidiano dos moradores, articulando um jogo de vantagens/desvantagens diante do qual a própria noção de “risco” é relativizada.

Por fim, no capítulo cinco trago as reflexões de alguns dos antigos moradores frente aos impactos e rupturas dos “tempos de crise” no Lami. Assim como a vida social no Lami organiza o movimento de chegadas e partidas de moradores, também a paisagem local

mescla alguns marcos sólidos na paisagem com a freqüente construção de novas casas e abertura de novas ruas, indicando a chegada de “novos tempos” no bairro, tempos de urbanização e de “progresso”. Os “novos tempos” não trazem apenas rupturas; frente a eles, os moradores articulam formas de persistirem no tempo, na retomada do cotidiano, nas lógicas “desorganizadas” que acomodam e aproveitam as intempéries, e na constituição de projetos para o devir.

Durante a realização da pesquisa etnográfica, me vi envolvida em um ambiente afetuoso e emocional, fundamental para compreender a “ambiência” característica do bairro. “Ambiência” que congrega pessoas e lugares, enraizando os moradores em um viver coletivo no Lami. Como forma de restituir ao leitor traços da “ambiência” que envolve esses habitantes, a presente dissertação traz pequenas narrativas sonoras em cada capítulo, provocando o leitor a se constituir também em ouvinte desse trabalho.

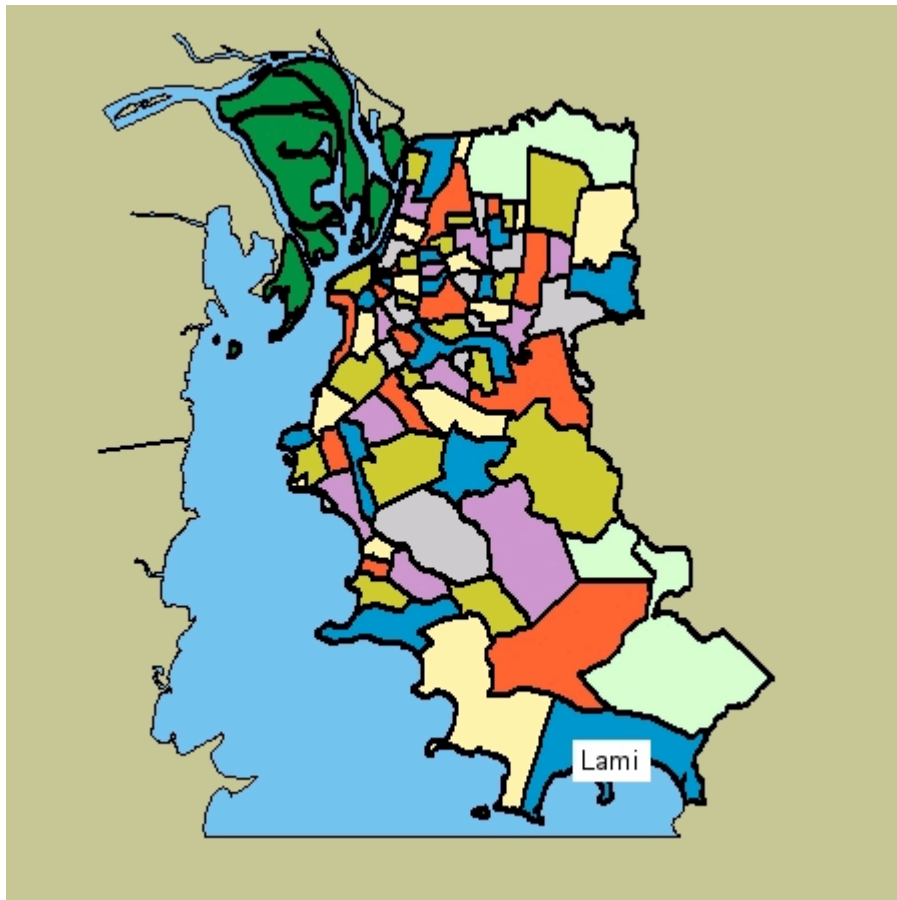


ESUTAR CD ÁUDIO FAIXA 1: “CHEGANDO”

CAPÍTULO 1

O LAMI VISTO DA “CIDADE”

Um ambiente “natural” na cidade. Lugar de preservação, nascentes de água, de espécies animais e vegetais nativas da região onde se assentou a cidade de Porto Alegre. Praia, turismo, zona rural, lugar onde é possível viver da agricultura, da pesca e da criação de animais como cavalos, gado e búfalos. Mas também uma “periferia” da cidade, onde novas casas e loteamentos “irregulares” surgem a cada dia, um lugar onde o lixo e a contaminação das águas atravessam o cotidiano dos moradores. Um lugar onde a complexidade do viver urbano imprime suas contradições.



Inserido no processo da complexa formação das cidades brasileiras, o bairro Lami manteve suas feições rurais por um tempo alargado e lento, se comparado à rápida urbanização que caracterizou a formação e o crescimento de bairros mais centrais da cidade de Porto Alegre. A distância do centro e as formas de ocupação do bairro ao longo dos anos moldaram a forma de uma paisagem “rural”, com extensas faixas de terra desocupadas de moradias, onde o espaço é usado predominantemente para a criação de animais e para a agricultura de pequena escala, dedicada principalmente à produção de hortigranjeiros e espécies frutíferas.

Entre os moradores de Porto Alegre, diversas são as imagens associadas ao bairro, atribuindo-lhe significados e projeções que falam da própria cidade em sua dinâmica espaço-temporal. Cenário de balneário nos quentes verões porto-alegrenses e de um certo bucolismo característico das regiões ao sul da cidade que se estendem nas margens do Lago Guaíba, o Lami convive no presente momento com a urbanidade em pequena escala dessa área que, em um recente processo de partilhamento dos terrenos e de aumento populacional, vêm se configurando também como uma “periferia” da cidade.

Nos caminhos que levam ao bairro Lami, entretanto, avistamos um cenário que não nos permite falar de uma “periferia” como um espaço substancialmente empobrecido e isolado da cidade: nessa região, pequenas propriedades rurais e moradias de uma população de baixa renda são intercaladas na paisagem por extensas e protegidas áreas reservadas a condomínios destinados a uma população de alta renda na cidade. Esse fenômeno recente de criação de grandes espaços residenciais fechados insere verdadeiros “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) na paisagem, onde sofisticadas tecnologias de segurança impõem ao território novas determinações de segregação espacial, até então desconhecidas.

São contrastes que formam a imagem desta região que se torna atrativa, para alguns, pela possibilidade de morar na cidade a um custo baixo – levando-se em conta a crescente oferta de terrenos “irregulares” – e para outros, pela possibilidade de morar na cidade sem os incômodos e as mazelas que caracterizam a vida metropolitana. Lembro-me de ter presenciado certa vez, em um supermercado no bairro Bela Vista – um bairro considerado nobre da cidade – um diálogo entre duas mulheres com cerca de 35 anos, no qual uma delas comentava suas expectativas e anseios na mudança com o marido e o filho para a zona sul da cidade, mais especificamente, para o Condomínio Terraville, inaugurado há poucos anos

no bairro Belém Novo. Ela havia decidido mudar para lá por insistência do marido, que queria “sair da cidade”, embora o trabalho de ambos e o estudo do filho nos bairros centrais exigissem o deslocamento diário de cerca de 60 quilômetros, contando ida e volta. Imaginava que lá haveria silêncio, mosquitos e outras qualidades de uma vida “no campo”. O condomínio é uma obra recente na região e proporciona aos moradores de camadas altas aspectos de um determinado estilo de vida associado aos espaços “rurais”, como lagos, campos de golfe, haras, e a habitação em casas grandes e espaçadas. A crescente valorização do extremo sul da cidade como alternativa à vida na metrópole sem os inconvenientes da aglomeração urbana vem atraindo condomínios luxuosos e cercados, com um sofisticado aparato de segurança que asseguram a comodidade desta “vida no campo”.

O simbolismo presente nas paisagens da região sul inscreve diferentes percepções urbanas acerca de um estilo de vida rural que se torna possível em Porto Alegre sem os incômodos e o árduo trabalho camponês. São imagens do campo ou do rural idealizadas e simbolicamente construídas ao longo de muitos séculos, como mostrou Raymond Williams (1990) em sua clássica obra em que analisa as imagens de campo e cidade na história e na literatura. Para o autor, trata-se de poderosas atitudes emocionais que historicamente associam as idéias de “campo” e “cidade” a distintas e contrastadas formas de vida fundamentais. O campo passou a ser associado a uma forma “natural” de vida, de paz, inocência e virtudes simples, mas também a uma idéia de atraso, ignorância e limitação. À cidade relacionaram-se as imagens de um centro de realizações, de saber, comunicações, e também um lugar de barulho, mundanidade e ambição. A análise histórica do autor mostra, entretanto, uma grande variabilidade nestas formas distintas mas não necessariamente oponentes, de modo que tanto as formas de vida no campo como na cidade englobam as mais diversas práticas.

No contexto das sociedades complexas, as cidades moderno-contemporâneas tornam-se um lócus privilegiado para observarmos o atravessamento mútuo destas imagens. Gilberto Velho refere-se às sociedades complexas como espaços constituídos por uma complexa heterogeneidade cultural, entendida como a “coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc.” (VELHO, 1997:16). Nessa perspectiva, Ruben Oliven (1996) aponta para a importância de

se pensar os intensos fluxos migratórios que fazem continuamente o percurso campo-cidade, densificando os espaços urbanos e colocando populações oriundas do meio rural em confronto com o mundo urbano. Esse fenômeno fica particularmente nítido diante da coexistência de numerosas tradições culturais expressas em visões de mundo diferenciadas e mesmo contraditórias.

O aumento expressivo no número de moradores do Lami nos últimos cinco anos se refere tanto aos deslocamentos de moradia em regiões dentro da própria cidade de Porto Alegre como à vinda de moradores de cidades interioranas. Como veremos ao longo da dissertação, às “razões práticas”¹ dessas populações que encontram no Lami uma alternativa de baixo custo para se fixar residência na capital, acrescentam-se inúmeras “razões simbólicas” que motivam o enraizamento a esse território da cidade, caracterizado por uma “ambiência” própria.

Já no final do trabalho de campo, enquanto esperava o ônibus para voltar para casa, conversei na parada com um rapaz que havia se mudado para o Lami há cerca de um ano. Era natural de Santo Ângelo, uma cidade no noroeste do estado e viera para Porto Alegre para ganhar um pouco mais de dinheiro e fazer a carteira de motorista com habilitação apropriada para trabalhar como motorista de ônibus, caminhão ou carreta. Pretendia ficar na cidade apenas o tempo necessário para alcançar este objetivo, o que levaria cerca de dois anos. Perguntei o motivo de ele ter vindo para o Lami, e ele respondeu que, em Porto Alegre, só era possível morar ali ou em Belém Novo, bairros mais distantes e “tranqüilos”. Não “agüentaria” morar no centro, com o excesso de movimento, carros, e prédios. No Lami, alugava uma peça com quarto, banheiro e uma pequena cozinha por um custo pequeno, sendo possível se manter sem a ajuda dos pais.

A trajetória deste rapaz dá uma idéia dos fluxos migratórios que atravessam e constituem uma metrópole como Porto Alegre. Como ele, muitos outros já percorreram e irão percorrer diferentes itinerários até chegarem à cidade, vindos de diferentes lugares, com distintas tradições e trajetórias de vida. Neste contexto, a cidade se apresenta como um espaço possível para a consolidação de “projetos individuais” em um “campo de

¹ Em “Cultura e Razão Prática”, Marshall Sahlins (2003) faz uma crítica antropológica à noção de que a prática ou a utilidade são formadoras das culturas humanas, mostrando que, ao contrário, a razão simbólica é a qualidade decisiva da cultura. Nas palavras do autor, “é a cultura que constitui utilidade” (SAHLINS, 2003:8).

possibilidades” determinado² (VELHO, 1994). Por outro lado, essa mesma possibilidade de construção de projetos individuais também pauta os conflitos geracionais entre os moradores mais antigos do Lami, na medida em que muitos dos jovens nascidos no bairro fazem o movimento oposto daqueles que chegam, buscando trabalho e moradia em espaços mais centrais da cidade.

Os movimentos de concentração e dispersão coexistem no espaço urbano em uma “distribuição ritmada” (PETONNET, 1982) que acomoda os processos de enraizamento e desenraizamento na cidade. São fluxos de chegadas e partidas, associados aos movimentos microscópicos e cotidianos dessas populações, que conferem uma “rítmica” própria ao Lami, onde os moradores aderem a uma “ambiência” específica, habitada por um conjunto de laços e trocas sociais que configuram a “socialidade” do bairro.

“Ambiência” e “socialidade” são dois conceitos chave propostos por Michel Maffesoli (1996;1998), os quais essa pesquisa adota para falar do Lami. A noção de “ambiência” perpassa toda a obra do autor, definindo a atmosfera de intensa organicidade presente nas sociedades pós modernas, expressa na lógica de um “estar-junto” desordenado, versátil, e que só pode ser compreendido à luz de uma estética descompartmentada. É essa atmosfera que o termo “socialidade” traduz, integrando na análise dos fenômenos da vida social parâmetros tais como o sentimento, a emoção, o imaginário e o lúdico, “cuja eficácia multiforme não se pode mais negar, na vida de nossas sociedades” (MAFFESOLI, 1996:106). Segundo o autor, a vida social não pode mais se reduzir às relações racionais ou mecânicas que costumam definir as relações sociais. Nesse contexto, a “socialidade” empenha-se em lembrar a validade do suporte sensível do dado social, tão negligenciado nos estudos da sociedade. Para o autor, o sensível ressurge quando focalizamos a atenção “sobre os pequenos fatos da vida cotidiana que, por sedimentação, constituem o fundamento incontornável das maneiras de ser” (MAFFESOLI, 1996:106).

As antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2005), em consonância às reflexões de Maffesoli, propõem o estudo da cidade enquanto objeto

² Conforme Gilberto Velho (1994), os projetos individuais operam a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos, ou seja, interagem entre si dentro de um campo de possibilidades.

temporal³, ou seja, enquanto um território expressivo da experiência temporal contemporânea dos grupos sociais. Nesse contexto, as trajetórias dos indivíduos, delineadas a partir de seus projetos, também delineiam elas próprias a forma dessa cidade, que é configurada através de indivíduos e grupos que produzem e transmitem conjuntos de significados sobre os territórios urbanos nos quais habitam. Trata-se de compreender a cidade como um território configurado por “ambiências emocionais que antecedem a sua mera geometria espacial” (ECKERT e ROCHA, 2005:87). Com efeito, não é o traçado das ruas, a distância física que separa o Lami de outros espaços na cidade, ou a denominação do bairro enquanto “rural” ou “urbano” que podem nos falar da dinâmica, dos dramas cotidianos, dos momentos de turbulência e repouso que permeiam a experiência vivida por esses habitantes de Porto Alegre.

Enquanto um espaço poético repleto de histórias e imagens, a cidade se oferece ao olhar atento do antropólogo através do cotidiano e das formas de sociabilidade nela inscritos, nos gestos, olhares e performances de seus moradores e em suas formas de agenciar e dar sentido ao tempo vivido. Nessa lógica, descrevemos a seguir o lugar onde se desenrola essa lógica do “estar junto”, no qual se “banha” a memória coletiva, tanto quanto os episódios e as situações da vida cotidiana no Lami.

1.1 Territórios e lugares

O Lami situa-se no extremo sul da cidade de Porto Alegre, traçando limites com os bairros Belém Novo e Lageado, e a cidade de Viamão. Distante cerca de 40 quilômetros do centro, o Lami é um dos poucos bairros da cidade que está voltado para o Lago Guaíba, estuário que banha a cidade e que é chamado por seus habitantes de rio, o “rio Guaíba”⁴. A paisagem bucólica entrecortada por grandes figueiras compõe boa parte do percurso na zona sul de Porto Alegre até a chegada ao Lami, trajeto que, no chacoalhar de um ônibus lotado, pode levar até 1 hora e 40 minutos.

³ Na linha das autoras, a cidade é tomada como “objeto que realiza uma obra temporal na medida em que seus territórios e lugares se prestam ao enraizamento de uma experiência comunitária de constante reordenação de um viver coletivo” (2005)

⁴ Utilizo ao longo da dissertação a denominação de “rio”, a partir da qual o Guaíba se inscreve nas lembranças e nas “práticas cotidianas” dos habitantes de Porto Alegre, enquanto um “lugar praticado” na cidade (CERTEAU, 1994).

A principal via de entrada ao Lami para quem vem de Porto Alegre se dá pela RS 118, mais conhecida como Estrada do Varejão, que faz uma das ligações de Porto Alegre com o município de Viamão. Esta estrada, que corre paralela à beira do rio com uma distância de aproximadamente 4 quilômetros, marca uma divisão significativa no bairro entre “dois Lamis”, um mais próximo e vinculado ao rio, referido pela maior parte dos moradores como “praia”, e outro situado nos arredores do Morro da Extrema. Este último não é reconhecido oficialmente pela prefeitura como parte do Lami ou mesmo como um bairro oficial da cidade, sendo mencionado como um bairro “não-cadastrado” em alguns mapas, em outros como parte do bairro Lageado. De qualquer forma, quem vive nas proximidades da Estrada do Varejão ou “mais pra cima”, junto ao morro, se diz morador do Lami ou “da Extrema”. Seu Gaiola, pescador e morador antigo da praia do Lami, que apresento mais adiante, comentou em uma de nossas conversas que já havia morado “naquele outro Lami lá”, referindo-se à região próxima ao Morro da Extrema, e que esta não era muito distante “desse Lami daqui”, referindo-se à praia.

Uma parte significativa dessa região mais distante da praia, se caracteriza por pequenas propriedades destinadas à agricultura e à criação de animais, mas também abriga dois grandes loteamentos, conhecidos como “Jardim Floresta” e “Sapolândia”⁵, áreas com alta densidade populacional e que abrigam uma população de baixa renda, em sua maioria, trabalhadores de indústrias, operários, pequenos comerciantes, empregadas domésticas e trabalhadores rurais. As pequenas propriedades e os loteamentos configuram dois territórios distintos em uma mesma região do Lami, que abrigam habitantes com práticas sociais e cotidianas bastante diversas. Se a primeira possui uma feição mais bucólica e “rural”, com casas espaçadas, ruas mais desertas e vastas áreas cultivadas, nos loteamentos as casas são próximas e pequenas e há um intenso movimento nas ruas.

É ainda no Morro da Extrema que se localiza o Aterro Sanitário da Extrema, implementado em 1997 e atualmente desativado, devido ao esgotamento de sua capacidade. O aterro, como será mostrado mais adiante, configura um importante elemento de conflito no Lami, mobilizando diferentes atores sociais em torno da questão da localização do lixo

⁵ O nome do loteamento faz uma alusão às terras encharcadas desta região de Porto Alegre. Na ocasião em que trabalhei como estagiária de fotografia na Câmara Municipal de Porto Alegre, ouvia frequentemente falas de moradores de vilas realocadas para a região sul da cidade, especialmente Belém Novo e Lami, que recusavam fixar moradia nestas áreas, por tratar-se de “brejos”. De modo geral, são áreas que necessitam de aterro para serem habitáveis, e mesmo assim, seguidamente “encharcam” nos períodos de chuva.

urbano no que tange à desvalorização da área, às rupturas instauradas no cotidiano pela intensa movimentação de caminhões, mau cheiro, etc., e da presente ameaça de contaminação do solo.

O “outro Lami”, do lado da “praia”, possui uma configuração espacial que mescla áreas mais densamente habitadas e extensos campos de várzea com criações de gado e búfalos. Nesta área, é possível distinguir três diferentes núcleos de habitação: uma área próxima à “entrada” da praia do Lami, ao longo da Rua Otaviano José Pinto e que vem sendo progressivamente habitada nos últimos cinco anos, com a abertura de novas ruas; a área nas proximidades do Arroio Manecão, que possui cerca de 40 casas instaladas em terrenos considerados pelo DEMHAB⁶ como “área de risco” por situarem-se às margens do arroio; e a área onde efetivamente se situa a “praia”: trata-se de uma enseada que acompanha a formação natural do rio, limitando-se à direita pela Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, e à esquerda pelo juncal que antecede o Morro do Coco.

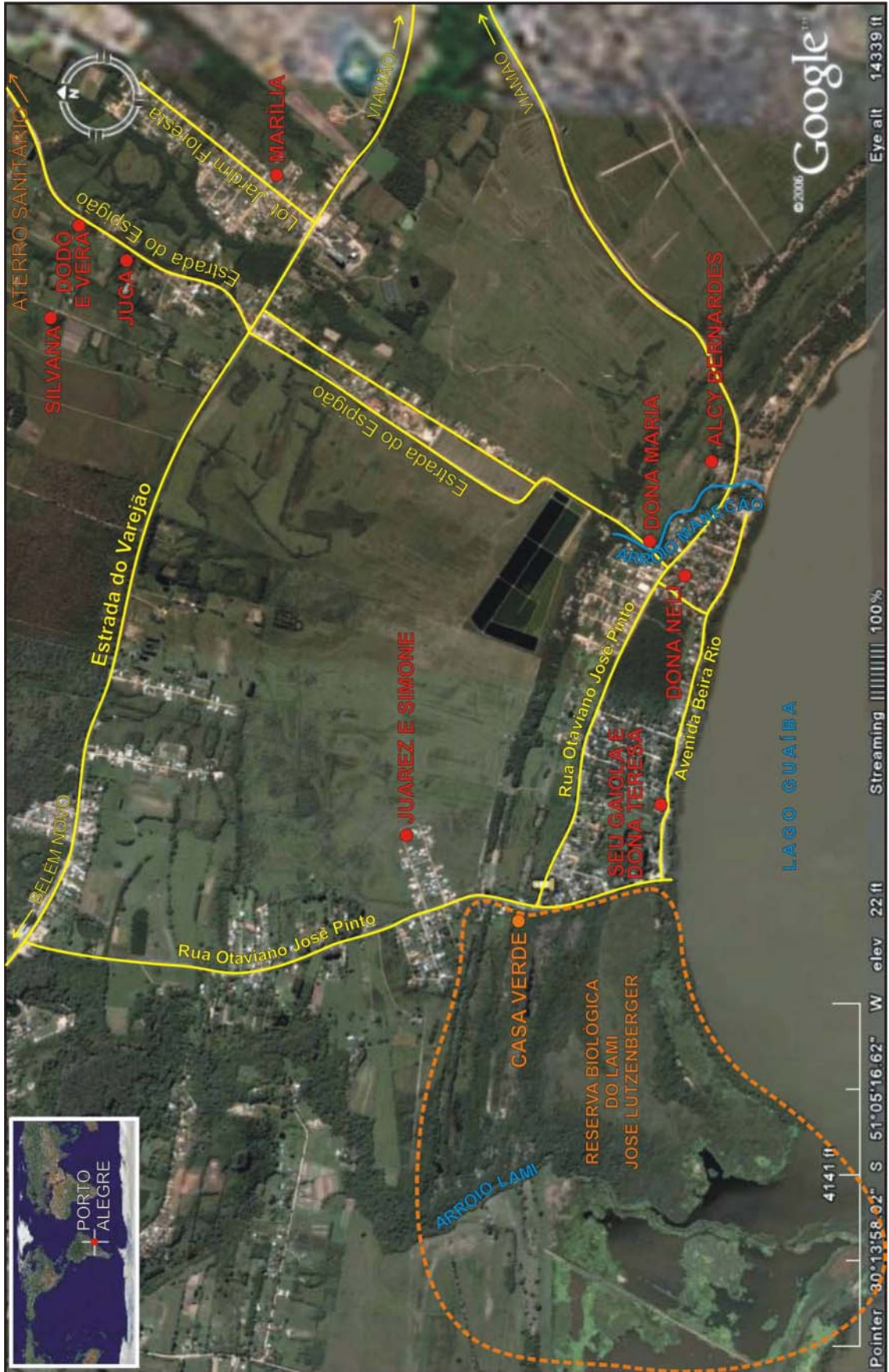
A “praia” são algumas quadras bem próximas à orla onde há uma densa ocupação de casas, e onde se localizam também a escola de 1º Grau, o Posto de Saúde, o Posto Policial, os bares, salões de baile e campings, os mercados e padarias, o calçadão. É aqui que a vida comunitária se apresenta em sua expressão mais forte no Lami, onde há uma grande ocupação das ruas e intensa sociabilidade pelos encontros e os cumprimentos, onde se tem a impressão de que “todo mundo se conhece”. Nesta área também estão muitas das ocupações mais antigas do Lami, sendo comum encontrarmos casas de veraneio que passam boa parte do ano fechadas. Na praia encontramos uma expressiva diversidade cultural no perfil dos moradores. Ali residem pescadores, aposentados, donas-de-casa, músicos, estudantes universitários, artistas, operários e trabalhadores urbanos, desde moradores antigos como recém-chegados, e antigos veranistas que fizeram da praia seu lugar de moradia.

A Reserva Biológica do Lami, rebatizada há dois anos com o nome do conhecido ambientalista gaúcho José Lutzenberger, foi criada em 1975 e concentra hoje uma área de 179 hectares. Situada em uma região bastante central no bairro, a reserva encaixa-se em uma das modalidades mais restritivas das unidades de conservação, possuindo um caráter de preservação ambiental que permite a presença humana apenas em situações muito

⁶ Departamento Municipal de Habitação.

específicas. Nesse contexto, que será explicado no capítulo 4 a partir de uma situação de conflito no que tange às restrições na entrada de moradores, a reserva é atualmente um espaço circunscrito e fechado no bairro, destinado à preservação da natureza.

O Lami abrange ainda as localidades da Boa Vista e do Beco do Cego, que ficam “do lado de lá da reserva”, fazendo fronteira com o bairro Belém Novo. Estas localidades são bastante referidas na trajetória de alguns moradores do Lami. A reserva, no entanto, funciona como uma importante divisa entre estas áreas e a praia do Lami, impedindo o acesso a pé e configurando-as como territórios com uma relativa autonomia (comércios, agrupamento de casas) dentro do bairro.



1.2 Uma nova experiência de cidade

Janeiro de 2000. Em uma tarde quente de verão, ultrapassei os limites que circunscreviam minha experiência urbana enquanto moradora de um bairro relativamente central de Porto Alegre, fazendo um longo trajeto de carro com destino a um desconhecido território da cidade: o bairro Lami. No percurso, avistava da janela paisagens e lugares que em nada lembravam a cidade em que nascera e até então morava. Novos itinerários, uma nova cidade se mostrava.

O destino era a festa de aniversário de uma conhecida. Ela morava na rua Nova Olinda, bem próximo à praia. Caminhando pelas ruas, chamava atenção a simplicidade das casas, os muitos barcos que substituíam os carros nos quintais das residências, e um certo clima interiorano onde todos pareciam se conhecer. Era um domingo bonito e quente. Entramos na água e aquilo me pareceu surpreendente: o fato de nos banharmos em um Guaíba despoluído, rodeados por uma paisagem de morros e juncais trazia uma imagem muito nova de Porto Alegre. Permaneceu forte em minha lembrança a imagem do percurso pela estrada curva que liga a Estrada do Varejão, que leva à Itapuã, até a praia, o “vilarejo”. Lembro das grandes figueiras, que avistávamos a cada curva, do pouco movimento dos carros e de uma carroça de feira que cruzou nosso caminho. Parecia uma cidade do interior.

Foi o primeiro contato não só com o bairro, mas com as paisagens e as sonoridades do extremo sul portoalegrense. Foi em Itapuã, na água, que escutei pela primeira vez o ronco do bugio, enquanto tomava banho em uma pequena enseada próxima à área que hoje delimita o Parque Estadual de Itapuã. A intensidade do ronco era impressionante, e parecia ser mais intensa porque escutada da água, em frente ao morro onde supostamente estava o bando. A enseada formava uma espécie de concha em que o som ressoava e era onipresente. As imagens de praia, interior e de um ambiente selvagem na cidade, onde ainda habitam macacos, capivaras e outros animais, foram delineando um olhar sobre esse espaço da cidade, que ainda me parecia distante e confuso na relação com Porto Alegre.

Em 2001 conheci o Aterro Sanitário da Extrema, em circunstâncias não muito agradáveis. Era ainda estudante do curso de Jornalismo e acompanhava um grupo de estudantes da UFRGS para um mutirão de plantio de árvores nativas chamado “Ocupação Verde” no Morro da Extrema, quando fotografaria o plantio. No caminho, sofremos um acidente: o carro deslizou no saibro e caiu em um valão na Estrada do Espigão – voltaria à

mesma estrada por ser o local de moradia de um dos principais informantes desta pesquisa, Dodô. O acidente aconteceu bem em frente à casa de Solange, irmã de Dodô, que nos socorreu, deixando que usássemos o banheiro e o telefone. Estávamos em quatro no carro e eu sofri uma contusão forte na perna, por isso, o aterro pouco me interessou na hora, quando só podia pensar na minha perna latejando e na dificuldade em me movimentar.

Num outro momento, no ano de 2002, retornei ao bairro como estagiária de fotografia da Câmara Municipal de Porto Alegre, onde acompanhei junto a alguns vereadores a negociação do processo de regularização de diversas casas em um loteamento na praia. O período que trabalhei na CMPA foi quando pude conhecer melhor a zona sul da cidade para além de sua “natureza”. Eram freqüentes as saídas com vereadores para verificar reclamações de moradores de vilas populares, muitas vezes acerca da poluição de arroios ou mobilizando-se contra algum projeto da prefeitura, na zona sul, onde se localizam diversos loteamentos populares e ocupações “irregulares”. O contato com esta realidade da zona sul, além dos limites de Ipanema, Assunção e outros bairros habitados principalmente por camadas médias e altas, começou a me instigar, especialmente pela relação entre as paisagens “deslumbrantes” da cidade e sua ocupação por camadas populares, atravessadas cotidianamente por questões relativas à poluição, à falta de infraestrutura e saneamento básico, etc. Uma nova imagem se sobrepunha às anteriores: o Lami adensava-se como um espaço de conflito, de pobreza, de disputa pelo território.

Trago esses apontamentos enquanto marcos decisivos na constituição do objeto de pesquisa da presente dissertação, norteando uma “curiosidade antropológica” e delineando um quadro de inquietações acerca da diversidade de formas de se experienciar uma mesma cidade, onde esses espaços “naturais” ou “periféricos” de Porto Alegre surpreendiam a experiência urbana que possuía até então.

1.3 Com os pés na antropologia: percurso metodológico

Em 2004, já tendo completado a graduação, vinculei-me à pesquisa na área da Antropologia Urbana sobre cotidiano, itinerários e formas de sociabilidade em Porto Alegre⁷. Interessada nas trajetórias e nos processos migratórios que formavam as cidades moderno-contemporâneas, desenvolvi uma pesquisa em etnografia sonora na Rodoviária de Porto Alegre⁸, que me permitiu ampliar as reflexões acerca das sociedades complexas e vislumbrar trajetórias sociais bastante diversas como o substrato na formação das metrópoles.

À medida que conhecia aos poucos a amplitude da cidade e vislumbrava a heterogeneidade de suas populações, tendo em vista as diferentes “visões de mundo” e “ethos” que ela pode abrigar (VELHO, 1994) trazia comigo a inquietação em perceber que a minha experiência urbana até então, circunscrita a regiões específicas da cidade, não era suficiente para compreender a complexidade urbana tecida sobre uma cidade como Porto Alegre.

Não foi à toa que a entrada em campo para a realização desta pesquisa aconteceu a muitos quilômetros distante do Lami, e a poucas quadras da minha casa. Foi através de uma feira ecológica situada na Rua José Bonifácio⁹, onde havia um grupo de feirantes residentes no Lami que tiveram início minhas primeiras incursões em campo. As idas à feira faziam parte de meu trajeto cotidiano quando fazia as compras da semana. Era, portanto, um ambiente “familiar” onde poderia começar com certa segurança a pesquisa de campo. O grupo com o qual teci os primeiros contatos era composto de quatro produtores: o casal Vera e Salvador – o Dodô -, Juca, irmão mais velho de Dodô, e Silvana, engenheira agrônoma, todos moradores do Lami, cada um com uma banca, embora os dois primeiros pertencessem a uma mesma associação, denominada Herdeiros da Natureza, e dois os últimos a APEL – Associação dos Produtores Ecologistas do Lami.

⁷ Desde este período, atuo como pesquisadora-associada no Banco de Imagens e Efeitos Visuais, núcleo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação das Profas. Dras. Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha e sob a orientação da Profa. Ana Luiza Carvalho da Rocha.

⁸ A pesquisa resultou em uma monografia intitulada “Etnografia na rodoviária: fluxos e trajetórias sociais em um espaço cosmopolita”, e em um documentário sonoro etnográfico intitulado “Na rodoviária”, ambos disponíveis no site www.estacaoportoalegre.com.br

⁹ A feira na qual os produtores do Lami expõem situa-se uma quadra além da Feira Ecológica da Coolmeia, onde os produtores não são associados à cooperativa, mas vinculam-se em pequenas associações.

Nesta primeira aproximação, passava as manhãs de sábado junto às quatro bancas, fazendo as compras da semana e conversando com eles sobre meus interesses de pesquisa no Lami. Neste período, ao mesmo tempo em que ensaiava uma aproximação com um grupo de moradores do bairro, “dando uma mão” nas horas mais movimentadas da feira e ajudando no desmonte das barracas, também escutava “coisas” a respeito deste espaço da cidade e aprendia o percurso para chegar até ele.

Foi no dia 6 de outubro de 2005, para uma entrevista com Vera e Dodô, que fui ao Lami pela primeira vez imbuída de um olhar e uma escuta antropológicos, iniciando minha pesquisa “em campo”. No trajeto até o bairro, pude observar com mais atenção a paisagem que havia conhecido há alguns anos. A progressiva diminuição dos prédios e finalmente das casas avisa que estamos entrando em outro território da cidade. O último bairro antes de se chegar ao Lami é Belém Novo, que reúne em volta da praça a igreja, a escola e um pequeno centro comercial. A partir daí, as paisagens com bois, vacas e cavalos, antigas olarias e grandes áreas verdes vão se tornando mais frequentes e contínuas, o comércio diminui, trazendo aos olhos a paisagem de campo, como no interior de uma cidade do interior.

A descoberta do Lami por uma região caracterizada por propriedades extensas, produção de hortaliças, pomares e criação de animais, orientou um primeiro olhar do bairro como um espaço “rural” da cidade. Neste dia, Vera, Dodô e eu conversamos longamente sobre a escolha e os significados de se viver da agricultura em uma área afastada do centro urbano e sobre o “tempo dos antigos”, das assombrações, bruxas e lobisomens. Ao sairmos da casa, caminhando pelo quintal e no espaço das plantações, tive a impressão de que o lugar mais valorizado para eles é o lado de fora da casa. É lá onde passam a maior parte do tempo, num trabalho artesanal de cuidado com o alimento cultivado. A horta, as árvores frutíferas e as sementeiras são organizadas mais funcional do que esteticamente, mas resultam numa paisagem impressionante de cores, linhas e formas. Passei boa parte da tarde caminhando com Vera, enquanto ela me explicava o processo de produção de cada variedade.

À noitinha, quando já estávamos dentro de casa, a porta não cessava de abrir e fechar. A cada pouco chegava alguém: um irmão de Dodô para arrumar o chuveiro, Juca entregava o pão da janta, Matilde, a irmã solteira de Dodô que mora ao lado vinha buscar morangos, e por fim, um casal de amigos com a filha pequena que queria ver o carneirinho

que o casal criava dentro de casa tomar leite na mamadeira. Pelo menos 5 dos 8 irmãos de Dodô moram em uma mesma extensa faixa de terra, dividida em terrenos com cerca de 2 hectares, sendo vizinhos próximos.

A partir do contato com Vera e Dodô, fui conhecendo melhor nas manhãs de sábado na feira os seus vizinhos de banca Silvana e Juca. Juca é o irmão mais velho da família de Dodô e mora em um terreno vizinho a este. Cheguei a visitá-lo algumas vezes em sua casa, mas em geral ele se preocupava em me mostrar as variedades de plantas que cultivava, as técnicas que utilizava no desenho do plantio para afastar pragas e insetos, as orquídeas que seu filho cultivava com dedicação. As visitas acabavam sendo rápidas e não conseguíamos conversar mais demoradamente. Por fim, ele consentiu que eu o entrevistasse na feira.

Durante a gravação, Juca estava “orgulhoso” com a presença do microfone e a situação de entrevista. Volta e meia chamava atenção dos clientes para o fato e dizia que a voz dele saíria na Voz do Brasil¹⁰, ao mesmo tempo em que se referia às lembranças do passado enquanto “coisas inúteis”, “abobrinhas”. Juca retomava seguidamente a idéia de que o Lami não tinha cultura nem tradição. Estabelecia-se entre nós uma espécie de desafio, onde me propunha a investigar melhor essa “falta de tradição” no Lami. Outros “desafios” também me eram colocados em campo, como de descobrir o significado da palavra “Lami”, de reconhecer certas plantas, de ajudá-lo a montar a banca ou mesmo de desempenhar o papel de “feirante”.

Foi o contato com Silvana que tornou possível minha estadia no Lami por períodos mais longos que apenas um dia. Desde nossas primeiras conversas na feira, quando me apresentei como pesquisadora, Silvana ofereceu sua casa para que eu ficasse hospedada no período da pesquisa de campo. Ela e o marido haviam recém construído ao lado da casa onde moravam uma espécie de galpão onde funcionava a cozinha para o preparo dos pães, geléias, pastas e conservas, e alguns quartos para hospedar amigos, turistas e estudantes de agronomia ou biologia que fazem estágio na sua propriedade. Silvana é engenheira agrônoma e trabalha na feira com alimentos processados e flores e folhas alternativas, pouco usadas no consumo alimentar, como folhas de bertália, e flores de capuchinha e raiz forte. Antes de morarem no Lami, para onde foram há cerca de 6 anos, Silvana e o marido

¹⁰ A “Voz do Brasil” é um programa de rádio institucional do Governo Federal, de veiculação obrigatória nas emissoras brasileiras.

moravam na Cidade Baixa, num desses grandes prédios com 60 apartamentos. Já conhecia o Lami e fazia alguns trabalhos com Juca, que lhe avisou logo que soube que o terreno nos fundos do seu estava à venda.

Na primeira vez que fui até sua casa – a primeira vez também em que passaria alguns dias no Lami – lembro-me de ter esperado a feira terminar para pegar uma carona com eles, por volta das 13:30. No carro, o marido de Silvana me perguntou de que cidade eu era. Respondi que de Porto Alegre, e ele sorriu com um deboche simpático: “uma nativa!”. Rimos da situação, que me fez lembrar as considerações de James Clifford (1997) sobre o antropólogo em campo como alguém que, ao mesmo tempo em que observa, também é observado: quem afinal está dentro e fora do aquário da vida social? (CLIFFORD, 1997). De qualquer forma, pude perceber que Silvana e o marido pertenciam a outro ethos social e tinham um estilo de vida completamente diferente de Juca, Vera e Dodô.

Chegando na casa de Silvana, conheci Marília, que se tornou uma importante informante tanto pela sua trajetória no Lami quanto por morar em uma região do bairro onde fui poucas vezes, mas que é fundamental para compreender o processo de loteamentos do bairro: o Loteamento Jardim Floresta. Vinda de Minas Gerais há mais ou menos 15 anos com o marido que era motorista da Avipal, Marília foi uma das primeiras moradoras do loteamento. Explosiva, generosa, despachada e emotiva, Marília trabalha com Silvana ajudando-a na limpeza da casa, na colheita, no preparo da feira e na fabricação dos produtos. No dia em que nos conhecemos, pude acompanhar um pouco do seu temperamento: enquanto terminava seus afazeres, Marília varria o galpão, xingava os sobrinhos da Silvana, implicava com Valdir e trazia pimentões flambados para degustarmos.

A rede ia aos poucos aumentando, e o Lami se tornava um ambiente mais familiar e ao mesmo tempo mais amplo e complexo a meus olhos. Já sabia também que um casal de amigos estava há alguns anos morando no Lami, mas há tempos havíamos perdido o contato. Conheci Simone e Juarez em Maquiné, no ano de 1999, quando havia recém ingressado na faculdade de jornalismo. Simone era jornalista e morava em Maquine. Nós duas integrávamos uma ONG¹¹ e trabalhávamos em um projeto para montar um jornal na

¹¹ ONG Anama – Ação Nascente Maquiné.

cidade. Nesta época, Juarez participava das nossas reuniões trazendo as histórias dos “fundos do Garapiá”, onde morava, uma linha de difícil acesso e onde havia muitas histórias fantásticas contadas pelos “moradores do fundão”. Tínhamos em comum o interesse pelas histórias dos antigos; embora o projeto do jornal tenha ficado apenas no papel, a amizade permaneceu. Soube que depois do nascimento da primeira filha eles haviam se mudado para o Lami, um lugar de mais fácil acesso e no qual Juarez possuía alguns parentes. Juarez é natural de Belém Novo, foi criado “na beira do rio”. Reencontrei-o na casa de Silvana, onde ele faz hoje alguns trabalhos de marcenaria e com quem tem uma sociedade no cultivo de cogumelos.

A casa de Juarez e Simone fica em uma das três ruas – “A”, “B” e “C” – de uma grande área de terra loteada há cerca de seis anos, próximo à Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger. A cada dia, as construções aumentam nestas ruas, os terrenos vão ficando menores e mais casas são erguidas. A casa de Juarez e Simone se situa no final da rua “A”; dali é possível avistar um amplo terreno de várzea, usado para a criação de gado e ainda não loteado. Mesmo assim, o terreno já começa a ficar pequeno para os planos do casal e a rua onde moram, com mais casas construídas.

Foi através de Juarez e Simone que fui aos poucos deixando a feição rural do bairro para me aproximar da praia e das áreas mais densamente povoadas do Lami. Ambos se mostravam empolgados com a pesquisa e ajudavam a “espalhar” pelo bairro a notícia de que havia ali alguém interessada na “história” do Lami. Simone, com quem eu tinha mais proximidade, me apresentou uma rede de vizinhos e moradores antigos, como Seu Antonio e Dona Sirlei, Janete, Beth, Dona Neli e Seu Jaci, me levando também até uma reunião da Farmácia Caseira Comunitária, que na época ainda funcionava na reserva, onde conheci as “mulheres da farmacinha”. Por passar boa parte do tempo em casa com as duas filhas, Simone estava inserida em uma estreita rede de vizinhança da qual Juarez, por trabalhar fora, não participava com tanta intensidade. Era uma rede principalmente de mulheres e pessoas de mais idade que permaneciam no bairro durante o dia, e que inscreviam o Lami em um clima de familiaridade onde “todo mundo se conhece”.

A descoberta que fazia agora do Lami pela “praia” me proporcionava imagens muito diferentes daquele Lami “rural” que tinha conhecido. Os moradores da praia viviam o cotidiano de outra forma e participavam de uma sociabilidade diferente, que envolvia um

contato mais próximo, mais avizinhado. Foi em um dia quente de janeiro de 2006 que fui à praia, sozinha, conhecer este “outro Lami” do qual formava apenas um quadro vago de lembranças. A chuva havia recém estiado quando cheguei à praia, mesmo assim o dia quente trazia muitas pessoas ao veraneio. As ruas estavam movimentadas e coloridas pelas famílias, meninas de biquíni, adultos carregando isopor. À medida que me aproximava da praia, ficava difícil distinguir as vozes, que se desdobravam em burburinhos e gritos, misturando-se ao som dos bares. Conseguia ver apenas uma estreita faixa vertical do rio. Caminhando, o som ficava mais forte. Na beira da praia, o intenso vai e vem de homens, mulheres e crianças, era ritmado pelo pagode, samba, e a música gauchesca que ecoava dos diversos bares espalhados no calçadão. Os quiosques na grama serviam de mesa para as famílias que preparavam seu churrasco de domingo, ou descansavam depois do almoço. Caminhei em direção ao fim do calçadão, atravessando uma ponte onde um pequeno riacho desemboca no rio. Ali, do lado de lá da ponte, onde há uma extensa faixa de areia, é o lugar preferido dos veranistas para o banho. Algumas pessoas comentavam com arrependimento que haviam se lavado no riacho, cujas águas estavam sujas. A música em alto volume concentrava as atenções em uma esquina: um bar lotado, na descida da ponte, reunia pessoas rindo e dançando, um pouco escondidos em uma atmosfera “escurinha”, mesmo de dia e na beira da praia. Da ponte, algumas pessoas observavam o movimento do bar. Foi ali que avistei um rosto conhecido. Tiago mora no Lami, é músico e temos alguns amigos em comum. Fomos até sua casa para tomarmos um mate e lá comentei meus interesses de pesquisa no Lami. Tiago morava nos fundos da casa de um conhecido músico de Porto Alegre, Zé do Truquete, que mora no Lami há 25 anos. Conversando com os dois, eles me ajudavam a pensar nos “antigos” com quem deveria conversar. Citaram diversos nomes, entre eles o de Dona Maria da Rapadura, que Tiago mencionou como uma figura quase folclórica no Lami: era uma senhora de bastante idade que vendia cocadas e rapaduras pela praia, e que morava em uma casinha de madeira às margens do Arroio Manecão, onde em uma placa lia-se os dizeres “vende-se rapaduras e cocadas”. Esta senhora veio a se tornar minha principal informante, além de ter sido a pessoa com quem as trocas afetivas foram mais intensas.

Finalmente, uma outra via de entrada no bairro foi através de Rodrigo Cambará, biólogo, morador do Lami e ex-administrador da Reserva Biológica do Lami José

Lutzenberger. Antes de iniciar a pesquisa de campo, Rodrigo era para mim uma referência do Lami, por morar no bairro há muitos anos e ser muito bem visto por uma rede de moradores na qual pretendia me inserir. Em seu trabalho como administrador da reserva, Rodrigo tinha contato com muitos moradores antigos, pessoas que tinham um vínculo afetivo com o bairro bastante intenso e eram, em maior ou menor grau, engajadas politicamente. Ser “amiga do Rodrigo”, em uma determinada rede de moradores do Lami, assegurava uma certa confiabilidade junto aos informantes.

Foi na companhia de Rodrigo que conheci Seu Gaiola, visitando-o em sua casa em um final de tarde. Seu Gaiola e Dona Teresa já esperavam nossa visita. Sentamos os quatro na varanda de sua casa, contemplando a paisagem ondulante dos salseiros no vento de outono. Na casa dos 70 anos, Seu Gaiola é um homem forte e conversador. Camisa aberta, bermuda e chapéu de palha, ele não tardou a contar os causos de tesouro enterrado por essas ilhas, das assombrações e do misterioso tatu branco que avistou em um acampamento. Dona Teresa é uma senhora miúda e a primeira vista mais reservada, mas em diversos momentos tecemos conversas paralelas enquanto Seu Gaiola contava os causos a Rodrigo. Esta, no entanto, foi a única vez que pude escutá-lo contando causos. Nas diversas outras vezes em que nos encontramos, quando geralmente trazia comigo o gravador e já havia deixado mais explícita a pesquisa que estava realizando, ele deixava sempre para uma próxima vez, que acabou não acontecendo até o final da pesquisa. Mas nesse “mote” em busca das histórias de assombração, tivemos agradáveis e longas conversas em que ele e Dona Teresa me contavam os desafios e as habilidades da pesca, a transformação da paisagem do Lami e as histórias aventureiras da vida do casal.

É claro que a opção pela entrada no Lami através de uma rede de relações e vizinhança específica deixou a descoberto diversos outros aspectos do bairro. O que orientou minha entrada no bairro foi a busca pelos “antigos” do Lami. Esta motivação inicial fazia com que os próprios informantes tecessem suas redes de relações indicando os moradores mais antigos com quem eu deveria falar. Em minhas incursões pela praia, quase todos os informantes concordavam que eu deveria falar com Alcy Bernardes, que era legitimado como um grande conhecedor da história do Lami. Seu Alcy é de uma família bastante tradicional no Lami e é o único morador com quem conversei que havia nascido ali. É considerado como uma pessoa “de estudo” e de poder no bairro, já que sua família

era dona de grande parte das terras do Lami, que vem, progressivamente, sendo vendidas e loteadas. Marquei a entrevista por telefone e no horário marcado, ele me recebeu no escritório de sua casa, próximo ao final da linha do ônibus Lami. Conversamos por cerca de duas horas durante as quais ele fez uma importante síntese da história do Lami desde os seus antepassados, até os dias de hoje, a partir de um ponto de vista que nenhum outro informante falava do bairro.

De qualquer forma, mesmo dentro da categoria dos “antigos”, estava em contato com um grupo específico, deixando de lado outros antigos que certamente trariam outras narrativas sobre o Lami. Foi um recorte de pesquisa dentro do que uma dissertação de mestrado possibilita abarcar. Por isso, não pretendo com esta rede falar do Lami como um todo, em sua complexidade e heterogeneidade, mas contar, pela voz destes narradores da cidade e pelos dados recolhidos durante a inserção em campo, quando me imbuía de uma atitude de “observar participando” (VELHO, 1994), um fragmento das múltiplas histórias que atravessam uma cidade, mostrando um pouco das narrativas e dos dramas e alegrias do cotidiano vividos por um grupo de moradores do bairro Lami.

No processo da pesquisa etnográfica, foram diversas as técnicas de pesquisa acionadas para a descoberta do cotidiano do Lami e das estórias contadas por seus moradores. As entrevistas semi-estruturadas e não diretivas (THIOLLENT, 1981), se constituíram na principal forma de compartilhar com os informantes suas trajetórias sociais e narrativas biográficas, que foram sendo contadas em diversos encontros, ora na situação mais formal de entrevista, ora no desdobramento de conversas informais.

O método da *observação participante*¹², marca distintiva da disciplina antropológica inaugurado por Bronislaw Malinowski, se mostrou fundamental enquanto técnica de pesquisa que orientava o meu “estar lá” no convívio com os informantes, nos diversos momentos em que participei dos eventos cotidianos do bairro como trabalho, festas, aniversários, reuniões e encontros de vizinhança. A *etnografia de rua*¹³ (ECKERT e

¹² Roberto Cardoso de Oliveira, ao destacar a importância da observação participante como geradora de conhecimento antropológico, afirma: “ao tentar penetrar em formas de vida que lhe são estranhas, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência – só assegurada pela observação participante ‘estando lá’ – passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina.” (OLIVEIRA, 2000:34)

¹³ Experiência metodológica desenvolvida pelas antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert junto ao projeto de pesquisa intitulado “Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no mundo urbano contemporâneo”, onde diversos pesquisadores e bolsistas teciam

ROCHA, 2003), técnica que consiste em caminhadas exploratórias na cidade sem um destino fixo, propiciou importantes descobertas e surpresas nos espaços do Lami e nas práticas cotidianas de seus habitantes. Na condição de “estrangeira”¹⁴ (SIMMEL, 1983), pude percorrer diferentes trajetos no bairro sem estar constrangida pelas regras morais que distinguem a apropriação do espaço. A atitude de “passear” pelo bairro a pé ou de bicicleta, foram fundamentais para complementar minha inserção em campo e adensar uma observação mais detalhada da vida social do bairro.

É importante mencionar que, durante o período do trabalho de campo, em nenhum momento residi no bairro - permanecendo lá apenas por períodos curtos, de dois dias a uma semana - embora esta possibilidade me parecesse bastante atraente e até mesmo imprescindível no começo da pesquisa. Com o decorrer do trabalho de campo, fui percebendo as dificuldades operacionais e financeiras que envolveriam uma mudança para o Lami, e, junto com elas, as especificidades de uma pesquisa etnográfica pautada pelo deslocamento entre distintos territórios da cidade, pelo cruzamento de fronteiras simbólicas entre diferentes formas de se viver na cidade. Percorrer semanalmente cerca de 80 quilômetros para ir e voltar do Lami me dava uma idéia da extensão de Porto Alegre e da diversidade de formas de habitação, trabalho, estilos de vida e sociabilidade que a cidade comporta. Neste trajeto, voltar para o “centro” era algo que elucidava minha condição “de fora do Lami”, com vínculos e laços de pertencimento estabelecidos em outro território da cidade. O deslocamento até o campo escolhido para esta pesquisa representava, literalmente, uma contínua “viagem” no tempo e no espaço¹⁵ (ECKERT, 1991/1992).

Clifford Geertz (1989), em um texto já clássico na antropologia, caracteriza a descrição etnográfica a partir de três aspectos: seu caráter interpretativo; sua qualidade de “fixar” o fluxo do discurso social salvando-o da extinção e permanecendo em formas

suas pesquisas na cidade através de percursos etnográficos percorrendo ruas, bairros e casas, com o uso de recursos audiovisuais como parte do olhar e da coleta dos dados etnográficos.

¹⁴ Para Simmel, o estrangeiro desenvolve uma forma específica de interação com os habitantes locais, possuindo uma posição determinada no grupo, porque mesmo não fazendo parte de sua origem, introduz qualidades externas a ele, condicionadas à sua presença. A figura do estrangeiro se diferencia do viajante que está de passagem e não permanece no lugar, sendo aquele que “chega hoje e amanhã fica” (SIMMEL, 1983:182).

¹⁵ Contando sua experiência etnográfica no Brasil, Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*, diz "... as viagens são consideradas geralmente como sendo um deslocamento no espaço. É pouco. Uma viagem inscreve-se simultaneamente no espaço, no tempo e na hierarquia social. Todas as impressões são apenas definíveis se referidas a estas três coordenadas, e como o espaço possui, só por si, três dimensões, seriam necessárias pelo menos cinco para conseguir uma representação adequada duma viagem" (apud ECKERT, 1991/1992).

pesquisáveis; e sua dimensão microscópica. Este último aspecto proposto pelo autor refere-se a uma aproximação do cotidiano, a uma observação intensa dos pequenos gestos que configuram a vida social, onde uma “descrição densa” das situações etnográficas atua no sentido de abarcar as estruturas de significado daquilo que é observado em campo, assim como explicitar o processo de construção de interpretações. O registro dos dados em diários de campo e a interpretação destes dados constituíram uma das formas de “fixar” os dados de campo, somadas ao uso de recursos audiovisuais como importantes instrumentos de pesquisa.

Roberto Cardoso de Oliveira (2000), em suas considerações acerca do método etnográfico, aponta que o olhar, a escuta e a escrita, incorporados de uma “domesticação teórica” que orienta a percepção do pesquisador, estão intrinsecamente ligados no fazer antropológico, desde o momento da coleta de dados em campo até o desenvolvimento do pensamento no momento da escrita. A escuta, no entanto, pode assumir um lugar chave na pesquisa antropológica quando o termo “escutar” não é tomado apenas na situação de entrevista, quando o antropólogo é desafiado a “saber ouvir” os informantes em suas narrativas (Oliveira, 2000), mas é ampliado para uma escuta do próprio espaço onde se tece a pesquisa. Neste sentido, o olhar etnográfico desdobra-se em uma escuta etnográfica, de forma que a pesquisa antropológica possa incorporar o dado sonoro presente nas sonoridades de ambiência dos espaços pesquisados, nas práticas cotidianas dos sujeitos, em suas vozes e performances, na diversidade de formas de expressar a cultura através do som. Durante as entrevistas e conversas com informantes, preocupava-me em gravar não apenas as histórias que me eram contadas, mas as sonoridades que configuravam uma “ambiência” às narrativas no lugar onde eram contadas, fosse a casa dos informantes ou o espaço das ruas do Lami¹⁶.

Neste contexto, a descoberta do ambiente que configurava este território na cidade e das “ambiências” inscritas pelo ritmo cotidiano de seus habitantes foi sendo desvelada através das imagens sonoras e visuais pelas quais o bairro se apresentava no percurso na pesquisa de campo. A utilização da fotografia e do gravador como instrumentos metodológicos de pesquisa orientou uma certa postura em campo, assim como um “olhar” e

¹⁶ O equipamento utilizado para gravação com boa qualidade sonora consistiu em um Mini-disc, que grava os dados em meio digital, e dois microfones externos, com diferentes ângulos de captação, ambos os equipamentos pertencentes ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais – PPGAS – UFRGS.

uma “escuta” específicos. Essa dissertação optou pelo uso do som e da imagem fotográfica como um recurso capaz de transmitir ao leitor a ambiência e os ritmos que atravessam e organizam/desorganizam o cotidiano no Lami, liberando-os das armadilhas e dos constrangimentos da escrita, embora encontrasse outros desafios no arranjo destas imagens no texto etnográfico.

Além da captação de imagens sonoras e visuais em campo, outra importante forma de uso de imagens como recurso metodológico nesta dissertação consistiu no trabalho nas coleções etnográficas no acervo do Banco de Imagens e Efeitos Visuais¹⁷, enquanto um “museu virtual” capaz de “narrar a cidade” através de imagens visuais, textuais, videográficas e sonoras. A partir do entrelaçamento das imagens presentes no banco, fruto de inúmeros acervos e também de pesquisas etnográficas realizadas por pesquisadores, pude navegar pela cidade de Porto Alegre através das imagens já produzidas por fotógrafos, pintores, cronistas, jornalistas, pesquisadores, entre outros. Nesta “viagem” pelo tempo e espaço, inquietou-me a falta de imagens acerca do extremo sul da cidade de Porto Alegre, o que também motivou o meu interesse, enquanto pesquisadora, em produzir tais imagens na tentativa de desvendar alguns traços deste território da cidade, inserindo-o na memória coletiva que compõe esse museu. Durante o trabalho de campo, as narrativas dos informantes ganhavam força e novas interpretações ao serem inseridas no banco de imagens, entrelaçadas com as narrativas e memórias de habitantes de outros territórios da cidade.

O referido banco de imagens foi especialmente importante ao estabelecer relações entre o território do Lami e outros territórios da cidade. Tal vínculo foi sendo construído ao longo do trabalho de campo, na escuta dos informantes, que me permitiu abandonar a hipótese inicial de um suposto isolamento do Lami em relação a cidade e suas áreas mais centrais, encontrando no terreno das memórias importantes referenciais que tornavam

¹⁷ O BIEV, Banco de Imagens e Efeitos Visuais, é financiado pelo CNPq e pela FAPERGS, é coordenado pelas Professoras Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, no âmbito do NUPECS, Núcleo de Pesquisa de Culturas Contemporâneas e do Laboratório de Antropologia Social, do PPGAS-UFRGS. O BIEV reúne coleções de imagens sobre a memória coletiva de Porto Alegre, tanto imagens pesquisadas em acervos, publicações, museus, quanto imagens produzidas pela sua equipe de pesquisadores em trabalho etnográfico, integradas através da pesquisa de novas formas de disponibilização do patrimônio etnográfico da vida urbana. Ver <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br>.

indissociável a presença do Lami e de toda a região do extremo sul porto-alegrense, no contexto histórico e atual da cidade de Porto Alegre.

1.4 Algumas considerações sobre a utilização de imagens sonoras e visuais em uma “disciplina de palavras”

Um dos marcos na constituição do campo da antropologia visual é o texto de Margaret Mead (1975), no qual a autora reivindica o uso da imagem visual na disciplina a qual caracteriza como uma “disciplina de palavras”. Partindo de um paradigma culturalista da escola norte-americana de antropologia, Mead faz duras críticas a uma tradição antropológica que pouco ou nada inclui a dimensão visual nos trabalhos de campo. Dadas as diferenças de contexto entre antropologia nos dias de hoje e a época em que Mead redigiu esta espécie de manifesto, apoiada por uma intensa preocupação com o desaparecimento das tradições e dos “comportamentos humanos” e a possibilidade de preservação destes dados através dos suportes fílmicos e fotográficos¹⁸, o artigo ainda guarda importantes reflexões sobre a constituição do campo antropológico enquanto uma “disciplina de palavras”.

No artigo, Mead explora algumas explicações para esta característica “verbal” da antropologia, como por exemplo a ocasião de mudança cultural em que as pesquisas eram realizadas, quando o pesquisador se apoiava mais na memória dos informantes do que na observação dos eventos contemporâneos. Para a autora, a maturidade da ciência antropológica aconteceu em meio à dependência das pesquisas etnográficas das palavras dos informantes. A autora utiliza o exemplo de antropólogos que se debruçaram sobre a análise das palavras, como Lévi-Strauss, que dedicou toda sua produção acadêmica na maturidade à análise de mitos e folclores captados com traduções escritas de textos escritos. Ou Lowie, que trabalhando nas reservas indígenas, questionava de que forma se poderia saber que um indivíduo era irmão da mãe de alguém a não ser que alguém lhe dissesse isto.

¹⁸ “Em todo o mundo, em cada continente e ilha, nos recessos escondidos das cidades modernas industriais, assim como nos vales escondidos que só podem ser alcançados por helicópteros, preciosos, totalmente irreparáveis, e para sempre irreproduzíveis comportamentos estão desaparecendo, enquanto departamentos de antropologia continuam a mandar pesquisadores a campo sem nenhum equipamento além de uma caneta e um caderno de anotações, e talvez alguns poucos testes ou questionários – também chamados “instrumentos”- como um SOP ao cientificismo” (MEAD, 1975:04 – tradução nossa)

Apoiando-se nas palavras de informantes cujos gestos não havia sentido em preservar ou nas palavras de etnógrafos que não tinham danças para fotografar, a antropologia se tornou uma ciência de palavras.

Tendo em vista a constituição da matriz disciplinar¹⁹ da antropologia, onde a preocupação culturalista de preservação dos “padrões de comportamento” das culturas através dos indivíduos é progressivamente atravessada por um “paradigma da desordem”, onde a negação de um discurso cientificista apregoado até então em uma “antropologia tradicional”, passa a caracterizar a “antropologia interpretativa”, orientada por uma “consciência hermenêutica” (OLIVEIRA, 2003:96-97). Nesta desordem, a antropologia passa a expressar seu estranhamento não apenas diante do nativo, mas diante de si própria.

A palavra captada pelo antropólogo e inserida no texto etnográfico enquanto tradução começou a ser questionada já na linha de uma antropologia interpretativa, quando Clifford Geertz (1997; 2002), problematiza a etnografia enquanto ficção – no sentido de algo feito – para discutir mais amplamente a questão da assinatura do texto etnográfico. Ao aproximar o texto etnográfico do texto literário, Geertz aponta a retórica da escrita como o principal motivo que leva um texto a ser creditado dentro do campo antropológico, na medida em que cria uma impressão de que o autor realmente esteve lá. O que tornaria um texto verossímil, neste sentido, não seria a tradução literal das palavras dos nativos, mas o uso e a articulação destas palavras no texto etnográfico.

O estatuto da realidade transcrita para o texto etnográfico também foi tema de uma ampla discussão por parte dos autores do chamado pós-modernismo na antropologia, tais como James Clifford (1991;1999), Paul Rabinow (1991), George Marcus (1991) e Vincent Crapanzano (1991). A escrita etnográfica, para estes autores, surge como uma estratégia de autoridade por parte do etnógrafo, na qual os textos e os estilos de escrita situam-se em contingências históricas, sociais e culturais específicas.

Por outro lado, conforme apontam Cornelia Eckert e Ana Luiza Rocha (2004), todo o debate sobre a autoridade etnográfica do antropólogo apóia-se no espaço livresco e seus modos textuais, a partir do qual a função autoral do antropólogo é delimitada. Neste sentido, a descrição do encontro etnográfico é ela própria mediada pelo espaço textual e

¹⁹ Cf Roberto Cardoso de Oliveira (2003).

conseqüentemente, por uma série de constrangimentos que advêm das já consolidadas práticas de leitura e escrita no Ocidente (ECKERT e ROCHA, 2004:04).

Michel de Certeau, em “A escrita da história” (2002), torna o problema da palavra do nativo uma questão ainda mais complexa, do ponto de vista do estatuto de veracidade que a palavra escrita possui em relação à oralidade. O autor traça uma distinção fundamental entre a escrita histórica e a oralidade etnológica, evidenciando, a partir dos relatos da viagem de Jean de Léry ao Brasil em 1556, a construção de um discurso etnológico baseado na escrita. Neste estudo, o autor se interroga acerca do alcance da palavra que é instituída no lugar do outro, e designada a ser escutada de forma diferente da que foi falada, por intermédio de quem escreve.

A tradução do que é dito para a escrita, faz passar a realidade do nativo para o discurso ocidental, onde a escrita constrói o sentido da experiência do nativo. Nesta perspectiva, segundo Certeau, a oralidade, o escutado, não é exatamente o dizível, mas um elemento que transgride o discurso no qual a palavra é “possuída”. O autor reproduz alguns trechos em que Léry expressa seu “encantamento” frente os sons emitidos pelos “selvagens”: fossem descritos como “ruídos e urros” ou “doces e graciosos sons”, eram todavia “sons inarticulados”, sem conteúdo inteligível, que eram perdidos, deixados de lado, não compreendidos por Léry. Estes sons encontram-se fora da órbita de sentido, são como lapsos no discurso ocidental²⁰, algo que a escrita não pode relatar (CERTEAU, 2002:228).

O som não transformado em palavra, que não é “possuído” na escrita, reafirma um certo descontrole perante o dado etnográfico, confrontando o antropólogo com o desafio de incorporar uma gama de dados sonoros e visuais em outros suportes que não a escrita. Para além da discussão de Mead (1975) sobre a importância da visualidade na pesquisa etnográfica, as reflexões de Certeau (2002) nos levam a pensar na dimensão sonora dos fenômenos e na oralidade dos grupos sociais, em direção a um debate acerca da escuta etnográfica. O dado etnográfico não se compõe apenas da palavra do informante, que sabemos estar constrangida a um discurso da escrita, mas de um conjunto de imagens que

²⁰ “O ‘in-audito’ é o ladrão do texto, ou mais exatamente, é aquele que é roubado ao ladrão, precisamente aquele que é *ouvido*, mas não compreendido, e portanto, arrebatado do trabalho produtivo: a palavra sem escrita, o canto de uma enunciação pura, o ato de falar sem saber – o prazer de dizer ou de escutar.” (CERTEAU, 2002:227)

são vivenciadas pelo antropólogo em sua experiência de “estar lá”. Convencidos da impossibilidade da tradução da experiência do nativo, é preciso ir em busca de novas formas de registro que possam ampliar a escuta etnográfica, ainda que esta esteja já condicionada a descrever senão “verdades parciais” (CLIFFORD, 1991)²¹.

A discussão acerca da restituição do encontro etnográfico para além do suporte da escrita encontra uma importante contribuição na linha dos estudos de performance e etnografia da fala, onde diferentes autores como BAUMAN (1986) e FINNEGAN (1992), chamam atenção para a linguagem como uma significativa forma de expressão da dimensão estética da vida social e cultural dos grupos humanos, que adquire sentido e significação não apenas no conteúdo do que é dito, mas na própria forma.

A obra de Paul Zumthor (1997), estudioso das literaturas orais no período medieval, traz importantes reflexões acerca da qualidade dinâmica do texto oral, ao cunhar o conceito de “movência”, designando a “instabilidade radical do poema” (1997: 264). Com este conceito, Zumthor defende a impossibilidade do texto autêntico²², traçando a potência criadora do gesto performático, que é criado e recriado a cada nova execução, na medida em que no curso da transmissão de um texto ocorrem interferências, retomadas, repetições, enfim, fatores que aludem à “circulação de elementos textuais migratórios, a todo instante combinando-se com outros, em composições provisórias” (1997:258), conferindo uma dinamicidade de sentido à narrativa oral.

São questões interessantes para pensarmos nas narrativas orais e em um conjunto de situações vividas pelo antropólogo em campo nas quais a “movência” e a dimensão sensível do dado etnográfico vêm à tona, e o etnógrafo se vê confrontado com o desafio de restituir o vivido em uma estética capaz de invocar as sensações poéticas do evento, sem fixar a narrativa em uma literariedade que ignore estas questões (LANGDON, 1999).

O interesse deste estudo, entretanto, não é aprofundar as discussões no campo da performance, mas fazer eco a estes autores no que tange à importância da poética na vida

²¹ “Permanece, portanto, até os dias de hoje, tanto na tradição empirista quanto intelectualista da Antropologia, a ausência de uma reflexão mais cuidadosa acerca da busca de verossimilhança nas suas produções etnográficas, do seu valor *de facto* e do esforço do pesquisador em prol da exatidão pela ‘naturalidade’ aparente dos meios de expressão empregados, a língua escrita, através de uma espécie de veneração à sua lógica da argumentação, fundada na forma como apresenta/descreve o dado empírico” (ROCHA, 1999).

²² “De uma performance a outra deslizamos de nuance em nuance, ou em mutação brusca; onde traçar, nessa gradação, uma linha de demarcação entre o que é ainda a ‘obra’ e o que já não é mais?” (ZUMTHOR, 1997: 266).

social, orientando a reflexão acerca das formas de se restituir a carga dramática presente no encontro etnográfico, em um contexto onde os debates na antropologia caminham progressivamente para uma reflexão do “estatuto da representação etnográfica no contexto da cultura visual no mundo contemporâneo” (ECKERT e ROCHA, 2004:01)

Por outro lado, não se trata apenas de restituir as qualidades poéticas do encontro etnográfico. O problema da escuta etnográfica vem sendo objeto de reflexão de diversos antropólogos, fazendo parte do desenvolvimento da ciência antropológica, no sentido da disponibilidade do pesquisador para aprender a cultura do Outro. Falamos em escuta como metáfora para a atenção do etnógrafo em campo, pela própria qualidade onipresente do som, que não pode ser evitado, enquadrado ou detido, e coloca o pesquisador em um ambiente específico, penetrante, do qual tem pouco ou nenhum controle. Nesta imersão sonoro-etnográfica, distinguimos não apenas a voz do informante – que pode continuar falando, assobiando ou suspirando sem que lhe façamos mais perguntas – mas um conjunto de sonoridades enraizado em territórios, épocas e contextos sociais específicos.

Ao mencionar a importância do “saber ouvir” os informantes em campo, Roberto Cardoso de Oliveira (2000) reconhece a complexidade da situação de entrevista onde se tem o encontro de diferentes “idiomas culturais” (2000:23). A aprendizagem de uma escuta etnográfica, entretanto, se estende às situações de conversas informais com os nativos, à observação participante, enfim, à multiplicidade de situações nas quais, em campo, o antropólogo se depara com um “outro mundo”. Nas pesquisas de antropologia urbana, onde o etnógrafo é ele próprio nativo, a escuta etnográfica emerge dialeticamente nos jogos de estranhamento e familiaridade em campo, onde o pesquisador é chamado a estranhar os sons que lhe são familiares.

Neste sentido, os trabalhos dos historiadores Alain Corbin (1994) e Jean-Pierre Gutton (2000) fornecem pistas de como o estudo das paisagens sonoras podem revelar importantes fenômenos da vida social. O toque dos sinos, os pregões e o apito das indústrias são sonoridades que configuram contextos sociais determinados, histórica e culturalmente. Ambos os autores, a partir de temáticas distintas, propõem a historiografia de uma cultura sensível, na qual as sonoridades constitutivas das paisagens sonoras de diferentes épocas e lugares relacionavam-se a importantes sistemas comunicacionais, sociais, culturais, políticos e afetivos.

Antecipo aqui a fala de dois informantes, habitantes do Lami, que mencionavam determinados sons como marcos distintivos de períodos de suas vidas. Enquanto um narrava sua primeira visita à área urbanizada da cidade, onde o barulho ruidoso dos bondes impedia que dormisse, outro relatava com saudade o “tempo das carroças” no Lami, quando a paisagem sonora era povoada pelos “rengidos” deste transporte puxado a bois, mulas e cavalos. Diferentes imagens do tempo acionadas por estes narradores para narrar uma cidade em transformação, que se moderniza, se urbaniza e se renova. Na década de 60, mencionada pelos informantes, o Lami ainda ocupava o espaço de “campagne”, onde um conjunto de sonoridades que aludem a uma vida rural se fazia presente. Muitos dos habitantes do Lami não haviam escutado as sonoridades das inovações tecnológicas que despontavam no século XX, onde os territórios da cidade cresciam de forma desigual e ocupavam distintas funções sociais na cidade.

Reencontramos aqui o tema da memória para refletirmos acerca da necessidade da palavra na fixação do vivido. Se os antropólogos mencionados por Mead não tinham senão na palavra escrita a possibilidade de fixar os traços da memória dos nativos, na atualidade novas portas se abrem na construção de conhecimento antropológico, dadas as limitações já conhecidas acerca da possibilidade de uma tradução cultural.

Nos estudos antropológicos contemporâneos acerca do tema da memória coletiva²³, o foco não está mais em reter a palavra traduzida enquanto testemunho do relato nativo, mas em se tomar a memória como “consolidação de um tempo ondulante e lacunar” (ECKERT e ROCHA, 2005:108), um tempo que é reencontrado no próprio ato da rememoração²⁴. Rememorar, ou ainda, pensar o tempo, é encadear o passado em um tema afetivo presente, onde “o tempo pensado é tempo vivido em estado nascente” (BACHELARD,1994:76). A memória tem o poder de organizar os fragmentos de um tempo vivido em uma ordenação narrativa²⁵, ou seja, não se trata mais de captar as palavras

²³ Cf Maurice Halbwachs, 2004.

²⁴ “Mesmo nesse passado que acreditamos pleno, a evocação, a narrativa, a confiança ocupam o vazio dos tempos inativos; sem cessar, quando recordamos, estamos misturando, ao tempo que serviu e ofereceu, o tempo inútil e ineficaz.” (BACHELARD, 1994:38).

²⁵ À luz de Paul Ricoeur (1994), compreendemos a narrativa como uma forma de operar o tempo, de contá-lo, engendrará-lo em uma ordenação de acontecimentos. Inspirado nas “Confissões” de Santo Agostinho e na “Poética” de Aristóteles, o autor propõe a existência de uma correlação específica entre o ato de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana.

do nativo, mas de reconhecer o ato inteligente e criador que emerge na reconstrução da experiência.

Frente ao desafio da restauração da narrativa dos sujeitos sociais no texto etnográfico, a antropologia se coloca o problema de “refletir sobre as diferentes modalidades de tecnologias de pensamento (oralidade, escrita, redes digitais) empregadas pelas sociedades humanas para liberar a memória de seu suporte material”, indagando-se as formas nas quais as ciências humanas vêm enfrentando a questão do “conhecimento da matéria do tempo e suas cadeias operatórias” (ECKERT e ROCHA, 2005:141)

A preocupação acerca das formas possíveis de restauração da memória do Outro, é atravessada pela compreensão de que a narrativa do antropólogo é tecida sobre as narrativas dos informantes, e não mais sobre suas “palavras”. Desde um paradigma interpretativo, a antropologia se tornou uma ciência onde o conhecimento antropológico é construído a partir de seu caráter reflexivo. Ou seja, os dados etnográficos recolhidos pelo antropólogo em campo e conseqüentemente a descrição densa que daí resulta nascem de uma relação intersubjetiva e dialógica, porque é criada e recriada a partir da constante interação com o Outro. O conhecimento antropológico, ou seja, o ato de agenciar os fatos dentro de um campo de sentidos e conceitos, requer que o antropólogo esteja lá, não apenas no campo pesquisado, mas também no texto, refletido em sua escrita.

Esta presença do autor no texto etnográfico não está apenas nas passagens em que ele relata a sua inserção em campo, os percalços durante a pesquisa ou como conheceu tais e tais informantes. Ela está na composição narrativa que atribui ao texto etnográfico, na medida em que o antropólogo se coloca também como um narrador²⁶, porque narra a cidade, um determinado grupo social, participando constantemente de um processo de configuração e reconfiguração do tempo.

Assim como, seguindo as reflexões de Paul Ricoeur (1994), a configuração da narrativa acontece a partir do caráter mimético da representação da ação, da mesma forma o antropólogo tem o desafio de representar a ação vivida em campo, no encontro etnográfico que se estabelece junto ao nativo. O texto etnográfico é, ele próprio, uma narrativa que se

²⁶ Cf Eckert e Rocha, 2005.

estabelece através da “tessitura da intriga”, onde o “agenciamento dos fatos” acontece “um por causa do outro” e não em “um após o outro”²⁷ (RICOEUR, 1994:70).

Na direção de uma etnografia que utilize o som como forma de pesquisar os grupos e fenômenos da vida social, é importante precisar o trabalho de construção, recorte, reflexão e nominação que permeiam os gestos de gravação e escuta sonora, e posteriormente o trabalho da edição, que recoloca essas imagens em uma narrativa. Ao montar narrativas sonoras, forja-se uma continuidade inexistente na vida social, em busca de uma estetização que nos permita restituí-la em função de seus ritmos e vibrações²⁸.

No processo de composição destas narrativas sonoras novamente nos remetemos ao ato configurante no qual o antropólogo se depara na tentativa de restituir a experiência vivida em campo, e num plano mais amplo, de restaurar as formas da vida social e cotidiana por ele observadas. A idéia de um ritmo ajustado na composição de narrativas sonoras desdobra-se na tentativa de preservar a fidedignidade do encontro etnográfico – no sentido de um encadeamento causal - e conseqüentemente, a qualidade da relação entre o antropólogo e o Outro.

Tanto quanto pensar o texto etnográfico para além da palavra escrita, torna-se fundamental acionar novas sensibilidades e escutas na atitude que orienta o antropólogo em campo, para que esteja atento às diferentes formas de expressão da cultura. O dado etnográfico que preserva uma “cultura sensível” (CORBIN, 1994) pode ser captado na forma de registros visuais, sonoros e mesmos textuais, onde a escrita não se reduza à tradução da palavra do nativo.

Neste sentido, a questão proposta por David MacDougall (1994) acerca da existência do que se convencionou chamar de antropologia visual preserva sua atualidade quando o autor se indaga acerca do que as imagens podem exprimir melhor que as palavras

²⁷ As reflexões de Bachelard acerca da causalidade intelectual vão no mesmo sentido apontado por Ricoeur. Para o autor, “as melhores ligações não consistem numa continuidade entre um ponto e outro próximo a ele” (BACHELARD, 1994:72).

²⁸ José Miguel Wisnik (2001), ao discorrer sobre uma “antropologia do ruído”, escreve: “O som do mundo é ruído, o mundo se apresenta para nós a todo momento através de frequências regulares e caóticas com as quais a música trabalha para extrair-lhes uma ordenação. (...). Se você tem um barulho percutido qualquer e ele começa a se repetir e a mostrar uma certa periodicidade, abre-se um horizonte de expectativa e a virtualidade de uma ordem subjacente ao pulso sonoro em suas regularidades e irregularidades” (WISNIK, 2001:33). De forma semelhante, as sonoridades da vida social se apresentam nesta rítmica desordenada e descontínua, onde as recorrências são tomadas enquanto dados etnográficos a serem organizados pelo antropólogo no sentido de narrar determinados conjuntos de situações vividos em campo.

no sentido de enriquecer o saber antropológico²⁹. Lidar com as imagens enquanto conceitos, na direção de uma “antropologia visual conceitual” (MACDOUGALL, 1994: 74) requer o rompimento com a desconfiança da Antropologia Moderna herdeira de uma tradição racionalista acerca de um caráter fabulatório e enganador das imagens, conforme aponta Ana Luiza Carvalho da Rocha (1999).

É na direção de uma escuta da palavra do outro e da “ambiência” da qual participa, que essa dissertação convida o leitor a acompanhar os ritmos aqui configurados pela mão do antropólogo, a partir do registro do “suporte sensível do dado social” (MAFFESOLI, 1996).

²⁹ “Questão bastante diferente daquela que consiste em se perguntar qual é o conhecimento, definido verbalmente, que os antropólogos gostariam de ilustrar. Quando recorremos ao filme, devemos saber se é como método de trabalho de campo ou simples meio de publicação, pois produzir um filme é não tanto saber olhar através de uma câmera quanto ver através da tela” (MACDOUGALL, 1994:72).

CAPÍTULO 2

DO LADO DE DENTRO DO BAIRRO: SAZONALIDADE, COTIDIANO E SOCIALIDADE NO LAMI

Por vezes, um cenário interiorano, com o cotidiano festivo e próximo das cidades pequenas, amarrado por sólidos laços de vizinhança. Em outras, o cenário litorâneo com suas duplas imagens associadas: o inverno, com a solidão das ruas vazias, os barcos atracados entre o juncal, as placas de vende-se ou aluga-se; e o verão, com as moças de biquíni pelo calçadão, os banhos, o som alto, a bebida, as festas.

O ritmo cotidiano do Lami possui uma complexa diversidade de situações e eventos a partir dos quais poderia ser descrito. Difícil é enquadrá-lo em uma única função social ou identidade sazonal, como sendo um bairro rural ou uma praia, um bairro periférico habitado por trabalhadores pobres, ou mesmo como um lugar onde se reconstituem as redes de solidariedade e vizinhança tão comuns nas sociedades de pequena escala. Porque o Lami, enquanto um território urbano, é tudo isso, e ao mesmo tempo a combinação dessas diferentes características no contexto de uma metrópole. São as experiências, os percursos e as imagens que os moradores do bairro e da cidade cotidianamente inscrevem no Lami.



Observar a sazonalidade do Lami é fundamental para compreendê-lo em seus ritmos cotidianos. Ainda que cada uma das estações do ano apresente peculiaridades, paisagens, relações e ritmos próprios, o verão é um período marcadamente diferente das outras estações do ano, pelo numeroso fluxo de veranistas que se dirigem à praia, aumentando de forma significativa à população e alterando o cotidiano dos moradores.

Os meses de outono, inverno e primavera compõem uma ambiência mais pacata no Lami, que vai aos poucos restaurando um ritmo e um cotidiano alterados durante os meses de verão, pelo acesso sistemático de turistas que se dirigem à praia em busca de lazer. Foi nesse período, quando os veranistas deixam o bairro, que pude encontrar os moradores em suas rotinas. Pude, assim, conhecer o ritmo cotidiano do Lami, e não apenas o ritmo do verão, embora o turismo já constitua um evento tradicional e parte fundamental na organização social do bairro, como veremos no capítulo 3. Ouvi muitos comentários de que no verão os moradores do Lami se “escondiam” em suas casas, evitando participar do alvoroço da praia, que muitas vezes acabava em confusão. De fato, foi apenas com o término do verão que pude conhecer os antigos moradores do Lami e iniciar com eles uma relação mais duradoura. Até então, era difícil identificar quem era morador ou veranista. Minha permanência no bairro, mesmo com o final da temporada de verão, também indicava aos moradores uma motivação de estar no Lami diferente daquela dos veranistas. A descrição que apresento aqui se refere principalmente ao cotidiano destes meses, tratando em outro capítulo o fenômeno do verão e a chegada dos turistas ao bairro.

Esta relação entre ritmo e sazonalidade, a partir da qual estabeleço genericamente uma divisão entre o verão e os demais meses do ano, se refere a uma rítmica primeira e mais evidente que se apresentou durante o trabalho de campo. Existem outras, entretanto, referidas a grupos sociais específicos, e que atravessam esta temporalidade mais ampla, como o ciclo da agricultura, da pesca³⁰, da escola, etc. A escolha por descrever o Lami a partir dessa sazonalidade que distingue o verão dos demais meses do ano deve-se a

³⁰ Roberto Kant de Lima (1997), em pesquisa etnográfica junto aos pescadores de Itaipu, relaciona as variações sazonais do inverno e verão às atividades da pesca, onde a “companha” assume diferentes características nestes períodos. As “companhas” obedecem aos ciclos econômicos locais de inverno e verão, “quando predominam diferentes processos de produção, havendo, portanto, condições ‘econômicas’ e ‘extra-econômicas’ distintas que influenciam seu funcionamento e características” (KANT DE LIMA, 1997:164). No Lami, o ciclo da pesca é ainda atravessado pelo período da proibição da atividade, que vai de outubro a fevereiro. O verão é, em geral época de vender os peixes congelados que restaram e as redes e tarrafas produzidas pelos pescadores.

propulsão de um ritmo que de uma forma ou de outra, com mais ou menos intensidade, envolve todos os moradores do bairro.

Marcel Mauss (2003), em estudo sobre as variações sazonais das sociedades esquimós, mostra como a morfologia dessa população é radicalmente alterada conforme as estações do ano, durante as quais a maneira na qual os homens se agrupam, a forma de suas casas e a natureza de suas instituições muda completamente. Enquanto os meses de inverno caracterizam-se pela concentração da população esquimó em territórios específicos, onde a dispersão é bastante reduzida e a densidade beira o excesso de população, o verão proporciona a disseminação desta população em largas superfícies, com a dispersão das famílias. A amplitude e relevância antropológica dos estudos de Mauss nos permitem observar tais características em contextos bastante distintos³¹.

As variações sazonais que o olhar maussiano incita à observação junto aos habitantes do Lami são “estruturais” no sentido de um “sistema ambiental” (EVANS-PRITCHARD, 2005) em constante troca com a organização social da população³². O verão, período do ano em que a população de Porto Alegre se dispersa dirigindo-se às praias nos limites da cidade, do Estado e até fora dele, é para os moradores do Lami uma época de concentração e densidade populacional, quando o bairro enche-se da presença não só de turistas, mas também da rede de parentesco desses moradores, residente em outros territórios da cidade ou fora dela. As áreas centrais de Porto Alegre esvaziam-se; o Lami, enquanto uma praia balneável na cidade, torna-se um bairro denso e movimentado. Nos demais meses do ano, enquanto a população da cidade segue no cotidiano de suas casas, trabalhos e redes de vizinhança, o dia-a-dia no Lami retoma seu curso em um ritmo amplamente distinto daquele do verão, e também das áreas centrais da cidade.

³¹ “E, se tomamos como objeto especial de nosso estudo essa notável população, é que as relações para as quais queremos chamar a atenção estão ali como que amplificadas, apresentando caracteres mais acusados que permitem compreender claramente sua natureza e seu alcance. Fica-se assim melhor preparado para percebê-las mesmo nas sociedades em que elas são menos imediatamente visíveis, em que a trama formada pelos outros fatos sociais as dissimula mais ao observados” (MAUSS, 2003:426).

³² A respeito de uma possível determinação do meio geográfico sobre os grupos sociais, Marcel Mauss (2003) esclarece: “Longe de a situação propriamente geográfica ser o fato essencial sobre o qual devemos fixar os olhos quase exclusivamente, ela constitui apenas uma das condições de que depende a forma material dos agrupamentos humanos; e na maioria das vezes, tal situação só produz seus efeitos por intermédio de múltiplos estados sociais que ela começa por afetar, e que são os únicos que explicam a resultante final. Em uma palavra, o fator telúrico deve ser relacionado com o meio social em sua totalidade e sua complexidade.” (MAUSS, 2003:429).

Apresento a seguir o trecho de uma descrição do bairro que fiz em uma das idas a campo em um dia frio e ventoso, enquanto observava uma cena típica de inverno:



Àquela altura da tarde, as ruas ainda estavam vazias, e o vento sul da primavera soprava frio pelas ruas sombreadas de onde se podia avistar o rio. Era um dia de semana como outro qualquer. Pouco a pouco, algumas bicicletas cortavam o silêncio do bairro, algumas mães saíam com seus filhos pequenos à rua, e encontravam outras mães, vizinhas, colegas, comadres, formando pequenos espaços de encontro nas esquinas, em frente aos mercados, nos portões das casas. Nos bares, alguns homens observavam o pouco movimento na companhia de uma cerveja. O fluxo das bicicletas aumentava em direção aos mercados e padarias, em busca do pão fresco que serviria de janta.



O movimento lento e crescente foi de uma só vez interrompido pela saída festiva das crianças da escola. A rua até então esvaziada, foi sendo preenchida pelo alvoroço das crianças em seus coloridos blusões, conversando, rindo, correndo. Ali, não havia mães esperando-as na saída; as crianças sabiam com precisão onde ficavam suas casas, e as paradas antes de chegar até ela: os bancos no calçadão da praia, o campinhos de futebol, e principalmente o mercado, onde era sempre possível comprar alguns doces com as poucas moedas reunidas no bolso, antes de chegar em casa.

(Diário de campo, agosto 2006)

2.1 O bairro das bicicletas

Conhecendo o leitor os diferentes territórios e lugares que compõem o Lami, é importante mencionar a forma na qual essas distâncias físicas são superadas, conferindo um caráter próximo e “avizinhado” ao laço coletivo que congrega os moradores do bairro. Logo nas primeiras idas a campo, aprendi o valor da bicicleta no Lami. Ao andar pelas ruas, era diversas vezes ultrapassada pelas bicicletas que circulam no bairro, ora velozes, quando manobradas por crianças e jovens, ora em ritmo lento e constante, guiadas por adultos e pessoas de mais idade. De bicicleta se vai ao mercado, ao trabalho, à igreja, ao posto de saúde, ao calçadão, à casa dos amigos.

Nos meus deslocamentos pelo espaço do bairro também passei a usar a bicicleta como meio de transporte, principalmente para percorrer trajetos mais longos, como da casa de Silvana até a praia, ou mesmo trajetos curtos nos períodos de sol forte. Certo dia, saí pela manhã do Beco Paraíso, onde mora Silvana, em direção à Estrada do Varejão, uma via

asfaltada na qual percorreria cerca de quatro quilômetros até a entrada para a praia do Lami. A minha frente, um senhor de idade, magro, andava com elegância em um movimento vagaroso e retilíneo, bem próximo ao acostamento, mas ainda na faixa lisa do asfalto. No caminho, cruzamos várias bicicletas em velocidade uniforme enquanto carros, ônibus e caminhões passavam por nós em alta velocidade na larga estrada de duas pistas. Mesmo com o relativo risco de atropelamento, os ciclistas preferiam andar no asfalto, onde havia maior estabilidade e era possível pedalar sem tantas trepidações e buracos. O risco era contornado pela habilidade: a maior parte dos ciclistas não andava em alta velocidade nem ultrapassava veículos ou outros ciclistas. O movimento contínuo e vagaroso dos pedais não apenas dava maior segurança, mas garantia um ritmo estável e livre do cansaço, uma espécie de “macete” para quem anda longas distâncias. Pouco acostumada a andar de bicicleta, e com uma certa “pressa” inicial em campo, eu ultrapassava ciclistas e os ônibus mais lentos, e alternava pedaladas rápidas e instantes sem pedalar, o que me cansava um bocado.

Na ampla área que delimita o bairro, o deslocamento entre as regiões não é pequeno, a caminhada torna-se cansativa e o ônibus, além de pouco freqüente, representa um gasto considerável ao final do mês. A bicicleta é um meio de transporte eficaz e barato. Marília faz diariamente o percurso do Jardim Floresta, onde mora, até a casa de Silvana, onde trabalha, de bicicleta. Da mesma forma Valdir, que faz eventuais serviços ali; Júlio, o “pedreiro” de Dona Maria, vai do Chapéu do Sol até o Lami, onde mora sua mãe e onde também arruma alguns “bicos”; Simone percorre trechos curtos levando e buscando as filhas na escola. Certa vez, Dona Neli me mostrou sua bicicleta, um modelo de três rodas que dá maior equilíbrio, com um grande cesto atrás para transportar as compras, materiais, livros. Seu marido, Jaci, percorre até hoje longas distâncias até a “roça” que divide com um amigo, onde tem sua plantação.

O hábito de andar de bicicleta é uma dentre as diversas práticas cotidianas dos moradores que inserem o Lami em um espaço urbano em constante troca com as práticas oriundas do mundo rural de seus moradores ou de espaços – como o próprio Lami e outras localidades próximas - até pouco tempo considerado rurais. À diferença do uso da bicicleta nos centros urbanos, onde ela vincula-se aos momentos de lazer, esporte e mesmo a uma opção ideológica por um meio de transporte não poluidor, no Lami as bicicletas não são

novas nem equipadas, mas resistentes, capazes de percorrer longos trechos e sendo facilmente consertadas. A lógica do uso da bicicleta situa-se como uma “tática” (CERTEAU,1994) que permite economizar tempo e dinheiro, mas sobretudo que confere aos moradores uma certa autonomia nos itinerários do bairro, além de possibilitar a estreiteza dos vínculos de sociabilidade e parentesco a despeito das grandes distâncias que a região abrange. A bicicleta inscreve uma certa estética no bairro, uma estética do próximo, como algo que liga as distâncias para além das estradas asfaltadas por onde passam os ônibus, que estabelece ligações microscópicas, subversivas, que usa os atalhos, os aproveita, lançando mão de uma dentre as tantas “trampolinagens” (CERTEAU,1994) inscritas por esses moradores no espaço.

2.2 Redes de sociabilidade e parentesco

A idéia de que o cotidiano nos diferentes bairros e regiões possa conter expressivas variações em uma mesma cidade é o substrato da pesquisa em Antropologia Urbana, onde o estudo das sociedades complexas moderno-contemporâneas mostra que a coexistência entre distintas trajetórias, visões de mundo e estilos de vida nos territórios urbanos compõe combinações e possibilidades amplas do “viver na cidade”.

O início da pesquisa no Lami foi motivado pelo espanto que esta região da cidade causou em alguém até então acostumada a chamar de “cidade” apenas as áreas centrais de Porto Alegre. Espanto que inicialmente se colocou frente à paisagem pouco urbanizada do bairro, e foi estendendo-se ao estilo de vida e cotidiano dos moradores do Lami, na medida em que eu entrava, como pesquisadora, neste cotidiano, e passava a compartilhar de certos códigos de sociabilidade para estar nele inserida.

O Lami, enquanto um território “periférico” na cidade, era também associado a um dos espaços de moradia das classes populares de Porto Alegre. Estudar o cotidiano deste bairro se apresentou desde o começo da pesquisa como uma possibilidade de olhar o Lami para além destes “estigmas”, revelando-o na riqueza das formas de vida destes habitantes, nos seus locais de moradia, nas esquinas, nos bares, nos mercados e espaços de sociabilidade. Alba Zaluar (2000), quando discute a ênfase dada à idéia de “pobreza” no estudo das classes populares, aponta a importância dos estudos do cotidiano como lócus

privilegiado para a compreensão do processo dinâmico de formação cultural destes grupos³³.

Teresa Pires do Rio Caldeira (1984), em sua pesquisa sobre o cotidiano dos moradores do Jardim das Camélias – São Paulo, ressalta o caráter quase doméstico da vila, que se situa em um espaço entre o universo privado e íntimo da casa e o mundo público do resto da cidade. No livro, a autora mostra que o cotidiano do Jardim das Camélias é diverso dos bairros centrais da cidade de São Paulo, que configuram um “outro mundo” em relação às características peculiares desta “periferia”. Para a autora, esta peculiaridade do bairro associa-se ao tipo de sociabilidade e comunicabilidade que aí existem e que diferem sensivelmente daquele do centro da cidade.

Esta sociabilidade diversa que encontramos também no Lami é pontuada por uma relação social específica que é a de vizinhança. No bairro, os moradores movimentam-se em um espaço de sociabilidade que frequentemente associamos às sociedades de pequena escala, onde a visibilidade e as relações de parentesco muitas vezes estruturam as relações no cotidiano. Por outro lado, a vinda de novos moradores e a própria construção de novas casas por quem já reside no Lami, aproveitando o baixo preço dos terrenos recém divididos em lotes para construir casas de aluguel, implica uma constante renovação nos vínculos e laços de sociabilidade. Embora o Lami tenha ao longo do tempo se consolidado como um lugar de “passagem”, que atraía muitos veranistas, visitantes e moradores temporários, os quais enraizando-se definitivamente no Lami constituem hoje uma razoável parte do grupo dos moradores antigos, percebemos na fala destes moradores o impacto da vinda de pessoas estranhas ao bairro, que não se inserindo nas redes de sociabilidade locais, ficam à margem de um sentimento legitimado de “pertencer ao Lami”. Neste sentido, os estudos de Norbert Elias e John Scotson (2000) ajudam a compreender a distinção entre novos e antigos moradores, onde os últimos são vistos como responsáveis por uma certa degradação social do bairro. Os novos moradores são principalmente aqueles que se estabeleceram nas áreas dos loteamentos, ou nas ruas recentemente abertas e loteadas. A exclusão simbólica destes

³³ “E é aí que a heterogeneidade econômica, do ponto de vista dos lugares que ocupam no processo produtivo, cede lugar à homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas das classes populares, à troca de experiências de subalternos, aos múltiplos modos de oferecer resistência à dominação, à construção de uma identidade social mais ampla do que a de classe operária – a de trabalhadores pobres, assim como à ramificação de um vasto sistema de comunicação social que une as ruas do mesmo bairro, os bairros pobres da cidade entre si e o Rio de Janeiro com outras cidades próximas” (ZALUAR, 2000:50).

moradores se dá principalmente sob a justificativa dos “maus hábitos” como o uso de drogas e os pequenos furtos. No entanto, no Lami a divisão entre “estabelecidos” e “outsiders” não tem necessariamente relação com os moradores “antigos” e “novos”: na fala de mais de um morador “antigo” ouvi que conheciam desde pequenos os jovens que hoje traziam perturbações ao bairro, evoluindo-se com roubos e redes de tráfico.

Dentre os diferentes territórios do bairro, a praia é o lugar onde se concentram os encontros, onde as relações de vizinhança são espacialmente próximas e onde os moradores se encontram com relativa frequência, nas paradas, nos mercados e bares, no calçadão, nas ruas. De modo geral, na parte esquerda da praia, mais próxima à escola e ao posto policial, as casas são muito próximas umas das outras, com terrenos em torno de 300 m² onde a casa costuma ocupar boa parte da área. Na parte direita da praia, em direção à reserva, os terrenos são maiores e mais arborizados, havendo um número significativo de casas de veraneio, que permanecem fechadas nos dias de semana e em boa parte do inverno.

Nesta relação de vizinhança, é comum que as conversas aconteçam à frente das casas, nos portões, já que muitos moradores permanecem durante o dia no espaço doméstico ocupados em seus afazeres, especialmente as mulheres com filhos pequenos, alguns jovens ainda não empregados e pessoas de mais idade ou já aposentadas. Essas conversas “ao pé do portão” são formas de se compartilhar a experiência cotidiana e atualizar as novidades e acontecimentos do bairro, são espaços de socialização e circulação de informações.

Em uma ocasião, fui com Simone e seu vizinho Vinícius a uma reunião em um antigo clube na praia em que a comunidade havia sido chamada por um grupo de moradores do Belém Novo e funcionários da EPTC³⁴ a debater sobre os problemas do transporte público no Lami. Sua casa ficava no final da rua



“A”, uma recente travessa da Otaviano José Pinto. Saímos os três juntos um pouco antes

³⁴ Empresa Publica de Transporte e Circulação, responsável pela regulação e fiscalização das atividades relacionadas com o trânsito e os transportes no município de Porto Alegre.

das 9 horas, horário marcado da reunião. Enquanto caminhávamos pela rua, Simone ia espalhando a notícia da reunião para as vizinhas que estavam no pátio de suas casas ou debruçadas sobre as janelas, utilizando um dos meios de comunicação mais eficazes do bairro: o boca a boca.

É nas conversas informais nas ruas ou nas portas das casas que as notícias são transmitidas, que se fica sabendo como, porque, quando e onde, muito mais do que nos cartazes espalhados pelas ruas ou em locais estratégicos. Um bom exemplo foi a distribuição pela diretora da reserva de alguns convites para reuniões “abertas à comunidade” que aconteceram na Casa Verde e contaram com a participação quase nula dos moradores. Os convites haviam sido distribuídos ao então presidente da Associação dos

Moradores do bairro, que embora ocupe um cargo que se propõe representativo da comunidade, está fora da rede de relações da maior parte dos moradores, especialmente aqueles diretamente implicados no uso da reserva. Quando os convites passaram a circular em uma rede específica de moradores, as reuniões tiveram a participação significativa dos moradores. Esta forma de



comunicação, onde tanto quanto “o que é dito”, importa “quem diz”, mostra um pouco da proximidade das relações e de como elas são construídas a partir de sua localização em uma rede.

Esta forte sociabilidade de vizinhança e o sentimento de pertença implicam no reconhecimento dos membros do grupo, o qual a idéia de “pedaço”, proposta por José Guilherme Cantor Magnani (1984), caracteriza como uma forma de sociabilidade estreita e densa que permanece nas grandes cidades. O “pedaço” retrata este ambiente conhecido, um lugar onde as pessoas são chamadas pelo nome e localizadas em função de alguma relação. Segundo o autor, se por um lado a vida na metrópole dificulta a criação de laços mais permanentes, dada a alta rotatividade dos trabalhadores no mercado de trabalho, nas escolas e outras instituições e serviços urbanos, por outro, é o lugar de moradia que acaba por

concentrar as pessoas, facilitando a criação de redes de sociabilidade caracterizadas por laços estreitos e mais duradouros, “que constituem a base da particular identidade produzida no pedaço” (MAGNANI, 1984:138).

ESCUTAR CD ÁUDIO FAIXA 2: “COTIDIANO”



As formas de conhecer e ser reconhecido, por exemplo, são permanentemente reforçadas por estes laços de sociabilidade, onde todo mundo é “meio parente”, se conhece. Em diversos momentos de conversas e entrevistas com os moradores, pude constatar a existência de uma ampla rede de parentesco entre os moradores antigos. Parentesco que se consolidava não só pela existência de antecedentes comuns, como pais, avós ou tios e primos distantes, mas também pelos casamentos e as relações de cunhados e concunhados.

Dodô certa vez em uma conversa, ampliou a já extensa rede de parentesco que sua família abrange no bairro: me contou que era primo de Seu Maneca, morador bastante antigo da praia e dono do mercado Extremo Sul, conhecido pelos moradores como o mercado “dos gordo”, em alusão a seus filhos que hoje cuidam do negócio. Vindo de uma família de sete irmãos, Dodô possui muitos tios e tias ainda vivos e uma infinidade de primos. A rede se tornou ainda mais extensa com o casamento com Vera, que embora tenha uma família um pouco menor, também possui muitos tios e primos na região do Cantagalo. Dodô era ainda primo de um senhor que havia conhecido na entrada no loteamento Jardim

Floresta, proprietário de uma casa bastante antiga e cujo terreno abrangia há algumas décadas praticamente toda a área do loteamento.

Dona Maria e Seu Gaiola também são vinculados por laços de parentesco, o que fui descobrir tempos depois da escolha deles como dois dos principais informantes da pesquisa. O último marido de Dona Maria era irmão de Gaiola, fazendo com que ela estreitasse a relação com ele e sua primeira esposa, de quem se tornou uma grande amiga. Nesta época a atual mulher de Gaiola, Dona Teresa, era casada com o irmão de Dona Maria. Quando este morreu, ela “juntou-se” com Gaiola, para desgosto de Dona Maria, o que causou e mantém até hoje uma forte inimizade entre as duas.

Durante todo o trabalho de campo, seguidamente conversava com alguém que me indicava ser “parente” de outro alguém que eu havia conhecido, ou que mencionava a existência de pais, irmãos, tios e primos residindo no bairro. De modo geral, as histórias das famílias mais extensas e antigas no bairro são em diversos momentos entrecruzadas por casamentos que as ligam, estabelecendo laços de parentesco de diferentes graus e proximidades.

O trabalho de Elizabeth Bott (1976) foi precursor no estudo de rede social no meio urbano. Através de uma pesquisa com 20 famílias “comuns” em Londres, a autora propõe a existência de uma estreita relação entre os papéis conjugais e a configuração das redes de relações ao redor da família. Para Ulf Hannerz (1983), a progressiva ênfase no estudo de redes sociais deve-se ao próprio interesse da antropologia no estudo das sociedades complexas, onde a rede se apresenta como uma categoria de análise eficaz na pesquisa das relações sociais, inseridas em um conjunto cada vez mais diversificado em suas estruturas sociais³⁵. O estudo de rede social delimita um recorte do campo social, possibilitando uma descrição mais rigorosa da natureza das ligações sociais no interior deste campo (HANNERZ, 1983:219).

A crítica elaborada por Norbert Elias (2000) ao estudo de Bott centra-se na ênfase dada pela autora à família, enquanto estrutura sólida da sociedade investigada, desprezando a comunidade como um dos fatores de estruturação das famílias. Chamando a atenção para o vínculo recíproco entre a estrutura familiar e a estrutura comunitária, Elias abre a

³⁵ Max Gluckman, em prefácio à obra de Bott (1976), situa o livro na ampla faixa de problemas que emergem ao se compreender uma sociedade e seus grupos constitutivos como um entremeado de lealdades e fidelidades, um amontoado de identidades e diferenças sócio-culturais (BOTT, 1976:16).

discussão para a existência de vínculos estruturais fora do seio familiar, como é bastante comum nos estudos de classes populares.

Com efeito, no caso do Lami, vemos que se os laços de parentesco são importantes na organização social, também o são os laços estabelecidos com vizinhos e amigos, já que em muitos casos os parentes consangüíneos residem em lugares distantes dali, outros bairros e mesmo outras cidades. Dona Teresa e Seu Gaiola, por exemplo, não possuem muitos parentes residentes no Lami atualmente. Seus laços afetivos se estabelecem com os moradores e vizinhos do bairro, principalmente com as vizinhas do terreno de trás, “as gurias”, duas jovens irmãs que perderam recentemente o pai, pescador, e criam solteiras cada uma um casal de filhos. Enquanto conversávamos a sós, Dona Teresa me contava:

T: A gente é mais apegado com os outros, com os amigos, com as guria, (...) a gente é bem dizer os dois sozinho, né, a nossa companhia é os vizinho, assim, os amigo (...). Então por isso que nós semo apegado com as guria ali (...) a gente tem que procurar uma amizade assim, porque os parente da gente não moram perto, moram longe, né.

Estudando a lógica da organização familiar nos segmentos populares, Claudia Fonseca (2004) segue a já clássica distinção nos estudos antropológicos entre parentes consangüíneos e parentes afins, tentando compreender as variantes ao modelo ocidental de família – centrado na família nuclear – que surgem em contextos específicos. A noção de família, enquanto “uma ficção bem fundamentada” (BOURDIEU, 1996), ganha novas matizes nos estudos etnográficos que apontam para a segregação dos núcleos familiares e o estabelecimento de laços sociais igualmente importantes na esfera das redes de sociabilidade.

Os laços de parentesco e sociabilidade formam uma “malha estreita” (BOTT, 1976) a qual, mesmo sem a permanência dos vínculos no cotidiano, seja pela distância dos lugares de moradia, pela diferença das atividades de trabalho ou mesmo por trajetórias de inimizade, mantém um certo quadro de referências dos moradores do Lami, ou seja, de quem é dali. O bairro é, portanto, um “lugar de reconhecimento”³⁶, onde as pessoas são identificadas não a partir de um documento, do trabalho ou da instituição à qual são vinculadas, mas por sua localização em uma rede de relações, como o “sobrinho do

³⁶ Pierre Mayol (1996), indo de encontro às reflexões de Michel de Certeau, entende o bairro como um espaço público privatizado, qualificado, um lugar que é taticamente “possuído” pelos seus moradores.

fulano”, “irmão do sicrano”, “mulher do beltrano” e assim por diante. Morar no Lami é ter a certeza de ser reconhecido, negativa ou positivamente, possuindo um lugar na rede de relações que se inscrevem neste espaço. Uma vez que as relações não são isentas de distanciamentos e inimizades, os conflitos que se estabelecem entre os moradores não os excluem de uma certa rede, ao contrário, atestam seu pertencimento local.

Georg Simmel (1983), em sua extensa obra sobre as formas da vida social no mundo contemporâneo, traz importantes reflexões sobre a natureza do conflito como constitutivo das relações sociais, na medida em que compreende a sociedade como resultado de interações positivas e negativas, onde tanto a unidade como a discordância são formas de sociação³⁷. De fato, ao longo do trabalho de campo, pude perceber como os moradores do Lami se organizam em termos de redes de afinidade, possibilitando a coexistência de distintas redes onde seus integrantes se aproximam e se afastam circunstancialmente, de acordo com interesses afetivos, econômicos, políticos, etc.

Nesta espécie de mapa de reconhecimento, é fácil identificar quem é de fora do bairro. Nas minhas caminhadas pelo Lami, eu era evidentemente uma pessoa de fora, por uma série de condutas que me situavam como alguém que não se enquadrava nos limites do bairro: além de não ser um rosto conhecido e ter uma postura corporal distinta de quem está no seu espaço de moradia, eu andava freqüentemente sozinha, carregando uma mochila, câmera fotográfica ou gravador de som. Os itinerários que percorria no bairro também configuravam uma distinção entre a minha apropriação do espaço e a dos moradores. A praia, por exemplo, não era a mesma para mim (como alguém “de fora”), para os veranistas (visitantes sazonais), para os moradores e ainda para os pescadores. Para cada grupo a superfície deste espaço ancora-se em um conjunto de significações, usos e valorações específicas³⁸. Mesmo como intuito exploratório de conhecer o espaço, percorria freqüentemente alguns trajetos em detrimento de outros, delimitando alguns espaços de evitação que não necessariamente o eram para os moradores. De qualquer forma, era

³⁷ Segundo o autor, “assim como o universo precisa de ‘amor e ódio’, isto é, de forças de atração e de forças de repulsão, para que tenha uma forma qualquer, assim também a sociedade, para alcançar determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis” (SIMMEL, 1983:124).

³⁸ Como observou Roberto Kant de Lima entre os pescadores de Itaipu, “as próprias distâncias assumem significações relativas, assim como os meios de transporte. Para chegar ate lá, o ônibus que os conduz e um veiculo de relações sociais, em que o motorista o cobrador e as pessoas que circulam nele fazem parte deste sistema” (KANT DE LIMA, 1997:35).

principalmente a ausência de uma trajetória possível de ser mapeada por estes moradores, que me colocava do lado de fora de uma rede de sociabilidade.

Meu ingresso em uma rede de moradores no Lami foi determinante para que eu pudesse estar situada “em relação a” alguém do bairro, fosse um morador ou alguma instituição ali atuante. Passei a ser a “amiga” de alguns moradores do bairro, como Rodrigo, Simone e Dona Maria, pessoas que eu visitava com frequência e com quem era vista nos mercados, em algumas reuniões e a partir das quais era apresentada a outros moradores. Também era frequentemente apresentada como “jornalista”, “bióloga”³⁹, ou como alguém que estava em busca da “história do Lami”. Embora minha entrada no bairro não fosse motivada por nenhum destes “papéis”, estas eram maneiras encontradas pelos moradores de me situar a partir de um objetivo no bairro, ainda que vinculado a um lugar “de fora”, ligado à “cidade”, às instituições, ao conhecimento, à universidade.

Dona Maria repetidas vezes me localizava nesta rede como “a nossa jornalista”, na medida em que eu era alguém interessada nas histórias dos moradores e portava frequentemente um gravador e uma câmera fotográfica. O pronome que ela utilizava para me definir, me colocava do lado de “dentro”, inserida na rede de sociabilidade e solidariedade onde eu tinha uma função específica por cumprir, onde mesmo sendo alguém de fora, vinculada a uma instituição e a um certo saber científico, estava de um determinado lado, “o lado dos moradores”.

Seu Gaiola me apresentava como a “bióloga”, “amiga do Rodrigo”, embora eu tentasse convencê-lo de que meu trabalho nada tinha a ver com a biologia. Certa vez encontrei-o em frente a sua casa, voltando da pescaria com dois outros homens. Cumprimentei-os e Seu Gaiola me apresentou mais uma vez como “bióloga”, “amiga do Rodrigo”. Um dos homens me olhou com desconfiança e perguntou se eu era a tal “diretora da reserva”. A confusão expressava não apenas o desconhecimento por parte de muitos moradores de quem fosse a atual administradora da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger. Também dava indícios do lugar no qual eu era inserida por estar freqüentando continuamente o Lami, por cerca de um ano, e não apenas nas épocas de

³⁹ Pela forte presença de uma unidade de conservação no bairro, diversos biólogos já residiram ou trabalharam no Lami, sendo este o principal campo de pesquisa associado à universidade pelos moradores.

veraneio, quando é comum a presença de pessoas de fora. Alguma função eu deveria ter ali, afinal, que tornasse “digerível” a minha presença no bairro.

2.3 Uma estética comunitária

Ainda que grande parte dos moradores se desloque diariamente para o trabalho em áreas fora do bairro – o centro da cidade ou centros menores da zona sul, como os bairros Cavalhada, Teresópolis, Belém Novo e a Avenida Juca Batista – há um movimento importante, embora mais microscópico e localizado, entre os que permanecem no Lami. De fato, em dias de inverno ou “baixa temporada”, as ruas do bairro são silenciosas e esvaziadas, coloridas pelos pequenos encontros nas portas das casas, nas paradas de ônibus, nas caminhadas na orla, no caminho dos mercados. Durante o dia, a população do bairro compõe-se principalmente de mulheres, crianças e idosos, ou pessoas de meia idade, já aposentadas.

Os homens em idade adulta geralmente saem cedo para o trabalho fora de casa ou dos limites do bairro, mas nada indica que as mulheres devam permanecer em casa, envolvidas apenas com os afazeres domésticos. Há um número grande de mulheres, principalmente as jovens e recém casadas, que trabalham fora. Um dos principais motivos para a permanência das mulheres no âmbito doméstico é o cuidado com as crianças pequenas ou ainda de colo. Entre as mulheres que trabalham “fora”, um número significativo emprega-se na indústria Avipal⁴⁰, e outras tantas trabalham como empregadas domésticas em diversos pontos da cidade.

É visível, entre muitos moradores um esforço em permanecer no bairro nas estratégias de criação de trabalhos, bicos, e atividades em geral, principalmente entre as mulheres. Este esforço não se refere apenas à possibilidade de ter uma renda e uma ocupação sem deixar os limites do bairro, mas também de criar uma certa autonomia em relação aos outros espaços da cidade e ao mesmo tempo, manter certos vínculos de solidariedade que estruturam as histórias de vida de muitos moradores dali.

⁴⁰ A Avipal é uma empresa de produção de suínos e aves, que possui unidades na Bahia e em Mato Grosso, mas o principal foco de produção é no RS. Em Lajeado, a empresa possui sua maior unidade, com o abate de 360 mil frangos e 1500 suínos por dia. Em Porto Alegre, a Avipal possui uma unidade industrial de abate de frango para exportação, onde produz cerca de 150 000 unidades por dia. No Lami, fica a unidade de produção de rações, e em algumas localidades próximas, como a Boa Vista, existem antigas unidades ainda em funcionamento, onde se avistam as casas construídas para os funcionários, em um tempo onde o acesso a esta região da cidade era bem mais dificultoso.

Dona Neli, moradora da praia do Lami há mais de 20 anos, é bastante conhecida pelo seu caráter inventivo e batalhador no bairro. Nesses anos de moradia ali, ela já organizou uma creche comunitária⁴¹, foi uma das fundadoras da Farmácia Caseira Comunitária (inicialmente as reuniões aconteciam em sua casa) e mais recentemente arrecadou livros e propôs a organização de uma biblioteca, que não se efetivou por falta de alguém que se dispusesse a cuidar do espaço voluntariamente.

Dona Neli se movimenta em um espaço feminino de trabalho no cotidiano do Lami, como a confecção de sabonetes e artesanatos (Neli e Simone), a venda de alimentos (Dona Maria), a fabricação das redes de pesca (Dona Teresa), ou o estabelecimento de salões de beleza (Amália) e pequenas lojas de artigos de presentes e armazéns para o abastecimento do bairro. No verão, estes “fazeres femininos” ganham maior projeção com o aumento de visitantes no bairro. Sem dúvida, o que garante a manutenção destes trabalhos é a intensa rede de solidariedade e sociabilidade no bairro, tanto na criação da demanda como na possibilidade de comercialização dos produtos fabricados.

Dona Neli, por exemplo, organiza boa parte de suas atividades em torno da ajuda aos moradores mais necessitados, e em ações preocupadas com a manutenção de uma certa tranqüilidade e segurança no bairro, na tentativa de combater principalmente o aumento do uso de drogas entre os jovens. Dona Maria vende suas rapaduras e cocadas pelas ruas do bairro, mas também em mercados e bares onde “deixa” seus produtos para serem vendidos. A sua rede de fregueses vincula-se a uma rede de solidariedade que ajuda a manter sua atividade no bairro.

Essa idéia de “ajudar os outros”, “quem precisa” é corrente na fala dos moradores como uma prática que orienta as relações sociais do bairro. O trabalho masculino, os “bicos”, os pequenos serviços feitos pelos homens também se inserem nesta rede. Durante a construção de sua segunda casa, inicialmente Dona Maria contratou um pedreiro que fez um mau serviço, deixando muitas coisas a ajeitar. Então arrumou um outro rapaz, separado

⁴¹ A creche organizada por Neli atendia cerca de 60 crianças e contava com seis funcionárias, inseridas em uma rede social no bairro. A creche tinha um convênio com a fábrica da Avipal, que dava assistência para que as funcionárias deixassem seus filhos ali. Depois que a Avipal rompeu o convênio, a creche não pôde mais se manter. Hoje o Lami possui duas outras creches sediadas em casas de professoras aposentadas. Uma das creches que visitei atende desde bebês com poucos meses até crianças de 5 anos, pela falta deste serviço no bairro e a necessidade que as mães têm, desde cedo, de trabalhar.

da mulher e que criava sozinho os dois filhos em sua casa no Chapéu do Sol⁴². Este rapaz ajeitou o que ficara mal feito na construção da segunda casa, pintou por dentro e por fora e construiu a terceira peça. Quando comentávamos sobre a constante “obra” em sua casa, Dona Maria não poupava elogios ao rapaz, que segundo ela teve uma história parecida com a sua: ficou com a responsabilidade de criar os filhos quando a mulher o deixou. Esta identificação aliada ao bom serviço contribuiu para que Dona Maria “ajudasse” o rapaz, contratando-o. A última peça construída entre as duas casas também tem o intuito de “ajudar” alguém – que vá montar ali um pequeno negócio no verão - que também queira ajudá-la, pagando um aluguel.

Essa troca de favores, presente em diversas esferas da vida no Lami, instauram um forte laço social no bairro, que pode ser melhor compreendido à luz da obra de Marcel Mauss, “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”, onde o autor reúne esforços em precisar os três temas da dádiva: a obrigação de dar, de receber e de retribuir, denominando-os de “sistema de prestações totais” (MAUSS, 2003:191). Mesmo escrevendo a partir de um extenso material reunido acerca das “sociedades arcaicas” ou “primitivas”, toda a obra de Mauss caracteriza-se por destacar importantes princípios da vida social que podem ser observados no mundo contemporâneo⁴³.

A obrigação de “ajudar os outros” é seguida das obrigações de “receber e retribuir a ajuda”, como forma de manutenção desse laço. Ao mesmo tempo em que ajudava outras pessoas sempre que podia, Dona Maria já havia recebido ajuda em diferentes circunstâncias da sua vida. Um bom exemplo são as “ações entre amigos” organizadas por uma rede de vizinhança com o objetivo de arrecadar dinheiro para que Dona Maria pudesse visitar a filha em Santa Catarina, ou para a compra do terreno onde vive hoje e a construção de sua casa, que foi feita “graças às suas amizades”. Para Michel de Certeau (1994), esta “economia do dom” que caracteriza uma cultura “popular”, se insere no conjunto de “táticas” acionadas através de um estilo de trocas sociais, de invenções técnicas e de

⁴² Loteamento no extremo sul da cidade criado para o reassentamento de famílias de diversos loteamentos irregulares da cidade, entre elas as localizadas no bairro Belém Novo nas “áreas de risco” às margens do lago Guaíba, as tradicionais praias do Veludo, Leblon, Copacabana, entre outras. O loteamento possui capacidade para abrigar 700 famílias. Para mais informações sobre o processo de reassentamento destas populações, ver artigo de Magda Viana ver Série de Publicações do BIEV Iluminuras nº 56, disponível em www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

⁴³ Diversos autores da linha de uma antropologia rural ou econômica vêm recentemente recuperando as considerações de Marcel Mauss acerca da dádiva e apontam a reciprocidade como a relação estabelecida nas redes sociais especialmente no meio rural (SABOURIN:2003; NICOLAS:2002; CAILLÉ:1998).

resistência moral, onde a política do “dom” atua também como uma “tática desviacionista”⁴⁴.

Refletindo acerca desta força que “cimenta” a vida social no mundo contemporâneo, Michel Maffesoli (1996) se refere a uma solidariedade social própria da pós- modernidade, elaborada a partir de um processo complexo constituído de uma forte carga estética. Há uma simpatia universal do homem com seu ambiente natural, que reforça sua empatia particular com o ambiente comunitário (MAFFESOLI, 1996). Ao comentar uma “lógica do doméstico”, o autor amplia o termo até então referido à estrutura mononuclear à idéia de um “familiarismo” que caracteriza muitas das relações sociais contemporâneas. Neste sentido, as noções de doméstico, cotidiano, bairro, território, fundamentam-se em uma experiência compartilhada, onde a proximidade das relações e aquilo que é possível “manobrar” com os próximos adquire um relevo fundamental.

Essa idéia nos ajuda a compreender as redes de solidariedade, as ajudas associativas, as pequenas sociabilidades de vizinhanças, e a persistência dessas formas nas cidades moderno-contemporâneas, frente ao aumento de fatores como a agressividade, o conflito e o individualismo. Para Maffesoli, a experiência compartilhada é a chave da duração destas formas de solidariedade: são as situações cotidianas, posturas, hábitos, técnicas do corpo que, organizadas em uma lógica, compõem uma sólida organicidade, uma solidariedade estética. “Por meio dos diversos elementos que a compõem, o sensível, a imagem, o corpo, o doméstico, a comunicação, o emocional, coisas que se enraízam na experiência, essa estética é essencialmente ética, ela permite a ‘religação’ social” (MAFFESOLI, 1996:122).

Vemos que este enraizamento no espaço não exclui a dimensão urbana do Lami, cujos habitantes se inserem também no cotidiano de uma grande cidade, onde a “vida mental da metrópole” coloca o indivíduo em xeque diante do impulso a uma existência pessoal mais individual e ao mesmo tempo, a profunda resistência do indivíduo em ser uniformizado por um mecanismo sócio-tecnológico (SIMMEL, 1967). As cidades moderno-contemporâneas, na medida em que abrigam diferentes territórios e contextos

⁴⁴ “Semelhante ‘emulação’ não determina hoje a economia de nossas sociedades: o liberalismo tem como unidade básica o indivíduo abstrato e regula todas as trocas entre essas unidades segundo o código da equivalência generalizada que é a moeda” (CERTEAU, 1994:89).

sociais, levam seus habitantes a transitarem por distintas “províncias de significado”⁴⁵ onde a subjetividade do cidadão é modelada a partir das “negociações de realidades”⁴⁶ no confronto com as diferenças. A sociabilidade peculiar que encontramos no Lami não o exclui da categoria de um território urbano; ao contrário, mostra a coexistência de diferentes “ritmos” e “formas de sociabilidade” na metrópole, onde a “atitude blasé” e a “autopreservação” convivem com estreitas relações de vizinhança, solidariedade e ajuda mútua. As práticas de sociabilidade dos moradores do Lami expressam uma aderência ao que Simmel chama de “vida psíquica” da pequena cidade, onde a subjetividade do homem repousa sobre “relacionamentos profundamente sentidos e emocionais” (SIMMEL,1967:14), mas também à necessidade de se estabelecer coalizões sólidas frente às adversidades e incertezas do mundo urbano contemporâneo.

Larissa Lomnitz (1978), em estudo sobre os mecanismos de articulação entre os setores informal e formal nas “barriadas” na Cidade de México, esclarece a importância da constituição de redes como forma de inserção nos setores formais da economia urbana, proporcionando também aos migrantes uma malha segura que acolhe sua chegada na metrópole. Nas trajetórias de Dona Maria e Seu Gaiola, por exemplo, ambos destacam a vinda de parentes após seu estabelecimento no Lami. Seu Gaiola, que chegou em Porto Alegre por volta de 1950 vindo de Mostardas⁴⁷, trouxe alguns anos mais tarde toda a sua família, pai, mãe e os dois irmãos, que “fixaram moradia” no Lami, encontrando aí um lugar possível de se viver na “cidade”. Dona Maria, natural de Cerro Grande do Sul também acolheu o irmão que igualmente residiu no Lami. Em outras circunstâncias, esta rede se referia não apenas aos moradores do Lami, mas da região extremo sul como um todo, incluindo a cidade de Viamão, que é uma forte referência na trajetória desses habitantes.

As trocas de favores, serviços e trabalhos que observamos no cotidiano dos moradores do Lami também fazem com que se mantenha uma rede de atividades no bairro, onde é possível permanecer não muito longe de seus limites. Nessas “práticas cotidianas” (CERTEAU, 1994) de diferentes moradores encontramos o esforço da permanência de um

⁴⁵ SCHUTZ apud VELHO, 1994:22

⁴⁶ VELHO, 1994:22

⁴⁷ Mostardas é um município no litoral sul do Estado, a cerca de 160 quilômetros de Porto Alegre. Antiga vila açoriana, o município é conhecida como uma tradicional região de plantação de cebolas e pesca.

certo arranjo característico do bairro. As práticas cotidianas dos moradores em sua relação com este espaço, seja na agricultura, na pesca, nos “bicos”, nos afazeres domésticos ou nas relações de vizinhança, vão conformando um tom, uma qualidade específica nas formas de habitar o Lami. Maffesoli (1996) se refere à idéia de um “localismo”, um “gênio do lugar” que acentua o ethos ligado a um espaço, através dos pequenos rituais da existência cotidiana (MAFFESOLI, 1996:272).

Nos finais de semana, o ritmo do bairro se revela outro, com a permanência de quem trabalha fora em casa, a visita dos parentes – tendo em vista que o Lami é um lugar “bom pra se passear”, e vinda ocasional dos veranistas, moradores de outros bairros da cidade ou de Viamão e que mantêm suas casas fechadas boa parte do ano. As ruas ficam mais cheias de pessoas circulando pelos mercados, visitando a vizinhança, andando de bicicleta, jogando futebol na praia ou apenas passeando pela orla para contemplar a paisagem junto ao rio. O silêncio que caracteriza o bairro durante a semana é preenchido com o som da música que vem das casas e dos carros, ritmando as atividades de trabalho e lazer. Mesmo assim, na rua principal da praia do Lami não há trânsito ou buzinas – com exceção dos finais de semana no verão – e uma caminhada pelo bairro nestes dias é suficiente para descobrir que tratam-se de sonoridades pontuais, que aumentam à medida que passamos pela frente das casas e bares, mas diminuem em frente aos terrenos baldios, ao “mato”.

Os finais de semana também são o tempo disponível para “tocar obra”, construir ou aumentar o espaço da casa e fazer pequenos reparos e consertos. Mesmo nos terrenos pequenos, há sempre espaço para um “puxado”, uma extensão da casa onde se possa fazer um galpão, uma oficina, um pequeno comércio ou mesmo uma casa de modestas proporções para algum filho(a) que se case. Com o progressivo aumento na venda de terrenos para loteamentos no



bairro, há sempre uma nova casa sendo construída. É bastante comum que as construções sejam feitas por amigos e familiares, ou por moradores do bairro, já que muitos ali “trabalham com construção”.

Inseridas nestas redes de ajuda mútua também situam-se grandes e conhecidas instituições religiosas ou pequenas e simples igrejas e templos instalados em uma peça ou em “puxadinhos” de certas casas e bares. A maior e mais conhecida destas instituições



denomina-se Tala, um centro umbandista que congrega diferentes cultos e possui grande influência local. Percorrendo a Estrada do Varejão, é possível avistar o templo, uma espécie de fortificação a beira da estrada, com uma série de outras construções menores na ampla área situada entre o Beco Paraíso, onde reside

Silvana, e a antiga Estrada do Espigão, recentemente rebatizada de Estrada Luiz Corrêa da Silva, em homenagem ao falecido pai de Tala. A tradição que circunda este centro é, portanto, antiga, atraindo moradores de diferentes partes da cidade. A “mãe” Tala, como é chamada, é uma figura quase mítica no Lami, estabelecendo-se em torno dela diversas especulações sobre seus poderes, suas enormes unhas, seu modo de vida, sua riqueza, etc. Embora não a tenha conhecido pessoalmente, a Tala fazia-se presente na fala da maior parte dos informantes com quem conversei, fosse para fazer pouco de seus supostos poderes, enquadrando-a como alguém que “tira dinheiro dos otários” e não atende a “gente humilde do Lami”, fosse para situá-la como uma pessoa generosa, sempre disposta a ajudar o próximo, como era o relato de Seu Gaiola e Dona Teresa, que viviam há cerca de dois anos em uma casa que pertencia a Tala e que lhes era alugada por um preço bastante acessível. Tala era prima da primeira mulher de Gaiola, o que mantinha esta relação de “ajuda” apoiada em um importante laço de parentesco.

Seja mencionada positiva ou negativamente pelos moradores, a Tala inscreve sua atuação em uma vasta rede de influência junto aos moradores do bairro, com quem estabelece um sólido laço social, na medida em que é uma figura temida ou reverenciada. A

garantia dada a Seu Gaiola e Dona Teresa de que enquanto ambos vivessem poderiam morar naquela casa sem que o aluguel subisse de preço, era retribuída não apenas por um “falar bem” de Tala junto a rede de sociabilidade do casal, mas também no prosseguimento de um contrato de troca social, onde Seu Gaiola, por exemplo, construía os barcos destinados a oferenda de Iemanjá nos cultos anuais a este orixá no Lami, organizados por Tala.

A entrada destas instituições religiosas na densa rede social que congrega indivíduos, grupos e instituições no Lami, insere o sistema de trocas sociais enquanto um “fenômeno social total”, nos termos de Marcel Mauss (2003), no qual se exprimem as instituições religiosas, jurídicas, morais e econômicas, “sem contar os fenômenos estéticos que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam” (MAUSS, 2003:187). Ao descrever o “potlatch”, Mauss enfatiza que neste ritual, a distribuição dos bens é um ato fundamental de “reconhecimento” frente ao grupo, momento em que é reconhecido o poder econômico, jurídico, militar e religioso (MAUSS, 2003:247). O recebimento dos bens, por outro lado, reafirma o comprometimento diante da dádiva aceita e que obrigatoriamente, deve ser retribuída, o que neste caso pode se constituir na legitimação do poder religioso da Tala no Lami.

2.4 Conhecendo o loteamento: da gente “carente” e “necessitada” do Lami

Dentre os distintos territórios do Lami descritos genericamente no capítulo 1, não foi possível ao longo do trabalho de campo conhecer a todos em profundidade, de forma a compor uma “descrição densa” (GEERTZ, 1997) do cotidiano de cada um destes espaços. Optei por conhecê-los a partir dos informantes que ali residiam, que relatavam em entrevistas e conversas informais alguns traços deste cotidiano, os quais fui compondo na forma de um mosaico um quadro que me permitisse diferenciar e ao mesmo tempo aproximar esses territórios, compreendendo-os como partes de um todo maior, que unifica as populações enquanto moradores do Lami.

O loteamento Jardim Floresta, um dos mais antigos e populosos no Lami, constitui um destes territórios, que passo a descrever a partir da trajetória de Marília, uma das primeiras moradoras do loteamento e importante líder comunitária local. Durante as minhas “estadias” na casa de Silvana, conversava bastante com Marília, ajudando-a em alguns

serviços como a preparação da feira, a colheita e embalagem dos frutos, folhas e vegetais, no preparo da comida, ou simplesmente “batendo papo”. Fui assim conhecendo um pouco do cotidiano no loteamento, nas histórias dos vizinhos, das mães com filhos doentes, no “quem briga com quem” ou “faz as pazes com quem”. Foi através das nossas conversas informais que descobri um Lami povoado por “gente carente”, “necessitada”, como ela mesma dizia, o que era revelado em sua própria trajetória no bairro. Com três filhos de pais diferentes e nenhum marido para ajudá-la no sustento, Marília conta ter passado por períodos em que “catava caruru pra comer com polenta”, época em que foi muito ajudada por diferentes moradores do bairro, entre eles Seu Gaiola e Dona Teresa.

Não se pretende, com essa descrição, referir a população “pobre” e “carente” do Lami apenas a este loteamento. A divisão entre “pobres” e “ricos” no Lami não é tão visível espacialmente, principalmente porque os “pobres” constituem a maior parte da população, residindo em diferentes espaços do bairro, inclusive aqueles que poderiam ser considerados “privilegiados” pelas belezas naturais, como a praia.

Conheci de fato o Jardim Floresta em uma tarde de sábado, percorrendo de bicicleta a curta distância que separa o loteamento, onde Marília reside, da casa de Silvana, seu local de trabalho. Enquanto Marília terminava seus afazeres na casa com a ajuda da filha mais nova, havia lhe proposto que me levasse até sua casa para que pudesse conhecer com ela o “famoso” Jardim Floresta. Marília topou na hora, cumpriu com rapidez o serviço e em menos de meia hora nos dirigíamos ao loteamento.



Percorremos pela Estrada do Varejão um curto trecho até a fábrica da Avipal, parando alguns metros antes da entrada do loteamento. Ali havia uma casa antiga a qual Marília havia mencionado ser a sede de uma fazenda anterior ao loteamento. As primeiras

casas foram erguidas há cerca de 15 anos após o partilhamento em pequenos lotes de uma área de 50 hectares destinada ao cultivo de mandioca e à produção de farinha. Conversamos com o filho do antigo proprietário, Moacir, ainda reside na antiga casa da fazenda, em uma pequena área que restou do processo de loteamento. Conta que a área foi vendida sem que se soubesse que seria partilhada, em um momento em que a produção da farinha de mandioca já não era mais viável. O início do loteamento foi um “desgosto” para o pai de Moacir, que não esperava ver sua terra até pouco tempo produtiva transformada em pequenos lotes. Assim como outros loteamentos do bairro e da cidade, boa parte dos terrenos é considerada “irregular”, pelo não cumprimento das normas para a implantação de um loteamento junto à prefeitura.

O terreno onde Moacir reside é constantemente atravessado pelos moradores do loteamento, já que é um atalho de acesso à Estrada do Varejão. Enquanto Moacir relatava os problemas decorrentes da proximidade do loteamento, e da crescente violência e uso de drogas no local, passava por nós um grupo de quatro garotos fazendo um discreto sinal indicando que atravessariam pelo seu terreno. O trajeto destes moradores praticamente corta o terreno de Moacir ao meio, e se dá entre as plantações, frutíferas, o galpão e a casa, em uma área que, a diferença dos pequenos lotes do Jardim Floresta, ainda guarda características de uma pequena propriedade produtiva.

Com as bicicletas, seguimos até a entrada do Jardim Floresta. Na entrada, onde ficam os bares e armazéns, todos cumprimentavam Marília, perguntando se ela não iria “tomar uma” naquele dia. “Hoje não, não tô com vontade”, dizia, não podendo beber nestes dias por estar tomando antibiótico para um problema de saúde. A sociabilidade parecia explodir nas ruas, nas conversas de esquinas, nos bares, em frente às casas, no vai e vem das bicicletas. Após apontar o primeiro bar do loteamento, cujos donos eram bem antigos ali, Marília nos levou para conhecer a primeira casa que havia morado, a casa que construiu junto com o primeiro marido. Há quatro anos, ali reside Dona Almerinda, uma senhora de idade recém viúva e que está “melhorando” a casa, fazendo obras. Marília viveu ali por bastante tempo, até tentar trabalho em um sítio em Itapuã, mas como os filhos não se adaptaram, ela voltou para outra casa no Jardim Floresta. Entramos na casa enquanto ela mostrava o que havia mudado e o que continuava como era antes, as antigas divisórias que

Dona Almerinda havia derrubado, o detalhe do reboco “asperozinho” e verde que ela havia pintado com o marido e ainda permanecia o mesmo.

Já anoitecia quando nos dirigimos para sua atual casa. A rua, àquela hora, estava repleta de gente. As crianças brincavam em grupos nas ruas de chão batido onde o principal tráfego era de bicicletas. No caminho, encontramos algumas meninas beirando a adolescência pedindo para “cuidar” da filha de Marília: o cuidado das crianças entre si é uma prática comum no loteamento e também no Lami, onde muitos pais trabalham a maior parte do tempo ou se encontram envolvidos em atividades de lazer que excluem a participação dos filhos pequenos.

Em sua casa, onde vive com o namorado, os três filhos e eventuais hóspedes que “acolhe” quando estes não tem onde morar, Marília relatava a “discriminação” que sofria até hoje ao circular em lugares diferentes da cidade, fora dos limites do Lami. Ela contava principalmente as dificuldades que tinha para conseguir atendimentos de saúde, já que o posto local não tinha condições de atender toda a demanda da região, que correspondia a cerca de 12 mil pessoas. Certa vez, com dor nos dentes, Marília foi à PUC na seção de atendimento feito por estudantes de odontologia, onde o valor cobrado é acessível, mas disse se sentir humilhada ao ver “aquelas mulher como salto assim ó” passarem na sua frente, enquanto ela esperava para ser a última a ser atendida.

A trajetória de Marília, que conheci como empregada doméstica, cozinheira e uma espécie de “faz-tudo” na casa de Silvana, nos dá uma idéia dos múltiplos trabalhos que podem ser inventados ou aproveitados pelos moradores do Lami. Vinda de Minas Gerais há quase 20 anos, Marília trabalhou na Avipal, vendeu batata-frita na praia, foi líder comunitária e trabalhou em diferentes casas de família até conhecer Silvana e o marido, com quem trabalha há cerca de 5 anos. Engraçada e explosiva, Marília possui uma rede de conhecidos em quase todo o Lami, por frequentar a praia, os bailes, os rodeios, as discussões políticas e as atividades agroecológicas, relacionadas ao “turismo rural”⁴⁸ no bairro.

⁴⁸ Essa recente modalidade de turismo será abordada no capítulo 5.

2.5 “Ter liberdade” e a violência no Lami

Ao se defrontar com o cotidiano da Vila do Cachorro Sentado, em Porto Alegre, a antropóloga Claudia Fonseca (2004) relata ter levado cerca de 8 meses para observar os casos de violência física presentes na vila. Sem poder precisar se a demora em ver tal aspecto da vila decorreu da ausência de casos de violência entre os informantes neste período ou “à cegueira da pesquisadora”, Fonseca aponta sua atitude em relação à violência como um verdadeiro obstáculo na superação do etnocentrismo.

De forma análoga, longos meses transcorreram até que o aspecto violento do Lami viesse à tona em minhas observações. Foi nos comentários de Seu Gaiola que soube de uma morte violenta no bairro, nas proximidades da casa de Simone. Quando eu a questioneei sobre o caso, ela comentou que um dia pela manhã chegou à parada 21, onde costuma pegar ônibus, e encontrou uma poça de sangue no chão. Tratou-se de uma “rixa” entre duas famílias da Restinga, onde um dos membros da família foi esfaqueado em frente à mulher e os filhos, quando esperava o ônibus depois de tê-los visitado no Lami. Simone ressaltava que o crime nada tinha a ver com o Lami, já que tanto o morto quanto os assassinos eram da Restinga, sendo esta uma morte “endereçada”.

Menos de um mês depois, fui surpreendida pela notícia no jornal que anunciava: “Vítima foi golpeada até a morte”⁴⁹ relatando o assassinato de um morador de rua na praia do Lami. Morto a pedradas, o tal morador de rua era conhecido por “Tiririca”, e fora encontrado entre os salseiros da praia na manhã do feriado de 7 de setembro. “Tiririca” era um andarilho de cerca de 40 anos, sem muito paradeiro e com “problemas mentais”, mas conhecido por muitos no Lami. No dia em que soube de sua morte, estava no Lami e aproveitei para “investigar” o caso junto aos moradores. Conversei com alguns moradores conhecidos e outros nem tanto, em um dos principais espaços onde as notícias são atualizadas: o mercado. Todos pareciam minimizar a situação, ou não tendo tomado conhecimento do fato, ou exclamando que isso era uma “barbaridade”, mas devia ser coisa da “gurizada”. Em ambos os casos, a violência parecia ser minimizada pelos moradores, fosse como forma de encobri-la diante da minha presença enquanto pesquisadora, ou como forma de acomodar estas violentas rupturas e impactos no cotidiano. Certa vez, quando saía do mercado “dos gordo” com Dona Maria, ela foi questionada pelo dono do mercado, se

⁴⁹ Conforme notícia publicada no Jornal Correio do Povo no dia 8 de setembro de 2006.

era mesmo verdade que havia “um morto” no arroio nos fundos da sua casa. Irritada com a pergunta, Dona Maria disse que não havia morto nenhum lá, e que isso era tudo “invenção”. A jocosidade no tratamento de um tema trágico como a morte, inserindo-o em uma rede de “fofocas”, ameniza o tema da violência no Lami.

A fofoca, conforme apontado por Claudia Fonseca (2004) é uma prática que mantém o laço social no grupo, onde “os casos de malandragem, de violência ou de infidelidade conjugal constituiriam uma espécie de folclore com o qual os moradores podem identificar-se” (FONSECA, 2004:42). Mesmo podendo atuar como um mecanismo depreciador⁵⁰, a fofoca vincula os moradores do bairro em uma realidade social comum, na medida em que “não se faz fofoca sobre estranhos” (FONSECA, 2004:42).

Quando comentávamos sobre a morte de “Tiririca”, alguns moradores, tentando identificá-lo, mencionavam um ou outro andarilho que seguidamente lhe pediam dinheiro. Como ele, havia muitos outros no Lami. Neste dia, conheci “Cigarrinho”, assim apelidado pelos moradores por pedir apenas cigarros a todos que passam na rua. Enquanto caminhava com Dona Maria, que havia encontrado no mercado, ele me pediu sorridente “um cigarrinho”, sentado junto a um muro. Em outra ocasião, ao caminhar com Dona Maria à tarde no calçadão, fui interpelada por um homem adulto que, ao me ver com a câmera fotográfica, me pediu dinheiro de forma bastante incisiva. Dona Maria comentou com indignação que este rapaz estava sempre por ali pedindo dinheiro: “vê se pode, um sujeito desses, podendo trabalhar!”.

A presença dos “andarilhos” no bairro, da “gurizada” ou das pessoas “de fora” do bairro, constituem uma ameaça também na segurança das casas, onde é sempre bom ter alguém para cuidar, porque “em casa vazia o pessoal entra mesmo”. De modo geral, os roubos são atribuídos à pessoas de fora do bairro, ou a moradores recentes como o grupo do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que há cerca de dois anos “invadiu” um terreno destinado ao reassentamento da população que habita as margens do Arroio Manecão. A vinda do grupo é apontada como um dos motivos do aumento da criminalidade no Lami, sendo diversos os roubos de casas atribuídos a alguns integrantes do grupo⁵¹.

⁵⁰ Segundo Norbert Elias e John Scotson (2000), a fofoca atua como um mecanismo de controle social, mantido através da “fofoca elogiosa” e da “fofoca depreciativa” (2000:20).

⁵¹ Durante o trabalho de campo, não tive oportunidade de conhecer o grupo do MNLM, principalmente por não conhecer ninguém no bairro capaz de me colocar lá dentro. Alguns moradores me alertavam que não

Dona Maria, que mora sozinha, já teve sua casa roubada mais de uma vez, em que levaram sua câmera fotográfica, comida e outros pertences. Morando em uma casa bastante simples às margens do Arroio Manecão, ela relata:

Dona Maria: Tanto é que eu não fui mais à aula, que já andaram me arrombando aqui a minha casa já três vez. Nem eu não escapei do roubo. Agora imagina. (...). É, minha filha, de dia claro roubaram aqui.

Embora o número de roubo a casas venha aumentando no Lami, a maior parte das moradias não possui grades ou trancas eficazes nas portas. O acesso às residências é tão fácil, que em diversas vezes entrava na casa de alguns informantes sem que estes precisassem abrir a porta ou combinávamos que a chave ficaria em algum “esconderijo” facilmente encontrado por qualquer pessoa que chegasse. Há uma recusa à fortificação dos espaços, tal como encontramos nas áreas centrais da cidade ou nas casas dos “ricos”, devidamente protegidos por muros⁵² e extensas parafernalias de segurança.

A “liberdade” em se viver no Lami ainda é mencionada pelos moradores como uma recusa à aglomeração urbana dos grandes centros. Mesmo com o aumento da violência e dos roubos no bairro nos últimos anos, o Lami ainda é lugar onde “se pode andar na rua”, passear de bicicleta e conhecer os vizinhos, guardando uma relativa distância dos aspectos indesejados da vida nos centros urbanos, como o individualismo, a densidade populacional, e claro, a violência. A violência é comumente projetada para a “cidade” e deslocada do Lami, reforçando as vantagens de se habitar o bairro frente aos “perigos” e à “correria” do centro. Enquanto alguns moradores mais antigos evitam ir ao centro, por “medo” da aglomeração e dos assaltos, grande parte dos jovens do Lami parte em busca deste “espírito” da cidade, procurando emprego em áreas centrais ou simplesmente desejando que a urbanização chegasse ao bairro, aumentando as possibilidades de lazer, estudo e empregos.

Neste sentido, a população do Lami se vê confrontada com o aumento da violência e da criminalidade em um território da cidade até pouco tempo pautado por valores que se

conseguiria entrar sozinha na área ocupada, porque seria “barrada” na entrada. De fato, não tentei entrar sozinha. Por isso apenas cito o grupo através da fala dos informantes, abstenho-me de discutir a veracidade destes comentários.

⁵² Em “Cidade de muros” (2000), Teresa Caldeira se refere à construção de muros nas cidades como estratégias que “estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos” (2000:09).

opunham ao individualismo e à fortificação dos espaços característicos dos grandes centros urbanos. Embora o conflito e a tensão social sempre estivessem presentes nas relações sociais inscritas no bairro, apenas recentemente ganharam a dimensão de ameaça aos moradores, com o expressivo aumento dos casos de roubos e mortes, tráfico e consumo de drogas. Gilberto Velho (1996), em recente estudo sobre violência, reciprocidade e desigualdade social nas cidades brasileiras, sustenta que a crescente violência urbana não se deve apenas à desigualdade social, mas a um esvaziamento de conteúdos culturais e éticos no sistema de relações sociais. No processo de modernização das grandes cidades, a difusão dos valores individualistas se expandiu em espaços até então regidos por padrões de interação mais amistosos e clientelistas, pautados por tradicionais formas de dominação. A impessoalidade das grandes cidades enfraqueceu os laços de reciprocidade, cedendo espaço à uma certa rotinização da violência, especialmente, mas não só, nas camadas populares.

O impacto que causa a criminalidade no Lami está justamente na peculiaridade deste território, que mesmo sendo um bairro de habitações populares na cidade, abrigando uma população “pobre”, é também um espaço onde certos valores éticos e morais são tradicionalmente norteadores das relações sociais entre seus habitantes, prevalecendo até hoje nas relações de reciprocidade e ajuda mútua.

CAPÍTULO 3

MEMÓRIA E NARRATIVA

O olhar etnográfico que propomos agora é adensado pela escuta das vozes de habitantes do Lami cuja trajetória pessoal se mistura com a história do bairro. Em meio às observações do trabalho de campo, a fala dos antigos habitantes do Lami ganha força e acrescenta dimensões mais profundas na descoberta do enraizamento dessas populações a esse território. Referimo-nos a um tempo que habita o “espaço fantástico da memória”⁵³, um tempo que subverte a linearidade das ordenações cronológicas de uma memória histórica e progressista, estabelecendo relações causais, na tessitura entre os “tempos vividos e pensados”⁵⁴, agenciados por esses narradores.

O Lami começa assim a ser revelado na densidade da experiência vivida de alguns de seus habitantes, narradores de uma memória coletiva desse território. Esta pesquisa foi em busca dos “antigos” que habitam o Lami, um grupo capaz de retrair a experiência vivida de 30 e até 50 anos na região. Dodô, Seu Gaiola, Dona Maria e Seu Alcy Bernardes trazem em suas narrativas biográficas o próprio substrato da memória coletiva do Lami. Em suas lembranças, narram aspectos de uma memória compartilhada da cidade de um ponto de vista particular: o bairro Lami

Entrecruzar essas diferentes narrativas acerca de um mesmo território na cidade só é possível ao apoiar-nos na obra de Maurice Halbwachs, “A Memória Coletiva” (2004), na qual o autor estabelece uma relação intrínseca entre a memória e os “quadros sociais” nos quais as lembranças se apóiam para serem constantemente reconstruídas⁵⁵. Ao trabalhar com a noção de memória coletiva, Halbwachs estabelece uma diferença fundamental entre a memória coletiva e a memória histórica, na qual a primeira é o centro da tradição, ancorada no fluxo contínuo do grupo social, e a segunda se refere a um quadro de

⁵³ ECKERT e ROCHA, 2000b.

⁵⁴ Cf Bachelard, 1994:76.

⁵⁵ Herdeiro de uma tradição sociológica oriunda de Émile Durkheim, Maurice Halbwachs foi precursor no estudo da memória enquanto um fenômeno social.

acontecimentos, que se estabelece a partir de um conhecimento que é exterior ao próprio grupo, às suas práticas e representações coletivas (HALBWACHS 2004).

Com base nas reflexões de Halbwachs, compreendemos que não se trata de lembranças de narradores específicos que permanecem no isolamento de suas casas, mas de recordações que são continuamente negociadas e reconstruídas coletivamente, configurando uma memória coletiva disposta a durar no tempo. Formam uma “comunidade afetiva”, conferindo as bases para a reconstrução das lembranças que operam a partir de dados ou noções comuns, ancoradas em uma mesma sociedade (HALBWACHS 2004:38).

A memória quando construída na lembrança, como aponta Ecléa Bosi (1999), não é sonho, e sim trabalho. O ato de rememorar configura uma ação inteligente do homem sobre o mundo, na qual este se encontra diante do desafio de povoar sua vida de sentido, reunindo, costurando, tecendo os episódios de modo que se crie a continuidade temporal necessária para seguir vivendo. O trabalho da memória consiste em uma constante reconstrução do passado a partir dos contextos sociais do presente, diante do qual a memória repensa, rearticula e dá novos significados ao passado, que é retomado enquanto um tempo vivido e lembrado⁵⁶.

A obra de Gaston Bachelard, “A dialética da duração” (1994) nos ensina que a memória, enquanto experiência da nossa duração passada, se desenvolve a partir de eixos racionais, onde a continuidade da vida humana se consolida em uma série de decisões experimentadas, que distinguem os “tempos utilizados e tempos recusados”, tempos ineficazes e tempos coerentes⁵⁷. Ao ato de rememorar é atribuída uma força interpretativa, propulsora de uma relação dialética entre passado e presente, onde o passado deve estar necessariamente encadeado a um tema afetivo presente para que seja relembrado, revivido⁵⁸ (BACHELARD, 1994).

⁵⁶ Conforme Cornelia Eckert e Ana Luiza Rocha (2000b), em consonância às reflexões de Maurice Halbwachs e Gaston Bachelard, “habitar o espaço da memória é conviver com memórias coletivas, individuais e sociais negociadas, e não, simplesmente, domesticar um território vazio e opaco, lugar de reativação de tradições perdidas ou da nostalgia do passado.” (2000b:14)

⁵⁷ “Nossa história pessoal nada mais é assim que a narrativa de nossas ações descosidas e, ao contá-la, é por meio de razões, não por meio da duração, que pretendemos dar-lhe continuidade.” (BACHELARD, 1994: 39)

⁵⁸ “Em outras palavras, para ter a impressão de que duramos – impressão sempre singularmente imprecisa – precisamos substituir nossas recordações, como os acontecimentos reais, num meio de esperança ou de inquietação, numa ondulação dialética. Não há recordação sem esse tremor do tempo, sem esse frêmito afetivo. Mesmo nesse passado que acreditamos pleno, a evocação, a narrativa, a confiança ocupam o vazio dos tempos inativos; sem cessar, quando recordamos, estamos misturando, ao tempo que serviu e ofereceu, o tempo inútil e ineficaz.” (BACHELARD, 1994: 38)

As narrativas que seguem são resultado deste árduo trabalho da memória, reveladas em um conjunto de situações específicas no decorrer desta pesquisa, nas quais os informantes eram levados a refletir sobre suas experiências passadas e seu lugar no mundo hoje. Por diversas vezes os narradores se referiam a pessoas mais antigas do que eles, com mais propriedade para falar do tempo antigo, reconhecendo uma linhagem de narradores: os “véios”, os “tios”, as “vós”. Dodô, por exemplo, remetia sua fala a uma linhagem de narradores da família, os “tios solteiros” que até hoje faziam durar uma prática pouco cara às novas gerações: os contos de assombração em volta do fogão aceso.

Esta experiência que é transmitida de geração em geração guarda semelhanças com a descrição de Walter Benjamin (1985) acerca da figura do narrador. Para Benjamin, entre estes “narradores anônimos”, haveria dois grupos ou tipos básicos de narradores, que se interpenetram e se articulam em novas formas: o viajante, aquele que vem de longe com muitas histórias a contar, como o “estrangeiro”⁵⁹, e aquele que permanece enraizado em seu país, detentor de um saber próprio do território que habita. Esses dois grupos de narradores, exemplificados pelo marinheiro comerciante e o camponês sedentário, são para Benjamin detentores de uma “arte de narrar” em vias de desaparecimento. A preocupação de Benjamin com o fim da arte de narrar diante da modernidade e da emergência das sociedades complexas industriais se referia ao fim da própria experiência moldada artesanalmente pelo narrador como matéria-prima de sua narrativa.

Uma “arte de dizer”, nas palavras de Michel de Certeau (1994), que articula na narrativização das práticas uma “maneira de fazer” textual, com procedimentos e táticas próprios. As narrativas destes habitantes remontam o gesto tradicional que narra as práticas, expressando a cumplicidade e as imbricações sociais que ligam as “artes de fazer” às “artes de dizer” (CERTEAU, 1994:153).

A matéria-prima das narrativas, entretanto, segue existindo nas sociedades complexas, nas práticas urbanas ou tradicionais de seus habitantes. Passadas algumas décadas das reflexões de Benjamin, percebemos que a arte de narrar é cotidianamente reinventada pelos habitantes das grandes cidades, não apenas na persistência de traços das tradições, mas na rearticulação da tradição frente às novas experiências que o mundo urbano impõe. Trazendo as reflexões de Benjamin à luz dos estudos antropológicos acerca

⁵⁹ Cf Simmel (1983)

da memória coletiva no âmbito das sociedades complexas, percebemos que o gesto do antropólogo de registrar as narrativas dos nativos através do recurso da escrita e dos suportes audiovisuais permite fixar os traços da tradição dos grupos investigados, situando os antropólogos enquanto “guardiões da memória” destes grupos (ECKERT e ROCHA, 2005). Trata-se de “um dizer sobre aquilo que o outro diz de sua arte” (CERTEAU, 1994:151).

Para se trabalhar com as narrativas dos moradores do Lami acerca do lugar onde vivem, da paisagem e suas transformações ao longo do tempo, esta pesquisa adota as reflexões de Paul Ricoeur (1994) em sua perspectiva de um círculo hermenêutico entre narrativa e temporalidade. Em “Tempo e Narrativa”, o autor propõe a existência de uma correlação específica entre o ato de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, na qual o tempo torna-se tempo humano ao ser articulado de modo narrativo, e a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.

Partindo de uma concepção hermenêutica, preocupada em reconstruir o arco inteiro das operações pelas quais a experiência interpretativa se dá em obras, autores e leitores, Ricoeur centra o foco na mediação entre tempo e narrativa, que acontece através das mimeses I, II e III. As considerações de Ricoeur acerca das três mimeses são importantes para se pensar as sucessivas camadas interpretativas que conformam não só o gesto narrativo dos informantes, mas a própria narrativa que resulta da experiência etnográfica. A pré-figuração, a configuração e a refiguração (mimeses I, II e III) são momentos da construção narrativa que falam, respectivamente, de uma pré-compreensão do mundo e do agir humano, que permite a imitação da ação; da configuração desta imitação em um encadeamento causal e não apenas cronológico, de forma a compor a tessitura da intriga; e da intersecção do mundo do texto com o mundo do leitor, completando o círculo hermenêutico e abrindo espaço para novas imitações/interpretações.

Nas palavras de Ricoeur, existem duas formas de se operar o tempo: uma forma que transmite e outra que renova. A própria constituição de uma tradição repousa sobre o jogo da inovação e da sedimentação. O ato de narrar revela um arranjo constante de traços novos e antigos, na medida em que transmite tradições sempre sujeitas a inovações. A narrativa é o próprio gesto reflexivo acerca do tempo. Veremos como as histórias de assombração no

bairro, por exemplo, só persistem porque se modificam, e a própria perda do contexto referencial onde estas histórias eram contadas – as noites escuras em torno do fogão à lenha – acionam nestes narradores um esforço de re-atualização e transmissão destas histórias. Há, portanto, uma *inteligência narrativa* que está em relação estreita com a *inteligência prática* e que sugere uma ligação entre o ato de contar histórias e a própria experiência cotidiana desses narradores, ou seja, a compreensão narrativa refere-se tanto à compreensão da linguagem do “fazer”, da ação no mundo, quanto à tradição cultural das intrigas, das histórias, dos modos de contar.

O antropólogo em sua experiência etnográfica, ao ver e escutar imagens e narrativas no trabalho de campo, também se depara com o desafio diante do agenciamento dos dados no texto etnográfico, na medida em que existem, na própria ação, “estruturas temporais que exigem a narração” (RICOEUR, 1994:95). Há um encadeamento causal que ordena também o texto etnográfico, norteando o processo de construção narrativa, em uma tentativa de conferir sentido às experiências vividas e observadas⁶⁰. A intriga, para Paul Ricoeur, é o eixo da construção narrativa, na medida em que se constitui na representação da ação, de forma a ordenar a ação a partir de sua intencionalidade. A narrativa etnográfica tecida pelo pesquisador é, neste caso, uma composição das narrativas vividas em campo, as suas e as dos informantes, proporcionadas por uma “escuta etnográfica” do campo.

É neste sentido que a presente pesquisa apresenta esses narradores como os “antigos” do Lami, sendo a memória de suas narrativas pessoais e biográficas o depositário das memórias de muitas gerações enraizadas neste território específico da cidade. O “velho” em sua função social de lembrar, restituindo os aspectos já esquecidos por outros ou não vividos pelas novas gerações, ainda trabalha a matéria-prima de sua experiência na arte de narrar.

A memória coletiva, como substrato de uma tradição cotidianamente reinventada, é o que faz com que duremos no tempo. Habitar o espaço da memória é, portanto, “conviver com memórias coletivas, individuais e sociais negociadas, e não, simplesmente, domesticar um território vazio e opaco, lugar de reativação de tradições perdidas ou da nostalgia do passado” (ECKERT e ROCHA, 2000b:14)

⁶⁰ As reflexões de Gaston Bachelard, acerca das causalidades físicas e intelectuais apontam que “as ligações dos instantes verdadeiramente ativos são sempre efetuadas sobre um plano que difere do plano em que se executa a ação” (BACHELARD, 1994:105).

Ao escutarmos as lembranças destes narradores do Lami, entramos em um espaço-tempo próprio da memória, através das narrativas que moldam a matéria do tempo, que é, por si, “ondulante e lacunar” (BACHELARD, 1994). É pelo trabalho da memória, como possibilidade de durar no tempo, que passamos a conhecer as estórias destes antigos moradores do Lami.

3.1. Os narradores do Lami

3.1.1. Dodô

D: A família do pai do pai era daqueles que não...era os sem bandeira. É. Eles eram Silva. Tudo que é Silva não tem...então tudo, tudo se chamava assim ó...o nome do pai do pai era, se chamava assim: era Nelson Celso da Silva. Aí tinha o outro que era irmão do meu avô que era, como é que é...Armênio Luis da Silva, o outro era...perai que agora tenho que me recordar o nome...tudo assim uns...tudo terminava no da Silva, né, tudo no da Silva.

Então esses não tinham...esses não se sabe se eram alemão, se eram judeu, se eram polaco, se eram...ninguém sabe da onde surgiram. Já a geração da parte da minha vó, da mãe do pai, ela já era dos Ventura, né, era Castro, e já era da família dos Malta, entendeu, já tinha uma...E o pai sempre dizia não, que a família da...que nós temos uma mistura. Na família do pai tinha cabelo pixaim, os irmão do pai tinha cabelo pixaim, e tinha loiro. Na nossa família tem loiro e tem pixaim também, que o Juca é pixaim, cabelinho bem...né, e já tem o... ali, o...aquele outro o Epitácio que era bem encrespado. Então isso aí, isso aí chama-se mistura. Então na família da minha vó lá já tinha mais alemão, já tinha mais...como é que é...o pai dizia que era os...esses, como é que é...os Malta. Os Malta era aqueles, os neguão aqueles que não enxergam de dia, né. (...)

Tem as ilhas de Malta, que é tudo desse tipo, né. Então foi...parece que teve nesse intermédio aí veio. Aí quando veio...da família da mãe, na família da mãe já é tudo modificado, na família da mãe nós temos todos aqui que tem esse, todos que são Farias da Rosa, são tudo chamam-se galego, é galego. (...)

Então a... a vó... não a mãe... a vó da minha vó...porque a mãe da vovó era a mãe velha, né? Então ela era filha...aí a geração delas ficou tudo confundido, né. Porque ela foi achada numa roda⁶¹...na Santa Casa. Foi uma criança que foi...sabe aquela...

P: Foi deixada?

D: Foi deixada. Entendeu? E também a família do vovô, do meu avô também teve esse problema, esse processo de ser achado na...e aí as famílias criaram, né, deram sobrenome. (...). Entendeu?

A mãe da minha vó. Que aí, decerto, eu acho que por isso que nós somos meio preto, que aí tem sangue, decerto de crioulo, tem...que existia naquela época, né, os escravo as vezes embarrigavam uma filha dum patrão, né, e aí pra não aparecer eles largavam ela na roda. Entendeste?

Então a mãe da minha...a vó da minha vó...ela veio da roda, né. Então por isso que tu não...aí tu vai ver, tu é alemão, tu é espanhol, tu é italiano, tu é...

Agora na família do...que é da família do pai mesmo, que é do pai do pai lá, os da Silva, aqueles lá eles não, eles nem sabem daonde é, aqueles lá surgiram assim do, dos bicho, porque... (risos)

Olha, tem duas pessoa ainda lá no meio do mato lá, que era treis, era treis, era...era dois homem e uma mulher. Morreram os pai, eles não casaram, aí ficaram só aqueles treis dentro de casa, aí morreu a irmã, hoje tá em, tá os dois.

Até...diz que eles andam sem roupa.

Aí diz que chega uma pessoa lá, eles agarram, enrolam um saco na cintura e falam com eles lá e diz assim, ó, o patrão não tá aí, o patrão não tá aí...

⁶¹ Achylles Porto Alegre, no livro em que traça uma “história popular” da cidade, faz o seguinte comentário acerca das “rodas”: “desde o século XVIII, a municipalidade de Porto Alegre se responsabilizava pelas crianças enjeitadas, através de lei que determinava o pagamento de amas pela Câmara para cuidar dos bebês abandonados às portas das casas e das capelas. Em 1837, esse encargo foi transferido, com a dotação julgada adequada, para a Santa Casa de Misericórdia, sendo logo depois criada a ‘casa dos expostos’. Foi onde funcionou, por quase um século, a “roda dos expostos” – uma roda de madeira, em forma de barril, que girava num eixo, colocada na abertura do muro, onde a criança era deixada aos cuidados da Santa Casa” (PORTO ALEGRE, 1994: 157).

Criado no “brejo”, no “mei do mato”, nas localidades escondidas de Viamão, Dodô vem de uma extensa família de oito irmãos, com uma trajetória ligada à agricultura. Foi para o Lami com cerca de vinte anos, quando seu pai comprou uma grande área que ia desde o topo do Morro da Extrema até a Estrada do Varejão. Com a família, trabalhou com o corte de lenha para abastecer as padarias do centro, com plantio de mandioca, hortigranjeiros e frutíferas, com criação de animais. Ganhou experiência na “lida” na terra, onde vive hoje, no terreno que era de seu pai, com a mulher e os três filhos.

Mas foi como feirante que o conheci, atrás da banca, observando sua fisionomia atenta, a estatura baixa e a farta barba que cobria seu rosto, enquanto eu ensaiava algumas conversas de aproximação com sua esposa Vera, uma mulher bonita, sorridente e bastante popular na feira. Era com Vera que eu normalmente conversava, e no pouco que me referia a ele, chamava-o respeitosamente de “Seu Dodô”. Hoje, conhecendo-o melhor, chega a ser engraçado pensar em chamá-lo assim. O apelido, diminutivo de Salvador, é como todos o conhecem, e seu consentimento para que o chamem assim mostra um pouco da relação próxima e de muita jocosidade que mantém com familiares, amigos e fregueses da feira.



Dodô e Vera foram os informantes com quem iniciei a pesquisa e os primeiros com quem conversei “no Lami”. Foi através deles, em nossas conversas na feira, que aprendi o caminho para chegar até o bairro, suas referências espaciais, os ônibus que me levavam até lá, os itinerários possíveis, as paradas. No dia em que conheci sua casa, Vera e eu conversamos durante toda a manhã, arrumando a cozinha e preparando o almoço, enquanto Dodô estava na “lida”. A conversa era uma espécie de entrevista informal, em que Vera discorria descansadamente sobre sua trajetória, ao mesmo tempo em que conversávamos

sobre a família, a cozinha e os assuntos domésticos. O gravador ficava ligado junto a estante, com a permissão dela. Com a chegada de Dodô rapidamente se configurou uma situação em que ele tomou a palavra, após a deixa da mulher que pedia que ele contasse da época em que trabalhou em uma fruteira no bairro Petrópolis, ainda solteiro.

Dodô: Morava lá, dormia lá. Trabalhava um domingo, folgava um, trabalhava um domingo, folgava outro. A gente ficou...até, até sentir aquele...tu imagina, a gente foi criado ali no meio do brejo, né. Nós aqui, logo que nós morava lá no Passo D'Areia era caminhar, a única coisa que tinha, na estrada, na...caçar de funda, jogar bola, tinha toda essa função aí. Dia de domingo, que a gente saía pra jogar bola, porque a gente sempre tinha aqueles compromisso, né. Sempre cuidou de bicho, né, tinha vaca, terneiro, sempre o pai criou. Então, a nossa função era...Aí sair dali daquele lugar pra...ninguém me levou, eu não sabia a cidade sozinho, só sabia até a Azenha, eu sabia ir até a Azenha porque a minha irmã trabalhava na Azenha, né. Aí desci na Azenha e fui lá na minha irmã a minha irmã disse não, vou te botar num táxi que tu vai lá pra Protásio Alves. Eu nunca tinha ido. Já o Juca ali já trabalhava lá. O Juca foi lá mais ou menos trabalhar de cozinheiro. Ele foi pra trabalhar numa coisa lá e começou a fazer comida, ninguém sabia fazer comida lá, e o Juca era bom, o Juca era cozinheiro no quartel, né. E aí ele foi pra lá, começou a fazer comida, mas depois aí já...aí depois logo em seguida ia sair um empregado lá, ele veio me buscar. Ah, vamo pra lá, não sei o quê. Tá. Aí eu fui. Aí cheguei lá, bah, mas até tu pegar assim, era um armazém e uma fruteira. Bah, aqueles primeiro dia eu parei, eu acho, eu tive uns três dia parado, só observando, não conseguia assim me achar, me dava vontade assim eu agarrava e dizia, olha eu vou embora... Que que eu vou fazer aqui? Já durante, naquele período ali de dez dia aí atendia um, atendia outro, conversava...A coisa que não entrava na cabeça da gente era quando tu ia na balança pesar, dava 1 quilo de banana, 1 quilo e cem, pô, vou ter que cortar uma banana, quebrar uma banana, e não me entrava aquela coisa na cabeça que aí cem gramas eu tinha que saber, se o quilo da banana naquela época fosse 30 centavos era 3 centavos...então, tinha que raciocinar e tu sabe que dentro de dez dia eu peguei, aí eu peguei o ritmo, né, daquela função, e dentro de quinze dia saiu outra empregada lá e ficou bem dizer eu e só a filha do, só eu e uma filha do patrão, lá. E a fruteira era daquelas que chegava nove hora, dez hora era assim aquilo ali de gente. E aí a gente pegou, ficou naquele ritmo ali e aí depois encaixou aquilo ali que eu me acostumei com aquele ambiente que a gente teve ali, né”

Quando perguntei se ele pensava em ficar trabalhando na cidade, na época da fruteira, e ele disse que não. “Eu recuei e meu pai recuou e...ele disse que precisava de mim”. O pouco tempo em que trabalhou na “cidade” foi suficiente para que Dodô quisesse voltar para o Lami, para o trabalho na roça, revelando sua aderência a uma certa paisagem e a um estilo de vida que é próprio das áreas ditas “rurais”.

Permanecer no extremo sul da cidade foi uma escolha, para Dodô, assim como para seu irmão Juca, que começou a trabalhar na fruteira por indicação de sua irmã mais velha, que já trabalhava nesta zona e ali havia estabelecido uma rede de relações. Juca por sua vez

chamou Dodô para que trabalhasse ali também, onde ficaram cerca de um ano e meio. A compra de uma propriedade no Lami pelo pai, na tentativa de recuperar um projeto de trabalho familiar, fez com que ambos os filhos voltassem à zona sul e à casa dos pais para ajudar a família. Nessa época, meados dos anos 60, a estrutura familiar de produção já estava bastante enfraquecida em muitas regiões do estado e especialmente nas proximidades das grandes cidades. Outros irmãos já haviam saído desta unidade familiar e investido em novas possibilidades de trabalho na cidade; em contraposição ao projeto familiar dos pais, criavam uma nova rede de relações na qual buscavam inserir os irmãos. Neste caso, a constituição de redes fora da estrutura familiar e camponesa revela uma tensão geracional, onde se propõem rupturas a um modelo de vida e de trabalho.

Dodô: E aí não tinha assim...é...a gente não tinha aquela...não, não se encaixava nada que a gente...até parece que veio aquela onda de...porque isso aí eu sou contra, o emprego, né. Ah, vamo se empregar! Nós já trabalhava fora, trabalhava no aviário. Então trabalhava no aviário...porque tinha que ter uma renda, a gente tinha que ter um dinheiro. Porque plantá...por isso que, plantar mandioca, plantar milho, plantar cana, plantar esses tipo de coisa...eles vão passar esse tempão todo sem...até a safra! Até a safra, ói, melancia nós plantava, plantava melão, nós plantava, plantemo melão, plantava mandioca, era aipim...era milho...mas era uma coisa que não tinha, a gente tinha aquelas coisa mas não...o dinheiro que não existia, né. (...)

Então tinha que se ganhar, em algum lugar tinha que se ganhar! Quando já saí daqui, quando o Juca saiu, e foi trabalhar no coisa, ele trabalhava no aviário, aí quando ele saiu do aviário quem foi pro lugar dele fui eu. Né. Aí depois que eu saí do aviário, aí que eu fui pra lá, aí ficou só os dois pequeno ali, o pai, e aí o pai já tava, com aquela...porque nós fiquemo, olha aqui, nós tinha gado, tinha tudo, nós fiquemo sem vaca nem pra tirar leite! Pra tu ter uma idéia, nós não tinha nem...nós pedia uma vaca emprestada pra uma pessoa, a pessoa dava pra gente pra gente tirá leite. Senão nós não tinha nem vaca. A vaca que eu tinha, eu tinha um terneiro guaxo que eu tinha ganhado de uma pessoa lá no, no...coisa, eu ganhei um, eu criei o terneiro guaxo, depois que ele tava grande eu troquei por uma vaca, a vaca deu cria, tinha...já tava aumentando...

(...) E aí que foi vindo assim, foi cada, mas tudo aquilo que foi feito, que foi vendido, né...quando chegou na época assim que tava...nós tava, nós já tava embalado, né, devendo ainda mas a gente já tinha recurso, né. Já tinha aonde tirá, porque aqui que surgiu, surgiu a chance da gente...aí surgiu, saiu o primeiro. Aí o outro, o meu irmão mais moço, ah, foi trabalhar na Avipal. Bom, saiu. Aí, ficou três. O pai...ficou quatro com o pai. Aí depois foi, foi, foi...foi indo aí quando nós compremo o caminhão e daquele caminhão nós fazia...ia pra Ceasa, aí já passou a ser a Ceasa, né. Porque antes nós fazia a Praia de Belas, depois passou a ser a Ceasa. Vai Ceasa, vai Ceasa, e a gente...foi quando chegou uma coisa ali que quando nós vimo assim...e era mandioca, e o pai, aí nós já tava na função mais de plantar couve-flor, plantar repolho, plantar esse tipo de coisa, né. Aí nós já tinha largado outras coisa, até o moranguinho a gente deu uma esquecida, aí ficou na couve-flor, no repolho, no beterraba, essas coisa assim que era, aí nós fazia dinheiro vendia toda semana! Duas viagem pra Ceasa na semana, três quando tinha...aí o pai inventava de fazer sempre esses alvoredo aí, de plantá essas ameixa aí, essas pêra...era tudo muda que o pai fazia, né, depois a gente ia

plantando. Nós chegamos época de ter 2 mil pé de ameixa plantado! Quando tava tudo, ficou tudo assim que, que parece que foi a chance da gente...aí o outro meu irmão inventou de sair. Mas antes de sair nós tinha estragado o caminhão já tinha ido lá em Caxias comprar outro. Aí nós compremo um fordzinho 350 lá em Caxias, lá em Ana Rech que fomo buscá...né...aí começou ele fazer...aí quando tava aí, veio ...foi feita a casa do Juca lá na, na...na Faxina lá...ele ficou morando lá, morou eu acho que quase uns dez ano, oito, oito, dez ano... aí depois o outro meu irmão queria casar e foi feita a casa dele...aí depois, aí o Juca voltou, inventou de voltar da Faxina, vamo fazê mais...foi feita mais outra casa... aí depois teve que fazer...ficou o...eu era o, ficou o último, fazer a minha casa...né, isso aí tudo dinheiro que a gente ganhou aqui, e já tinha uma reserva, aí não foi nada de...aí não passemos mais com dinheiro emprestado, né. Quando chegou naquela época de função, que nós tinha, eu disse assim ó, pai, nós temo, tem 60 cabeça de gado, nós temo devendo, tem que pagá, ta pagando esses juro aí. Vamo, vamo vendê esses bicho e vamo...começá de novo, né. A gente chegou aqui. Aí achemo um lá, vendemo, mas não sei se foi vendido, foi vendido acho que 50 e poucas. Aí, quer dizer, cada um tinha um pouco, né, eu tinha um pouco, o outro meu irmão tinha um pouco, o outro tinha uma coisa aí...foi vendido aí foi na hora que o outro meu irmão saiu e...o dinheiro dos bicho dele ele pegou. Aí ele abandonou. Né, ele que ia pra Ceasa, ele que fazia...e essa função de dentro da chácara aqui era tudo comigo! Da semente até colher era tudo comigo! Saiu. Aí nós ficamos sem motorista, sem o caminhão, tinha tudo.



Contando sua trajetória, Dodô nos apresenta uma ambiência e um ritmo “rurais” na cidade, quando o “emprego” não era tão comum e o trabalho era ligado à trajetória familiar, que era tanto mais forte quanto mais coesa fosse. O relato de Dodô aponta para esta

desagregação familiar, quando os filhos passam a optar por caminhos diferentes dos pais, obrigando a uma reestruturação da família enquanto unidade produtiva. Entre seus irmãos, Dodô se situa como o filho que “ficou”, dando continuidade à trajetória do pai, embora Juca, seu irmão mais velho também persista na atividade agrícola.

Dodô não se refere apenas ao ato concreto de trabalhar com agricultura, mas a uma certa valorização desta atividade como um modo de fazer dos antigos, legitimando a importância de uma tradição agrícola da família. Certa vez, ele me mostrou os testes que fazia com papel encerado produzindo saquinhos de diferentes tamanhos para ensacar suas ameixas no pé, evitando que essas fossem comidas pelos passarinhos: uns com o sistema de gaita para abrir mais, outros sem dobras e mais longos, usando cola de bastão e também a cola de polvilho, bastante usada antigamente. A fábrica que fazia os saquinhos bem feitos não produzia mais, por isso ele estava comprando folhas de papel encerado para fazer seus próprios sacos. Boa parte das embalagens onde coloca as ervilhas, tomates, favas e morangos para a venda na feira são feitas por ele, à mão. Mostrou-me também a miniatura cuidadosamente talhada em madeira de um instrumento que, como ele define, “é o início da agricultura”, a “rabissa”, uma espécie de arado manual que foi sendo aprimorado pelo homem. A história deste instrumento ele contou detalhadamente em uma de nossas conversas.



O forte vínculo de pertencimento que Dodô expressa em relação a seus antepassados, se colocando como parte de uma tradição, era constantemente pontuado em nossas conversas. A fala que segue sintetiza o sentimento de fazer parte de um certo estilo de vida:

Dodô: E essa família da, da, do meu avô ali, é tudo assim ó, sabe o que que é, eles sempre foram daqueles de...e da vovó também. Eles não arrepiavam nada o que era de comer. O que dessem comiam! O pai, a minha vó, o meu avô, isso aí ó, o que caía na...o que caísse numa mesa aí tu acha que eles perguntavam o que que era isso, o que que era aquilo? Isso aí, isso aí eles comiam assim tipo...comiam assim nem tipo bicho, eles não, eles não escolhiam nada. Aquilo que viesse...(...)

Na, na família do, do...por isso que eu digo assim às vezes, como é que a gente vai sair...a gente já foi gerado neste estilo. Eu passei um tempão também quando eu era pequeno lá na casa do meu avô. Sempre fui, ficava lá. O café deles de manhã era assim ó, eles cozinhavam uma panela de leite, eles botavam sal dentro da panela. Quando botava a xícara, o café na mesa, tinha um açucareiro, tinha uma saleira. Todo mundo ia lá beliscava, todo dia botava...então esses aí era tudo viciado em sal. Esses aí viciaram, né. Tinha, tinha que ser salgado, aquela coisa...hehehe (...)

Mas dificilmente a gente vai conseguir...perder certos hábitos, porque quando a gente foi gerado, a mãe se alimentou assim, a minha vó se alimentou assim, o pai se alimentou assim, nós já fomo gerado dessa forma! Né? Agora hoje, se eu já, se eu não tivesse esse tipo de coisa assim, se eu já fosse alimentado desse tipo assim, ah, eu acho que seria bem mais prático lá pro meu filho, né, se adaptar ao sistema, agora a gente não é...Nós fomo criado...e não é, e a gente é criado vendo, porque às vezes tudo que a gente viu, que a gente passou, a gente aprendeu, muita coisa. Mas é...aquela coisa boa, os bom de boca, né. A família do pai ali, bah! Isso eles, isso eles não... eles comiam até...olha, se cortasse um pedaço de pau ali, e botasse um salzinho por cima eles comiam!

O intenso convívio com os avós e tios faz com que Dodô reconheça a extensão da linhagem familiar. A referência aos antigos como um “liame vivo da tradição” é mencionada por Halbwachs (2004) ao comentar o costume, nas regiões rurais, de a criança ficar sob a guarda dos velhos enquanto os pais cuidam dos afazeres. O convívio com os mais velhos faz com que a criança penetre em uma região diferente, onde o contato com uma tradição geracional é acionado⁶². A figura do antigo se refere a algo mais que o envelhecimento do corpo, mas à densidade de um tempo vivido e narrado e do qual hoje as novas gerações são tributárias.

⁶² “(...) geralmente é na medida em que a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com um relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro que o resume e o condensa.” (HALBWACHS, 2004:70)

Durante a entrevista, o estilo de vida de quem vive no Lami ou em Viamão – em áreas mais afastadas dos centros urbanos de Porto Alegre - era evocado através do modo de viver dos antigos, naquela região. Este modo de viver estava imbuído de uma construção simbólica sobre o mundo, que eram apontadas por Dodô como “as coisas que se acreditava na época”, os costumes, as estórias que eram contadas, as coisas que eram “fruto da imaginação”. Dentre estas estórias, Dodô narrou estórias de bruxas, lobisomens e noivas que apareciam para os moradores. As narrativas de assombração que contava conformavam uma memória coletiva da região onde se situa o Lami, uma memória compartilhada entre as gerações de pais, tios e avós, reunidos em volta do fogão aceso, onde as estórias eram contadas. Dodô se refere a vários tios e primos que ainda hoje mantêm a tradição dos “causos”, e em meio aos quais aprendeu, escutando, as estórias dos antigos.

Dodô: Naquela época, as conversa que tinha, aqueles que iam no armazém, ou que iam lá, porque se encontravam, né, as pessoa se encontravam, embora que fosse longe, um conversava com o outro, tinha aquelas conversa...Sempre ia ter um mentindo ou um conversando, falando sobre essas história de lobisomem e fantasma e apareceu a noiva e...saiu um cavalo... o cachorro, apareceu lá o cachorro de duas cabeça...

ESCUTAR CD ÁUDIO FAIXA 3: “HISTÓRIAS DE LOBISOMEM”

Este trecho é uma pequena parte de uma conversa de aproximadamente 2 horas, durante o almoço. A narrativa de Dodô, portanto, é bem mais ampla que este excerto e constrói sentido através da articulação dos tempos passado e presente, das transformações na paisagem e nas práticas cotidianas. Este trecho é significativo de sua fala porque evidencia a sobreposição temporal que compõe a narrativa, na medida em que entrelaça as reflexões do presente com as histórias de assombração do passado, onde uma aparece e é evocada por causa da outra⁶³.

O início da narrativa de Dodô é marcado por uma reflexão acerca da modernidade e da tecnologia que estes novos tempos trazem. Esta constatação do presente é o mote para a lembrança das práticas de um tempo antigo, quando não existiam as “fantasias” do aparato

⁶³ O encadeamento causal é aqui referido na perspectiva de narrativa e tempo em Paul Ricoeur (1994).

tecnológico. A narrativa de Dodô vai aos poucos entrando em um espaço-tempo próprio da narração onde, ao reconhecer a platéia – composta por mim e sua mulher – ele dá a deixa de que a reflexão é o início de uma narrativa acerca das histórias dos antigos. Ao mesmo tempo em que Dodô se prepara para contar a história, também comenta que eu “tinha que puxar umas histórias de lobisomem” apontando para a existência de contadores mais legitimados do que ele. A negação da competência para o gesto performático é parte da própria performance, como aponta Bauman (2002), expressando o reconhecimento de uma tradição de contadores que se estende no tempo e no espaço, para além do gesto presente. Por outro lado também indica a continuidade e perdurância destas histórias no tempo e um certo saber-fazer que é transmitido ao longo das gerações. Em nossas conversas, Dodô se referia freqüentemente ao “tio Marinho”, parente seu de mais idade que ainda guardava o hábito e o gosto pelas histórias. Era o contador de causos da família. No entanto, embora tivesse me prontificado diversas vezes em marcar com Dodô uma ida à casa do “tio Marinho”, esta nunca aconteceu, talvez por uma já sabida resistência do tal “tio” em ser gravado: “se vê o gravador, não fala mais”, dizia Dodô. Chegamos a combinar que não gravaria ou que usaria um gravador discreto e tentaria convencê-lo a gravar suas histórias, mas a visita não saiu da combinação. Entendi a dificuldade em Dodô me levar para conhecer o “tio” como um reconhecimento de sua competência como narrador, o que pude constatar mais tarde, ao lhe retornar a narrativa sonora que compus a partir de sua história de lobisomem.

Dodô se assemelha à descrição de Benjamin (1985) acerca do “camponês sedentário” que narra as histórias de seu lugar, dando continuidade a esta “forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1985:205). Ao narrar estas histórias e tentar recompor o modo de vida “dos antigos”, Dodô se coloca como tributário de uma tradição onde as estórias contadas, somam-se às práticas e aos saberes cotidianos que engendram a continuidade destas tradições. Entre os homens da família, os muitos “tios solteiros” lhe ensinavam a “lida” na roça, mas também o gosto pelas estórias e a habilidade em narrá-las.

Dodô - Tinha um...tem um tio do pai, um irmão do vovô que nunca casou. Que era o tal do tio Vado. Que até era padrinho do pai. Então era...quantas noite eu passei com aquele veio lá, o fogão assim num canto, aceso, umas gata no colo... no hospital, quando ele tava no hospital lá no Viamão lá, o pai não podia ir mandava eu, eu que ficava lá. Ah, naquela época eu acho que eu tinha dez ano eu acho! Eu ficava com ele lá no hospital, dormia com ele lá no hospital e aí ele ia me contá aquelas história...que ele quando era noovo...que ele

era um rapaz bonito, que as guria gostavam dele...(...) Tinha toda, olha ficava lá naquele, assistindo...quando o pai ia lá, tinha um fogão aceso assim, de noite, se é aqueles bugio às vezes escuro...

Depois desta primeira entrevista, foram muitos os momentos em que fui à casa de Vera e Dodô para uma conversa, um almoço ou um chimarrão. Por serem vizinhos “de fundos” da casa de Silvana, onde geralmente dormia quando passava mais de um dia no Lami, visitava-os com frequência, cruzando o terreno pelos fundos e encontrando Dodô na horta, onde ele me explicava suas táticas de plantio, as novas variedades e contava do modo pelo qual os antigos conheciam a terra. Todos esses momentos continham também preciosos dados de pesquisa, que me possibilitavam compreender melhor o cotidiano e o lugar que ambos ocupavam como agricultores e detentores de um saber tradicional, por um lado, e por outro, atravessados por redes de relações que os projetava na vida urbana, onde a própria tradição é atualizada e valorizada como uma espécie de retorno ao arcaico na pós modernidade⁶⁴.

Durante o tempo da pesquisa, acompanhei o crescimento dos cachorros, terneiros e galos, como o “Arlindo”, um pintinho que havia sido rejeitado pela mãe e fora criado dentro de casa, tendo se transformado em um formoso galo. De todos os informantes desta pesquisa, Vera e Dodô formam o casal com quem estabeleci um convívio mais prolongado e mais freqüente, com quem teci laços de amizade que prosseguem até hoje em nossos encontros semanais na feira.



⁶⁴ Cf Michel Maffesolli (1996:247). O autor se refere a um certo “gosto pelo natural”, à redescoberta das qualidades do toco, do vegetal, daquilo que se aproxima da natureza. Nesta perspectiva, assiste-se à valorização do campo através do prisma urbano, com o aumento de consumidores de produtos orgânicos, o incremento de um “turismo rural” na cidade, etc.

3.1.2 Dona Maria Joaquina



Foi numa tarde quente de março que percorri a Estrada do Espigão em busca da tal placa com os dizeres “vende-se rapaduras e cocadas”, como haviam me indicado ser a referência da moradia de Dona Maria da Rapadura. De bicicleta, observava as diversas casas situadas às margens do Arroio Manecão, muitas escondidas por entre a mata ciliar que beirava o arroio. Algumas era possível identificar pela numeração das placas do DMAE ou da CEEE, outras, apenas pelo som alto de música que chegava até a estrada. Percorri o mesmo trajeto duas vezes sem encontrar o que procurava, até que, de longe, avistei um estreito terreno já nas proximidades da rua Otaviano José Pinto,

onde três ou quatro pessoas conversavam, entrando e saindo da pequena casa de alvenaria. O terreno era delimitado por uma cerca de madeira, na qual uma placa pintada de verde com os dizeres em vermelho escritos à mão indicava que havia chegado ao meu destino. No pátio, cadeiras, mesas, armários e alguns eletrodomésticos tornavam o espaço ainda mais estreito, enquanto um pedaço “vazio” era ocupado por um homem que preparava o terreno para alguma nova construção, ajudado por um pequeno garoto. Em uma das cadeiras, ao ar livre, um senhor de meia idade com uma pasta de couro no colo recebia o cafezinho recém feito das mãos de uma mulher sorridente. Aproximei-me perguntando a ele se aquela era a casa de Dona Maria. Ele sorriu amigavelmente e respondeu que sim, eu havia finalmente chegado na casa da “famosa” Maria da Rapadura.

Foi então que uma senhora miúda apareceu na porta da casa, vestindo uma bermuda demasiado larga para suas pernas finas, com os cabelos presos e um grande par de óculos emoldurando a face. Olhando-me com certa desconfiança, se apresentou. Disse a ela o

nome do rapaz que havia me indicado que a procurasse para saber das “estórias” do Lami. Ela pensou por alguns instantes e se lembrou do rapaz com um sorriso, para meu alívio. Mas disse também que não poderia me contar nenhuma estória naquele momento, porque a casa estava uma confusão, ela tinha muita coisa a fazer e o melhor seria que eu retornasse um outro dia, dali a algumas semanas. Consentii, mas seguimos conversando através da cerca até que ela me convidou para entrar, tomar um cafezinho, alertando que não poderia me dar atenção. Ajeitei a bicicleta no espaço possível entre uma árvore e restos de madeira que seriam as paredes na nova casa que estava construindo. Sentei-me no chão, junto à porta da casa, tentando entender um pouco da cena que assistia e a qual, a partir daquele momento, participava.

O senhor de meia idade sentado na cadeira de jantar em pleno pátio era Seu Alceu, amigo de Dona Maria que instalava em seu quintal, todas as segundas-feiras, seu “escritório” no Lami. Ali, Seu Alceu cuidava do processo de aposentadoria de diversos moradores que tinham dificuldades em ir ao centro, enfrentar as filas do INSS e outros incômodos. Ele já havia aposentado Dona Maria e Dona Eva, a senhora sorridente que lhe servia café. Durante o curto período em que permaneci ali, alguns grupos de senhoras chegaram ao “escritório” para “tratar de negócios”, algumas da vizinhança, outras vindas de carro. O trabalho de Seu Alceu era bastante valorizado por Dona Maria, que o tratava como um “anjo”, uma “pessoa abençoada” que havia lhe dado aposentadoria, estabelecendo para ele uma rede de “clientes” no Lami. Reciprocamente, Seu Alceu lhe demonstrava muito afeto, destacando, enquanto eu estava ali, a figura idônea, honesta e batalhadora de Dona Maria, dizendo que se eu quisesse saber das estórias do Lami, havia de fato encontrado a pessoa certa.

Algumas semanas depois, retornei a sua casa. No lugar do espaço “vazio” no pátio havia agora uma nova casa de madeira, de uma só peça, bem em frente à casa antiga. Enquanto me mostrava a casa, Dona Maria comentava a insatisfação frente ao serviço que o moço que contratara havia feito, mostrando as frestas entre as tábuas e a pouca engenhosidade do serviço. Desde este dia, fui conhecendo o espírito inventivo de Dona Maria: a cada nova visita que lhe fazia, percebia novas mudanças em sua casa, fosse uma nova pintura, organização, ou a construção de “puxadinhos” que aumentavam a área habitável do terreno.

Foi neste dia, quando estava sozinha, que pude explicar melhor os motivos que me levavam a conversar com ela, como moradora “antiga” do Lami. Dona Maria me mostrou os “cadernos” que possuía, com a história de sua vida escrita por seus netos, “referências” de amigos e antigos patrões indicando suas qualidades, além dos registros das ações entre amigos organizadas para ajudá-la. Em uma larga gaveta de seu armário, guardava com cuidado cadernos, livros, desenhos e diversos documentos que faziam referência à sua história de vida. Guardava também fotografias e fitas com gravações de encontros com amigos e familiares, que escuta em um pequeno gravador “quando dá saudade”.

Dona Maria não sabia ler nem escrever. Há menos de um ano freqüentava o MOVA⁶⁵, durante o período em que as aulas aconteciam na Casa Verde. Depois da mudança na administração da reserva, as aulas foram sediadas em outro espaço, à noite, e Dona Maria, assim como outras alunas, deixaram de freqüentar, até a extinção das aulas no bairro. Dos tempos do MOVA, Dona Maria guarda muita saudade e se emociona ao relatar o convívio festivo da sala de aula, as viagens que fazia com a turma e o livre acesso com seu carrinho de rapaduras na reserva. Além de aprender a ler e a escrever, Dona Maria tinha as aulas como um espaço de encontro com suas amigas do Lami, um momento de intensas trocas sociais.

O forte vínculo que Dona Maria manifesta ao falar do Lami está bastante relacionado às suas “amizades”, fundamentais em sua trajetória no bairro e na cidade. Dona Maria é mencionada na fala de muitos moradores do Lami com admiração. Além dos 30 anos em que, entre idas e vindas residiu no Lami, é bastante conhecida no bairro por seu ofício de vendedora de rapaduras, cocadas, balas e doces, e em tempos mais antigos de salgadinhos e pastéis, o que sempre fez com que percorresse longos trechos a pé, vendendo de balaio ou de carrinho os seus produtos.



⁶⁵ Movimento de Alfabetização de Jovens Adultos, implantado em Porto Alegre em 1997 pela Secretaria Municipal de Educação. As aulas são ministradas por “educadores populares” da própria comunidade onde o programa está sediado.



Em nossas conversas, Dona Maria sempre relatava as estórias do bairro a partir de sua experiência pessoal, em um tom de narrativa biográfica carregada de emotividade. Raramente se referia ao Lami a partir de estórias de outras pessoas, outros moradores, ou de episódios dos quais “ouvira falar”. Ela assumia e acionava seu lugar de narradora da cidade enquanto alguém que vivenciou um conjunto de experiências em territórios específicos, e era a partir desse tempo vivido que narrava. Quando pedi que me contasse um pouco da história do Lami, Dona Maria me alertou que contaria apenas “uma parte”, de quando veio para o Lami, quando ali “tudo era mato”.

ESCUTAR CD ÁUDIO FAIXA 4: “DE COMO EU VIM PRO LAMI”



O som forte do ônibus suspendeu por alguns segundos a conversa. A poeira levantada cobria com mais uma camada as plantas, a cerca e as janelas da casa. Com a voz pausada, Dona Maria continuava:

M: Aí fiquei, atéééé...a minha guria veio, começou a trabalhar no supermercado, aí veio, juntamos a família toda, meu irmão também que tava pra fora também veio...aí juntou a família aqui no Lami. Porque eu era assim: onde eu vou a família tem que ta junto. Agora que nós temo separado...mas aonde eu vou a família tem que ta sempre...a asa da galinha tem que ta sempre aberta abrigando a filha e os neto. Aí a...vieram todo mundo pra aí. Daí a minha guria inventou de se mudar pra Guaíba. Aí eu fui junto, com ela. Fui junto pra Guaíba. Aí ela botou uma churrascaria lááá na Charqueada, eu fui junto. Aí depois, me descontrolei, bateu a saudade do Lami...vim pro Lami de novo...aí depois...a minha guria veio de novo, aí fomo trabalhar numa chácara lá na, no Passo da Taquara. Aí de lá a minha guria se mudou aqui pro Beco do Cego, eu vim junto, eu tava junto, mas um pouco lá, outro pouco no Lami, um pouco lá, outro pouco no Lami...aí depois, vim pro Lami definitivo.

A trajetória de Dona Maria nos mostra como o deslocamento constituía para ela um modo peculiar de habitar a cidade. O Lami, no entanto, é sempre mencionado como seu “porto seguro”, o lugar onde ela encontrava alguma segurança, ancorada principalmente na rede de relações que estabelecia no bairro. Em sua trajetória desde a chegada em Porto Alegre, Dona Maria residiu em diferentes espaços, desde o centro da cidade, a zona norte, a região da Praia de Belas, até o extremo sul. Seu ofício era o que, a princípio moldava este deslocamento, fazendo-a conhecer pessoas de distintos lugares da cidade, com quem estabelecia relações afetivas que acabavam ligando-a a estes territórios. Em uma carta endereçada a uma antiga amiga de infância, que não chegou a ser enviada, Dona Maria dizia estar cansada de ser “corredora de mundo” e por isso saía do Lami para morar em Florianópolis com a filha e os netos. Mas, como ela aponta em seus relatos, um pouco depois a saudade do Lami “apertou”, e ela voltou.

Nascida em Cerro Grande do Sul, “na beira de uma cachoeira”, Dona Maria veio para Porto Alegre com 18 anos, tratar de um problema de saúde na Santa Casa. Ali estabeleceu laços com as “irmãs” que a ajudavam sempre que precisava. “Santa Casa era a minha casa antigamente, me apertava por aí... era a casa que eu tinha era lá”. Era para onde ia quando estava sem trabalho, doente, ou quando passava por dificuldades mesmo na época de casada. Ainda jovem, casou-se com um operário, com quem teve três filhos. Grávida do mais moço suportou a violência e a embriaguez do marido até ameaça de morte, separando-se e ficando sozinha com as crianças. Desde aí, sua vida foi quase uma “saga”. Morando em diversos lugares, contando com a ajuda de amigos e parentes, novos companheiros, Dona Maria foi construindo sua trajetória a partir de uma densa experiência de vida, onde o sofrimento era compensado pela constituição de fortes laços de amizade e solidariedade.

Um pouco de sua trajetória sofrida era relatada em “cadernos” que eram escritos por amigos e familiares. Um deles, reunindo uma entrevista feita por sua neta, cartas escritas para amigas queridas e depoimentos de familiares e pessoas que lhe tinham apreço, trazia o título de “Coração Partido”, onde ela relatava a dor pelas pessoas queridas que havia perdido. Mas era em nossas conversas que eu podia ter a dimensão da carga dramática de sua história de vida. Dona Maria se emocionava muito durante nossas conversas, quando rememorava a dor pela perda do filho, do segundo companheiro, e de muitas amigas.

O tom autobiográfico das narrativas de Dona Maria fazia com que nossas conversas assumissem um caráter intimista, ocasião em que ela contava uma sucessão de episódios de sua vida recheados de detalhes e sentimentos, que vinham à tona no momento em que evocava suas lembranças. A riqueza com que narrava as histórias dava a impressão de se tratar de acontecimentos recentes, quando na verdade ela falava de 20, 30, até 40 anos atrás. Alguns episódios de sua vida me foram contados nas primeiras vezes em que conversamos, me causando forte impacto diante da densidade emocional presente em sua fala. Ao voltar do Lami, escrevia longos diários de campo na tentativa de acomodar suas narrativas em uma escrita etnográfica e no conjunto de minhas experiências pessoais. Dona Maria parecia agenciar as experiências trágicas de sua vida em meio às constantes brincadeiras, ao estilo de vida jocoso que levava com os amigos e a partir do nosso encontro, também comigo.

Sentada na porta de casa, Dona Maria enrolava mais um cigarro em meio às lembranças de quando conheceu o segundo marido, aquele a quem ela realmente amou e com quem viveu por mais de 20 anos no Lami.

M: Daí quando eu...e um dia eu encontrei com o meu, meu baixinho. Esse que faleceu. Lá na Redenção. Eu tava sentada com o balaio de rapadura do lado, e o outro balaio de amendoim torrado. E ele tava do outro lado vendo os macaquinho. Ele vestido, todo vestido de branco. Todo. Todo de branco. Aí...ele olhou, viu eu sentada...esperando freguês pra comprar rapadura, né, que eu tava descansando, descansando um pouco. Aí ele...nisso passou um cachorrinho preto, uma cachorrinha, cachorrinho, nem me alembro. Bem pretinho, que nem um carvãozinho. E nós sem se combinar, ele do outro lado, como daqui lá a casa da Tânia, sabe aquele corredor, né, ele do outro lado, eu do lado de cá, sem se combinar, sem, sem, nada, fizemo assim: chááá, pro cachorrinho...hahaha...e eu dei risada, e ele também! Do susto que o cachorrinho levou porque sem a gente se falar, sem a gente combinar, sem nada...nem conhecia, nem sabia quem era ele. Aí...chááá! e o cachorrinho saiu, um toquinho assim...e a gente deu risada e ele veio, falar comigo. Aí veio conversar comigo, aí botou o pezinho na, em cima do banco, né, perguntou o que eu tava vendendo, aí já comprou ra...comprou amendoim torrado, encheu os bolso de amendoim torrado. Mas antes ele tinha feito a proposta. Pra mim. “Eu vou fazer uma proposta pra senhora”, me tratando de senhora, perguntou se eu era casada...eu disse, sou casada...mas aí contei, né, sou casada, mas sou separada, por isso eu tenho que trabalhar... “mas e seu marido? E deixa a senhora trabalhar? Desse jeito”...mas disse que eu não falava quase, porque eu tava rouca, sabe, eu tinha perdido a voz, então saía tudo... “a senhora é sempre assim?”, eu fazia que não. “A senhora é casada...e o seu marido deixa a senhora trabalhar?”. Hahaha, isso porque ele não sabia donde é que tava o marido, né... “A senhora é sempre assim?”, hu-hum, não...não podia falar. Eu já tava parada ali porque eu não podia gritar, pra oferecer as cocada e os pé-de-moleque. Tinha que esperar que alguém viesse ali comprar. Cansada, esgotada. Os olho acho que tava inchado de tanto chorar. Porque eu sabia que eu tinha que levar os alimento pra casa, pras criança. E aquele amendoim que tava ali, aquele pé-de-moleque não era meu, eu tinha que de...tinha que prestá conta pro dono que torrava o amendoim. Aí...diz “óia, eu tenho uma proposta pra fazer pra senhora, se a senhora não me

levar a mal...”, o pezinho em cima da cadeira. “Eu sou solteiro, moro sozinho...se a senhora aceita, a senhora vai lá conhecer aonde é que eu moro, eu tomo conta da senhora e das crianças, e não deixo a senhora trabalhar. De hoje em diante se a senhora quiser a senhora não trabalha mais. Eu tomo conta de vocês e eu trabalho porque o que eu ganho dá pra nós se sustentar muito bem”. Eu olhei pra ele, me arrepiei...eu fiquei olhando pra ele, parada. Aí ele, “aceita?”, e eu olhando...aí ele, eu não dei resposta e ele: então tá, me vende dois, dois copo de amendoim, que eu vendia os amendoim torrado e media a medida nos copinho, né...aí perguntou quanto é que era, eu mostrei com os dedo quanto é que era... “me vende dois”. Aí pegou, abriu o bolso, aí quis contar o dinheiro e eu disse que não, que não queria dinheiro dele...olhei pra ele, não queria o dinheiro dele. “Então tá, já sei o que que a senhora quer, a senhora quer que eu vá vender o amendoim pra senhora”. Eu fiz que sim. “Quer que eu saia vender aí? Confia em mim?” Eu disse que confiava. Não levou meia hora, ele já vendeu todos os pé-de-moleque e todos amendoim! Entregou o balaio vazio. “E daí, vai aceitar a proposta que eu lhe fiz?” Eu disse que aceitava. Aí foi lá, conheceu as crianças na minha casa, conheceu as crianças...aí nós peguemo as crianças, e eu fui na casa dele, e desde ali nós ficuemo. Vivi três ano com ele, sem casar, nem pelo religioso nem pelo padre, o marido nem sabia aonde é que andava, né...pra pedir, devórcio, sabe. Não sabia onde é que ele andava. Aí depois...quando eu tive que fazer essa tal de cirurgia, que eu tava desenganada dos médico, daí ele casou veio o padre na Santa Casa...pra poder...se morresse fazer, comungar, né, fazer a primeira comunhão, quer dizer, a primeira comunhão eu já tinha feito, mas pra comungar...me casei na Santa Casa...esse foi o meu anjo da guarda, eu não queria perder ele.



Aos poucos, fui compondo uma espécie de mosaico de sua vida, reunindo os momentos de entrevista, as conversas informais, algumas fotos antigas, os escritos nos “cadernos” e a sociabilidade cotidiana que partilhava com amigos, parentes e vizinhos.

Em seu aniversário de 71 anos, impressionei-me com a quantidade de amigos e parentes que foram até sua casa, alguns vindos de bairros distantes como Sarandi e Partenon. Em frente a sua casa, havia diversos carros estacionados e seu estreito pátio estava lotado de convidados, principalmente mulheres, cada uma trazendo um prato ou bebida, numa espécie de mutirão para tornar a festa possível. Amigos, parentes, antigas patroas, professoras, vizinhas e até mesmo o distribuidor dos ingredientes de suas rapaduras foram convidados e compareceram, tornando evidente a intensidade dos laços afetivos que Dona Maria estabelece com as pessoas com quem convive.



Eu mesma cheguei pela manhã para ajudá-la nos preparativos e levei um bolo que havia preparado, mas minha principal função na festa foi a de “fotógrafa”. Como alguém que registrava os eventos cotidianos do Lami, foi neste dia que escutei a expressão que tornaria a ouvir em outros momentos para me “enquadrar” no bairro: “a nossa jornalista”. Com esta expressão, eu era claramente alguém de fora do bairro, que tinha estudo, emprego e equipamentos sofisticados, mas que também servia aos interesses do grupo, o que tornava “digerível” minha presença ali. Essa condição de ser de fora mas estar de um lado (o lado dos moradores) ficou mais evidente nas situações de conflito que aconteceram entre a comunidade do Lami e a atual administração da reserva, como discutirei mais adiante.



No primeiro dia em que conversamos mais longamente, Dona Maria partilhou comigo os três sonhos que gostaria de realizar: aprender a ler e a escrever, ter um carrinho de pipoca e ver pronto um livro contando a sua história. Foi na realização deste último sonho que me vi inserida na rede de solidariedade que estabelecia entre os moradores do Lami: Dona Maria me incumbia de escrever um livro com a história de sua vida. Com o livro, me propôs um acordo de “ajuda mútua”, de reciprocidade entre o pesquisador e o informante, onde ela me contaria sua história e eu escreveria o livro, e nós duas “ganharíamos um trocadinho”, já que haveria várias pessoas interessadas em comprar e ler.

Depois deste dia, inúmeras visitas se seguiram, e as trocas afetivas em nossos encontros foram se tornando cada vez mais intensas. Diversas vezes, ela “sacrificava” um dia de trabalho para me receber em sua casa, contando sua longa e sofrida trajetória de vida, momentos em que compartilhava comigo seus sonhos, suas aventuras e seus amores, as dores do passado e a alegria de estar hoje “numa boa”. Em outros momentos, conversávamos “sobre a vida” e eu me tornava quase uma visita, como no dia em que fui ao Lami especialmente para conhecer sua filha Inês, que havia chegado de Florianópolis.

Nessas tardes compartilhadas, ela seguidamente me perguntava a quantas andava o “nosso livro”. Enquanto explicava que o “livro” que estava escrevendo era sobre as histórias

do Lami, do qual ela fazia parte e onde estariam seus relatos e fotografias, me confrontava também com o dilema do restrito público leitor de uma dissertação de mestrado. O livro que Dona Maria sonhava em “botar na praça” não era sobre o Lami, mas sobre Maria Joaquina, a “Maria da Rapadura”.

3.1.3 Seu Gaiola



G: Gaiola porque quando eu era pequeno lá em Mostarda aprendi a fazer gaiola de passarinho. Essas gaiolinha de taquara...e comecei a investir, ganhei muito dinheiro com aquilo! Fazia gaiola até com três andar em cima. Minhas gaiola faziam...os paulista iam lá, buscar cebola né, a safra lá só cebola e arroz e...carne, de ovelha, essas coisa, então o...e eu no inverno eu fazia, ficava fazendo aquelas gaiola. Chegavam a levar de doze, né, pagavam bem...

T: Ficou com o apelido de gaiola!

G: E Luis Gaiola! (...)

T: Aqui na praia pergunta assim, onde é que mora o Gaiola qualquer um diz!

G: Não, quando eu cheguei aqui era o Mostardeiro, né. Ninguém me chamava de...eu dizia ó, meu apelido é Gaiola mas ninguém...era Mostardeiro, porque eu vivia em Mostarda, é longe né...então, Mostardeiro. Depois, em...eu vim pra cá em 50. Quando meu pai veio pra cá que meu irmão mais moço veio junto, começaram a me chamar de Gaiola, todo mundo.

T: Tu chega aí na praia e perguntar onde é que mora o Luis Gaiola ou o Mostardeiro todo mundo diz aí...mas a maioria mais tá conhecendo por Gaiola. Né véio, agora eles te conhecem mais por Gaiola, né?

G: O Gaiola pescador.



“Vem chegando...”. Quando me aproximava do portão escutava o som manso de uma voz acolhedora anunciando que as visitas eram bem-vindas. No pátio da casa, redes, tarrafas, bóias e outros materiais de pesca. De camisa aberta, chapéu de palha e bermuda, Seu Gaiola costurava pacientemente as tarrafas e redes para o verão, época em que a procura por estes materiais era grande. Dona Teresa costumava ficar em um cantinho no corredor da casa, sentando-se em uma cadeira em frente à porta onde um prego segurava o náilon com o qual tecia o fundo da tarrafa, a parte que ela ficava responsável por costurar. A casa de Seu Gaiola e Dona Teresa era sempre o lugar certo para um bom “dedo de prosa” no Lami. As conversas eram animadas, ríamos muito e com frequência chegava algum vizinho ou morador do Lami a quem tinha a oportunidade de conhecer. Foi neste convívio que pude entender melhor a intensa sociabilidade da praia, as festas, a boemia e a jocosidade presente em todas as conversas.

Seu Gaiola é o pescador mais antigo ainda em atividade no Lami. Conhecido pela valentia e pela boemia, é um pescador respeitado pelos moradores do bairro e pelos companheiros da Colônia Z-4⁶⁶, onde é associado como pescador profissional. Aprendeu em Porto Alegre a trabalhar com construção civil, chegando um tempo em que “sabia mais que os engenheiro formado”. Pela pesca, viajou para Laguna trabalhando em alto-mar, onde foi “intitulado marinho” por não enjoar na ondulação das águas. A pescaria, no entanto, sempre esteve acompanhada



da música, da cachaça e das mulheres⁶⁷. Dona Teresa é a segunda esposa de Seu Gaiola, com quem está “juntado” há vinte anos. Com a primeira, já falecida, teve seu único filho,

⁶⁶ Os pescadores da região de Porto Alegre e arredores reúnem-se em duas colônias de pescadores: a Colônia de Pescadores Z 4, localizada na Vila de Itapuã, em Viamão, e a Z 5, situada na Ilha da Pintada, Porto Alegre. Nos últimos anos, foi feita uma readequação concedendo licença (a “carteira”) de pesca apenas aos pescadores profissionais, que comprovem viver da pesca. Os “amadores”, “esportistas” têm restrições no tamanho da rede e da malha, mas na prática utilizam redes e malhas superiores ao permitido, visto que a fiscalização é insuficiente.

⁶⁷ Alain Corbin, em estudo sobre a praia e o imaginário ocidental, assim descreve o “marinho”, “pescador” ou os “homens da costa”: “A vivacidade e o gosto da dança, a paixão irrefreada, verdadeira tempestade interior, a propensão à embriaguez, a sede de liberdade, a aversão ao freio, a piedade e o arrependimento caracterizam os homens, a exemplo da alternância de tempestade e calma do oceano” (CORBIN, 1989:224).

que seguiu um caminho diferente do pai, estudando psicologia e indo morar em outra cidade, apesar de manter o vínculo com o Lami, onde mantém uma casa de religião de matriz africanista.

Seu Gaiola não parecia muito confortável na situação de entrevista, tentando sempre transformá-la em uma conversa, da qual participávamos eu, ele, Dona Teresa e quem mais fosse chegando. De modo geral, as entrevistas eram sempre mediadas por sua mulher, o que por vezes rendia engraçados episódios em que os dois negociavam a vida de casal. Conversando com Dona Teresa sobre os tempos em que varava as noites fora de casa, pescando “tainha de vestido”, Seu Gaiola se justificava:

G: Não véia, mas só que agora eu me assosseguei, né...

T: Mas também!

G: ...eu já nem vô mais nos boteco tocar minha viola...

T: Mas também não assossegar!

G: Faça meus barulho em casa, com os vizinho, né...cuidar bem da barriguinha, né, pra não passar fome (...)

Também você vê ó, eu vou fazer agora no dia 24 de setembro 74 anos. Olha, e se fosse preciso pegar uma obra e trabalhar e empreitar uma obra e tocar...uma obra aí, se fosse preciso, mas agora eu não preciso. Mas se fosse preciso eu trabalhava, trabalhava, eu pesco ainda. Tenho um monte de rede na água. Tenho barco. Fiz o meu barco...

No dia em que conheci Seu Gaiola, ele terminava a construção do barco que iria garantir os passeios e a pescaria por mais alguns anos. De casco alaranjado, o “Pirilampo”, nome dado à embarcação, era construído no próprio quintal da casa, prática comum entre os pescadores do Lami, que há alguns anos atrás costumavam reunir-se em mutirões para a construção dos barcos. Seu Gaiola aprendeu a técnica da construção de barco ainda em Mostardas, quando foi ajudante de um carpinteiro naval. Quando perguntei sobre a diferença do trabalho na construção civil para a construção de barcos, ele me respondeu:

G: Ah, o barco tem uma ciência. Construir barco tem uma ciência muito grande. Cê tem, por exemplo assim ó...dez, dez caverna num lado, o outro lado tem que ter dez caverna. Se cada caverna daquele lado ali pesa trezentas grama, ficou, coincide com a outra aqui do outro lado tem que ter trezentas grama, que é pra ele não entortá na água. Tudo é balanceado. Botar dez prego, dez parafuso dum lado, tem que botar dez no outro. Tudo, tudo é em par. E tudo igual. É uma ciência, né...mas é simples. Depois que a pessoa gravar, né. E a rede, as armação de rede, tarrafa, isso...tudo é (?)...tarrafa daí, eu faço tarrafa, aprendi a fazer quando era guri lá em Mostardas, só um tamanho de malha, a malha cinco. Começava lááá em cima, até em baixo tudo malha cinco. Depois eu fui deduzindo, fui chegando a conclusão, hoje faço com 3, 4 tamanho de malha. Eu saio com dez lá em cima e chego com cinco lá em baixo. Aí vou acrescentando pra corresponder a volta. Mas isso aí é só eu que faiz! Hehehehe! Não aprenderam ainda!



Ele e Dona Teresa costumavam “acampar” pelas ilhas e encostas do Guaíba, em especial na Ilha da Formiga, da qual guardam muitas estórias de caçadas, pescarias e tempestades. No ano em que se “juntaram”, chegaram a ficar seis meses acampados na ilha, onde segundo Dona Teresa tinham uma barraca que era como “uma casa de moradia, não dizia que era acampamento”. A barraca ficava “no agasalho do mato”, com “tudo varridinho em roda”, onde eles recebiam amigos e parentes. Dessa época, Dona Teresa lembra das orquídeas que buscava no mato e colocava “nos vidro esses de nescafé vazio, enchia de água, enchia de orquídea, botava dentro da barraca, mas que cheiro bom...”. Com o tempo, a frequência destes acampamentos foi diminuindo, na medida em que Dona

Teresa “enjoava” ao andar de barco e Seu Gaiola evitava deixá-la sozinha no Lami, que foi ficando mais “perigoso”.

Acompanhando fragmentos do cotidiano desse casal e escutando suas lembranças, era possível reconstituir um quadro de imagens de um Lami antigo, um lugar festivo e de grandes encontros, pescarias, caçadas e navegações. Essas lembranças são acionadas cotidianamente por Seu Gaiola, mas não em um tom nostálgico de um tempo vivido e já passado. Seu Gaiola fala de práticas cotidianas reatualizadas no contexto atual de sua vida, quando ainda pesca, bebe, toca músicas, conversa jocosamente com amigos e vizinhos, ao mesmo tempo em que forma, ao lado de Dona Teresa, um “casal de véio”.

G: Setenta e quatro anos. Sete quatro, hehehe. Eu to com meus sete quatro bem vivido e bem inteiro. Ainda danço, sapateio...ah, não, dançar não danço mais, hahahahaha!

T: Com certeza.

G: Mas toco a minha viola, tomo a minha cachaça...

T: Esse aí ó, usa e abusa.

G: ...tem um guri aí, que teve pescando comigo agora aí, ele tá com 28 anos, o Beto. Disse mas Seu Gaiola, eu não esperava que o senhor fizesse isso aí. Ele não encosta comigo no serviço, pra nada! (...) Mas o Beto esses dia lá no Itapuã tem...no Itapuã tem...cinco quilometro de praia, né. Lá da marina até aqui a travessia. E nós viemo de lá pra cá, tarrafeando eu e o Beto. Primeira vez. Chegemo ali, virei por cima do motor, eu digo, ô Beto, vamo vortá de novo...não, vamo descansá na sombra, fazê um lanche... eu digo ué, tu qué pegá tainha, qué descansar ou vai te sentá na sombra fazê lanche, então tu não pesca!

T: Vai vê que já tava cansado!

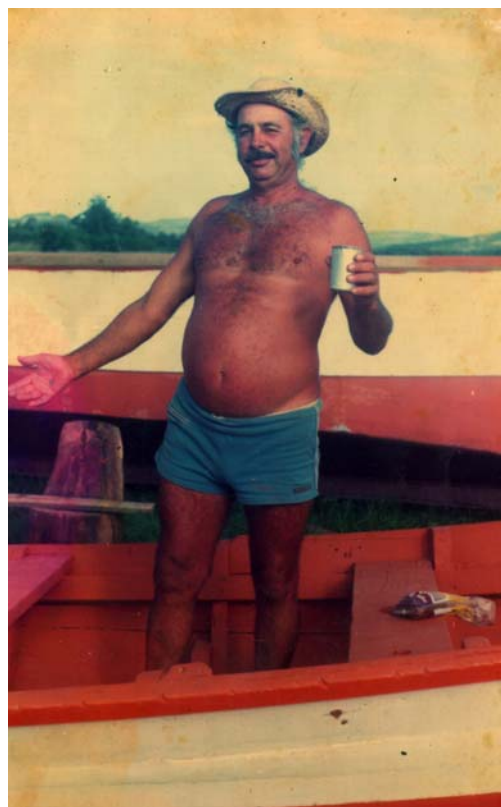
G: Mas não tarrafeou mais!

T: Bah!

G: Não tarrafeou! E eu fiz de novo o...ele fica louco comigo! Aí esses dia, foi só eu e ele, e ele foi arrastá o barco. Engatei uma corrente, uma cordinha, engata no barco, amarra na cintura, vem com o barco, o barco vem de arrasto, e vai tarrafeando...ô Beto, tu é mais novo, arrasta esse barco aí. Começou a tarrafeiar e a errar tarrafa, e a tarrafa ia (?), tem que enlinhá bem a tarrafa, mas não tem muita linha, né...daqui a pouco ele pegou como daqui, lá na casa verde, assim, ai, Seu Gaiola, vou deixar esse barco, to cansado...eu tinha pegado 15 tainha ele tinha pegado duas. Me dá esse barco aqui que eu...bah, mas não vou deixar esse barco aí, sai um vagabundo do mato a gente tá longe, pega o barco, né...ah, mas o senhor vai arrastar ele? Vou, arrastar e pegar tainha mais que tu, vou te mostrá! Há, mas ele duvidou, mas não deu outra, hahaha, eu peguei trinta ele pegou doze, hehehehehe...

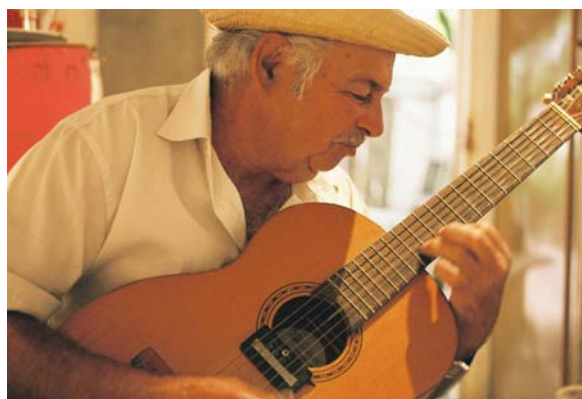
O comentário de Seu Gaiola destacando suas habilidades de pesca aos 74 anos de idade remete não apenas às suas qualidades individuais de pescador, mas a uma qualidade dos “antigos” em contraposição à inexperiência e à pouca resistência dos mais jovens frente às adversidades do trabalho. Entre os jovens moradores do Lami, Seu Gaiola contava com alguns “ajudantes”, que aproveitavam sua experiência para iniciarem um aprendizado na

pesca, ainda que nos dias de hoje o peixe esteja cada vez mais escasso nas águas do Guaíba. A experiência acumulada em tantos anos de pesca é comunicada ao “dar conselhos” aos pescadores novatos, uma prática tão cara à figura do narrador, segundo Benjamin (1985). Conselhos que são transmitidos no próprio ato da pesca, em meio aos ritmos do trabalho, onde, como afirma Benjamin, há muito vem sendo tecido o dom de narrar estórias (1985:205).



No dia em que nos conhecemos, depois da conversa na varanda fomos até a “sala”, um corredor estreito que liga a entrada da casa à cozinha, e onde ficavam os violões. De pronto, Seu Gaiola começou a dedilhar alguns acordes, para mostrar uma música a Rodrigo. Este também sentou; Dona Teresa se acomodava ao lado do marido, e eu ajeitei uma cadeira próxima a Rodrigo, formando uma espécie de platéia para escutarmos a música de Seu Gaiola. Eram músicas gauchescas, caipiras, de compositores diversos, como Jaime Caetano Braum e Gildo de Freitas, que ele tocava e cantava com destreza.

Seu Gaiola também tocava composições próprias, como a canção que fala de um bugio ferido por um fio de luz desencapado, que parou no zoológico e lá morreu, uma canção baseada em fatos verídicos, como atesta Seu Gaiola. Essa música concorreu ao “MusEcologia”, um festival de música e causos que acontecia no Lami há alguns anos atrás. É uma canção que fala do Lami, e de um habitante peculiar do bairro, o bugio ruivo, espécie que possui uma ocorrência limitada, mas que é bastante comum no Lami e em Itapuã. Seu Gaiola conta que todos os dias pela manhã os bugios “fazem um grito”, transitando pelas imediações da reserva. Dona Teresa, para implicar com o “véio”, diz que quando escuta o barulho dos bugios, “digo ó veio, ó, teus, teus parceiro tão alvorotado lá na... na reserva!”.



Na música, Seu Gaiola expressa a intimidade com este ambiente que o acolheu em sua vinda para a cidade, e no qual se enraizou constituindo ali seu trabalho, seu provento, suas amizades, sua trajetória de vida. Mas não só isso: a música revela a aderência de Seu Gaiola a um conjunto de imagens que falam da praia, este “território do vazio”. As narrativas do espaço entoadas na voz de Seu Gaiola trazem uma “topografia legendária” que reforçam a “vacuidade do território” (CORBIN, 1989), ajustadas às experiências concretas da vida pesqueira, das calmarias e tempestades do rio.

Em uma das canções que compôs, “As paixões da ilhota lá na encosta da Lagoa”, Seu Gaiola fala da Ilhota, uma ilha próxima à Lagoa dos Patos que era um paradoro certo em suas navegações.

ESCUTAR CD ÁUDIO FAIXA 5: “AS PAIXÕES DA ILHOTA”



Este ambiente que abrange o Lami vai além das fronteiras do bairro, expandindo-se para o rio, a Lagoa, nos desbravamentos e navegações que só um “marinheiro” e “pescador” podem conhecer.

G: Ah, é. É, ôôô...quantas vez atravessei isso de noite, lá pra cá, anoitecia lá e vinha de noite no escuro aí...navegando, hehehe, eu e o velho Manoel, hahaha...

T: Era dois louco, tu e ele!

F: enxergava como, Seu Gaiola?

G: O vurto do, dos morro. Lá na água tem reflexo, né. Pra nós não saí muito escuro tu tem o ...tu tem um capão de mato...

T: E a prática deles também.

G: e a teoria, pela navegação...mas olha, é difícil nós errá o ponto, quando errava...

T: Esse Seu Maneca que o véio tá falando e o véio era mesmo que gato de noite, tinha os olho de gato, sabia a direção direitinho pra vir embora. Acostumado, né, pra lá e pra cá...tinha a prática do caminho, vinham embora...

G: Ah, é...nós atravessava a Lagoa dos Pato, daqui pra Mostrada, pra tu ter uma idéia são...a lagoa tem, parece que 322...sai navegando, aqui assim, o lugar mais largo dela é aqui, quando tu chega, antes de chegar no meio um pouco, o farol lá, o morro da grotta, que é o maior morro daqui, ele vai se terminando fica do tamanho de um tijolinho...e aí daqui a pouco tu não enxerga mais nem ele nem pra lá...aí tu tem que tá firme no rumo até tu começá a enxergá os capão de eucalipto que vai... Mostarda o mato mais alto é os capão de eucalipto, lá não tem morro, não tem nada, é o arvedo. Só várzea. Então tu enxerga, começa a enxergá esses capão finiiiiinho, tipo uma aquela, moitinha de capororoca, mais um pouco, aquela arvorezinha ali ó, e conforme tu vai indo, e vai aumentando, aumentando, quando tu chega lá perto é um...é mato como daqui Belém Novo ou mais, hehehehe! Eu já passei tudo isso aí...assim a rumo do nariz. Agora hoje tem a bússola. Entendendo a bússola tu não tem erro, não precisa olhar pra lado nenhum. É na marcação, e ela tá ali, o barco tá navegando, conforme o ponteiro tu vai...mas assim mesmo muitos, muitos ainda se perde...principalmente na cerração. A cerração é horrível,

P: Mesmo na lagoa tem trechos ali que não se vê nenhuma costa?

G: Nada, nada, nada. Termina tudo, tu só enxerga céu e água, não tem mais nada. Então saía de noite a gente seguia na estrela, marca uma estrela, ou a lua, conforme a lua...ih...sempre tem, sempre tem um guia na vida, né, tu tem cabeça...tu tá lá no acampamento, por exemplo...lá. Então nós tirava o nosso rumo pra cá. Antes de vim pra cá nós tirava o nosso rumo. Ficou pra trás não interessa, o que ficou pra trás, né. Nós chegava, tinha que sair daqui pra lá, nós já tinha o nosso rumo. Também só eu e ele navegava de noite.

T: Com certeza, a maioria tudo era burro!

G: Não, mas tinha em Belém Novo, tinha uns véio também que navegavam...aqui no Lami era só eu e ele.

Olhando em frente ao rio, a paisagem emoldurada pelos salseiros que ele mesmo plantou, Seu Gaiola contou que quando veio para o Lami, há quase cinquenta anos, quando só havia três ou quatro moradias na praia. Acompanhou de perto as transformações do bairro. Segundo ele, o calçadão “estragou” o Lami: “o Lami não é mais o Lami”. Foi depois da colocação do calçadão que aumentou o movimento, vieram os roubos e a malandragem.

Contou que dia desses voltava do rio com peixe na embarcação e quando atracou veio um grupo de rapazes já bêbados, chamando-o de “tio” e lhe pedindo peixe. Viu-se acuado pelo grupo, e já ia separando alguns peixes até que chegou um rapaz do Lami, também muito malandro mas que Seu Gaiola conhecia desde pequeno, que o livrou “daqueles vagabundos dali”. Esta situação, hoje em dia bastante freqüente principalmente em temporadas de veraneio, não existia no tempo antigo, que é narrado em suas lembranças como um tempo tranqüilo, quando quem vinha para a praia era o pessoal mais conhecido, o “povo daqui mesmo”, “daí de cima, da lavoura, os chacreiro...povo nativo daqui mesmo”. Agora, quem vem para a praia do Lami “vem de tudo que é lado”.

Com as mudanças advindas, persiste a saudade de um tempo quando não havia a “malocagem” e “as favela”, onde as barracas dos veranistas ficavam instaladas durante todo o verão sem que ninguém entrasse ou roubasse. Frente aos novos tempos, Seu Gaiola já não pode mais deixar o barco ancorado no juncal durante a temporada do verão, já não deixa a casa aberta e tem um cachorro para “sinalizar” as visitas indesejadas. O espaço doméstico vai aos poucos se tornando seu porto mais seguro no Lami, depois da água.

3.1.4 Seu Alcy Bernardes

Por telefone, marquei com Alcy Bernardes uma entrevista explicando o tema da minha pesquisa e ele concordou em me receber em sua casa, em uma tarde de outono. A casa, próxima ao fim da linha e à escola de 1º grau que leva o nome de sua avó, fica retirada da rua, protegida por grandes árvores e arbustos. Fui recebida por sua esposa, uma pessoa simples e agradável que me conduziu ao escritório de Seu Alcy, onde seria feita a entrevista. Enquanto aguardava sua chegada, a curiosidade em torno deste personagem tão significativo do Lami aumentava. Havia “ouvido falar” de Alcy Bernardes desde as primeiras idas a campo, pela voz de diversos moradores que de uma forma ou outra estabeleciam algum tipo de relação com ele. Fosse como o “dono do Lami”, ou como “uma pessoa de estudo”, todos concordavam em referi-lo como um detentor de uma memória social do bairro, alguém com quem poderia compartilhar de um Lami repleto de marcos e acontecimentos históricos.

Encontrei um senhor magro, de estatura alta, que me cumprimentava com a voz pausada e firme. Os móveis sólidos de madeira escurecida no escritório emolduravam a figura reflexiva de Seu Alcy Bernardes, que entre um cigarro e outro, me contava sua trajetória em meio às lembranças de um Lami antigo. A cena era dramatizada pelo contraluz vindo da janela, tornando ainda mais densa e esfumada a atmosfera que emerge nos momentos em que os informantes “vasculham” o passado. Lamentei não ter levado a câmera fotográfica.

Dentre todos os informantes, Seu Alcy foi com quem tive menos contato: nosso encontro se resumiu a uma única entrevista, de aproximadamente duas horas. Não tivemos uma relação mais aprofundada de convívio, não estabelecemos um vínculo continuado de conversas e entrevistas. A qualidade de nosso encontro etnográfico caracterizou-se pela situação de entrevista, na qual ele revelou dados preciosos sobre a história do Lami, do ponto de vista de um antigo morador que ainda exerce bastante influência sobre os fluxos e transformações do bairro. Por isso hesitei diante da maneira como o apresentaria nesta dissertação; Seu Alcy Bernardes não ocupa o mesmo lugar que os outros informantes no sentido do encontro etnográfico estabelecido, e de um convívio prolongado no qual as memórias vão sendo compartilhadas à medida em que se estabelece uma relação de confiança. Decidi apresentá-lo na relação estabelecida entre suas lembranças com uma

memória coletiva do bairro, que é constituída no encontro de um grupo de “antigos”, que compartilham em suas lembranças um certo Lami que hoje já possui feições distintas daquelas de outrora.

Nascido em 1929 no Lami, Seu Alcy assistiu ao crescimento do bairro, acompanhou suas mudanças e ainda hoje traz consigo uma memória que vem de seus antepassados. A família dos “Bernardes” consta como um dos 60 casais açorianos que chegaram para o povoamento da cidade, e que constituem o mito de fundação⁶⁸ de Porto Alegre. Em um dos relatos colhidos na entrevista, Seu Alcy nos dá uma idéia do antigo vínculo de sua família na região:

Alcy: Meu pai, a minha mãe, todos nasceram aqui. A minha avó, Genoveva da Costa Bernardes, que dá nome a escola, ela é daqui da...pro lado do Cantagalo, uma família dali, e o meu avô ele é filho da Margarida, essa Margarida que era do farol do Itapuã. Eu conheci a velhinha, tava com quase 100 anos. Eu tinha um baú dela, que trazia o nome dela, trazia as iniciais do nome dela, eu sei que era Margarida Martins Vieira da Rosa Oliveira de Aguiar. Enquadrava tantos nomes de famílias daqui que eu nem sei...porque quando eu saio às vezes eu encontro com um Oliveira, o camarada me bate, como vai, primo? Mas primo de onde! E os Costa então, Costa tem...eu tenho um tio que foi criado justamente por essa minha bisavó, é o irmão do meu pai, só mais velho, era o Otaviano, Otaviano José da Costa, ou Bernardes da Costa. Ele tinha como sobrenome Costa. Porque era Margarida, Margarida da Costa. Então é essa a raiz, e esse morro aqui, morro do coco, morro do shambá, (...). Em continuação do Morro do Coco tem uma cadeia de montes e que vem até a shambá, que hoje é a Avipal. Shambá era o primeiro nome daquilo ali, era o...a fazenda do dr capoano, isso que eu me lembro, pq decerto anteriormente era de outras pessoas, é, diversas outras pessoas que eram donas daquilo ali. Dentre elas, talvez a minha tataravó, que tinha uma fazendinha ali. Porque eu me recordo quando eu tinha uns 4 anos eu fui a cavalo com meu pai pra levar ou trazer gado de lá e ele disse que ele tinha feito aqueles trechos ali que nós estávamos passando de carreta puxada a boi, e que era lá por 1900 e pouquinho, 1906, 1908, coisa assim...

Essa ancestralidade da família de Seu Alcy na região é reconhecida na face pública do Lami, nos nomes de ruas e escolas que evocam e legitimam estes antigos moradores. Não há morador que não conheça “os Bernardes”, “o Alcy”, ou “os gêmeos”, filhos de Seu Alcy que atualmente gerenciam e negociam as terras do pai. Por bastante tempo, as terras da família eram destinadas à pecuária ou arrendadas para plantações de arroz, dadas as características alagadiças dos terrenos. Nos últimos anos, com as restrições ambientais

⁶⁸ A antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha (1995) situa o mito de fundação de Porto Alegre enquanto um esforço coletivo no qual a sociedade gaúcha se empenha na “fabricação de quadros temporais suficientemente estáveis”, capazes de abarcar “o enquadramento da descontinuidade de um tecido temporal acidentado na memória coletiva da sociedade local” (ROCHA, 1995).

destas plantações, que eram mantidas com a canalização e irrigação da água do Guaíba, e o caráter pouco lucrativo da manutenção destas áreas, a família optou pela progressiva venda dos terrenos, em pequenos lotes. A crescente urbanização pela qual o bairro passa hoje é reflexo também da insuficiência de certos modelos produtivos que caracterizavam o Lami em um tempo passado, quando a existência de pequenas chácaras e extensas áreas destinadas ao gado e ao cultivo de arroz conferia uma forma específica à paisagem local.

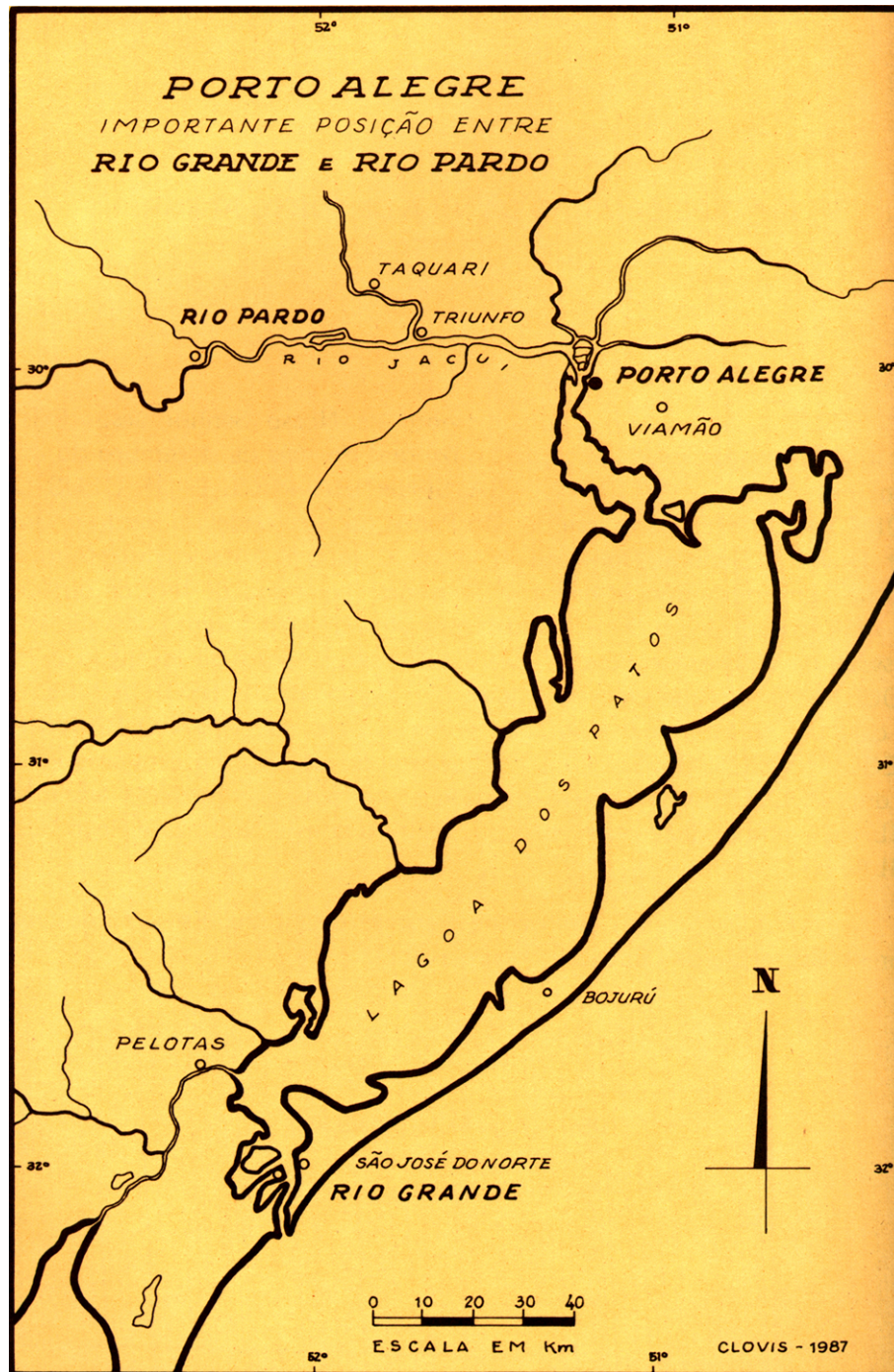
3.2 A época das tafonas

Seu Alcy nos fala de um Lami que figurava na cidade como um importante centro comercial, antes da “época do turismo”. Seu avô, o conhecido “Lulu” Bernardes, tinha um grande armazém que recebia a produção dos “tafoneiros” da região sul de Porto Alegre e de localidades de Viamão, como do Cantagalo, da “Faxina”, da “Fervura”. Ali, seu avô classificava a farinha de mandioca em fina, média e grossa, ensacava e remetia para o centro na Voluntários da Pátria, onde havia uma firma que comprava, ou para o porto de Rio Grande. Esta farinha já saía do Lami com a marca, “fabricado no sétimo distrito de POA, Praia do Lami”.

Nesta época, o principal meio de transporte que ligava o Lami a outros territórios da cidade eram os barcos e vapores, dadas as precárias condições das estradas.

Alcy: Tinha um trapiche na praia, onde ficam hoje os banheiros, corria uns 120 metros no rio, onde tinha uma casinha que comportava cerca de 200 sacos de farinha; as embarcações vinham, carregavam e saíam pro centro ou pra Rio Grande, onde era exportada até para o norte, nordeste.

Nestes relatos, percebemos a posição estratégica do Lami na ligação entre o centro de Porto Alegre e a saída para as cidades ao sul do Estado, como Pelotas e Rio Grande, esta última uma importante cidade portuária onde a Lagoa dos Patos desemboca no oceano. O mapa abaixo nos mostra a localização do Lami em um dos pontos mais próximos da Lagoa dos Patos:



O mapa faz alusão à importância histórica do município de Porto Alegre por situar-se a meio caminho de dois importantes centros do século XIX: Rio Pardo e Rio Grande. A cidade se firmava como parada obrigatória para o transbordo e as trocas comerciais dos produtos que chegavam pela via fluvial⁶⁹.

Uma das famílias de “tafoneiros” e plantadores de mandioca era a de Juca e Dodô, que contam terem sido criados na “farinhada”. O avô e o pai deles trabalharam bastante tempo na produção de farinha, fazendo negócio com os donos de armazéns e depósitos, como o avô de Seu Alcy Bernardes.

Juca: Primeiro o pai e a mãe criou nós na tal de farinhada, né, fazer farinha. Plantar mandioca, depois fazer a farinha, era o único dinheiro que existia, naquela época não precisava dinheiro também, né. Plantava a mandioca, no fim de dez mês colhia, fazia a farinha, pra depois vender a farinha, pra pagar as conta, já tinha aqueles atacadista, aqueles comerciante de farinha, fornecia o alimento em troca da farinha depois. Não se comprava praticamente nada, era açúcar, querosene, a erva, que todo mundo tomava mate, café era uma coisa mais de elite já, café já era uma coisa...no meu tempo não era muito café não! Arroz era só mais pra especiais...(…) O resto era tudo conseguido no caminho, né. (...)

Todo mundo trabalhava até a maior idade em casa, com os pais, depois é que passava a ter a liberdade de fazer. E aí o dinheiro do bailezinho, da festinha dele ele tinha que rachar lenha aos domingo...O pai era um que, quando se criou, o dinheiro dos baile, das festa era rachar lenha, derrubar mato, rachar lenha pra vender lenha de talha. Aí que entrava, o desmatamento começou naquelas parte ali. Depois é que eu te disse que vinha trazer lenha de carreta cá em Teresópolis, vinha dali do Lami, o meu avô criou farinhada, mandioca, farinha, e depois durante, entre uma safra e outra, era cortando lenha pra vender lenha de talha pras padaria. E pras casa, né, naquele tempo não tinha gás, né, todo mundo era fogão à lenha. Então, era muito difícil. (...)

O meu avô, o pai da minha mãe, teve um ano que ele fez mil e cinquenta saco de farinha! Sabe o que é transformar mandioca tudo em farinhazinha ralada? (...)

No caso do meu avô ele chegou a ter quase 300 hectare de terra, tudo comprado com, com dinheiro de mandioca. (...)

Os produtos negociados pelos agricultores, “tafoneiros” eram estocados em um depósito, que “segurava” a produção liberando-a nos períodos de entressafra para que o produto não desvalorizasse. Dali, a produção era levada por barcos até o centro ou a outras cidades do Estado.

⁶⁹ “As antigas sesmarias se desenvolviam mais para o interior da Capitania e seus produtos já chegavam às três vilas maiores. Também os descendentes dos açorianos com suas pequenas propriedades se utilizavam dessas vias para levar seus gêneros aos centros de consumo que essas vilas representavam” (SILVEIRA DE OLIVEIRA, 1993:75)

Alcy: Esse trapiche ele era muito extenso, ele deveria ter cento e tantos metros. Esse trapiche, tinha os depósitos ali, da farinha e tinha um trólen, com trilhos, que enchiam não sei quantos sacos de farinha em cima do trólen e 3 ou 4 homens empurravam, braçal, da porta do depósito até o embarcadouro que ficava lá dentro do rio.

O trapiche e o depósito, que como conta Seu Alcy, eram “marcos do Lami”, foram demolidos há cerca de 30 anos por alguns de seus tios e primos, que com medo de que as antigas estruturas fossem declaradas como “marco histórico” da cidade, tiraram da paisagem os equipamentos já desativados.

Alcy: Aqui, há poucos metros da minha casa, ali perto daquele galpão, tinha um depósito grande, e na frente do depósito chegavam as carretas pra despejarem sacos de farinha das atafonas. Era pura areia. Os bois se enterravam até meia canela. A pata na areia. Aquelas carreta rengindo os eixos, aquele barulhinho até que era interessante, dava assim, tu ouvia quando apontava lá em cima, lá na estrada, aqueles rengido de carreta, carretas com duas, três, quatro juntas de boi. Era a época comercial, do comércio aqui. E depois caiu essa época, veio a do turismo.

P: E onde que eram esses armazéns, eram na beira da praia?

A: Não. Um era aqui na...em frente, aliás atrás dessa figueira aqui. Há uns 10 metros da casa ali, ali tinha uma outra casa, a casa velha, tinha uma cozinha muito grande, tinha galpões, e tinha depósito. Depósito branco, como eles chamavam. Era um depósito decerto com uns 30 metros por uns 10 metros, daí pra mais, que era onde depositavam a farinha. Era muito bonito aquilo ali.

A fala saudosa de Seu Alcy revela também um conjunto de sonoridades que configuravam a “paisagem sonora”⁷⁰ de uma época específica, lembrada a partir de um lugar determinado que ele e a família ocupavam. A lembrança do som do “rengido” das carroças fala de um Lami com intensa atividade comercial, movimentado pelos ires e vires das carroças. A essa lembrança, é interessante retornarmos às reminiscências de Dodô, ao falar do tempo em que foi para a “cidade”, trabalhar em um mini mercado no bairro Petrópolis:

Dodô: quando nós saímos de lá que eu fui pra lá, até a gente se acostumar, bah, passou quase uns 15 dia! Naquele tempo aqueles bonde ali que fazia um barulhão, um barulhão, a gente não conseguia nem é dormir! (...) Morava lá, dormia lá. Trabalhava um domingo, folgava um, trabalhava um domingo, folgava outro. A gente ficou...até, até sentir aquele...tu imagina, a gente foi criado ali no meio do brejo, né.

Dodô relata seu espanto diante de uma cidade em expansão e crescimento, onde a inovação tecnológica dos transportes podia ser percebida através das novas sonoridades

⁷⁰ Cf Corbin (1994); Schafer (2001)

produzidas. Observamos, a partir destes relatos, os diferentes ritmos que compunham a Porto Alegre de meados do século XX, uma cidade que se movia rumo à crescente urbanização, com a abertura de grandes vias e a expansão dos meios de transporte, e a persistência de sinais diacríticos das práticas rurais que ainda davam sustento à emergente feição moderna da metrópole.

O estudo de Alain Corbin (1994) acerca das sonoridades dos espaços rurais no século XIX, no qual traça uma reflexão histórica a partir da “paisagem sonora” configurada pelo toque dos sinos na “campagne”, traz importantes contribuições para o estudo de uma “cultura sensível”. A pesquisa de Corbin enfoca a sonoridade dos sinos como uma linguagem, um sistema de comunicação que é, pouco a pouco desorganizado pela emergência de novos contextos sociais na “campagne”. Para o autor, o ambiente sonoro figura entre os processos de construção das identidades, individuais e comunitárias (1994:13).

Ecléa Bosi (1999), em estudo sobre a memória dos velhos, já chamava atenção para a dimensão afetiva das sonoridades. Durante as entrevistas e conversas com idosos da cidade de São Paulo, constatou que as lembranças apareciam povoadas de sons⁷¹. A transformação dos espaços urbanos é percebida também pela mudança e mesmo pelo desaparecimento de paisagens sonoras ligadas a territórios ou contextos sociais específicos. A evocação destas paisagens sonoras, no entanto, é sempre possível no “trabalho” da memória através de uma “comunidade afetiva”, onde o apoio recíproco de lembranças possibilita a permanente construção de uma memória que é coletiva (HALBWACHS, 2004).

De qualquer forma, vemos como o estudo das paisagens sonoras relaciona-se à temática da transformação dos espaços, onde as “pedras da cidade”⁷² podem ser transformadas, substituídas por outras, mais ajustadas à modernização das cidades. Para Bosi (1999), a vida do grupo liga-se estreitamente à morfologia da cidade, onde os lugares são “inseparáveis dos eventos neles ocorridos” (BOSI, 1999:447). Esta ligação é

⁷¹ “O espaço sonoro compartilhado é um bem comum, mesmo os diminutos sinais que compõem suas mensagens são vitais para seus habitantes” (BOSI, 1999:445).

⁷² “Os diversos quarteirões, no interior de uma cidade, e as casas, no interior de um quarteirão, têm um lugar fixo e estão também ligadas ao solo, como as árvores e os rochedos, uma colina ou planalto” (HALBWACHS, 2004:140).

desarticulada apenas diante de um grau intolerável de desenraizamento, quando a memória é desalojada e inauguram-se os chamados “tempos de crise” (ECKERT, 1993:14).

3.3 O Lami e a “cidade”

Ao compartilharmos desta memória com Dodô, Seu Gaiola, Dona Maria e Seu Alcy, compreendemos aspectos da memória de Porto Alegre que permanecem muitas vezes a descoberto, por não remeterem diretamente ao centro da evolução urbana da cidade, de seu núcleo central de formação, onde localizavam-se os primeiros equipamentos urbanos que davam a Porto Alegre o estatuto de “capital da província”. A memória coletiva da cidade, que figura nas reminiscências de seus habitantes mais antigos, mas também nos relatos de cronistas e viajantes, reunidos em livros e publicações que buscam retrair o seu passado, é freqüentemente voltada à área central, de uma Porto Alegre que se entrelaça até os dias de hoje “às marcas do simbolismo do centro”⁷³.

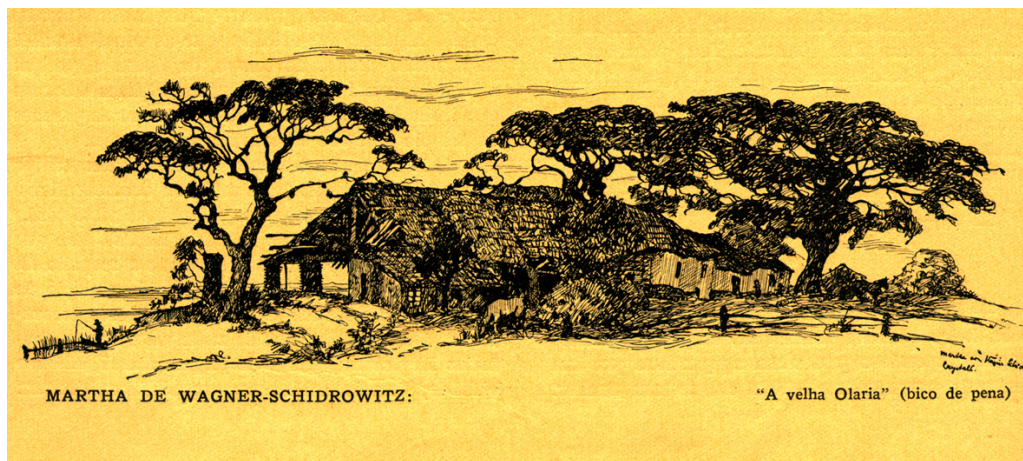
De fato, o Lami e boa parte da região sul da cidade, como os bairros Tristeza, Assunção e Belém Novo, permaneceram com vias de acesso precárias até meados do século XX, enquanto as regiões mais centrais da cidade se urbanizavam, inauguravam novos equipamentos urbanos, prédio e meios de transporte, configurando a forma de uma cidade em expansão. Enquanto o centro da cidade se constituía como o foco da modernização, com os aterramentos, a demolição de antigos becos e ruelas, a abertura de grandes avenidas, a implantação de novos sistemas de transporte e a canalização do arroio dilúvio, as áreas mais distantes ainda preservavam a característica “colonial” de uma Porto Alegre bucólica, marcadas pela sazonalidade do período de verão que atraía os veranistas para um lazer a beira do rio, onde o progresso não havia chegado⁷⁴.

O primeiro arraial ao sul a receber transporte coletivo, à época um sistema de bondes puxados a burros, foi o Menino Deus, no ano de 1870, onde se concentravam chácaras e vilas luxuosas, um bairro que atualmente, dada a progressiva expansão urbana

⁷³ Ana Luiza Carvalho da Rocha (1995), considera significativo que a despeito das grandes obras modernizadoras e do violento crescimento urbano, os habitantes de Porto Alegre ainda gravitem em torno de sua antiga área central.

⁷⁴ Ao lamentar o desaparecimento das festas na Praça da Matriz frente ao “espírito moderno”, Achylles Porto Alegre (1994) descreve os “fogos” mencionando em dado momento a vinda de famílias distantes ao centro, os quais chamava de “sertanejos”: “Da capela de Viamão e Belém Velho e de outros sítios rústicos, vinham carretas, puxadas por duas juntas de bois, conduzindo as famílias sertanejas para assistir aos fogos.” (PORTO ALEGRE, A., 1994:81).

para as áreas além do núcleo central de formação da cidade, é considerado um bairro relativamente central. Essa dificuldade de acesso criava fronteiras não apenas simbólicas entre o centro econômico, administrativo e cultural de Porto Alegre e seus territórios mais distantes, propiciando um relativo isolamento destas populações em relação às áreas centrais, que acabavam por voltar-se à cidade de Viamão. A ocupação desses bairros originou-se de trabalhadores, visto que a intensa atividade rural na região se configurava como um pólo atrativo de mão de obra. Junto com Belém Novo, o Lami participava da cidade como um bairro fornecedor de telhas, tijolos e alimentos para um centro que se expandia, se renovava e se urbanizava.



3.4 Itinerários urbanos

La ville se compose et se recompose, à chaque instant, par le pas de ses habitants.

Pierre Sansot, *Poétique de la ville*

Sobre a estreita relação entre o ato de narrar e as práticas de espaço, Michel de Certeau (1994) traz importantes contribuições ao destacar ao longo de sua obra a inseparabilidade das “artes de fazer” e as “artes de dizer”. Para o autor, todo o relato é uma prática de espaço, que não apenas transforma em enunciado as caminhadas dos pedestres, mas de fato, organizam estas caminhadas. As “artes de dizer”, enquanto narrativização das práticas, moldam as frases assim como as caminhadas moldam percursos, verdadeiras “enunciações pedestres” (CERTEAU, 1994:117).

Com efeito, as memórias destes narradores enquanto habitantes de Porto Alegre nos levam também a percorrer os itinerários⁷⁵ de seus percursos na cidade, abandonando a idéia de um certo isolamento destes espaços. Mesmo com a demora do investimento das políticas urbanísticas na região, que dificultava o acesso de uma população urbana, vinda das regiões centrais, a circulação destes moradores interligava os distintos territórios através de suas práticas sociais, redes de sociabilidade e parentesco, etc. A relação destes territórios com o restante da cidade se concretiza nas práticas de deslocamento destas populações, na perspectiva da cidade enquanto “fruto de uma consolidação temporal vivida na errância das formas da vida social dos grupos urbanos que a ela pertencem, configuradas e reconfiguradas em suas narrativas biográficas” (ECKERT e ROCHA, 2005:95-96).

Dodô e Juca, oriundos de uma família de “chacreiros”, atravessavam longas distâncias na cidade para viabilizar a venda de sua produção. Assim como a produção de farinha de mandioca e o corte da lenha, Juca e Dodô trabalharam no plantio e colheita de frutas e hortigranjeiros, levando a produção para o abastecimento da cidade no “mercadão”,

⁷⁵ Em consonância à abordagem de Eckert e Rocha (2005) e Gilberto Velho (1981) nos estudos de Antropologia Urbana, a noção de “itinerário” é utilizada nesta pesquisa como perspectiva de estudo de indivíduos e grupos urbanos na cidade tendo em vista seus deslocamentos e o atravessamento contínuo de distintas “províncias de significado”. Sobre as práticas de espaço enquanto narrações cotidianas, Michel de Certeau (1994) faz uma importante distinção entre o itinerário e o mapa. Enquanto o primeiro se refere a uma “série discursiva de operações”, o segundo se constitui como uma “descrição redutora totalizante das observações” (CERTEAU, 1994:204).

como era chamada a feira que reunia a produção da cidade e do estado, para a venda em mercados e armazéns.



A vida ligada à agricultura e o ofício de feirante faz com que Juca e Dodô até hoje percorram semanalmente o caminho até o Bom Fim, bairro relativamente central na cidade. Durante a pesquisa, quando conversávamos na feira situada na Rua José Bonifácio, Juca contou com saudade da época em que andava de carroça pelas ruas da cidade, no período em que já não residia mais no Lami.

Juca: Essa rua aqui eu passava de carroça. Eu às vezes vejo um carroceiro passar aqui me lembro, ôôô...

De madrugada, passava sempre de carroça aqui. Ali na rua do Petrópolis Tênis Clube, Faria Santos parece que é. Bem na esquina ali, tinha uma fruteira ali. Era um mini mercado naquela época. E aí meu patrão trabalhava na Praia de Belas que não tinha a Ceasa ainda. Tavam fazendo a Ceasa e o mercado...o atacado né, que todos chacreiro vendiam ali, na Praia de Belas, ali onde é o Ipê, onde é o corpo de bombeiro, era tudo ali.

Dona Maria, ao contar sua trajetória de vida, também nos traz relatos pontuados por deslocamentos, por um movimento constante de ir e vir, seja pelas mudanças de sorte em sua vida, seja pelo ofício da venda de doces e rapaduras, que fazia com que se deslocasse em busca de fregueses. A trajetória urbana de Dona Maria situa-se em um contínuo processo de enraizamento/desenraizamento que a levava a transitar por distintos territórios na cidade e fora dela, pontuando o Lami como um espaço específico onde encontrava uma certa segurança frente à instabilidade e as incertezas dos novos lugares de moradia. Ao narrar sua trajetória de vida desde a vinda de Cerro Grande do Sul, Dona Maria relata os difíceis períodos de recém-casada, em que viveu nas margens do Arroio Dilúvio:

M: Eu quando me casei fui morar na Praia de Belas, meu marido trabalhava naquela última ponte da Praia de Belas, lá embaixo. Na Ipiranga, a Ipiranga é coisa do riacho todo é Ipiranga, não é? Então, ali eu morei nuns quantos lugar. Até na Agronomia, quando me separei dele morava na Agronomia. Porque...naqueles barraco da firma. Botavam, a firma aqui, aí ia eu. Com os filho nos braço, naquele barraquinho.

P: Em firma de construção?

M: É, por causa que ele trabalhava no, no riacho. Ele que fez aquilo ali. No riacho de ponta a ponta ele trabalhou. Todo o riacho. Nos escano, as coisa, né, não só ele, claro, ele e os outros empregados da firma. Aí eu como mulher dele tinha que acompanhar...as mulher dos marido tinha que acompanhar, né.

P: E moravam...

M: Nos barraco. Tudo junto, tudo junto, com máquina, com...com tudo. Acampamento, tipo acampamento. Onde ia a firma a gente tinha que ir junto.



Não é a toa que Dona Maria tem uma grande habilidade para narrar os fatos de sua vida e sua trajetória na cidade. Tendo morado em diferentes pontos de Porto Alegre e de cidades vizinhas, como Cerro Grande, Tapes, Guaíba, Charqueadas e Canoas, Dona Maria, como tantos outros habitantes, é capaz de narrar esta cidade a partir do jogo de enraizamento/desenraizamento que marcaram o seu viver na cidade.

À luz das considerações de Michel de Certeau (1994), percebemos que os relatos de espaço exibem as operações do “fazer”, as possibilidades e arranjos diversos frente a uma ordem imposta. Ao comentar os processos caminhatórios que formam o tecido urbano, o autor afirma que a prática de espaço é indissociável do lugar sonhado. “Caminhar é ter falta de lugar” (1994:183), por isso a errância conforma a cidade como uma experiência social da privação de lugar, onde deslocamentos e caminhadas se entrelaçam tecendo o espaço urbano.

Retornando à narrativa de Dona Maria acerca da vinda para o Lami, na qual ela narra em detalhes a chegada neste território que se tornou seu lugar de enraizamento em Porto Alegre, está ali expressa a necessidade e o desejo por um novo local de moradia, na vontade de conhecer “esse tal Lami”. A busca pelos lugares novos e desconhecidos na cidade⁷⁶ é o que conforma os processos de enraizamento e constitui as populações dos espaços urbanos.

No Lami, são freqüentes as narrativas que apontam para os processos de enraizamento/desenraizamento dos moradores junto a este território da cidade. A observação dos deslocamentos destas populações e os itinerários percorridos até seu enraizamento no bairro, e posteriormente o recomeço da errância que os levará a outros territórios nas mais diversas cidades, constitui uma importante ferramenta para se compreender “o processo dinâmico de mutação e turbulências nas formas de vida nas cidades do mundo contemporâneo” (ECKERT e ROCHA, 2005:89).

Por outro lado o Lami também se configura, principalmente para os moradores mais antigos, como um “porto seguro”, um lugar fortemente enraizado em suas trajetórias. A “saga” que compreende os itinerários destes grupos tem o Lami como ponto de chegada ou

⁷⁶ “Là encore, lorsqu’une ville fait coexister des régions aussi diverses et aussi rapprochées, certains trajets possèdent une nécessité incontestable, car ils donnent quelque chose à voir, ils laissent le sentiment d’avoir exploré et découvert un territoire.” (SANSOT, 1988: 67)

de partida, no caso das gerações mais novas. Os itinerários percorridos por estes narradores da cidade são marcados por uma história de migrações de outras cidades para Porto Alegre, que se consolidou como um lugar de enraizamento. As narrativas destes deslocamentos são, entretanto, distintas para cada um dos informantes, pontuando trajetórias peculiares no espaço urbano.

Seu Gaiola, como um bom marinheiro, traçou o percurso da água, vivendo em cidades litorâneas ou portuárias, como Mostardas, Porto Alegre e Laguna. Destas viagens e diferentes lugares de moradia, Seu Gaiola guarda uma arte de narrar própria do viajante, trazendo as estórias fantásticas vividas ou imaginadas nestes lugares. Seu enraizamento no Lami, não enquanto um bairro, mas como um território voltado para o rio, trouxe a possibilidade de “viver embarcado”, “acampando”, “pescando”, mesmo com uma moradia fixa.



A trajetória de Seu Gaiola e seu cotidiano de pesca no Lami nos remete a uma Porto Alegre marcada pelos ritmos da água, onde um grupo de habitantes vivia em estreita ligação com o ambiente lacustre.

G: Eu entregava na salga, lá na praia das Pomba, no tempo que tinha salga ali. A peixaria São Pedro. É, eu botava peixe desde 1970, eu comecei a vender pra Japesca. Lá no centro no mercado, ainda tem até hoje. As duas banca mais forte, a Japesca e a São Pedro, né. Vendia pros dois. Todo mundo vendia pra eles. Eles tinham salga lá, nós vinha com peixe, sem fazer nada, dava lá...(…)

Eles têm uma câmara fria, né, pra guardar o peixe, pra depois mandar pro mercado. Ah, o caminhão vinha carregado de gelo do mercado, largava lá pra entregar pro pescador, e ia com 3, 3 tonelada e meia, 4, de peixe...pro mercado.

(…)

Naquela época era duas veiz por semana, e as veis todos os dias, na safra do bagre, né. E da tainha. E...agora...

T: Agora se eles tirar num meis um balde de peixe é muito...

G: ...não sei se eles tiram mil quilo....

A “salga” mencionada por Seu Gaiola ficava em uma das praias de Itapuã, onde hoje localiza-se o Parque Estadual de Itapuã⁷⁷. A existência da salga movimentava um grande número de pescadores da região sul de Porto Alegre e de Viamão, viabilizando a chegada do peixe até o centro, no Mercado Público.

Hoje o número bastante reduzido de pescadores ainda atuantes dispensa os entrepostos, vendendo os poucos peixes diretamente para o freguês, em suas casas, onde é possível vender por um preço mais alto. De modo geral as peixarias pagam muito pouco e a produção escassa não comporta a venda em grande escala.

O intenso movimento pesqueiro na zona sul de Porto Alegre tinha similar expressão nas ilhas do Delta do Jacuí⁷⁸, como aponta Rafael Devos (2002) em estudo sobre a memória coletiva de antigos moradores da Ilha dos Marinheiros. Apesar de persistir como um importante núcleo de pesca artesanal no Estado, o ambiente das ilhas também sofre com a redução dos peixes e a poluição das águas.

De qualquer forma, a possibilidade da manutenção de práticas tradicionais como a pesca artesanal em territórios específicos de grandes espaços urbanos como a cidade de

⁷⁷ O Parque situa-se em uma área tradicionalmente destinada à extração de granito rosa e à ocupação humana, sendo também um lugar de veraneio na região. A Praia de Fora era intensamente ocupada por casas e bares, passando por um conflituoso processo de desapropriação,

⁷⁸ Conjunto de 16 ilhas que constituem o bairro Arquipelago, próximo à área central de Porto Alegre. Na Ilha da Pintada fica a sede da Colônia de Pescadores Z5.

Porto Alegre, se coloca como um ponto de amarração entre práticas rurais e urbanas. Ruben Oliven (1996) destaca o fenômeno da migração campo-cidade como intenso em países como o Brasil, e que coloca “populações de origem rural em confronto com o mundo urbano” (OLIVEN, 1996:21), conformando os espaços da cidade como depositários de inúmeras práticas e tradições oriundas do meio rural ou litorâneo.

Dona Teresa, nascida em São Jerônimo, já morava em Porto Alegre e veio para o Lami em circunstâncias distintas das de Seu Gaiola. Assim ela relata sua vinda para o Lami:

Dona Teresa: Eu...quando eu vim pra cá, meu marido era vivo, eu vim acampar de barraca. Acampeei na barraca bem na frente da casa dele, desse veio aí, dele e da família dele, né. Aí eu trabalhei no mini mercado, no mini mercado que tinha ali onde é os gordo agora...é. Aí trabalhei ali né, no mini mercado dele ali, aí agarrei e...e o marido morreu, aí me ajuntei com o véio. Faz 21 ano que tamo junto, vai fazer 21 ano que tamo junto. Aturando a cara um do outro. Aqui nessa casa aqui vai fazer um ano e pouco, um ano. Antes nós tava, nós fiquemo quatro ano, oito ano aqui embaixo da figueira, numa casinha aí embaixo dessas árvore, depois daí fomo lá pra cima, e assim vamo correndo o Lami inteiro.

Assim como Dona Teresa, diversos moradores do Lami eram antigos veranistas que acampavam ou construíam casas na praia. Com o passar dos anos, os veranistas se tornaram moradores e passaram a receber o fluxo de turistas do Lami nos meses de verão. O turismo na praia do Lami, como veremos a seguir, é historicamente um importante ponto de atração de populações que, por veraneio ou por moradia, criam um tipo de vínculo particular neste território da cidade. A fala de Dona Teresa também nos revela o forte vínculo com a região do Lami, onde, nas diversas casas em que moraram no bairro, a praia ocupa um lugar especial. A fala decidida de Dona Teresa ao contar a escolha por voltar a morar na praia, há cerca de dois anos, depois de morarem na casa do filho de Seu Gaiola, recoloca a aderência do casal a este ambiente.

Dona Teresa: Aí o véio disse assim, o véio com medo de vir pra praia, disse baaah, vamo pra praia, pagar aluguel, com três salário, capaz de nós se apertá, ele disse, eu digo, ah, mas nem que seja pra comer peixe com pirão de farinha de mandioca eu vou pra praia! Tem mais liberdade, né.

3.5 Lami e Belém Novo: um turismo “popular”

Era sábado, por volta da uma da tarde, e o movimento da Cidade Baixa começava a acordar. Algumas pessoas circulavam com sacolas de feira, os briques de móveis já fechavam suas portas, mas a rua ainda tinha os sinais de sujeira da noite anterior. Ainda não tinha domínio dos horários do Lami, mas imaginava que por esta hora, deveria aparecer algum ônibus. As poucas pessoas que me acompanhavam na parada iam embarcando nos coletivos que passavam ali rumo a diferentes regiões da cidade: Jardim Botânico, Independência, Vila Cruzeiro... Eu permanecia à espera. Mais trinta minutos contados no relógio e o Lami apareceu, já cheio. Entrei com a pesada mochila cheia de equipamentos, algumas roupas e alimentos e tentei me acomodar. A cada parada, mais passageiros subiam. Ninguém descia. Assim fomos, sacudindo pelas ruas mal asfaltadas que levam à zona sul da cidade, vagarosamente, por uma hora. Ninguém descia. As conversas se animavam dentro do ônibus e os cumprimentos de quem subia eram cada vez mais freqüentes. A minha frente, duas senhoras conversavam sobre o grande número de pessoas vindas da cidade de Camaquã e que hoje residiam no Lami. À frente do ônibus, muitos idosos de pé travavam uma conversa animada, apesar do aperto. Na parte de trás, havia tanta gente de pé que três filas se formavam entre os bancos, impossibilitando qualquer movimento mais brusco sem que se machucasse ou importunasse o vizinho. Alguns afortunados que sentavam à janela dormiam embalados pelas paradas e arranques, ao ritmo do burburinho das conversas. À medida que nos aproximávamos do bairro Belém Novo, alguns passageiros começaram a descer. Alívio, pensei. Quem sabe conseguiria sentar nos 10 minutos que restavam até o Lami. Mas entre os passageiros que permaneciam no ônibus, se armava uma espécie de indignação perante os que desciam. Os comentários foram se transformando em xingamentos, e logo se ouviu de uma voz menos comedida: “Por que não pegou o Belém? Tem muito mais Belém, pegar o Lami pra quê?” Todos concordavam que era uma “sacanagem” quem parava em Belém pegar o Lami. De fato, os ônibus com destino a Belém Novo são mais novos e mais freqüentes. As linhas do Belém Novo não ficam tão lotadas quanto as do Lami, que em finais de semana costuma passar de 40 em 40 minutos.

(Diário de campo, janeiro 2006)

A cena descrita foi uma das primeiras vezes em que percebi a “rixa” existente entre Belém Novo e Lami. A situação do ônibus é uma das diversas formas na qual esta relação entre os moradores dos bairros se expressa no cotidiano, quando a população do Lami se depara frente a algumas “desvantagens” em relação à de Belém Novo.

Belém Novo é o bairro de Porto Alegre mais próximo do Lami, e funciona como uma espécie de “centro” para os moradores do Lami, já que possui agências bancárias, flora, alguns espaços de lazer como sorveteria e lancheria, lojas de roupa, e principalmente, farmácia. Fora o posto de saúde, que distribui medicamentos conforme a consulta médica, o Lami não conta com nenhuma farmácia, o que faz com que os moradores se desloquem até Belém Novo ou chamem a “tele-entrega” que leva cerca de meia hora para chegar. Claro que frente a essas “desvantagens” de atendimento, infra-estrutura, transporte, etc, colocam-

se muitas “vantagens” em se residir no Lami, que são operadas pelos moradores pela via das “táticas” (CERTEAU, 1994) que permitem a esta população tirar o melhor proveito da situação, por exemplo de uma certa falta de controle do poder público municipal na ocupação do bairro, a balneabilidade das águas, o fluxo turístico que se revela um “negócio lucrativo” no verão, e mesmo o sossego de se “morar na praia”.

De qualquer forma, é importante entender o crescimento urbano desigual destes dois bairros, ambos muito próximos, mas ao mesmo tempo com histórias distintas em relação à cidade. Se Belém Novo reside na memória da cidade como um bairro que já desfrutou de tempos gloriosos, onde os moradores das camadas médias e altas se dirigiam para as temporadas de veraneio, alojando-se em hotéis e restaurantes, o Lami é aquele bairro que fica um pouco adiante de Belém, um bairro por muitos desconhecidos e que pouco aparece nos registros e na memória oficial de Porto Alegre.

A ocupação de Belém Novo – antigo Arado Velho - com a instalação de uma “freguesia” no local foi marcada pelo episódio da transferência da freguesia de Belém Velho, que se encontrava em um processo de esgotamento de suas possibilidades de desenvolvimento, o que culminou com a ruína da igreja local (PMPA, 2000). A festa de inauguração de uma parcela da igreja já construída em Belém Novo, no ano de 1880, marcou o surgimento da nova freguesia, sendo amplamente comentada nos jornais da época, que divulgavam a disponibilidade de “vapores” para que a população das áreas centrais da capital conhecesse e valorizasse a nova freguesia.

Diferentemente de Belém Novo, o Lami não se constituiu a partir de um núcleo ou povoado reunidos em uma sede regional. Ali era um lugar de chácaras, sítios, olarias e escassas habitações na praia, sem uma freguesia que reunisse e organizasse a vida social. Segundo os relatos dos moradores mais antigos, os pontos de encontro eram freqüentemente os armazéns, onde se levava a produção dos sítios e se estabeleciam as trocas comerciais e sociais.

Não havia no Lami uma igreja que reunisse a população local até meados da década de 60, quando foi construída uma pequena igreja nas proximidades do trevo que dá acesso ao Lami, distante, entretanto, da praia. Àquela época, os moradores freqüentavam principalmente as paróquias de Belém Novo e do Cantagalo, que costumavam organizar grandes festas e quermesses reunindo os habitantes de toda a região do extremo sul e

também de Viamão. Principalmente porque àquela época, não havia limites tão precisos entre os bairros, e estes não possuíam uma “autonomia”, mas faziam parte de uma organização mais ampla, na qual os moradores do Lami se deslocavam com frequência à Belém Novo e Viamão. De certa forma, até hoje até os dias de hoje estes vínculos se fazem presentes, na interligação entre as diferentes localidades da região do extremo sul porto-alegrense e de Viamão.

Na década de 30, o bairro Belém Novo era mencionado pelos articulistas de jornais como o bairro que sediaria um balneário popular, “um balneário modelo, que seria a praia de banhos daqueles que não pudessem ir às praias do Atlântico” (PORTO ALEGRE, 2000:59). De fato, o acesso às praias do litoral gaúcho era difícil e dispendioso. O bairro – à época chamado distrito – era tido como “estacionado”, como um espaço da cidade que não pudera acompanhar o desenvolvimento da mesma. A idéia de um balneário popular foi radicalmente modificada nos anos seguintes, com a proposta de implementação de um grande complexo que incluiria parques públicos, porto para iates, piscinas e um estádio de atletismo de grandes proporções (PORTO ALEGRE, 2000). Mesmo com a diferença entre estas propostas urbanísticas para o bairro, já nesta época consolidava-se um olhar sobre a região do extremo sul porto-alegrense voltado para a exploração turística, do lazer como forma de movimentar diversos setores da sociedade. Foi através desta funcionalidade específica do bairro para a cidade, o turismo, que Belém Novo inseriu-se no processo de urbanização. No final da década de 30, a luz elétrica já chegava ao bairro, inaugurando a iluminação pública, que à época era controlada por um “senhor” que desligava as luzes às onze horas da noite.

O aumento do fluxo de turistas trouxe não apenas veranistas e familiares que acampavam na orla do rio, mas principalmente populações de classes abastadas da cidade ao bairro, que se dirigiam ao Hotel Cassino, ao Restaurante Leblon e ao Copacabana, marcos destes tempos áureos que ainda figuram na memória de alguns moradores (PMPA, 2000). Esses moradores, no entanto, eram “pessoas mais simples” e pouco usufruíam esses espaços “gloriosos” instalados no bairro, que geravam, em contrapartida, aumento no “serviço” no verão, para pescadores, donas de casa e pequenos comerciantes. As lembranças dos moradores desta época se referem bastante à vinda das pessoas “do centro”, que enchiam os bares, tocavam música, faziam “folia”.

Alain Corbin (1989), em estudo sobre o imaginário ocidental acerca das praias, descreve o interesse dos cidadãos no ambiente e nas populações das zonas litorâneas, quando sua chegada nestas áreas obriga a “gente das praias” a cederem espaço a um novo teatro social. O tipo particular de turismo que se atrai por estas “freguesias litorâneas” e sua representação idílica têm suas raízes na vida urbana e na tentativa de se libertarem das mazelas que caracterizam a “vida mental” da metrópole, compondo muitas vezes um “quadro adocicado” da vida dos habitantes da praia.

A proximidade destas áreas do centro urbano, no caso de Porto Alegre, proporcionava a chegada de diferentes grupos sociais à praia. Para muitos, longe de ser um espaço romantizado onde o turista contemplava a paisagem e com ela o quadro das práticas cotidianas destes idílicos moradores, as praias do Lami e de Belém Novo representavam a possibilidade de restituir algumas atividades como a pesca e a caça que não eram mais possíveis na cidade. Estamos falando de uma vasta região de Porto Alegre e mesmo Viamão que ainda não haviam sido intensamente urbanizadas, com muitos habitantes oriundos de regiões rurais ou litorâneas do Estado, e que traziam para a cidade um conjunto de práticas de agricultura, caça e pesca. Na região banhada pelas águas do Guaíba, onde o ambiente propiciava o desenvolvimento das atividades agrícolas e pesqueiras, a praia era também o lugar de uma “legítima colheita” para os agricultores que dependiam das safras para terem o alimento e a renda que dele advinha.

3.5.1 O tempo dos veraneios e a “praia” de quem não vai à praia

No Lami, os “tempos áureos” das temporadas de veraneio aconteceram alguns anos mais tarde, atingindo seu ápice nas décadas de 70, 80 e 90. Enquanto nos anos 30 e 40 Belém Novo já possuía uma pequena infra-estrutura urbana, mas era ainda considerado um bairro “atrasado” na cidade, o Lami possuía uma configuração essencialmente rural, com grandes terrenos ocupados por poucos habitantes. Os investimentos de infra-estrutura no Lami não chegaram tão cedo como em Belém Novo. Seu Gaiola conta que quando veio para o Lami, na década de 50, a luz elétrica ainda não havia chegado, fazendo-se tudo “à base do liquinho”. Nesta época as ruas eram abertas “no facão”, e poucos eram os moradores da praia. Ele próprio abriu diversas das ruas que levam à praia, onde “era tudo mato”.

Se entre as décadas de 30 e 50, Belém Novo concentrava as atenções como o local de veraneio da cidade, se consolidando como um ponto turístico para quem morava no centro, o Lami até 1950 figurava como um importante centro comercial. Alcy Bernardes, um dos poucos moradores nascidos no Lami que ainda residem no bairro, conta que enquanto Belém Novo sequer aparecia no mapa como ponto de comércio, o Lami concentrava pessoas de outros lugares que se deslocavam até o bairro para fazerem suas compras.

Nas últimas décadas, os investimentos públicos municipais em um “balneário popular” na cidade se redirecionaram para o Lami, com o aporte de infra-estruturas de incentivo ao turismo, como o calçadão, os chuveiros, as churrasqueiras e a criação de linhas especiais de ônibus com destino ao Lami no verão. Para se ter idéia do quão recente é a chegada de uma certa infra-estrutura ao bairro vale lembrar que o asfaltamento da Otaviano José Pinto, rua principal do Lami, só foi concluído no final da década de 1980. Nesta década, com o aumento da população do bairro, das casas de veraneio e na criação de loteamentos, paralelo à tentativa de “organizar” o fluxo turístico que já acontecia na região, o Lami começou a ganhar mais visibilidade na cidade, recebendo uma infra-estrutura que até então desconhecia. Foi através do Programa Guaíba Vive⁷⁹, iniciado em 1989, que foram construídas estações de tratamento de água e esgoto, estação de bombeamento, implantada rede de água e esgoto, posto de saúde, e coleta regular de lixo.

A primeira praia a ser despoluída na cidade tornando-se própria para banho foi a praia do Lami, em 1992. A balneabilidade das águas do Lami foi determinante para que a prefeitura consolidasse no Lami um espaço de lazer e praia na cidade⁸⁰. Tornar uma praia balneável significa também direcionar o fluxo de veranistas a este ou àquele bairro: enquanto a balneabilidade das águas do Lami é há 15 anos assegurada pela prefeitura, a balneabilidade da praia de Belém Novo oscila entre períodos próprios e impróprios para

⁷⁹ Programa vinculado à Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, criado com o objetivo de devolver a balneabilidade às águas do Guaíba. O primeiro bairro a ser atendido pelo programa foi o Lami.

⁸⁰ Segundo material informativo do Programa Guaíba Vive, “a praia voltou a ser balneável no final de 1992, recuperando a capacidade de atração daquela região, que se transformou em referência turística da cidade, além de alternativa de lazer, em especial da população de baixa renda.” (Revista ECOS, nº11, 1997).

banho, tendo sido considerada balneável em curtos intervalos de tempo⁸¹. Mais recentemente, a prefeitura vem assegurando a balneabilidade de Belém desde 2003.

De qualquer forma, é importante perceber que a imagem da praia do Lami como um espaço de lazer na cidade não foi “decretada” pela prefeitura, mas construída ao longo de décadas pelas práticas de veraneio das populações que passavam até três meses em cabanas de madeira arranjadas para o verão, conformando uma tradição no bairro⁸². Diversos dos moradores que residem hoje no bairro conheceram o Lami como veranistas, passando longos períodos de férias ou finais de semana. As possibilidades de pesca e caça, aliadas às águas quentes do Guaíba, faziam do Lami um espaço privilegiado na cidade para um conjunto de práticas que já não eram mais possíveis nas regiões urbanizadas da cidade. Muitos são os relatos das grandes caçadas de jacarés e capivaras na área onde hoje está situada a Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, mobilizando não apenas os moradores do Lami, mas da cidade como um todo. Depois da implementação da unidade de conservação na região, os relatos de caça se tornaram cada vez menos freqüentes, mas ainda ocorrem “às escondidas” na área e no entorno da reserva. No decorrer dos anos, a imagem do Lami enquanto um lugar “selvagem” da cidade, cujo acesso era difícil, os terrenos eram esvaziados, sendo possível acampar, pescar e caçar sem restrições foi sendo ajustada à imagem de um espaço “natural” e institucionalizado por uma unidade de conservação. No entanto, as práticas associadas ao turismo no Lami hoje também pouco têm a ver com a disciplina que caracteriza uma unidade de conservação e a imagem de um espaço “natural” na cidade: como veremos adiante, o ritmo impresso pelas práticas de veraneio no Lami, por turistas e moradores, persiste na lógica de uma ordem “desordenada”.

⁸¹ No ano de 2003, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o então prefeito João Verle buscou garantir a balneabilidade das águas de Belém entrando ele próprio nas águas, sendo o feito registrado em fotografias largamente divulgadas nos jornais. Alguns dias depois, no entanto, a balneabilidade foi contestada e as águas de Belém Novo voltaram a serem impróprias para banho. O fato foi considerado uma tentativa de aumentar a visibilidade da eficácia do Programa Guaíba Vive, por um lado, e por outro, comentou-se haver pressão de moradores do Belém e outros segmentos da sociedade para que a balneabilidade da praia não seja amplamente divulgada ou assegurada pela prefeitura, para que não atraia o mesmo tipo de “turismo popular” que ocorre no Lami.

⁸² Conforme as autoras Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert (2005), “os espaços urbanos construídos e vividos, como objeto etnográfico, vão se revelando não como meros reflexos de políticas urbanísticas, mas como suportes de tradições e biografias de seus habitantes cujas narrativas expressam uma linguagem coletiva que comunica uma pluralidade de indentidades e memórias, remetendo seus territórios aos pretextos e às manipulações humanas” (2005:87).

Muito mais do que a contemplação das “belezas naturais” da praia, o turismo no Lami se ancora em uma intensa rede de sociabilidade. Se a fala dos antigos nos mostra que a praia não tem mais o clima de familiaridade que tinha outrora, para a população que frequenta a praia hoje o veraneio no Lami segue sendo um momento de intensas trocas sociais, de festas, paqueras e música alta. Na fala de alguns informantes, percebe-se que o que mudou foi o “tipo” do veranista que frequenta a praia hoje, que é classificado de “vagabundo” ou “baderneiro”. Os bailes, o excesso de bebida e o consumo de drogas à luz do dia e a falta de envolvimento com os moradores do Lami são mencionados como os principais impactos decorrentes das práticas dos novos veranistas.

Conversando sobre os novos tempos na praia, Seu Gaiola e Dona Teresa me contavam que não se podia mais deixar o barco ancorado no juncal no período do verão. Nos últimos anos, Seu Gaiola recolhe o barco para a garagem de sua casa no final de dezembro e só o devolve para as águas no final do verão.

Teresa: Quando baixa aqui na praia, tu anda a pé, assim fim de semana que tem movimento, tem que andá toda hora cuidando, porque os vagabundo tudo, vão tudo pra dentro do barco (...) ah, vão lá pra dentro do barco fazer anarquia. Essa semana o véio tirou gente lá de dentro do barco.

Gaiola: Fazem até cocô dentro do barco! Eu já me incomodei muito...

T: Agora no verão que dá a incomodação...

G: ...o que que eu faço, puxo o barco pra aqui dentro.

T: Nós viemos morar aqui debaixo dessas árvore aqui, nós tinha um barco, o véio botou uma praca, botou um, esteio assim, botou uma praca, né, aí os cara entraram pra dentro do barco, aí o véio foi lá e disse assim, vocês não viram a placa aí que não é pra dentro do barco? Aí um deles disse assim pro véio: nós não soubemo lê! Aí o veio deu de mão num pau de vara, agora eu vô ensiná vocês a lê!

G: Tu vai aprendê a lê ligeirinho...hehehehehe! Aí peguei o cacete, eu sempre tenho o cacete de matar o bagre, cacete, né,...mas eu saí batendo, mas deu nego esparramado (...), ele tava com a mão agarrada, se deitou na água, se agarrou na borda do barco assim, eu digo ah, tu não vai largar, e dei-lhe em cima dos dedo dele.

T: No verão não dá pra ter barco na praia aí, é a maior incomodação...época de praia aqui dá muita incomodação, tem que trazer pra casa...

G: Agora eu não quero me incomodar mais...

A “incomodação”, no entanto, não está necessariamente relacionada à bebida ou às festas, mas a um desconhecimento e desrespeito dos novos veranistas em relação às práticas dos moradores, como a pesca. Como um espaço de intensa sociabilidade, a praia do Lami há muito acolhe as práticas festivas dos moradores da cidade. Encontramos um pouco deste espírito festivo dos tempos passados no seguinte relato de Dona Maria:

Dona Maria: Agora, eu quero que esse Lami volte de volta, eu quero. Eu não quero morrer sem, sem vê esse Lami. Tu saía no Lami, qualquer hora da noite! Naquela época, eu tomava meus trago, minha filha. Eu tomava, eu chegava no boteco já fazia assim ó, só fazia isso aqui assim, ó. E já vinha um martelinho pra mim. Eu saía dali com o balainho de rapadura, vendendo, dez, onze hora da noite eu tava na praia vendendo rapadura no verão. Rindo, brincando com o pessoal. Teve carnaval, e tinha uma turma de amigos que vinha acampar aí. Então tinha as barraca, naquela época tinha as barraca também, né. Aí então eles inventaram de me convidar pra nós pular o carnaval. Eu disse que só ia pular carnaval se fosse vestida de índio. (...) Não, se é assim, então é pra já! Me aprontaram de índia, minha filha, e eu fui. Três noite e três dia. Vestida de índio, só largava o balaio à noite. Pra pular, poder pular à vontade. Mas de dia, clareava o dia já tava com o balaio. Pulando carnaval, a hora que dava o sono, que eu tava cansada, eu olhava pra uma barraca, olhava pra outra, a que tava vazia eu buf! Com o balainho e tudo, hahaha! Isso era vida pra gente, isso era alegria. E é disso que a gente tem saudade! Eu não vou dizer que volte tudo, como era antes, porque muitas amiga minha já partiram e a gente pede que, que Deus tenha no reino da glória, né...Mas, pelo menos um...esses que tão aí, que volte ser como era antes um pouco.

O relato de Dona Maria e seu desejo de que o Lami volte a ser como era antes, nos mostra a acomodação de um tempo em um quadro de lembranças onde o passado é reconstituído como uma época isenta de conflitos e contradições. Nessas lembranças, os valores de honra, respeito e reciprocidade parecem ser próprios desse período, não mais existindo enquanto tais no contexto presente pautado pela violência e desagregação social. De fato, frente ao tempo presente, as relações tornam-se mais complexas e múltiplas, desorganizando um conjunto de interações sociais outrora estabelecido.

No entanto, como vimos, tanto Dona Maria como outros moradores antigos reencontram no tempo presente os laços de sociabilidade e solidariedade que pautavam as relações entre moradores e veranistas do Lami, atualizando-os frente às novas disposições sociais. Se as relações com os novos veranistas não são mais tão estreitas, os laços sociais seguem sendo refeitos nas redes de vizinhança e de solidariedade, acomodando em uma “vibração feliz” (BACHELARD, 1994) esses novos tempos que soam desarmônicos e fora de lugar.

Seu Alcy Bernardes também inscreve esse clima saudosista em suas lembranças, de quando a família cedia espaço para os veranistas acamparem ou mesmo construírem pequenas casas que eram frequentadas apenas no verão. Havia um clima de confiabilidade entre os campistas, e também com o proprietário, que segundo ele rompeu-se com a chegada do “desenvolvimento” ao Lami:

Alcy: Eu digo que o desenvolvimento matou a parte comercial do Lami. Porque ele, pode-se dizer, é o único local aqui em Porto Alegre que são balneável: Belém e Lami. Tá. Mas, o que é, Lami está a 40 km do centro, não tem estrutura, não tem estrutura turística de maneira nenhuma, não tem hotel, não tem restaurante, não tem...ele é um ponto negativo, zero menos um. Então, pode-se dizer, ah, mas nos fins de semana não vão pra lá no Lami? Não. Em 1975, vinha mais gente pra cá nos fins de semana do que vem agora. Não é? Eu sei porque eu sempre abria pra camping, pra essas coisas assim, neste casarão aqui, na frente, isso aí foi o meu avô que construiu. E é muito bonito, tinha umas figueiras lindas ali, são 1600 metros de praia! E aquilo era uma praia livre, só tinha uma cerca, que corria junto ao trapiche, e o resto era campo. Então o meu avô ele dava pras pessoas da Fervura, do Cantagalo, Viamão, para virem passar as férias aqui, no verão. Então, então se o camarada queria fazer uma choupana ou uma casinha, ele não punha dificuldade nenhuma, o camarada podia fazer. Tinha 10, 20 casinhas na beira da praia. (...) Era só temporada. Quando chegava o inverno tu não via nem uma mosca voar ali. Tá. E quando chegava, no verão, aí enchia, aí a praia enchia. Era muito interessante aquilo. Muito bom, muito calmo tudo, porque essa gente vinha pra descansar mesmo

Seu Alcy pontua uma das distinções do Lami em relação à Belém Novo nas épocas de veraneio como sendo o lugar de origem destes veranistas: enquanto quem ia para Belém eram principalmente os moradores das áreas mais centrais de Porto Alegre, os veranistas do Lami eram em sua maioria moradores de bairros próximos ou de municípios vizinhos, como Viamão. Era comum que muitos dos moradores do próprio Lami, mas de áreas mais distantes da praia, trabalhadores da agricultura, tivessem uma “casinha na praia” para onde iam nos períodos da entressafra. Ao comentar sobre as casas na beira da praia, Dodô nos dá uma pista sobre o perfil dos veranistas:

Dodô: A da beira do rio sempre existiu, né. Aquilo ali sempre foi casinha de pescador...e aquilo ali já tem, já tem...aquilo ali conforme a água, né, é cem metro aonde bate a água, né, no inverno, né, tem ali, só que já encolheu...Isso aqui o pessoal aqui de cima, o meu avô tinha ali, o outro, pai do meu cunhado tinha...então todos, esses proprietário aqui de cima que plantavam tinha uns terreninho ali, tinha casa ali na beira da praia. Pra chegar no verão e ir pra lá. Porque aí chegava no verão, passava lá, dizia ah, eu vou passar...éééé, terminou a safra, o meu cunhado mesmo foi um que trabalhou com um tio meu ali que plantava, e naquela época a gente plantava era pêsego, era ameixa, então ele sempre dizia assim, era o tio Hermógenes, ah, encerrou a safra, né, agora até fazer aqui, então vamo passar 15 dia na praia. Deixava um lá, um caseiro lá, uma coisa.

Tendo vivido de perto os “tempos áureos” do turismo no Lami como proprietário de um camping, Seu Alcy Bernardes avalia que de lá pra cá o movimento baixou muito. Não deixa de ser inquietante contrapor estas imagens que falam de um Lami “abandonado” e com “pouco movimento” ao intenso fluxo de visitantes no verão, que nos finais de semana

chega a 10 mil pessoas. Na verdade, não se trata do número de visitantes, mas de uma certa qualidade dos mesmos. O que mudou foi, provavelmente, a lógica que ordenava as relações entre moradores e veranistas. Por outro lado, conversando com um antigo proprietário de bar na praia, Jorge Luis, ele comentava que o movimento do Lami já não era mais o mesmo, porque hoje em dia estava muito “parado”. Jorge se refere a um período mais recente, nas décadas de 80 e 90, quando organizava grandes festas na beira da praia onde era eleita a “Garota Verão” da região, atraindo moradores de diversas partes de Porto Alegre e cidades vizinhas. Na fala de diversos moradores, o que aparece como um dos marcos do “declínio” do turismo no Lami é a construção do calçadão e as restrições quanto ao estacionamento de carros na praia. Jorge Luis conta que costumava observar que muitos dos turistas que vinham para o Lami, impossibilitados de estacionarem seus carros na praia, seguiam caminho dirigindo-se à praia de Itapuã, cerca de 15 quilômetros ao sul, que “estava em alta”

O “declínio” do Lami na fala destes moradores coincide com a tentativa de organização do turismo por parte da prefeitura. De certa forma, a inserção do Lami nas preocupações de cunho ambientalista na cidade após a implementação da Reserva Biológica do Lami, que se intensificou nos últimos dez anos, foi aos poucos impondo uma série de restrições ao uso do espaço na praia, proibindo os acampamentos na orla, o banho nas áreas próximas à unidade de conservação, e criando uma certa normatização das práticas de veraneio, com a colocação do calçadão, das churrasqueiras, dos chuveiros e banheiros, etc.

Seu Gaiola e Dona Teresa comentam sobre as mudanças com a colocação do calçadão:

T: Carçadão que estragou a praia aqui, trouxe as maconherada...

G: Pra quem tá chegando agora é muito bom, pra quem não conheceu antes, a raiz antiga, como eu sou da antiga...ah, a diferença pra mim...

T: Quando não tinha esse carçadão enchia de barraca aí na praia...a gente vendia coisa que era coisa séria...agora, esse calçadão aí, não presta pra nada...

G: Em 82, eu tinha comércio aqui, isso aqui era churrasco, gaita e violão. Aqui na frente. É, aqui, eu tinha uma churrasqueira grande ali, (?), assar carne, vender espeto de carne aí, duas família trabaiano aí...

T: O veio teve buteco aqui

G: É, três ano eu tive. Ganhava dinheiro de balaio.

O calçadão representa uma série de alterações nas práticas do turismo no Lami, trazendo novos públicos e reorganizando a ocupação do espaço na praia. Na época evocada pelos relatos de Seu Gaiola, Dona Maria, Seu Alcy, Dodô e Jorge Luís, ainda existiam diversos campings e era permitido colocar barracas na praia. Hoje algumas das áreas de camping, como o “Camping do Geraldão”, cederam lugar a novos loteamentos, outras, como o terreno de Alcy Bernardes, estão apenas desocupadas. A maior parte dos veranistas que não possuem casas ou parentes no bairro, vão à praia só para “passar o dia”. Os novos veranistas que nem mesmo consomem na praia, porque já trazem de casa suas comidas e bebidas. Lembrando de seu trabalho nos campings em época de veraneio, Dona Maria conta com saudade a ambiência de familiaridade que existia no Lami nos acampamentos:

Dona Maria: Aqui no camping do Seu Bernardes. O pessoal acampava, tinha a, a...na época tinha o Seu Zé da Porteira, que era um baita dum amigão nosso...aí eu entrava já por ali, tinha o falecido Pinto, que era brigadiano, também amigo da gente, um baita dum amigão...tinha os pais do Seu Alcy Bernardes, o casalzinho de velho, que quando eu passava pra lá, se eu passasse pra lá sem chegar, quando eu passava podia reclamar, eu tinha que passar lá, chegar na casa deles, tomar umas cuia de chimarrão, que naquela época eu tomava chimarrão. Aí depois na volta ela me esperava com cafezinho já. E...mas quando eu ia, primeiro eu fazia a, a entrada repartindo pastel. Largava pastel em todas as tenda. Desde a...porque o falecido Pinto também tinha a tendinha dele, né, aí eu largava pastel em todas as tenda. Pra...aí depois eu vinha pegava as rapadura e saía a vender. Aí as rapadura era...aí quando chegava no fim do dia, eu chegava em cada tenda só pra arrecadar o dinheiro. Que eles vendiam pra mim. Nunca me tiraram um tostão. Dá saudades, né...dóói...mas é uma dor bonita, sabe, porque...é uma saudade que a gente sabe que, pra alguns não vai voltar mais, como pro falecido Pinto não vai voltar mais. Pro casalzinho de velho os pais do Seu Alcy também, não é possível voltar mais. A gente espera que o Lami ainda seja aquele Lami. Essa é a única esperança nossa, do povo, dos irmãos do Lami. Porque nós aqui, ontem eu tava dizendo pra minha prima irmã, digo nós aqui, não comparando, semos como uma máquina. Sabe, uma máquina, tem que ter polca e parafuso, aonde faltou uma peça, desmorona tudo. E nós temos que juntar essa máquina de novo. Nós temos que botar essa máquina a funcionar de novo. Como eu não sei. Mas é pra isso que a gente tá batalhando, Fernanda, é pra isso. Pra juntar essa máquina outra vez e botar o Lami de pé outra vez.

O verão sempre mobilizou boa parte dos moradores do bairro em algum tipo de trabalho temporário e lucrativo, seja em bares, nas vendas informais na beira da praia ou nos campings. Por um lado, a ausência desta familiaridade que persiste na fala dos antigos ao se referirem às relações com os veranistas, também pode ser compreendida no próprio lugar que estes antigos moradores ocupam no bairro hoje. A idade na faixa dos 70 anos faz com que não participem mais tão ativamente do veraneio no bairro: Seu Gaiola já não

possui mais bar e dedica-se à pesca e à feitura das tarrafas; Dona Maria ainda circula pelas ruas do Lami vendendo suas rapaduras, mas já não tem mais “pique” para as festas do verão; e Seu Alcy Bernardes já passa boa parte do tempo em casa enquanto seus filhos cuidam dos “negócios” no Lami.

Lembro-me que em uma das primeiras idas a campo na praia, em um domingo quente de verão quando a praia estava lotada, parei em um dos bailões à beira do rio para observar o intenso movimento. Embora o sol ainda estivesse alto, lá dentro o clima era “escurinho”, com diversos casais dançando, música alta e muita cerveja. Do lado de fora, podia observar os rostos conhecidos: Marília dançava animada com seu namorado e o filho mais moço de Dodô tomava cerveja com um grupo de amigos. Juntei-me a eles em uma mesa e conversamos sobre o movimento: Marília comentou que ali eram quase todos conhecidos, moradores do Jardim Floresta. Outros eram veranistas freqüentes do bairro no verão. Neste dia, percebi que no verão o Lami não é simplesmente “invadido” pela chegada dos veranistas; o movimento que se instaura no bairro proporciona um importante espaço de lazer e de trocas sociais para os próprios moradores, especialmente para os jovens e os moradores mais recentes. É no verão que a maior parte dos bares abre suas portas, que os rostos novos chegam ao bairro, que se pode ampliar a rede de sociabilidade para outros espaços da cidade.

Enquanto novas práticas de veraneio sobrepõem-se à memória dos moradores antigos e reinventa novas formas de articular os “novos tempos” do veraneio no Lami, esses seguem “pensando o tempo” e retomando continuamente a dimensão coletiva desse “estar-junto” tão caro aos moradores do Lami. O desejo de “botar o Lami de pé outra vez” é o próprio substrato da luta que é a construção do cotidiano, dia após dia, diante da progressiva perda ou transformação dos referenciais identitários.

Mas se nada garante que o Lami volte “um pouco” a ser como era antes, é no trabalho da memória que as imagens do tempo antigo permanecem, desenhando os contornos dos “novos tempos”, prenes de sentido e sem dúvida tributários do conjunto de experiências que engendram a memória coletiva desses moradores.

CAPÍTULO 4

O “NOSSO LAMI”: CONFLITO, COTIDIANO E MEIO AMBIENTE



ESCUTAR CD ÁUDIO FAIXA 6: “TRANSFERIR A DIRETORA”

A ambiência pacata do final de tarde em um dia de semana no Lami pouco deixava entrever a tensão que mobilizaria os moradores em poucas horas. Alguns cartazes espalhados nas proximidades da reserva davam o tom da nova situação que se instaurava. A Casa Verde, costumeiramente fechada, estava com as portas abertas nesse dia. Próximo à reserva, alguns moradores já se reuniam conversando e preparando os cartazes que seriam empunhados na reunião.

Em cerca de meia hora, o pátio da reserva estava tomado de pessoas, desde moradores, representantes de secretarias e entidades do poder público municipal e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul até policiais da brigada militar. Entre os moradores estavam Dona Maria, Seu Gaiola, Marília, Rodrigo, Dona Neli, Seu Jaci, Simone, Silvana, Beth, Chica, Amália, Getúlio e outras dezenas de moradores. O clima tenso que antecedia a audiência era descontraído pelo encontro entre os moradores que naquela circunstância se identificavam em uma luta comum, constituindo-se como “a comunidade do Lami”⁸³.

A audiência pública no dia 12 de setembro de 2006 foi o ponto culminante de uma série de desentendimentos entre a atual administração da reserva e os moradores locais, que envolviam principalmente a restrição dos últimos no uso da Casa Verde, sede da Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger - RBLJL. Desde a entrada da nova administração em 2005, alguns moradores vinham se organizando para protestar contra as modificações nas diretrizes da unidade de conservação, que pretendia seguir à risca as determinações legais de uma reserva biológica, onde a presença do homem é permitida em casos bastante específicos. A proibição da realização das aulas do MOVA no auditório da Casa Verde foi a principal queixa dos moradores, que, por meio de um abaixo-assinado escrito à mão, pediam a substituição da administradora. Daí em diante, a tentativa de ajustamento do plano de manejo com as diretrizes restritivas da modalidade de reserva biológica foi concomitantemente sendo respondida pela comunidade. Por meio de abaixo-assinados, os moradores tentavam exprimir seu descontentamento diante do progressivo fechamento da reserva. A situação progrediu para a abertura de um inquérito civil em fevereiro de 2006

⁸³ O termo “comunidade” faz alusão à identidade política evocada por um grupo de moradores na ocasião do conflito na RBLJL, sendo acionada também em outros contextos políticos (como a reivindicação de água, saneamento, maior policiamento, aumento na frequência dos ônibus, etc.) em que se faz necessária a existência de uma “comunidade” como um grupo coeso e politicamente articulado, a despeito da existência de múltiplas diferenciações internas.

pelo antigo administrador da reserva junto ao Ministério Público referente ao não-cumprimento do Plano de Manejo Participativo da Reserva Biológica do Lami⁸⁴.

A alteração das diretrizes do plano de manejo pela atual administração buscava “corrigir” uma excessiva abertura da unidade de conservação à população do Lami, cujas atividades no espaço da reserva eram contempladas no documento. No plano de manejo constava o uso da Casa Verde pela comunidade, legitimando a localização da Farmácia Caseira Comunitária e do MOVA na sede da RBLJL, ambos intensamente utilizados pelos moradores, implicando na circulação contínua destes nesta área. No zoneamento proposto pelo referido plano, a Casa Verde situa-se na área de uso intensivo⁸⁵, localizando-se bem próxima da rua, e representando uma parcela mínima da totalidade da área da reserva.

Se por um lado, o conflito se “pessoalizava”⁸⁶ na divergência entre duas administrações da reserva, duas competências profissionais e conseqüentemente entre dois olhares acerca do gerenciamento de unidades de conservação de categorias restritivas como a reserva biológica, por outro o conflito ganhava repercussões junto a diversos atores sociais como ONGs, associações de moradores, pesquisadores da universidade e mesmo a diferentes esferas do poder público municipal, estadual e federal que mantinham posicionamentos contraditórios a respeito.

No âmbito local, o conflito ganhava contorno nas expressões concretas onde as transformações nas diretrizes da atual administração atravessavam diretamente o cotidiano de determinados grupos de moradores. Um exemplo foi o documento assinado por um grupo de pescadores vinculado à Colônia Z4⁸⁷ em março de 2006 expressando o descontentamento com a mudança na demarcação nas águas da praia do Lami. A demarcação antiga, negociada com os pescadores na construção do plano de manejo, e que

⁸⁴ Cf Inquérito Civil PI 035/2006. O referido plano de manejo fora cunhado como participativo por ter sido elaborado com a presença da comunidade em diversas reuniões através de uma “metodologia de consenso” (PRINTES, 2002). O inquérito apóia-se no SNUC, que determina a vigência de 5 anos até que seja feita uma revisão do plano. Neste caso, o plano havia sido concluído em 2002, e teria por lei sua vigência garantida até o ano de 2007.

⁸⁵ De acordo com o zoneamento proposto pelo referido plano de manejo, a zona de uso intensivo da Reserva Biológica do Lami compreende: “a) a Casa Verde e seu quintal, incluindo o viveiro de mudas nativas, canteiro de plantas medicinais e horta demonstrativa; b) a Estação Meteorológica” (PRINTES, 2002).

⁸⁶ O inquérito apresentava um boletim de ocorrência de um funcionário da reserva que acusava o antigo administrador de tentativa de suborno para que este difamasse a administração atual. A ocorrência foi anexada ao inquérito sem, no entanto, ganhar maiores dimensões devido à falta de provas.

⁸⁷ Colônia de pescadores sediada em Itapuã, Viamão, e que acolhe grande parte dos pescadores profissionais de Porto Alegre, especialmente da zona sul.

previa a distância de 150 metros da costa, foi alterada para 400 metros, o que, segundo os pescadores, prejudicava a navegação na região. Outra reivindicação dos pescadores se referia às restrições à prática de atracar as embarcações no trapiche situado nos limites da reserva, devido à segurança dos barcos, especialmente nos períodos de verão. Na carta, os pescadores também relatavam os constrangimentos sofridos por um pescador profissional do Lami que, desrespeitando a nova demarcação, havia sido conduzido a terra pela administradora e por policiais militares, passando por um extenso interrogatório e sendo expulso da reserva.

O conflito culminou com o fechamento, em meados de 2006, da “farmacinha”, após uma inspeção com representantes do Conselho Regional de Farmácia e da Vigilância Sanitária. A “farmacinha”, como era conhecida a Farmácia Caseira Comunitária do Lami⁸⁸, reunia um grupo de mulheres que manipulavam fitoterápicos, prestando atendimento ao público semanalmente. A “farmacinha” havia sido inserida no plano de manejo da reserva após funcionar alguns anos na casa de uma de suas fundadoras, possuindo desde então um espaço na Casa Verde com pia, armários, secador de ervas e outros instrumentos e materiais necessários para a fabricação das tinturas e pomadas. No Lami havia grande procura por este tipo de atendimento, já que no bairro a presença de farmácias era e continua sendo esporádica. Essa situação, aliada à baixa renda dos moradores e à grande demanda de atendimentos pelo posto de saúde local, criava laços entre o posto de saúde e a “farmacinha”, sendo esta última uma “aliada”⁸⁹ dos funcionários do posto na prevenção de enfermidades através dos fitoterápicos. Em conversa com funcionários do posto, médicos e enfermeiros comentaram a dificuldade em se trabalhar ali, pois o posto não pode dar conta de certos tratamentos e, além da demora no encaminhamento para especialistas, muitos moradores não podiam sequer pagar a passagem para se deslocarem até o centro da cidade. Os médicos do posto tinham conhecimento da existência da “farmacinha”, e não faziam objeção quanto ao funcionamento dela, que oferecia um tratamento complementar ao alopático.

⁸⁸ A Farmácia Caseira Comunitária do Lami é vinculada ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, entidade que apóia e dá subsídio aos aspectos legais no manuseio das ervas para a confecção dos remédios caseiros, fomentando a prática de uma “medicina alternativa”. Os aspectos legais aos quais se refere tal medicina não serão discutidos nesta pesquisa, que se limitará a estudar a função social da “farmacinha” no Lami, e suas implicações no conflito de utilização do espaço da reserva.

⁸⁹ Em alguns eventos do Posto de Saúde, as mulheres da “farmacinha” eram chamadas a palestrar sobre ervas medicinais e prevenção caseira de doenças.

A “farmacinha” já estava, desde a entrada da atual administradora, perdendo um espaço e uma certa autonomia até então mantidas dentro da Casa Verde. Pouco a pouco, as mulheres que ali trabalhavam tiveram restritos os seus dias de trabalho, perdendo o direito à chave da reserva e da sala e só podendo reunir-se nos dias oficiais de atendimento, às terças-feiras. Beth, uma das lideranças e organizadoras da “farmacinha”, comentou o espanto ao chegar na reserva em um dia em que havia colhido algumas ervas e precisava preparar uma tintura, mas não pôde entrar. O funcionário que a barrara era um velho conhecido, funcionário já antigo da reserva, que teve que acatar a ordem da administradora mesmo lamentando a situação.

As mudanças na nova administração geraram uma série de rupturas no cotidiano de determinados grupos de moradores do bairro, onde uma certa ordem já estabelecida e acordada entre os moradores foi sendo desorganizada. A reserva biológica, até então pouco mencionada na fala dos moradores não figurando como um dado relevante em relação a um possível “conflito ambiental” no Lami, começou a ganhar visibilidade, constituindo um episódio a partir do qual era possível falar de uma série de relações conflituosas neste território da cidade. O Lami novamente tornava-se palco de um conflito onde diferentes esferas de ação pública eram acionadas, como já havia ocorrido na década de 90, com a escolha do Morro da Extrema para a implantação de um aterro sanitário, como veremos mais adiante.

4.1 Etnografando o conflito: a perspectiva antropológica dos embates sócio-ambientais

Paul Elliot Little (2006), no artigo em que discute uma possível e necessária etnografia dos conflitos sócio-ambientais, aponta para diversas questões éticas para as quais o antropólogo deve atentar e que dizem respeito à própria constituição da pesquisa. O jogo de interesses no qual o antropólogo se inscreve na etnografia de um conflito dessa ordem impede um olhar de fora do conflito, onde o pesquisador possa ter uma visão imparcial. Para o autor, o antropólogo se situa nos interstícios do conflito para indagar sobre a natureza das conexões entre os grupos e atores sociais envolvidos no processo, no qual o antropólogo acaba por criar um espaço apropriado para a produção de conhecimento acerca do conflito (LITTLE, 2006:98).

Minha entrada nessa situação de conflito aconteceu depois de transcorrido cerca de um ano de pesquisa de campo, quando já estava inserida em uma determinada rede de relações sociais e afetivas no bairro. A essa altura do trabalho de campo, era avisada por alguns moradores dos acontecimentos recentes, onde a restrição na utilização da Casa Verde se apresentava como uma situação que demandava uma forte atuação política da comunidade. Nesse contexto, estava inserida nessa rede de moradores como a “repórter” do Lami, alguém que estava “do lado dos moradores”, e que ao mesmo tempo tinha acesso a um conjunto de esferas institucionais vinculadas ao saber científico e no entender de alguns moradores, à imprensa⁹⁰.

Apesar de não me pronunciar nem tomar partido publicamente na ocasião das audiências, limitando-me a registrar as reuniões e os preparativos dos moradores, questionava-me freqüentemente acerca do meu lugar na situação de conflito e com o tratamento deste no texto etnográfico. Mesmo ciente de que o embate na reserva não representava de forma geral a complexidade dos conflitos que os moradores do Lami enfrentam, foi difícil me manter distante do forte apelo emocional e político da situação. O grupo de moradores que ali se confrontava com o poder público, ora constituindo alianças, ora batendo de frente em defesa de seus direitos em nome dos “moradores do Lami”, engajava diferentes atores sociais ali presentes em um “nós” coletivo, fossem moradores, amigos, estudantes, membros de ONGs, vereadores da oposição, o que me incluía como uma repórter/pesquisadora que buscava compreender o ponto de vista dos moradores. Os moradores que ali reivindicavam respeito ao antigo plano de manejo e mesmo a transferência da atual administradora constituíam o grupo no Lami no qual esta pesquisa se apoiava, e os moradores com os quais havia compartilhado lembranças e práticas cotidianas.

As “táticas” (CERTEAU, 1994) de mobilização dos moradores para fortalecerem uma voz política nas audiências e reuniões conseguiam reunir um grande grupo de moradores capazes de “exigirem os seus direitos” diante da presença do poder público municipal. A produção de mosquitinhos e a distribuição de cartazes nos mercados não

⁹⁰ Por freqüentemente portar câmera fotográfica e gravador, minha presença no bairro era comumente associada à atividade jornalística. Em algumas situações, era questionada se tinha “contatos” com a imprensa e se as fotos que produzia saíam em algum jornal de grande circulação. Minha formação em comunicação social, a qual demandava uma constante negociação interna entre as posturas de jornalista e antropóloga em campo, possivelmente deixava entrever alguns gestos relacionados ao fazer jornalístico.

foram as únicas táticas acionadas. Dona Maria percorreu longas distâncias distribuindo pessoalmente os convites às reuniões, para que uma parte significativa dos moradores do Lami, desde a sua rede de relações, comparecesse. Em uma das reuniões, uma mulher jovem com o filho no colo pediu que a discussão fosse encaminhada de forma mais objetiva, pois ela tinha que cuidar dos filhos e só estava ali em consideração ao pedido de Dona Maria. O boca a boca é a forma de comunicação mais efetiva e eficaz no Lami na medida em que aciona redes de relações específicas no bairro. Neste sentido, percebemos a existência de uma comunidade afetiva no Lami que é acionada de modo a dar voz política aos interesses de uma rede de moradores. Percebemos também como as estratégias de divulgação das reuniões na Casa Verde por parte da atual administradora por meio de cartazes, divulgação em grandes jornais ou pela via da associação de moradores⁹¹ eram ineficazes, na medida em que ela própria não estava inserida nesta rede de relações.

Desde a perspectiva de pesquisadora e antropóloga segundo a qual me movia em campo, o embate de forças na reserva se colocava nos termos de uma discussão acerca da relação homem-ambiente e, mais amplamente, das noções de espaços urbanos X espaços naturais na cidade. Alguns meses antes da ocasião da audiência, quando o conflito era percebido apenas nos interstícios do cotidiano destes habitantes, tive a oportunidade de visitar a RBLJL para fazer algumas gravações em som⁹². Neste dia, conversei com a atual administradora e pude mapear alguns de seus pressupostos de gerenciamento de unidades de conservação, que coincidem com as leis do Sistema Nacional das Unidades de Conservação. No entanto, na fala da administradora havia pouco ou nenhum espaço para a interpretação das diretrizes traçadas pela lei. A rigidez na aplicação das leis no contexto de uma reserva situada no perímetro urbano, como é o caso da RBLJL, resulta numa situação de insustentabilidade na relação homem-natureza. A localização da reserva, em plena área urbana e sem zona de amortecimento introduz a RBLJL em uma situação singular frente à

⁹¹ A Associação de Moradores do Lami, com um histórico bastante atuante no bairro, encontra-se atualmente deslegitimada pela maior parte dos moradores. Segundo alguns relatos, a atual diretoria criou formas que dificultam a participação, como a cobrança de mensalidades, o que deixa de fora a maior parte da população do Lami e constitui interesses políticos divergentes entre a “comunidade” e a associação. Para se ter idéia da pouca representatividade, o presidente da associação e nenhum representante se faziam presentes na audiência pública do dia 12 de setembro.

⁹² À época, estava em busca de sonoridades que remetessem os espaços naturais, características de um ecossistema específico no qual se situa o Lami, povoado por bugios, tarrãs, capivaras e diversos tipos de pássaros. Qual foi minha surpresa ao escutar, junto às sonoridades da fauna, a intermitente presença dos cachorros, caminhões de feira e aviões atravessando este espaço sonoro pretensamente natural.

lei. Na fala da administradora, era urgente a conscientização dos moradores, principalmente os vizinhos e de áreas lindeiras aos limites da reserva, sob pena de comprometer o ecossistema natural. As práticas dos moradores demonstravam, do ponto de vista da administradora, uma “falta de consciência” em relação à importância do ambiente em que viviam. A administradora referia-se a práticas urbanas e delimitadas em uma lógica do doméstico, como a manutenção de ferros-velhos nos pátios das casas, situadas próximas aos limites da reserva. Na perspectiva da administradora, a qual como veremos a seguir é tributária de uma tradição preservacionista na qual o homem se constitui enquanto agente ameaçador da natureza, observa-se entre os habitantes do Lami e o ambiente no qual vivem uma dualidade inconciliável, na qual o homem é responsável pela degradação ambiental de um ecossistema de valor e interesse planetários.

Os estudos de Georg Simmel (1983) sobre a natureza sociológica do conflito elucidam esta forma particular de relação social como uma forma de sociação, de coesão social. Na situação de conflito, o laço social é reafirmado e “os elementos negativos e duais jogam um papel inteiramente positivo nesse quadro mais abrangente, apesar da destruição que podem causar em relações particulares” (SIMMEL, 1983:126). Olhando o episódio na RBLJL desde este ponto de vista, é fácil perceber a positividade da situação conflitiva na reserva, no modo como os atores sociais que dela participam se acham interligados na discussão ou mesmo na resolução do conflito. Estabelece-se o laço social não apenas na identidade de “moradores do Lami” que é acionada na constituição de um grupo social coeso e homogêneo diante de um objetivo geral (“transferir a diretora”), mas no diálogo inevitável que se estabelece entre a comunidade do Lami e as instituições representativas do poder público municipal. Mais especificamente, a situação de conflito revela a impossibilidade do não-enfrentamento e a obrigatoriedade do confronto entre posições divergentes, social e culturalmente, onde os interesses demonstram pertencas a campos claramente distintos. Desde uma perspectiva antropológica, Gilberto Velho (1996) aponta a diferença como simultaneamente constitutiva da base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito, desencadeados no processo de negociação da realidade em um sistema de interações sociais sempre heterogêneo (VELHO, 1996:10-11).

A preocupação com a fiscalização e a preservação do ecossistema da reserva é de ordem distinta à importância das relações sociais e do estabelecimento de vínculos para os

moradores do Lami. De certa forma, a idéia de se “transferir a diretora” como uma alternativa que agradaria a todos, nos informa também da impossibilidade em re-situar a administradora da reserva nos laços sociais e afetivos do bairro. Este desafeto, segundo os depoimentos, não mudaria mesmo com a renegociação das mudanças na reserva, ou seja, a retomada do MOVA, a procura por um novo espaço para a “farmacinha”, a redefinição dos marcos para a colocação das bóias ou o retorno das atividades de reuniões no auditório da Casa Verde.

4.2 “A reserva é nossa!”: discursividades e pontos de vista



Dia 12 de setembro de 2006. Audiência pública.

Além dos moradores, da atual administradora, da promotora pública e do secretário do Meio Ambiente, estavam presentes representantes de diversas instituições e entidades, como secretarias da prefeitura, ONGs, diretórios acadêmicos, conselhos municipais, entidades de classe, entre outros. A audiência pública tinha o objetivo de ouvir as partes envolvidas, na tentativa da promoção de um acordo entre elas.

Com o auditório da Casa Verde lotado, a audiência iniciou presidida pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente. Cumprimentando a todos e dando as “boas vindas” à reserva, o secretário tornou claro o pertencimento do espaço da RBLJL e da Casa Verde às esferas institucionais, mais especificamente à SMAM, secretaria responsável pelo gerenciamento das unidades de conservação do município. Nesse espaço, os moradores e os demais presentes eram “convidados”. Abrindo a reunião, o secretário fez a seguinte explanação:

Secretário: E nós estamos agora também tentando, já foi deliberado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, mais uma ampliação da reserva com mais 140 hectares, está tramitando, vocês sabem que não é fácil uma desapropriação, tá, a criação da reserva num primeiro momento foi difícil, a ampliação num segundo momento também foi difícil, e é claro que a nova ampliação ela também não vai ser fácil, mas já gostaria de antecipar, porque claro, mais uma vez a cidade vai precisar se mobilizar pra que isso possa ser priorizado dentro da administração de Porto Alegre. Nós assumimos a Secretaria Municipal do Meio Ambiente em 1 de janeiro de 2005, num sábado, e no domingo eu já estava aqui na reserva, foi meu primeiro ato como secretário, vim à reserva e também aqui na praia do Lami. Nós tínhamos aqui mais ou menos, segundo a EPTC e a Brigada Militar, uns 300 carros estacionados na orla, no gramado, inviabilizando e comprometendo a praia para a população, e a partir dali então nós começamos a fazer também um trabalho muito forte de melhoria da praia do Lami, que já estava, no sentido de infra-estrutura, em boas condições, o calçadão, com balneabilidade, mas ainda nós precisávamos melhorar esse uso, digamos assim. Nós investimos muito ainda naquele ano, agora, este ano no verão nós investimos 50 mil reais aqui na praia do Lami, recuperamos as churrasqueiras, recuperamos os bancos, os *playgrounds*, enfim, só to colocando mais ou menos algumas coisas que nós fizemos, nós chamamos de...melhorias da reserva.

(...)

Isso com relação ao Lami propriamente dito, e com relação à reserva nós recuperamos o barco, o motor estava estragado, o barco também, está em perfeito funcionamento, eu mesmo já andei no barco para fazer uma... a balsa afundou e nós recuperamos a balsa, conseguimos um veículo aqui para reserva, que não tinha, justamente pra fazer todo o contato necessário de melhoria aqui da reserva...Nós adquirimos rádios novos porque estavam estragados, nós adquirimos lanternas, porque nós começamos a priorizar a fiscalização da reserva nas madrugadas e não havia lanternas, compramos as melhores lanternas especiais pra isso, nós compramos uniformes especiais para os nossos

funcionários... Estamos com 3 guarda-parques agora aqui na reserva mais 5 funcionários... enfim, algumas melhorias que nós buscamos fazer, estamos já concluindo um vídeo institucional para que nós possamos ampliar a educação ambiental na reserva, quer dizer, nós queremos distribuir cópias desse vídeo para escolas, para a comunidade, enfim, para que nós possamos cada vez mais mostrar não só ao Lami mas à cidade de Porto Alegre e até o estado do Rio Grande do Sul a importância desta reserva.

De certa forma uma prestação de contas à comunidade presente no auditório sobre o empenho da atual Secretaria do Meio Ambiente, a fala do secretário traz considerações importantes para estabelecer pontos de reflexão a respeito do que seriam as “melhorias” para a reserva e para o Lami. Tendo como ponto de partida o descumprimento do atual plano de manejo da reserva, os comentários do secretário apontam para uma multiplicidade de questões envolvendo as políticas públicas e a ambígua função social que cumpre o bairro Lami na cidade de Porto Alegre.

Do lado do poder público municipal, a ênfase dada às atividades de fiscalização e à compra de equipamentos confirmam a importância da estruturação interna da reserva nos moldes de um “modelo”⁹³ de natureza preservada, dados os desafios da manutenção de uma unidade de conservação em espaços urbanos, como é o caso da RBLJL. A praia do Lami, como um espaço de lazer na cidade a ser mantido e preservado, também está sujeita a uma certa normatização por parte do poder público que assegure a continuidade tanto de sua função social como de seu ecossistema. No entanto, a convivência de espaços tão díspares no que diz respeito à presença humana como a praia do Lami e a RBLJL, na qual a primeira representa um pólo atrativo para uma população de baixa renda na cidade e a segunda um núcleo restritivo à circulação humana, ocasiona divergências no próprio interior do poder público municipal, onde as funções de preservação e de uso intensivo coexistem não sem conflitos. A existência de uma unidade de conservação destinada à preservação da natureza, diante da qual a degeneração decorrente das ações do homem é mantida à distância, em meio a um espaço densamente utilizado em determinado período do ano, apresenta-se como uma contradição e um desafio para o próprio poder público municipal. Neste sentido, o uso intensivo da praia do Lami no período do verão necessita de uma normatização para atenuar uma certa degeneração do ambiente, como a deposição de lixo na praia, a possibilidade de

⁹³ Ana Godoy (2000) problematiza a constituição das unidades de conservação a partir de um modelo específico, o qual “explica os objetivos das áreas e suas formas de uso, assim como reprime a invenção de um conceito de natureza, sua relação com diferentes coletivos e indivíduos e a sua importância dentro do espaço sociocultural configurado ao longo de seu processo de construção” (GODOY, 200:01).

incêndios em decorrência do preparo de comidas junto às árvores, o uso de arbustos como banheiros. A colocação de lixeiras, churrasqueiras, banheiros e a intensa fiscalização da praia no período do verão são algumas das estratégias lançadas pela prefeitura de forma a conter a degradação ambiental decorrente do grande fluxo turístico local, turismo caracterizado por uma certa desordem que resiste à normatização do uso do espaço.

De outro lado, entre os moradores mais antigos, o advento do calçadão e de um certo regramento do uso da orla com a criação de espaços de lazer são apontados como fatores que “estragaram” a praia do Lami, trazendo um público novo e estranho às temporadas de veraneio. Para esses moradores, há um declínio na qualidade dos veraneios, que, associada a uma idealização de um tempo passado, confere à praia do Lami uma característica decadente nestes novos tempos, como vimos no capítulo anterior. Contrapondo as “melhorias” da praia e da reserva ao “estrago” percebido pelos moradores, é importante pontuar o caráter extralocal das ações do poder público municipal no bairro, que coloca o Lami como um bairro cuja função social na cidade volta-se para além de seus próprios limites.

A importância da reserva, bastante pontuada pelo secretário ao longo da audiência, relaciona-se a uma projeção do ecossistema e das ações municipais de proteção à natureza, direcionada à cidade, ao estado, ao país e ao mundo. A unidade de conservação, nesse sentido, possui o caráter genérico de um “modelo” isento dos contextos socioculturais locais envolvidos em sua constituição, desde sua criação, em 1975, até os dias de hoje.

Esta mesma perspectiva estava presente na fala da administradora da reserva, que fez uma breve apresentação institucional da RBLJL, comentando os objetivos e as ações desde o início de sua gestão. Ao iniciar a apresentação, a administradora enfatizou as características da reserva biológica e suas restrições à presença do homem:

Administradora: É importante salientar que nas reservas biológicas é proibida a visitação pública, excetuando-se obviamente aquelas com objetivos educacionais e propostos nos programas de manejo nos planos de manejo. Bom, os objetivos de uma reserva biológica como nós anteriormente estávamos falando, é preservar todo o seu atributo natural e seu entorno e desenvolver os objetivos primordiais que são a educação ambiental e a pesquisa científica.

O momento da fala da administradora foi o mais conturbado da audiência pública. Logo no início de sua apresentação, o projetor onde seriam mostrados imagens e textos

explicativos de seu trabalho na RBLJL falhou. O visível constrangimento da administradora diante da situação foi acompanhado da insistência por parte dos moradores para que ela “falasse” sem o uso do equipamento. Ânimos exaltados, o conflito ia tomando a forma de um embate de vozes, por vezes discordantes, por vezes ressoando em uníssono.

De modo geral, a apresentação da administradora transcorreu no sentido de justificar suas novas ações na reserva, salientando diversas vezes as melhorias que haviam sido feitas desde o início de sua gestão, como a aquisição de equipamentos, o aumento da fiscalização, o controle da invasão de gado das fazendas limdeiras à área da reserva, os projetos educativos, entre outras. A apresentação seguia com os comentários paralelos do público, que discordava de alguns pontos e melhorias por ela comentados, enfatizando que aquela apresentação não era nenhuma novidade para eles, visto que conheciam bem a reserva. Durante a apresentação, diversas vezes a administradora pedia respeito, ao que algumas vozes respondiam que a comunidade também queria ser respeitada. Ao mencionar as atividades de educação ambiental e formação de professores e policiais da brigada militar, a administradora era interpelada por perguntas como “tem alguma foto da comunidade sendo educada aí?”, aumentando o clima já tenso da audiência.

Encerrada sua apresentação, a audiência pública propriamente dita teve início, com as inscrições por parte do público para relatar as queixas contra a atual administração, já que seu objetivo era de que a promotora escutasse a comunidade envolvida. Para cada menção à administradora da reserva, esta possuía direito de réplica, e cada pessoa por ela mencionada teria direito à tréplica. Nessa dinâmica, a mesa reunia dez inscrições para que fosse dado o direito à réplica, o que dava à comunidade a possibilidade de reunir um grande número de reclamações até que fossem respondidas pela administradora.

A primeira inscrição foi feita por Getúlio Ramos, morador do Lami, que nos cinco minutos destinados a sua fala fez a seguinte explanação:

Getúlio: eu gosto de falar olhando no olho de todo mundo. É um sinônimo de franqueza. Por que que eu me inscrevi por primeiro, por que que eu estou aqui... por que esta casa, ela foi construída para a comunidade do Lami, e a reserva biológica. Em primeiro lugar para a comunidade do Lami, em segundo para a reserva biológica. Eu construí aquele casarão de pedra que tá lá, eu, Getúlio Ramos, construí, para trabalhos laboratoriais, da Reserva Biológica do Lami. Segundo, uma pergunta, uma questão: abril de 71 eu vim morar aqui em frente, Otaviano José Pinto 479, tá ali, secretário de associação, presidente, vice-presidente, delegado do orçamento participativo... o meu sinônimo: eu me chamo comunidade. Por que

que eu não fui convidado pra estas reuniões? (aplausos) Terceira questão: plano de manejo: dois anos pra ser elaborado, para ser respeitado por 5 anos, por que este plano de manejo não pode ser respeitado durante 5 anos, tem que ser interrompido no terceiro ano? (aplausos) Isto são apenas questões que nós precisamos fazer uma reflexão muito grande. Não quero desmentir ninguém nem chamar ninguém de mentiroso porque não é do meu feitio. Mas existe muitas



questões aqui, que vocês vão sair daqui pensando muito bem o que que ta acontecendo conosco pra mobilizar uma comunidade desta envergadura, deste tamanho, que não cabe aqui dentro, tem pessoas do lado de fora, tem muito mais gente do lado de fora do que aqui dentro! Por que que estão aqui? Será que estão contentes com esta nova administração? É apenas pra reflexão, nós temos aqui o Ministério Público, nós temos o secretário do meio ambiente, são autoridades que merecem respeito, e todo nosso carinho. É para eles que nós estamos nos dirigindo. Estou olhando nos olhos de vocês com a franqueza que me é peculiar, mas estas palavras estão sendo dirigidas ao Ministério Público e ao nosso secretário do meio ambiente. Porque nós somos amantes do Lami, nós amamos o Lami, nós criamos raízes no Lami. (aplausos) Enquanto se mostra uma fotografia de um ratão morto, eu trago 500 fotografias de seres humanos mortos no meio da estrada, atropelados por carro, por qualquer coisa que seja. É muito fácil trazer uma fotografia de um ratão morto, e condenar a quem? Atribuir isso a quem, a quê? Quem está pagando o pato? A comunidade do Lami, as pessoas que moram no entorno da reserva que ajudaram a elaborar este plano de manejo que ainda está em vigor, e ajudaram a preservar a nossa reserva do Lami, porque ela é nossa, não é do Seu Fogaça, não é do... não é de ninguém, é da comunidade do Lami, em primeiro lugar... de Porto Alegre, do RS, do Brasil e do mundo! Mas se nós não soubermos cuidar da nossa casa, não soubermos cuidar do nosso ambiente, da nossa comunidade, como é que nós vamos cuidar do mundo? Não podemos. Era só isso que eu queria dizer. Então fica a questão: por que que esse povo todo está aqui hoje? Por que está contente com essa nova administração?”

O “não” foi respondido em uníssono pela maior parte da platéia que lotava o auditório da Casa Verde. A fala de Getúlio, como de todos os que depois falariam a favor da comunidade do Lami, foi seguida de fervorosos aplausos.

Embora não se refira especificamente às restrições impostas pela atual administração à entrada de moradores na área da reserva, como fariam outros moradores inscritos após ele, Getúlio faz um discurso a favor da voz política dos moradores do Lami, colocando-se como uma espécie de porta-voz dessa comunidade. Representando um grupo de moradores que “amam o Lami” e que ali criaram suas raízes, Getúlio inverte a premissa da universalidade das unidades de conservação ao ressaltar que a reserva pertence em

primeiro lugar à comunidade do Lami, pela sua participação ativa na constituição da reserva. Em sua fala, fica evidente o sentimento de que as mudanças no plano de manejo pela atual administradora deslegitimam a participação da comunidade no “cuidado” com a reserva, o que foi experimentado na realização do “plano de manejo participativo”, onde os moradores foram chamados a participar e a sugerir formas de gerenciamento da unidade de conservação. Na medida em que as mudanças atravessam o cotidiano dos moradores sem um processo de negociação, é como se a comunidade do Lami fosse colocada à margem do processo, sem o poder de decisão sobre um território cuja pertença é ambígua. Neste caso, o que fica à margem é também um saber local destes habitantes em relação ao ambiente vivido, tendo em vista que as décadas de moradia no Lami, as “raízes” ali criadas não são levadas em conta na gestão da unidade de conservação.

Depois de Getúlio, seguiram-se as falas do antigo administrador da reserva, de professoras, ex-estagiários da reserva, funcionários atuais e antigos, pescadores como Seu Gaiola, e ex-alunos do MOVA, como Dona Maria. O clima tenso era descontraído pela forte coesão do grupo, unido diante do espaço legítimo de escuta. As reclamações acerca das ações da nova administração intensificavam-se, construindo rapidamente um cenário em que a autoridade da administração era questionada, frente à própria surpresa do secretário diante da gravidade da situação de afastamento e descontentamento dos moradores locais.

Quando o assunto foi a “farmacinha”, um dos presentes, médico e ali representando uma extensa área particular de preservação ambiental na Avenida Beira Rio, comentou que graves erros médicos aconteciam na “farmacinha”. Citando o exemplo de um morador que tinha leucemia e tratava o problema na “farmacinha”, cujo nome não quis mencionar mas que logo foi identificado pelos moradores, apontou as consequências deste tipo de tratamento. Tão logo terminou de falar, foi interpelado por um morador do bairro que lhe fez o seguinte questionamento: “e por acaso o senhor encaminhou essa pessoa ao seu consultório? Porque se ela não faz outro tipo de tratamento é porque não tem condições, como a maioria dos moradores do Lami”. Essa fala ilustra de forma significativa não apenas o papel da “farmacinha” no bairro, mas o valor das redes de solidariedade e da criação de alternativas para os serviços nos quais os moradores dependem das instituições públicas ou de melhores condições financeiras. O precário acesso aos tratamentos de saúde

nas camadas populares nos dá uma idéia da distância entre o discurso oficial, de como as coisas deveriam funcionar e de como elas efetivamente funcionam. Há, nesse sentido, uma tentativa de normatização nos tratamentos de saúde, embora nem o Estado consiga dar conta desta demanda, nem toda a população esteja disposta a seguir os tratamentos recomendados por estas normativas.

Todas as mudanças levadas a curso pela atual administradora apoiavam-se na justificativa de que o plano de manejo estava em desacordo com a categoria de reserva biológica na qual se inseria a RBLJL. A reserva biológica situa-se como a modalidade mais restritiva das unidades de conservação⁹⁴, restringindo, portanto, a presença do homem em benefício do ecossistema. Nesse sentido, o fechamento da reserva às atividades dos moradores era acompanhado de um incremento no aparato técnico da unidade de conservação, com a compra de novos equipamentos e diversas ações no sentido de ampliar e tornar mais eficaz a fiscalização nos limites da reserva, contra a realização de “crimes ambientais” como a caça de animais nativos, prática bastante comum na região. Desde esse ponto de vista, a proteção de uma “natureza” cercada pelos limites da reserva encontra seu principal desafio no estancamento das práticas humanas responsáveis pela degradação do ambiente.

É importante retomar aqui as considerações de Antônio Carlos Diegues (1994) a respeito da implantação de parques e reservas ambientais segundo um modelo americano que conceitua o meio ambiente como uma dimensão exclusivamente biológica ou natural, que necessita ser protegida da ação do homem. O homem é nessa perspectiva compreendido como um agente necessariamente destruidor da natureza. Segundo o autor, a idéia subjacente à criação de espaços de preservação é de que poderiam existir pedaços ou ilhas do “mundo natural” em meio à civilização urbano-industrial, destruidora por excelência da natureza.

Essa crença na existência de pedaços do “mundo natural” ancora-se no pensamento de uma sociedade essencialmente urbana, onde o homem poderia desfrutar das paisagens

⁹⁴ Cf o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, Art.10, “a reserva biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

naturais para aliviar-se das tensões da cidade, das mazelas oriundas da “vida psíquica”⁹⁵ das grandes metrópoles. A nostalgia de uma natureza intocada se afirma em contraposição à organização social do mundo contemporâneo, onde as paisagens naturais passam a ser um valor desejável pela sociedade⁹⁶.

Segundo alguns autores, o conceito de paisagem, entretanto, já aponta para a natureza como indissociável da percepção humana⁹⁷. Os estudos de Georg Simmel (1996) acerca da impossibilidade das formas puras revelam que o processo de engendramento da paisagem envolve um ato de espírito através do qual o homem modela um grupo de fenômenos para integrá-lo à categoria de paisagem. A natureza é remanejada pelo olhar humano, que a divide, a decompõe e cria individualidades, de forma que a paisagem possa ser percebida como unidade⁹⁸. Com efeito, percebe-se a impossibilidade de distinguir a paisagem natural de uma paisagem cultural, na medida em que a própria idéia de paisagem redonda na existência da cultura. Nesta linha, a constituição de parques e unidades de conservação é produto de uma construção cultural acerca da natureza, elaborada socialmente a partir de filiações específicas.

A sacralização desses espaços naturais, como bem notou Luc Ferry (1994), é expressa no uso de expressões de cunho religioso por grande parte dos ecologistas, nas quais estes espaços são tidos como “santuários da natureza”, imbuídos de “valores sacrossantos”, onde a biosfera é significada enquanto uma entidade quase divina. A ameaça que a entrada do homem representa para esses espaços deve-se ao caráter sagrado atribuído

⁹⁵ Cf Simmel, 1967.

⁹⁶ Segundo Isabel Carvalho (2001), “é bem verdade que esse sentimento de apreciação da natureza pode ser considerado uma sensibilidade *burguesa*. Afinal, era essa parcela da população que efetivamente podia dispor de tempo e recursos para cultivar os novos hábitos de convívio e admiração da natureza. No entanto, a despeito de uma *origem de classe*, as novas sensibilidades para com a natureza não se restringiram a um comportamento ou ideário de uma única classe. Pode-se observar sua generalização como valor para um conjunto bem mais amplo da sociedade” (2001:46).

⁹⁷ Ao discorrer sobre o parque Yosemite, o primeiro “Éden” americano de preservação da natureza, Simon Schama (1996) comenta: “Embora o estacionamento seja quase tão grande quanto o parque e os ursos estejam fuçando entre as embalagens do McDonald’s, ainda imaginamos Yosemite como Albert Bierstad o pintou ou Carleton Watkins e Ansel Adams o fotografaram: sem nenhum vestígio da presença humana. É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local já pressupõe nossa presença e, conosco, toda pesada bagagem cultural que carregamos” (1996:17).

⁹⁸ Sobre a relação entre paisagem e natureza, Georg Simmel (1996) define: “pelo termo natureza, entendemos a cadeia sem fim das coisas, o nascimento e o aniquilamento ininterrupto das formas, a unidade fluida do vir-a-ser, exprimindo-se através da continuidade da existência espacial e temporal” (1996:15). Neste sentido, falar em “pedaço de natureza” é, em si uma contradição, já que a natureza é a própria unidade de um todo, e não seu fragmento.

à natureza, que é “poluída” pela presença humana. Mary Douglas (1976) mostrou que o sagrado precisa estar cercado com proibições, já que é de sua natureza o perigo iminente da perda de seus caracteres distintivos e necessários (DOUGLAS, 1976). Daí o cercamento e a constituição das unidades de conservação enquanto espaços interditos ao homem.

Entretanto, a localização destas “ilhas naturais” nas grandes cidades, em meio a paisagens construídas e urbanizadas, complexifica o valor de preservação desses espaços no âmbito de uma problemática social inscrita na cidade como um todo, onde as fronteiras entre as paisagens naturais e não-naturais são extremamente maleáveis na esfera do cotidiano. Com efeito, a permeabilidade dessas fronteiras não se situa apenas nos limites físicos destas áreas, mas no próprio gesto humano que atribui diferentes significados a essas regiões. A manutenção deste recorte da vida natural no ecossistema no qual se assenta a cidade de Porto Alegre traz consigo um conjunto de práticas associadas ao ambiente e que não necessariamente correspondem ao gesto contemplativo desse mundo natural ou selvagem. Enquanto um “lugar praticado” (CERTEAU,1994), em que os homens atuam cotidianamente, o ambiente no qual se inserem os espaços de preservação no Lami são confrontados com o permanente gesto humano que molda, significa e dá forma a esse ambiente.

Neste sentido, a situação que delinea os contornos de um conflito ambiental no Lami em nada lembra a preservação de uma natureza primitiva, anterior à ação humana. A natureza que compõe a RBLJL está longe de ser intocada. Até a criação da reserva, em 1975, a área era extensivamente utilizada para o plantio de arroz e criação de animais e é até hoje atravessada pelas práticas de caça, ainda que realizadas “às escuras” devido à proibição. A ação do homem em seu intuito domesticador dos espaços naturais há muito modela a paisagem do extremo sul porto-alegrense, onde se insere a RBLJL.

Para o historiador Simon Schama (1996), a ocupação humana nos ambientes naturais, embora muitas vezes agressiva e destruidora de ecossistemas, não se encerra apenas em um quadro calamitoso. Segundo o autor, “embora reconheçamos (como devemos) que o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada” (1996:20). Para Schama, é a percepção transformadora do homem que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.

Embora desde a sua criação o espaço da reserva fosse pouco a pouco se constituindo como um território interdito no Lami, a permeabilidade destas fronteiras e a pertença desse ambiente à memória dos habitantes situavam a reserva no conjunto de referências espaciais do Lami. Retomando as reflexões de Maurice Halbwachs (2004), compreendemos que a memória coletiva desse grupo desenha sua forma sobre o solo desse território, evocando suas lembranças em um quadro espacial específico⁹⁹. Lembranças como as de Dona Maria, que recorda com saudade a época em que entrava com seu carrinho de rapaduras na reserva, vendendo-as durante as aulas e atividades da reserva, ou quando, com fome e cansada, sentava-se à sombra das árvores e comia as laranjinhas da árvore em frente à Casa Verde.



Na perspectiva de “socialidade” proposta por Michel Maffesoli (1996), a lógica do estar-junto se desenrola em um ambiente no qual se banham todas as situações da vida cotidiana e que demonstra “um laço sólido unindo pessoas entre si e, coletivamente, à natureza que lhes serve de suporte” (MAFFESOLI, 1996:236). Segundo o autor, há uma correlação específica e bem definida entre o espaço social e o espaço físico, ancorando a produção de um “nós” que lhe é correlativa¹⁰⁰. Nesses lugares, é possível reconhecer-se a si próprio na medida em que se identifica com os outros, ordenando-se o presente em uma ligação com o que é próximo e concreto (MAFFESOLI, 1996:273).

Nesta lógica, a própria reserva entra nessa rede afetiva que congrega lugares e pessoas no Lami, formando um ambiente indissociável, onde os lugares são cotidianamente “praticados” pelos habitantes, seja nas caminhadas, nos fazeres ou nas teias de significado

⁹⁹ “Se, entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental, e efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores” (HALBWACHS, 2004:143).

¹⁰⁰ Segundo Maffesoli, a forma que encerra e limita, “é, de certo modo, a concha, o envoltório protetor ao abrigo do qual vai se fortalecer a socialidade (MAFFESOLI, 1996:273).

que lhes são atribuídas. Não se trata de uma natureza intocada e separada apenas por cercas do espaço restante do bairro. Falamos de um ambiente que abrange toda esta região do extremo sul portoalegrense, seja ele ocupado por grupos humanos ou não. É um ambiente, mais do que natural, simbólico, um ambiente experienciado e vivido pelo grupo que ali habita¹⁰¹.

Ao refletir acerca do acesso que esses moradores tinham à reserva e na ausência de danos efetivos que esse acesso trazia ao ecossistema local, percebem-se importantes questões sobre o manejo das unidades de conservação, especialmente no que diz respeito ao peso que é dado à natureza em detrimento dos grupos sociais que ali habitam. A questão da preservação dos ambientes vista sob um olhar antropológico coloca em xeque a premissa da continuidade destes espaços “naturais” pelo simples afastamento da ação do homem. De fato, os fundamentos que sustentam o modelo das unidades de conservação baseiam-se na “proteção de amplos espaços naturais, de grandes belezas cênicas capazes de assegurar a continuidade dos processos biológicos sem interferência humana” (GODOY, 2000:01). A continuidade da relação homem-natureza é raras vezes mencionada como um aspecto relevante para a duração desses ambientes desde uma perspectiva sociocultural.

Durante as reuniões, perguntava-me constantemente qual a possibilidade do ambiente inserido na reserva durar se não pela memória como um lugar praticado, experienciado, vivido, contemplado? Todo um ecossistema pode permanecer intacto, mas a ação do homem não é apenas predatória: é também imaginativa e construtora de significados. Trazer esse ambiente para o plano da cultura é simbolizá-lo, constituindo-o de gestos, ações, práticas, ainda que tão somente o gesto contemplativo.

As restrições ao uso da Casa Verde instauram uma fragmentação da experiência cotidiana dos moradores em relação a um espaço específico do Lami, experiência que possibilita recriar e estabelecer novos usos para um lugar que é restrito, fechado. Especialmente os moradores mais antigos, que acompanharam o surgimento da reserva ou mesmo suas diferentes administrações, vêem a reserva como um espaço que pertence ao bairro, e não está à parte dele. Por isso, se já não é mais possível circular, plantar, caçar na

¹⁰¹ “É isso que pode permitir compreender as emoções espaciais, o gênio do lugar, a aura atribuída a essa ou àquela passagem; sem falar das ligações com o ‘campo’, emoções experimentadas e simpatias não racionais que se podem ter para os que, real ou imaginariamente, participam do mesmo terreno” (MAFFESOLI, 1996:239).

área de 180 hectares abrangida pela reserva, é necessário que esta ofereça algo em troca, que compense a privação. A possibilidade de circulação e apropriação desta pequena área da reserva pelos moradores é antes de tudo uma troca simbólica que assegura a manutenção destes espaços a partir de um acordo necessário para sua continuidade.

Michel Maffesoli (1996), ao refletir sobre a perdurância da existência individual e social, encontra nos pequenos gestos da vida cotidiana, no prazer dos sentidos e na vida minúscula, a garantia da manutenção societal (MAFFESOLI, 1996:110). Na experiência banal estaria a força social que resiste às imposições do poder, que se perpetua graças à sua dimensão microscópica e concreta¹⁰². Entretanto, nos momentos de crise, quando os espaços imbricados na memória coletiva dos homens são transformados, as reflexões de Maurice Halbwachs (2004) ajudam-nos a perceber o importante efeito de resistência do grupo que arranhou a disposição do espaço, que não se desdobra apenas no protesto, mas na busca constante pelo reencontro do equilíbrio sobre as novas condições (HALBWACHS, 2004).

A audiência pública foi encerrada após quase quatro horas de discursos e embates. Ao final, diversas das colocações dos moradores foram definidas como pautas para reuniões subsequentes, nas quais se discutiriam questões como a demarcação das áreas de pesca, a regularização da “farmacinha”, a retomada das atividades do viveiro e uma possível continuidade das aulas do MOVA na Casa Verde. Embora tenham sido encaminhadas novas reuniões para a resolução dos conflitos, o sentimento de boa parte dos moradores, ao final dessa e de outras reuniões, era de que estavam “sendo feito de bobos” pela prefeitura. Esta, segundo o grupo, achava que “todo o povo é burro, ignorante”. Uma moradora do Lami assim resumiu o final da audiência:

Até essa hora dizendo bobagem, se todo mundo tem que trabalhar amanhã. Em duas horas foi tempo suficiente! Não entrou em consenso nenhum, não vai dar nada! Vai ficar o dito pelo não dito. E a última palavra sendo a dela. Foi o que eu entendi, na minha ignorância foi o que eu entendi.

¹⁰² “E em face dessas histórias feitas de nada e de tudo, de carne e de sangue, a História política não tem consistência para uma memória coletiva que sabe muito bem a que se prender. Antes as histórias que a história. Esse poderia ser o maravilhoso segredo a nos explicar a perdurância das sociedades” (MAFFESOLI, 1998:90).

A revolta dos habitantes do Lami com as diretrizes da nova administração não está apenas no fato concreto da impossibilidade de freqüentarem o espaço da Casa Verde, mas na sobreposição do poder público frente à organização cotidiana e simbólica no uso destes espaços. “Ser feito de bobo” pela prefeitura ou pelo secretário é reconhecer a pouca força política frente à definição dos usos de seu próprio território que é, diante da lei, um território da humanidade, de preservação da natureza, e que pertence aos sujeitos genéricos que constituem a humanidade.

Mário Fuks (2001), no livro “Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas” faz uma detalhada análise dos conflitos judiciais no Rio de Janeiro, investigando a emergência e a disputa pela definição do meio ambiente como um problema social. A entrada da temática ambiental nos cenários de ações e debates públicos configura distintas compreensões e discursos, elucidando a contradição entre uma certa universalidade de “bem público” atribuída às questões ambientais, e ao mesmo tempo a diversidade de valores atribuídos a esse bem, que correspondem a fatores sociais, econômicos e culturais.

A noção de “bem público”, no entanto, esbarra concretamente nas distintas pertencas do espaço reivindicadas ora pelo poder público municipal, ora pelos moradores locais. A fala da mesma moradora do Lami citada anteriormente, ao final da audiência, expressa a noção de pertença que é atribuída à reserva pelos moradores, como um lugar de direito deles, na medida em que construído a partir dos impostos que pagam como cidadãos.

Nós queria decisão. Ela abrir mão da reserva. Pras pessoas participarem, eu não quero pra mim a reserva porque não me faz falta. Eu tenho onde morar! Eu tenho terra, se ela não tem, eu tenho! E eu trabalhei pra adquirir. Eu não quero nada o que não é meu. Mas isso aqui é nosso! É os nossos impostos que tão aqui! Eu to reivindicando um direito que é nosso. Isso aí é um absurdo isso aí! É um despropósito.

Neste sentido, verificamos como a entrada da temática ambiental na esfera das arenas públicas amplia o espaço para a disputa e a divergência dos valores atribuídos à “defesa do meio ambiente”. Aqui a universalidade de um bem público de uso comum, o meio ambiente, sucumbe às diferenças políticas, econômicas e sociais que conferem

contornos locais a este tema que se pretende universal. (FUKS, 2001:25). Embora a reserva não pertença concretamente à atual administradora, a um ou outro morador ou ao “povo do Lami”, estabelece-se um jogo de forças que direciona os contornos de um conflito sócio-ambiental para uma distinção entre público e privado no gerenciamento e constituição das unidades de conservação.

Para as reuniões subseqüentes, os moradores articulavam entre si um encaminhamento do pedido de retirada da atual administradora, a ser levado diretamente ao prefeito. Insatisfeitos com os resultados da audiência pública, o grupo de moradores pretendia encerrar as negociações com o secretário, “exigindo” a saída da diretora. Em uma outra reunião realizada no mês de outubro, quando a comunidade havia mobilizado um grande número de pessoas para comparecerem ao local exigindo a saída da atual administradora, incluindo repórteres de alguns jornais e emissoras da cidade, o secretário e a administradora não compareceram, ficando cerca de 40 pessoas do lado de fora da reserva por uma hora, enquanto esta permanecia com as portas fechadas e luzes apagadas. Novamente, o “ser feito de bobo” se coloca no âmbito das relações entre o poder público e a comunidade, que não tem sua demanda (“transferir a diretora”) atendida.

Mesmo com a retomada das reuniões que seguiram acontecendo até o momento da escrita desta dissertação, para a discussão dos usos da Casa Verde, a comunidade engajada neste processo sentiu-se perdedora de um conflito no qual “o povo” não saiu vitorioso. Ainda que sejam permitidas a entrada de moradores e reestabelecidas as reuniões da comunidade, atividades do MOVA e da “farmacinha”, perante condições específicas¹⁰³, o grupo de moradores que viu romper um laço social com este espaço da reserva não tornará a freqüentá-la até a saída da administradora. Embora os posicionamentos dos moradores sejam também heterogêneos, dinâmicos e por vezes ambíguos, algumas decisões foram tomadas, como no caso das mulheres da “farmacinha”, que optaram pela busca de uma nova sede, mesmo que sua situação seja regularizada e elas obtenham a permissão para utilizarem novamente o espaço da Casa Verde.

¹⁰³ Em uma das reuniões ficou decidido que a comunidade poderia voltar a utilizar o auditório da Casa Verde para a realização de reuniões, desde que estas apresentassem fins educativos, versando sobre temáticas ambientais.

4.3 O “conflito ambiental” para além da reserva: o “risco” dos loteamentos, indústrias e aterro sanitário no Lami

Se por um lado o conflito na RBLJL mobiliza diretamente apenas uma parte dos moradores do Lami, os mais antigos ou mais engajados politicamente nas atividades do bairro, por outro, há uma série de outros conflitos e problemas no que toca a relação homem-ambiente, que envolvem cotidianamente os habitantes desse território da cidade. A crescente urbanização do bairro, por exemplo, com a entrada de novos moradores e a sensível transformação na paisagem que daí decorre é um dos principais aspectos nos quais a questão ambiental no Lami se insere como uma problemática própria do viver urbano nas grandes cidades moderno-contemporâneas. Henri Acselrad (2001) no livro “A duração das cidades”, aponta que a ameaça à estabilidade das estruturas urbanas ao longo do tempo tem sido a grande preocupação das políticas urbanas. Há um esforço em mapear tudo o que se acredita inviabilizar a duração desejável das cidades – em tempo e em qualidade –, como a poluição, a congestão urbana, a violência, etc. A tendência em torno do debate da sustentabilidade de que é possível solucionar a questão da durabilidade das cidades a partir de um simples ajuste ecológico dos fluxos urbanos, de uma urbanização ecológica, parece, no entanto, excluir a dimensão social desta problemática. Nesta perspectiva, a idéia de que a questão ambiental pode ser uma nova tradução para velhas questões sociais (LOPES, 2004) encontra eco nas palavras de Acselrad, para quem a questão do desenvolvimento sustentável urbano pode ser antes de tudo uma questão social (ACSELRAD, 2001). Para esse autor, vivemos uma crise na legitimidade das políticas urbanas, manifesta na desigualdade no acesso aos serviços urbanos, evidenciando a maior suscetibilidade aos riscos técnicos por parte da população menos atendida pelos investimentos públicos.

A idéia de uma distribuição desigual dos impactos ambientais nas grandes cidades admite que as classes sociais menos favorecidas são muito mais suscetíveis do que as classes mais elevadas. Para grande parte dos estudiosos dos impactos ambientais, a distribuição espacial das camadas empobrecidas da sociedade é associada à desvalorização dos espaços, seja pela proximidade dos leitos de inundação dos rios, de indústrias, usinas termoeletricas, entre outros.

Entretanto, sem esquecer o iminente risco aos habitantes que residem nestes espaços, os estudos antropológicos mostram que há outros fatores que vinculam essas

populações a esses ambientes, para além de uma falta de alternativa sócio-econômica. Possibilidades de emprego, manutenção das redes de socialidade, maior liberdade, são comentários recorrentes na fala de muitos moradores do Lami. Não é à toa que um loteamento como o Jardim Floresta, com cerca de dois mil habitantes, se estabeleceu há cerca de quinze anos a poucos metros da indústria Avipal, onde são fabricadas rações para o criadouro de aves, em um terreno alagadiço, e que inicialmente não possuía acesso à água, luz e saneamento básico. Marília, uma das primeiras moradoras do loteamento, é natural de Minas Gerais e veio para o Lami depois de se enamorar de um caminhoneiro da Avipal, com quem teve o primeiro filho. Desde então, sua trajetória está imbricada ao Lami, e mais especificamente, à vizinhança do Jardim Floresta, à praia e à Avipal.

Grande parte dos moradores deste loteamento são funcionários da Avipal, que possui unidades também na Avenida Cavalhada, uma região mais próxima ao centro, e na Boa Vista, localidade entre Belém Novo e Lami. As duras condições de trabalho na Avipal fazem com que haja uma alta rotatividade nos trabalhadores da indústria. Na fala de quem já trabalhou na indústria, persiste a idéia de sujeição no trabalho na Avipal: das pessoas com quem conversei, todas haviam deixado a indústria por “não agüentarem” as rígidas condições de trabalho na empresa, que vão desde as normas de limpeza, que obriga os funcionários a tomarem até quatro banhos por dia, até um certo encarceramento em condições de luz e temperatura constantes e bastantes distintas das do lado de fora da indústria. São comuns também relatos de funcionários com problemas de saúde decorrentes do trabalho na indústria. Seu Jaci, Marília, a mãe de Juarez, a filha de Dona Maria, todos haviam passado pela indústria, mas preferiam hoje uma aposentadoria menor ou a incerteza dos trabalhos temporários e sem garantias trabalhistas.



Em um trabalho pioneiro em que a noção de risco é relativizada segundo as premissas de suas sociedades produtoras, Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1982) enfocam o conceito de risco enquanto uma formulação social. Desconstruindo a idéia da

existência de um conjunto de riscos pré-estabelecidos por alguma categoria objetiva, os autores mostram como cada forma de vida social possui seu próprio conjunto de riscos, onde os diferentes grupos sociais escolhem os riscos que devem temer e enfrentar, cotidianamente¹⁰⁴. Com efeito, o risco de se trabalhar na Avipal também é atravessado por possibilidades de escolhas desses habitantes, como fizeram os informantes mencionados, que optaram pelo risco que pressupõe a falta de um emprego fixo.

A questão de quais grupos é afetada por quais riscos se apresenta como uma preocupação premente para autores como Acselrad (2001), para quem um aspecto característico das cidades contemporâneas é a profunda desigualdade social na exposição aos riscos ambientais. De certa forma, morar nos espaços periféricos da cidade, longe da poluição dos automóveis, do tráfego intenso, com maior “qualidade de vida”, no sentido da proximidade das áreas verdes e menor densidade urbana, implica em ocupar uma posição periférica também em relação ao poder público municipal, onde a vulnerabilidade frente aos riscos também é maior.

O caso da implantação do Aterro Sanitário da Extrema¹⁰⁵, no bairro Lami, é ilustrativo de um episódio que situou o Lami no centro de um embate sócio-ambiental, colocando os moradores do bairro frente a uma imposição diante da qual não havia possibilidade de escolha. Implementado em 1997 no Morro da Extrema, local que abriga a nascente de um dos arroios que banham o Lami, o aterro encerrou suas atividades em dezembro de 2002, tendo recebido o total de 824 mil toneladas de lixo. As condições da implantação foram emblemáticas de um conflito sócio-ambiental entre os moradores do entorno e o poder público municipal. O fechamento do aterro aconteceu em função do esgotamento de sua capacidade, mas também em meio a denúncias de entidades ambientalistas e vereadores, que acionaram processos junto ao Ministério Público contra a prefeitura. O Lami foi palco de um jogo de forças entre a prefeitura, de um lado, e a sociedade civil (associações de moradores, vereadores da oposição, pesquisadores da

¹⁰⁴ Na mesma linha, o recente trabalho de José Sérgio Leite Lopes (2004) aponta as noções de “poluição”, “risco” e “perigo” como categorias construídas social e culturalmente dentro de realidades sociais específicas, relacionando-se com interesses e funções ocupadas pelos diferentes agentes, bem como a mudança de percepção que se opera ao longo do tempo (LOPES, 2004:228).

¹⁰⁵ De acordo com material informativo da prefeitura, os aterros sanitários são uma “técnica de disposição dos resíduos sólidos urbanos não-perigosos no solo, realizada de acordo com critérios específicos de engenharia sanitária e ambiental definidos em legislação, de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente.” (www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu)

universidade, entidades ambientalistas) de outro, que qualificaram o aterro como “crime ambiental”.

Durante o período de atividade do Aterro Sanitário da Extrema, os moradores do entorno acompanhavam o trânsito de caminhões que diariamente depositavam toneladas de lixo no local, gerando poeira, já que a maior parte das estradas de acesso não são asfaltadas, poluição sonora, o possível risco de vazamento do chorume¹⁰⁶ e da contaminação das águas, devido à proximidade do lençol freático da superfície do solo. Vera e Dodô, moradores de uma área bastante próxima ao local de instalação do aterro, comentaram que o DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana - depositava no aterro todo o tipo de lixo, inclusive lixo hospitalar. A prefeitura nunca confirmou a denúncia, já que o projeto que obteve o licenciamento da FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental, autorizando apenas o depósito de lixo domiciliar e restos de capina e varrição.

A idéia de um “crime ambiental” é aplicada à degradação inevitável do ecossistema no qual o aterro foi instalado, mas não ao impacto causado no cotidiano dos moradores, que passaram a conviver não apenas com o trânsito freqüente de caminhões ou as explosões de gases decorrentes do acúmulo de matéria orgânica, mas também com a súbita transformação de seu território em um local de recolhimento dos dejetos da cidade. Vera, Dodô, Juca, Silvana e outros tantos moradores de áreas próximas ao aterro convivem com a delicada proximidade entre o lixo e a produção de alimentos. Mesmo que a questão da contaminação do solo ainda seja um tema controverso¹⁰⁷, originando um embate entre prefeitura municipal e entidades ambientalistas e de pesquisa, permanece a “má impressão” que causa uma propriedade produtiva vizinha a um aterro sanitário. O tema da poluição, assim, não está presente apenas sob condições de mau cheiro ou da redução da fertilidade do solo, mas na forte carga simbólica que a presença de um “lixão” no bairro provoca¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Líquido proveniente da decomposição da matéria orgânica em um aterro sanitário que pode ser 80 vezes mais poluente do que o esgoto doméstico.

¹⁰⁷ Ainda que os órgãos técnicos responsáveis da prefeitura garantam a impossibilidade da contaminação, há registros de pesquisas elaboradas por geólogos e pesquisadores da universidade que comprovam a contaminação do lençol freático e do solo nas imediações da área do aterro.

¹⁰⁸ A obra de Douglas e Wildavsky (1982) é elucidativa ao pontuar a impossibilidade em dividir a problemática do risco entre os riscos físicos objetivamente calculados e a percepção individual dos mesmos. Para os autores, o repentino aparecimento de uma preocupação pública acerca do meio ambiente não pode ser explicado apenas pela evidência de danos apontados pelo meio científico (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982:194).

Segundo dados da prefeitura, o Aterro Sanitário da Extrema é considerado referência na América Latina, por utilizar técnicas inovadoras e ambientalmente seguras, que evitam a contaminação do solo, incluindo a canalização do chorume para uma lagoa e sua posterior destinação a uma estação de tratamento. De certa forma, a distância entre as diferentes percepções acerca do aterro recoloca a questão da distância entre moradores do entorno e poder público. Mesmo que a decisão da implementação do aterro esteja, neste caso, circunscrita à esfera municipal, cabe salientar o caráter extralocal desta decisão, já que não inclui os moradores próximos e mais afetados em seu cotidiano com a intervenção¹⁰⁹.

A incorporação da temática ambiental na aplicação dos recursos públicos, como é o caso do alto investimento tecnológico direcionado à implantação do Aterro Sanitário da Extrema, expressa um duplo movimento de ambientalização das políticas urbanas e de introdução das questões urbanas no debate ambiental, onde a noção de sustentabilidade na questão do desenvolvimento das cidades se desdobra em uma preocupação crescente com a temporalidade das cidades (ACSELRAD, 2001). Conforme o autor, a concentração populacional nas metrópoles e na conseqüente eclosão de conflitos entre os processos de ocupação urbana são alguns dos fatores cruciais na questão da “duração das cidades”, e que vem sendo recentemente incorporadas ao debate público como questões ambientais (ACSELRAD, 2001:21).

No Lami não poderia ser diferente. A crescente urbanização insere o bairro na problemática das grandes metrópoles, onde a luta por espaços passa ser uma luta de diferentes grupos sociais. O recente aumento no número de loteamentos e a sobreposição de populações no Lami são percebidos pelos moradores mais antigos no conseqüente aumento dos roubos, da violência, da vinda de moradores estranhos e no partilhamento dos terrenos, alterando sensivelmente a paisagem e o cotidiano locais. Com efeito, a problemática ambiental, como conseqüência dos sucessivos arranjos na organização social do espaço da cidade, se expressa também na transformação da paisagem e nas rupturas oriundas dos

¹⁰⁹ Conforme o relato de alguns moradores vizinhos ao aterro, a prefeitura realizou uma consulta à população local, mas com moradores residentes em áreas relativamente distantes do aterro, e que não sofreriam as conseqüências diretas do lixo e do trânsito permanente de caminhões.

novos tempos, os “tempos de crise”, ritmados pelo atravessamento de um tempo social que altera as práticas cotidianas destes moradores.

A perda ou transformação dos referenciais materiais exige um contínuo esforço de re-elaboração e ajuste dos indivíduos frente à nova paisagem e às ondulações da vida social que a acompanham, um esforço no sentido da duração no tempo e no espaço. Nesse sentido, a idéia de uma duração das cidades pode ser vista, em uma perspectiva antropológica, como um esforço de duração de seus próprios habitantes, através de movimentos de “re-atualização” e “re-configuração”, que conferem sentido às novas práticas sociais urbanas (ECKERT e ROCHA, 2005). Trata-se de uma reordenação das referências identitárias que passam a serem significadas segundo um novo arranjo espacial no bairro. As referências às caçadas contadas pelos antigos, por exemplo, são reestruturadas dentro de uma nova ordem de possibilidades e restrições no uso do espaço, assim como novos sentidos se sobrepõem à imagem do Lami, como o turismo de baixa renda, a deposição de lixo e sua inserção em uma área de preservação ambiental.

As restrições no uso da Casa Verde constituem um exemplo de um atravessamento diante de um ritmo já consolidado, referencial na vida de diversos moradores. Com efeito, a problemática ambiental vista sob a perspectiva dos estudos antropológicos é enriquecida com as preocupações acerca da heterogeneidade cultural existente nas sociedades complexas. Ana Luiza Carvalho da Rocha (2007) aponta para a importância de uma preocupação antropológica com a heterogeneidade cultural nas práticas ambientalistas, nas quais o conceito de ambiente é permeado pela coexistência de uma “pluralidade de tradições e costumes, cujas bases técnicos-culturais de exploração e uso dos recursos naturais podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc” (2007:05). A preocupação com as singularidades dos processos sociais instaura um diálogo fértil com o universalismo das “questões ambientais”, que passam a ser matizadas pelas práticas cotidianas dos habitantes do mundo urbano contemporâneo. Nessa perspectiva, a problemática da escassez dos recursos naturais passa a ser olhada através da lente da diversidade cultural e das especificidades dos habitantes desses espaços na apropriação e uso dos recursos. A universalidade de um “bem comum” é, portanto, atravessada pelos contextos locais nos quais se inscrevem as distintas práticas cotidianas de seus habitantes.

Neste sentido, reconhecer o caráter polissêmico do que se convencionou chamar de meio ambiente implica o reconhecimento da inexistência de uma questão ambiental a priori. O meio ambiente como uma noção datada, socialmente construída e politicamente manifestada, pode abrigar conflitos e reivindicações latentes ou reformular antigos debates (LOPES, 2004:230), como podemos ver nas problemáticas referentes à falta de saneamento, moradia, acesso à água tratada, adensamento populacional, entre outras questões recorrentes entre as populações do Lami.

Por outro lado, mesmo com as rupturas de um “tempo do mundo” frente ao agenciamento do cotidiano entre os moradores do Lami, existe uma lógica que ordena o dia-a-dia dessa população em sua relação com o meio ambiente e seus decorrentes ritmos e sazonalidades. Como vimos no capítulo anterior, a sazonalidade das estações do ano proporciona tempos de agitação ou repouso no bairro, dos quais os moradores tiram proveito, compondo “táticas” e maneiras de “lucrar” frente às agitações temporais, que impõem novas lógicas sociais e ambientais.

A acomodação dos moradores frente às agitações das águas, afetando principalmente os moradores em “situação de risco”, nos traz exemplos dessa lógica, que será descrita e interpretada no subcapítulo que segue. A questão do risco das populações que se estabelecem nas margens dos arroios será abordada através do fenômeno da enchente, que atravessa o cotidiano de um grupo de moradores periodicamente, todos os anos, deixando-os em condição de vulnerabilidade. Buscando compreender a lógica que leva estes moradores a permanecerem onde estão, apesar da visita anual das águas e do conseqüente desabrigo ou risco de contaminação, nortearmos o próximo subcapítulo a partir da seguinte questão: como interpretar este jogo de vantagens/desvantagens que aciona “táticas” específicas de se habitar este território da cidade, sedimentando o enraizamento e a adesão destas populações ao ambiente que compreende o Lami?

4.4 A vinda da enchente



Dona Maria: A enchente sempre teve, minha filha. O problema, é que ... aonde nós morava...é que antes de vir o calçadão, porque depois de vim o calçadão a água não subiu mais. Mas antes de vim o calçadão práli, a água vinha pará aqui em cima, invadia tudo. Atravessava tudo, virava tudo num mar só. Agora, a enchente que dá, é por quando o...a praia dá o vento sul, que é setembro, a época das enchente, aí então represa e dá o vento sul, e aí represa, a água daqui não desce. Aí enche aqui, enche o valão e enche aqui, que é o lugar mais baixo que tem, mas primeiro enche pra lá, isso aí vira tudo um mar só. Tudo. Não se sabe o que que é valão, o que que é água. Mas nunca nessa altura aqui não veio, então por isso que eu...porque quando, antes de seu Miguel vender aquela casa lá, eu disse parava pra lá, tá certo que eu vou ficar presa dentro de casa, não vou poder sair, mas pelo menos eu tenho tudo dentro de casa pra fazer, porque essa água que é uma água que sobe, assim como sobe ela desce. Aí então eu fico aqui. Não tenho que sair pra longe. Né, porque robam. O ladrão não respeita enchente, o ladrão vai chegando, vai invadindo e vai levando...o que pode levar. Então eu saía nunca saía descansada, não é. Então agora eu fico aí...tô na minha casa. Já tenho fogão, esse fogãozinho eu passo pra lá, e aquele eu passo pra cá. Porque aquele estraga a lâ de vidro. Coitadinho já pegou muita enchente ali. Eu to com medo de perder meu fogão por causa da lâ de vidro. E esse aqui não, esse aqui tem pezinho...e eu passo esse aqui pra lá. Eu quero fazer uma, aumentar mais aqui ó, quero fazer mais um puxado aqui, também alto, pra fazer a cozinha aqui aí eu deixo aqui só pra quarto.

Dona Maria havia me telefonado um dia após nos encontrarmos na audiência pública ocorrida na Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger, comentando que já estava aprontando as coisas para “se mudar” de casa. Iria pra a casa de fundações mais altas que havia construído no mesmo terreno para se abrigar da enchente, onde poderia ao menos dormir e acordar “no seco”, mesmo que ficasse “ilhada” dentro de casa. Havia meses ela estava organizando essa segunda casa, de uma só peça, para que pudesse ter tudo lá dentro, caso a enchente viesse com força. Tinha ali uma cama, o armário com as coisas da filha, e até um fogãozinho de duas bocas com um pequeno bujão de gás ao lado. O telefonema de

Dona Maria, numa quarta-feira, era um indício de que a enchente estava próxima, embora nem estivesse chovendo por aqueles dias.

Desde as primeiras conversas com Dona Maria o tema da enchente sempre esteve presente, pelo meu próprio interesse de pesquisa, mas também pela forma como a enchente ordenava alguns ritmos no bairro, mais intensamente vividos pelos moradores que, como ela, fixavam suas moradias nas margens do Arroio Manecão. A “época da enchente” não era facilmente localizada no calendário, por datas ou meses, embora fosse “a visita mais certa do ano”, aquela que não falhava nunca. Dona Maria nunca se referiu a um mês específico para a ocorrência das enchentes, mas mencionava dois tipos de enchente: a do rio, quando o nível deste subia e avançava pelas ruas da praia, e a do arroio, quando o vento sul impedia que as águas deste desaguassem no Guaíba. A enchente do rio havia sido estancada desde a colocação o calçadão na orla, elevando o nível da rua. Mas a cheia do arroio seguia surpreendendo os moradores mais recentes e desavisados.

Este ano ela viera em setembro, exatos dois dias após o telefonema de Dona Maria. Era uma sexta-feira chuvosa e eu embarcava para o Lami por volta do meio dia. Meu destino era a casa de Silvana, onde pretendia conversar com Marília enquanto ajudava-a a preparar a feira de sábado. No caminho, a paisagem da janela se tornava encharcada à medida que o ônibus avançava em direção à zona sul da cidade. A água espelhava-se em frente às casas, nos campos e pastos, tornando ainda mais evidente a característica alagadiça da região. Naquela hora, o telefone tocou brevemente e desligou pela bateria fraca, pude apenas constatar a chamada de Dona Maria. Não tinha mais dúvidas: a “visita” das águas tinha finalmente chegado.

Mudei a rota e descii em frente à casa de Dona Maria. Dali já era possível avistar a velocidade das águas do arroio e a altura expressiva em que este se encontrava. Quase na altura da rua, a água beirava algumas casas que ficavam do outro lado do arroio, escondidas pelo mato. A ponte sobre o arroio,



que fazia a ligação dessas casas à Estrada do Espigão, já estava submersa. A casa de Dona Maria ainda estava no seco. Ela comentou que havia ligado para mim e para uma “amiga”

do DEMHAB para avisar da situação. Fomos até os fundos da casa, de onde podíamos ver mais de perto a altura do arroio. Dali era possível ver a casa vizinha separada pelo arroio já com uma parte embaixo d'água. Da porta da casa, com um filho no colo, a vizinha comentava aos gritos com Dona Maria o absurdo da situação. Vendo que eu estava fotografando, a vizinha e seu marido pediram que eu fosse até sua casa fazer algumas fotos da cheia.

O acesso era por uma rua paralela à Estrada do Espigão, chamada Rua Nossa Senhora das Graças. A rua havia sido aberta recentemente, e a maior parte dos moradores estava ali há menos de cinco anos. A área à esquerda do Arroio Manecão era antigamente arrendada para um camping, mas havia sido loteada em pequenos terrenos. Os novos moradores são muitas vezes pegos desprevenidos em meio à subida das águas do arroio. O desconhecimento do ritmo das águas e do ambiente do local de moradia faz com que as casas sejam construídas de forma rápida e sem muito planejamento, sem a altura necessária para se ficar “no seco”.

Em muitas casas, o arroio é tido como os “fundos” ou o “quintal” dos terrenos, sendo, portanto, uma área organizada como tal, destinada ao cultivo da horta, à criação de pequenos animais como porcos e galinhas, à localização do poço de água e da fossa séptica, ao depósito de materiais, entre outros possíveis usos para o quintal. O avanço das águas significa a desorganização¹¹⁰ desse espaço, onde as águas se misturam, deixando poço, fossa e horta submersos.

O despejo de pedaços de madeira e restos de construção nas margens do arroio, visto que ele é o “quintal” de alguns moradores, obstrui o escoamento da água em direção ao rio, fazendo com que estas subam mais rapidamente. Como moradora antiga e bastante atenta às ondulações das águas no seu “quintal”, Dona Maria insistia com os vizinhos para que estes não deixassem materiais nas margens do arroio, mas os pedaços de madeira só foram retirados quando as águas já se encontravam altas, deixando submersa uma parte da casa de um dos vizinhos.

¹¹⁰ É importante fazer referência ao clássico estudo de Mary Douglas (1976) sobre as noções de impureza e poluição, onde a autora mostra como estas noções estão ligadas à idéia de desordem, e não a uma poluição ou sujeira inerentes ao estado das coisas. A ordenação do espaço é um ato positivo que restitui a ordem ao que foi “poluído”.



Já habituada ao ritmo das águas do Lami, Dona Maria aciona diferentes “táticas” e um “saber-fazer” (CERTEAU, 1998) próprio de quem já passou por muitas enchentes. Lembro-me que no dia em que a conheci, quando ela começava a construção da segunda casa, comentou que não precisaria mais andar “com um pé em cada bacia” dentro de casa, porque teria um lugar para se abrigar. Vivendo há oito anos nas margens do arroio Manecão, Dona Maria sabe bem o que são as cheias da “praia” e do “valão”. Em uma de nossas conversas em sua casa, Dona Maria contou com saudade da época em que morava na praia. Nesse período, as enchentes eram mais freqüentes, e o ritmo das águas já atravessava o cotidiano de muitos moradores:

Dona Maria: Daquela época, sinto falta daquela época. Mas... mudou, né. As coisas mudaram, mas eu sinto saudade daquela época. Única coisa que eu não sinto saudade é das enchente. Que eu passei muita enchente lá. A gente tava dormindo quando era daqui a pouco, vinha a enxurrada d’água. Enchia tudo, e a gente tinha que levantar e sair de mochila nas costa. Se vê livre das enchente.

P: E ia pra onde?

M: Ah, saía pra rua, ia pra, pra... tinha que acordar os vizinhos, saía, acampar nos outro lugar onde que não tinha água...tinha o campo do Geraldão ali, que naquela época era o Geraldão, que alugava, tinha um barracão ali, a gente ia práli...cada um pegava o seu rumo e saía fora de casa...ou ficava de pé trepada nos lugar pra esperar...

(...) Eu sofri muito naquele tempo. Agora eu digo, às vezes eu quero me queixar, né, às vezes eu quero, eu tô pensando assim e quero me queixar sabe, que puxa, não sei o quê, parará, resmungando sozinha aí... Maaas, eu digo. Aí daqui a pouco eu penso assim: pô, eu sou mal agradecida. Graças a Deus tô na minha casa. Não, sabe o que que é, por causa da poeira, eu me queixo da poeira, me queixo que no inverno eu tenho que correr pra casa dos outros por causa das enchente que ainda continuaram ocorrendo... digo puxa, tantas vezes que sofri por causa das enchente agora tô aqui, tô na minha casa e tenho que correr por causa das enchente.

As lembranças de Dona Maria do avanço das águas do rio na praia também nos ajuda a perceber a mobilização dos moradores em torno da enchente, que acionam uma rede de solidariedade e ajuda mútua, uma “estética comunitária”¹¹¹. Embora as enchentes no Lami não cheguem a causar danos mais graves nas casas e na saúde dos moradores, é comum que nessa época os moradores que habitam lugares mais vulneráveis à subida das

¹¹¹ Michel Maffesoli, ao comentar a multiplicação dos atos benevolentes e das ações humanitárias diante da inevitável presença do trágico no cotidiano, afirma: “a aceitação daquilo que existe é acompanhada de uma preocupação em participar de sua existência, não se trata de controlar, mas de acompanhar um estado de fato de existência para, eventualmente, conduzir essa existência a tirar melhor proveito de si mesma” (MAFFESOLI, 2006:276).

águas fiquem temporariamente desabrigados, sendo acolhidos por aqueles que estão “no seco”.

A época das enchentes na praia, relatada por Dona Maria, é anterior aos últimos aterros e à construção do calçadão. A enchente figura entre os eventos do Lami que constroem uma sazonalidade rítmica ao ambiente. Deste tempo, Seu Gaiola traz lembranças mais antigas:

Seu Gaiola - Quer ver uma coisa, antes do calçadão, quarqué cheia que dava, se andava de barco nas rua...né, os caiquinho...eu mesmo em sessenta e...e dois, 1962, não tinha reserva, tinha os morador lá, onde tá o... hoje é a casa da reserva ali né, já foi lá né? Aí tinha os morador, era um vilarejo ali, eles tinham um caiquinho lá, era dos...Barrero, até eram parente da minha primeira esposa, eles tinham um caiquinho lá, quando dava a internada, que enchia, ali naquela figueira em frente à reserva, ali eu passei com água acima do joelho. No ocalipto onde tem uma... hoje tem uma tipo duma creche ali, ali a água dava quase nos peito... que lá é o... chapadão do banhado, né. Eles saiam de caíco ali deixavam lá na curva o caquinho pra poder pegar o ônibus. Quando dava cheia, tu vê... uma história, né... verídica, hoje não tem mais!

P: E porque não tem mais?

G: Ah, porque começaram, a aterrar muito, né, muito aterro e... e a praia foi, foi sumindo, foi sumindo, né... isso aqui já foi praia, tudo isso aqui já foi praia. Não é do meu tempo, mas quando eu cheguei aqui em 1950, os véio que tinham aqui, moravam lá naquele mato lá. Aqui era praia. (...) Ali no fim da linha ali tinha o paiol, uma casa antiga, era depósito de farinha de mandioca na época, né. O navio ficava lá no canal, as lancha vinham e carregavam. Tinha um trapiche ali, existia o trapiche. Muita gente mais nova, de 30 ano pra cá não conheceu. O trapiche. Então tinha o trapiche pro embarque, né. Eeee... então, quando quarqué uma cheia eles carregavam de, de canoa, onde é rua hoje era rio. Tu vê que o troço muda, né, bastante.

(...)

Arguns quantos anos que não dá mais enchente pra nós, aqui não. A água...depois que fizeram o carçadão, dois ano atrás é que a água beirou o carçadão aí. Só mal e mal.

Aqui o pátio ficou cheio d'água, eu até nem...eu não tava aqui mas...essa casa aí entrou água, entrou meio metro de água dentro de casa. Depois não veio mais.

Depois da construção do calçadão, que “segura” a água que avança em direção à rua com o vento sul, a enchente passou a afetar mais diretamente os moradores das margens e proximidades do Arroio Manecão. A característica alagadiça do ambiente onde se insere o Lami faz com que na época das cheias a paisagem dos campos de criação de gado e búfalos, onde não foi aterrado, fique completamente alagada. A Estrada do Espigão costuma ficar submersa em alguns trechos próximos a essas áreas.



Ainda que as narrativas sobre a enchente sejam freqüentes na fala dos moradores antigos, a maior parte das casas do Lami não possui nenhum tipo de proteção, erguida sob palafitas ou em fundações mais altas. Ao contrário, as casas são protegidas apenas pelos aterros necessários para a construção em uma região de “terras baixas” como o Lami. Embora as águas subam todos os anos, não permanecem por muito tempo. São períodos curtos em que o rio e os arroios “enchem” e as ruas ficam alagadas. A diminuição do impacto das enchentes nos últimos anos também faz com que os novos moradores não levem em conta a sazonalidade das águas na construção das casas.



Por outro lado, o relato de Seu Alcy Bernardes nos mostra a preocupação das camadas altas com a enchente. Seu Alcy residia no Lami na época em que boa parte da cidade de Porto Alegre se viu submersa na “enchente de 41”, um acontecimento que ganhou a proporção de uma calamidade como a “maior enchente de Porto Alegre”.

Alcy: Eu me recordo, na enchente de 41, veio água até aqui onde nós estamos. Decerto uns dois palmos de água. Depois disso, eu acho que pouquíssimas vezes a água passou, passou o cômodo ali. Teve épocas, 70 e poucos, teve que passou. Mas ela não chegou a vim aqui. Ela chegou, correu por cima do cômodo assim, durante uma hora, duas horas, depois ela foi pro normal, né. (...)

E na casa, a casa do meu avô, antes de 39, essa casa traz ali 1939, mas ela foi feita principalmente devido as enchentes, que as enchentes de primeiro a água vinha muito do rio pra cá, e ele então, fez uma verdadeira fortaleza sobre pilares de um metro e meio, mais ou menos de altura, aqueles pilares ali, e construiu aquela casa, justamente eu acho que ela começou, traz o plano ali 1939, mas eu acho que ela terminou em 40 ou 41, foi após a enchente. Ou durante a enchente. Andava de caíque, de lancha, na enchente andava por tudo por aí, andava de caíque e lancha.

P: Ficou bastante tempo ...

A: É, eu acho que durou mais ou menos a mesma coisa que lá no centro, ficou eu acho que um mês mais ou menos com aquela água. É que a água veio daqui foi até o outro mato ali. Era muita água, barbaridade!

A casa referida por Seu Alcy pertencia a seu avô “Lulu” Bernardes, uma figura histórica e empreendedora no Lami, um homem de posses e na época proprietário de grande parte dos terrenos da região. O tempo de construção da casa nos dá uma idéia do planejamento e da forma elaborada na qual foi construída, diferente da maior parte das moradias no Lami. Hoje em dia o “casarão”, como é conhecido pelos moradores, é alugado para um restaurante e bar com o mesmo nome, e é um marco na paisagem do Lami.

A falta de proteção na maior parte das casas do Lami fala um pouco da história da ocupação do bairro. Há cerca de cinquenta anos, a região da praia era escassamente povoada, possuindo algumas casas de veraneio e cabanas de pescadores, tendo sido ao longo das décadas um lugar mais freqüentado no verão, época dos veraneios, do que no inverno, época das cheias.

Havia regiões onde era mais comum a água subir, como o beco do pontal descrito na fala de Seu Gaiola, onde se andava de “caiquinho”. As lembranças das enchentes remontam também um “tempo dos antigos”, onde “os véio” que habitavam o Lami construíam suas casas “lá no mato”, com uma relativa distância da praia. Nos relatos que os

informantes contam de um tempo que sequer viveram e que lhes foi contado por outros “mais antigos”, o rio ocupava os espaços onde hoje estão o calçadão, as casas, e mesmo a rua principal do Lami, Otaviano José Pinto. Dodô, ao falar deste tempo antigo das enchentes, lembra que a água ia até onde hoje é a Estação de Tratamento de Esgoto, na Estrada do Espigão. A lembrança é de um tempo que ele não viveu, mas deduzido pelo relato dos antigos.

4.5 Morar no mato ou na praia

A cheia dos arroios também está associada à fartura dos pequenos pescadores, os que não são “embarcados” e pescam de vara nas beiradas do arroio, especialmente nas barragens próximas à Estrada do Espigão. É a chance de conseguir alguns peixes pequenos para uma “fritada” em um almoço diferente, além de ser um espaço de sociabilidade masculina, onde crianças, jovens e adultos se reúnem.

Conversando com Ana, vizinha de Dona Maria, pude perceber a ambigüidade do significado de se morar próximo ao arroio. Depois de relatar as dificuldades em residir ali, principalmente pela enchente, ela situou os benefícios de, no verão, morar à beira de um arroio onde havia muitas árvores para se refrescar em uma sombra, atraindo parentes e amigos que “fugiam” do forte calor de Porto Alegre. Além disso, a área onde vive sua família e Dona Maria, próximo à Estrada do Espigão, é um ponto privilegiado no verão, onde estacionam diversos carros e ônibus de turismo. Ana comentou que depois da cheia seu marido construiria uma estrutura de madeira sobre o arroio para montarem uma barraquinha de frutas e sucos. Assim como o de muitos moradores do Lami, o trabalho de Ana acontecia principalmente no verão, na alta temporada.

Neste ritmo cotidiano impresso pelos moradores, podemos observar o que Michel de Certeau (1994) define como “práticas cotidianas”, enquanto táticas acionadas pelos grupos populares no sentido de subverterem a condição em que vivem, expressando uma habilidade em tirar proveito das situações que se apresentam. Morar no Lami na beira do arroio pode ser olhado na perspectiva da distância, periferia ou falta de saneamento e infraestrutura, mas também de uma relativa liberdade de uso do espaço. É ainda morar no “mato” e na “praia” de Porto Alegre.

A área situada no entorno do Arroio Manecão abriga cerca de 40 famílias¹¹² e é um dos espaços do bairro mais problemáticos do Lami no confronto com a gestão pública. A maior parte das moradias ali estabelecidas não possui acesso à rede de esgoto, despejando o esgoto residencial diretamente no arroio ou em fossas negras bastante próximas à margem. O arroio desemboca no lago em uma das áreas da praia mais procuradas pelos veranistas no verão, ampliando também a contaminação do próprio Guaíba. Em 1998 foi definida a prioridade de recursos no Orçamento Participativo¹¹³ para o reassentamento destas famílias para uma área nas proximidades do “Cica”, um supermercado localizado na Rua Otaviano José Pinto, entre a praia e a Estrada do Varejão. No entanto, há cerca de dois anos a área foi ocupada por um grupo de famílias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), deixando os moradores do Manecão à espera de uma definição. Alguns moradores, como Dona Maria, ainda esperam pela remoção da área para um lugar “melhor” no próprio bairro, embora o “ponto” de moradia no arroio seja bastante central. Esta sobreposição de populações em busca de moradia constitui no Lami um fluxo cada vez mais intenso e constante de “chegadas” de novos moradores, que disputam territórios em uma área progressivamente ocupada.

Neste fluxo, boa parte das moradias do bairro vão se fixando em espaços considerados “à margem” por apresentarem um estatuto “irregular” na cidade. Além das habitações nas margens do Arroio Manecão e da área ocupada pelo MNLN, existe no Lami um grande número de moradias que não têm acesso à infra-estrutura básica nem a escritura do terreno, situadas na praia, nos loteamentos Jardim Floresta e Sapolândia e em outras regiões do bairro¹¹⁴. Assim como os moradores do MNLN, diversos outros grupos populares se deslocam em direção ao bairro para fixarem moradia, em busca de opções economicamente viáveis para se residir em uma metrópole. As áreas recentemente ocupadas no bairro não possuem, em sua maior parte, abastecimento de água e esgoto, o que possibilita a compra de terrenos mais baratos e o acesso a uma parte da infra-estrutura

¹¹² Dados relativos a 2002, segundo levantamento realizado para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Biológica do Lami (PRINTES, 2002).

¹¹³ O Orçamento Participativo é um programa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre organizado em Assembléias Regionais e Temáticas, onde a população representada por delegados nestas instâncias pode decidir a aplicação dos recursos em obras e serviços a serem executados pela administração municipal.

¹¹⁴ Segundo dados da Secretaria de Planejamento Municipal (PORTO ALEGRE, 1995), o Lami apresenta um alto índice de ocupações “irregulares”, seja em áreas impróprias (terrenos alagadiços, nascentes e margens de arroios), seja pela falta ou inexistência de serviços de infra-estruturas, seja pela inadequação dos lotes aos padrões estabelecidos pelo município.

do Lami, como transporte, saúde, segurança, e uma certa urbanidade em pequena escala, onde as redes de vizinhança e solidariedade se intensificam e são fundamentais para a vinda de novos moradores.

Ao se trabalhar com a noção de “irregularidade” nas habitações, é importante investigar o contexto no qual este termo é utilizado e suas motivações políticas. Maria Helena Sant’Ana, em um trabalho sobre o processo de remoção dos moradores da “Vila Cai-Cai” para o “Loteamento Cavalhada”, em Porto Alegre (1996), mostra como a noção de “vila irregular” se associa a valores morais na visão sobre as classes populares denotando falta e carência. Esse termo, cunhado em saberes técnicos, apresenta uma formulação negativa que descreve uma série de faltas técnicas e legais nas “populações de baixa renda”. Segundo a autora, há um paradigma “físico-ecológico” que associa as “vilas irregulares” à desordem do crescimento urbano, o que conduz ao ideal de um tempo progressista pela “higienização da cidade”, na remoção de populações na beira de arroios e rios. Neste sentido, é importante pensar em que medida conceitos sócio-ambientais como “precariedade” e “insalubridade” das habitações falam de políticas de um espaço urbano segmentado¹¹⁵ em que populações de baixa renda se rendem a estratégias diversas como um conjunto de práticas de moradia, que não se referem apenas a uma situação de “pobreza” ou “marginalidade”.

Pela lógica do cotidiano destes moradores, vemos que a “desordem” aparente que é atribuída aos grupos populares na ocupação dos espaços urbanos se estabelece a partir de uma ordenação lógica. A escolha do lugar onde se “fixa” a moradia, leva em conta desde a localização das redes de relações sociais no bairro até o aproveitamento dos recursos naturais e sociais que o lugar dispõe. O terreno onde Dona Maria vive, embora pequeno e limitado pelo arroio de um lado e pela estrada de outro, fica em uma área bastante central no Lami, sendo próximo à parada de ônibus, à praia, ao “mercado dos gordo” onde vende suas rapaduras, e principalmente, próximo à uma rede de vizinhança cuja presença é fundamental para que ela possa morar sozinha.

A condição de “irregularidade” destes moradores pode ser olhada na perspectiva das “táticas” (CERTEAU, 1994) de uso do espaço urbano, segundo as quais estar parcialmente

¹¹⁵ Faço referência ao trabalho de Teresa Caldeira (2000), que ao discutir a “fala do crime” e a segregação espacial em São Paulo, aponta que as práticas de segregação do espaço são reforçadas pelo discurso da violência e do medo no contexto das grandes cidades, que legitimam a exclusão social de certas populações.

de fora do controle das instituições do Estado é também uma vantagem. Para Michel de Certeau (1994), as engenhosidades desenvolvidas pelo fraco para tirar partido do forte refletem a astúcia para lidar com a situação de marginalidade em relação ao acesso aos meios de informação, aos bens financeiros e às “seguranças” dos fortes. São estratégias de “fazer com”, de “jogar/desfazer o jogo do outro”, naquilo que Certeau chama a “trampolinagem” característica da cultura popular, palavra que mistura a acrobacia do saltimbanco e a arte do trampolim, com a trapaçaria, a esperteza ao se driblar as regras dos contratos sociais. As táticas “populares” desviam a ordem das coisas para fins próprios justamente no coração desta ordem, em meio à “megalópole eletrotécnicizada e informatizada” (CERTEAU, 1994:52).

Mesmo assim, a condição “irregular” de moradia acarreta uma constante insegurança quanto à permanência ou não no lugar. No dia da enchente, Ana, a vizinha de Dona Maria comentou apreensiva que os antigos proprietários dos terrenos onde ela e outros vizinhos moravam, havia passado por ali fazendo a medição da área, e indagava-se junto a Dona Maria o que estaria por vir. A área onde Ana e outros vizinhos residiam, entre o arroio e o campo de futebol, havia sido loteada há cerca de cinco anos, em pequenos terrenos vendidos sem escritura e sem infra-estrutura de luz, água e esgoto. Ana e o marido compraram o terreno e a casa onde moram de uma amiga que havia comprado dos “gêmeos”, filhos de Alcy Bernardes. Anteriormente, a área era alugada a um camping, por isso o terreno de Ana possuía infra-estrutura de água e luz, com poço cavado para captação de água e a fossa negra.

Mesmo com a compra do terreno, a situação de vulnerabilidade destas populações permanece. A angústia de Ana deixa entrever um cotidiano que precisa ser continuamente construído de forma a enraizar-se no território, onde o devir próximo é sempre incerto e sujeito a flutuações da ordem de uma natureza e seus ritmos sazonais, de uma política empenhada em “regularizar” as populações “irregulares”, e mesmo da especulação imobiliária que vem muito lentamente alterando o perfil “popular” do Lami e atraindo camadas médias e altas da cidade. É preciso estar sempre alerta para tirar proveito das armadilhas do tempo. Seguir o tempo cíclico e sazonal de um território onde o verão é a época das oportunidades, o inverno da calma e da escassez de “bicos”, a primavera das cheias e inundações, e o outono, da suave retomada das rotinas do bairro após o fervilhar do

verão. Assim como as ditas populações tradicionais¹¹⁶, os habitantes do Lami vivem segundo os ritmos naturais e sociais que dinamizam este território. No entanto, à diferença dessas populações, os ritmos que conformam o Lami inserem seus moradores na complexidade do viver urbano.

¹¹⁶ Antonio Carlos Diegues (1994) faz referência às populações tradicionais como aquelas que habitam florestas, rios e mares como ribeirinhos, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais, como populações não-industriais, ainda distantes do espaço citadino.

CAPÍTULO 5

“VAMO FALÁ DO NOSSO LAMI”: RITMOS DOS TEMPOS

ESCUTAR FAIXA 7: “VAMO FALÁ DO NOSSO LAMI”

O “nosso Lami”, tão mencionado na fala desses moradores antigos que “criaram raízes” no bairro, já não é mais o mesmo. As rupturas que a passagem do tempo imprime no cotidiano dos moradores mais velhos, como Seu Gaiola, são acomodadas de forma ambígua e mesmo com dificuldade para assimilar as mudanças advindas de uma “modernização” que provoca novas complexidades, percebidas enquanto “tempos de crise”.

Nesse contexto, as referências antigas do bairro precisam ser reordenadas, rearticuladas frente às mudanças dos novos tempos, que surgem como adversas e “fora de lugar” em relação à um tempo que é hoje situado em suas lembranças como “ordenado”. O calçadão, os “marginais”, o esgoto, a escassez do peixe e a construção dos loteamentos são as principais conseqüências deste “progresso”, que trouxe também aspectos desejados como a luz elétrica, o asfaltamento das ruas, o incremento no sistema de transportes e o saneamento à boa parte dessa população. Um “progresso” que traz consigo contradições, instaurando um conjunto de transformações sócio-culturais que por sua vez geram conflito e tensão social.

Em um contexto mais amplo, trata-se de deslocamentos de sentido sobrevividos no ethos do grupo pela dinâmica das transformações sistêmicas da aceleração do tempo como mostra o sociólogo Anthony Giddens (1991) ao analisar as conseqüências da modernidade como constitutivas de princípios de risco, pela desconfiança e insegurança. Para Giddens, a experiência global da modernidade vincula-se à entrada das instituições modernas na esfera da vida cotidiana, envolvendo múltiplas mudanças e adaptações frente aos novos contextos sociais¹¹⁷. Na modernidade, somos desalojados do ambiente protetor da pequena

¹¹⁷ Segundo o autor, as transformações envolvidas na modernidade atingem dois distintos planos: “sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana” (GIDDENS, 1991:14). Tratando o tema do “desencaixe” dos sistemas sociais, Giddens

comunidade e chamados a participar de um tempo do mundo, que ultrapassa os limites da localidade. Por outro lado, autores como Maffesoli, concordando tratar-se de uma nova rodada nas relações espaço-tempo, chamam a atenção para os “intensos investimentos pessoais e interpessoais que se exprimem no trágico cotidiano” (MAFFESOLI, 1998:175), onde a ênfase é colocada no que é próximo e afetual, como buscamos mostrar descrevendo as referenciais redes de sociabilidade e solidariedade entre os moradores do Lami.

O atravessamento das instituições nas esferas do cotidiano não acontece apenas enquanto “impacto”: estas novas situações são também “aproveitadas” como “táticas” capazes de tirar proveito da ordem estabelecida (CERTEAU, 1994). Nesse contexto de “crise”, percebemos na fala dos moradores o cruzamento das esferas locais e globais, onde problemas como a escassez de peixe são vinculados a temáticas universais como a “poluição”, ultrapassando a problemática local para a dimensão de um “bem comum” a ser preservado. Nesse caso, vemos a outra face da moeda dessa penetração institucional na vida cotidiana: a questão ambiental passa também a ser utilizada no repertório dos interesses e reivindicações de diferentes grupos (LOPES, 2004). A questão ambiental, enquanto um novo espaço de discussão para antigos conflitos sociais, passa a incorporar uma série de eventos percebidos por esses moradores em suas vidas cotidianas, a partir de problemáticas concretas como a precariedade e mesmo falta de estruturas de saneamento e a contaminação das águas.

Em uma conversa no início do trabalho de campo, Dodô comentava que o loteamento que existe há cerca de 15 anos na beira da praia foi feito em um ambiente de banhado que servia como “filtro” do esgoto oriundo das habitações “de cima”, antes que a água chegasse ao Rio Guaíba. Para Dodô, aquele era um “loteamento criminoso” porque instalado em um local impróprio, na medida em que adensava um espaço que deveria servir justamente de suporte (“filtro”) para a manutenção das ocupações já existentes no bairro.

Assim como esse loteamento, boa parte da região do Lami apresenta terrenos bastante alagadiços e que necessitam de aterro e sistemas de drenagem para tornarem-se habitáveis. O aterramento da cidade como um todo, desde o século XIX, remete à sua própria constituição enquanto uma metrópole, capaz de abrigar uma extensa variedade de

aponta para o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991:29).

ocupação humana. Falamos de um ambiente que é “domesticado” pelo homem, cujo espaço e tempo são humanizados, tornando possível a habitação de ambientes “selvagens”, e sua conseqüente organização em um sistema simbólico (LEROI-GOURHAN, 1975).

Apesar de muitos dos terrenos ainda inabitados no Lami já terem sido extensamente utilizados para fins agrícolas ou de criação de animais, tendo seus ambientes transformados ao longo de muitos anos, o movimento de ocupação humana desses espaços para fins de habitação é relativamente recente. A ocupação humana anda a ritmos mais velozes do que o estabelecimento de infra-estrutura de saneamento, e “escapa” às normatizações do poder público que determinam a viabilidade das habitações segundo os padrões de “regularidade”.

De fato, não são poucas as casas que possuem a fossa negra, para onde se dirigem os dejetos, a poucos metros do poço de captação de água, que pelas condições da maior parte da população é geralmente um poço superficial e não artesiano, pelo alto custo desse último. O sistema que utiliza fossa e poço é bastante comum em habitações rurais, onde é possível manter uma considerável distância entre um e outro. No caso do Lami, pela estreiteza dos terrenos e proximidade da vizinhança, esse sistema pode resultar em altos índices da contaminação da água, como mostra o relatório elaborado pela Secretaria do Planejamento Municipal (PORTO ALEGRE, 1995).

O aumento da população no bairro, neste sentido, entrelaça diferentes aspectos no que poderíamos chamar de impacto sócio-ambiental, na medida em que aciona esferas, distintas, tanto relacionadas ao esgotamento dos recursos naturais como ao desgaste de uma organização social no Lami que até então mantinha-se orientada para um bairro de pequeno porte. Essas mudanças são especialmente percebidas pelos moradores mais antigos, que trazem em suas lembranças os sucessivos arranjos sociais e espaciais ao longo do tempo. Dodô, por exemplo, fez a seguinte reflexão acerca do partilhamento dos terrenos no Lami nos últimos anos, que ocasionou, entre outras coisas, a transformação na paisagem do bairro com a vinda dos loteamentos:

Dodô: É que no Lami, essas área aqui tão vencendo... fazer os clandestino, né. Aí tá o aumento da coisa. Ah.. .aí já mudou. Isso aí chama-se... Aqui tem um, o Jardim Floresta, isso aí era de um tio nosso, casado com a irmã da minha mãe. Ele vendeu pra uma turma aí fizeram loteamento, né. É triste até de ver aquilo ali assim e saber que, que... ele criou uma família em cima, trabalhou, teve olaria, tiveram chácaras, plantavam mandioca, plantavam... aí depois acabaram no mercado... aí venderam...pra fazer um loteamento. (...). Hoje, dá tristeza.

(...) O mal, o maior mal que veio aqui pro nosso lugar foi o Avipal. Isso aí já foi condenado, já disse uma vez, e.... Acontece que o Avipal, quando se instalou aqui, ele trouxe gente de Paraná, Santa Catarina, trouxe...ele inçou o nosso lugar aqui. Então o cara tava aí no Avipal, trabalhou quatro, cinco anos, não se deu mal, recebeu indenização do Avipal, abriu, tinha este loteamento aqui, comprou. Cortaram os terreno, né mil e quinhentos. Ele recebeu três, comprou um terreno. Tá? Agora aqueles mil e quinhentos dele foram se terminando. Sabe o que que ele fez no terreno dele? Ele fez isso ó (desenha na mesa pequenos retângulos), aí ele fez, 3, 4 terrenos, picou e vendeu, e aí e agora? Hã? Como é que tá os terreno? Era um, daqui a pouco já tem 3, tem um que comprou um ali já virou em 5.

P: Uma casinha do lado da outra?

Dodô: Ah...

Vera: Tirinhas

Dodô: Tirinhas, minha filha, é... aí é que tu vai examinar, aí é que tá o descontrole, esse descontrole, essa habitação desordenada, isso aí chama-se habitação...

O “descontrole” mencionado por Dodô, que traz essa “habitação desordenada” ao Lami, refere-se a um estilo de vida e de habitação que não é típico das áreas rurais, mas dos centros urbanos e de suas “periferias”. Os loteamentos no Lami se caracterizam por um uso intensivo da terra para moradia, e a maior parte de seus moradores mantém um estilo de vida citadino, como trabalhadores de indústrias, pequenos comércios, casas de família ou mesmo em propriedades rurais de maior porte.

Ao questionar a importância de se ter luz e asfalto para os agricultores, Dodô dizia que provavelmente era o único a não querer iluminação na rua. Lembrei das histórias de lobisomem contadas por ele, e que só eram possíveis nessa ambiência escura e misteriosa que antecedeu a chegada da luz elétrica no Lami. Falando das desvantagens de se ter iluminação pública nas ruas do Lami, Dodô se referia ao bairro enquanto um espaço de agricultura. Para os agricultores, que se recolhem cedo da noite e trabalham segundo os ritmos da natureza talvez a iluminação das ruas seja mesmo desnecessária. Mas a configuração do Lami já não é a mesma, os terrenos foram partilhados em “tirinhas” e o perfil dos moradores também mudou. Perguntei a ele se o Lami ainda era um lugar onde prevaleciam os agricultores. “Ah... pois é, aí é que tá”, ele respondeu. De fato, a maior parte dos moradores do Lami são trabalhadores urbanos, que embora tenham optado por viver a uma certa distância dos aglomerados que caracterizam os centros das grandes cidades, participam de uma urbanidade em pequena escala, buscando o acesso à boa parte dos serviços de infra-estrutura e comunicação disponíveis aos citadinos.

A chegada do “progresso” no Lami não agrada a todos. A divergência dessas classes de moradores, de origens e ocupações diversas, revela a tensão social desencadeada pela diferença no processo de urbanização desses espaços, onde não se pode falar de uma “luta comum” em favor do Lami. Se agricultores como Dodô mostram não precisar da chamada “infra-estrutura”, porque há muito tempo trabalham na terra e aprenderam a “fazer por si” em uma época em que mal havia estradas conectando o Lami ao resto da cidade, existem outros tantos moradores como Marília, que lutam junto ao poder público municipal pelos “direitos” de acesso à água tratada, à instalação de redes de luz e esgoto, melhoria dos transportes, etc.

É neste sentido que os novos tempos que chegam ao Lami são também “tempos desejados” (ECKERT, 1993), que não irrompem repentinamente no cotidiano dos moradores, mas são lentamente construídos. Sobre a chegada da “cidade” ao Lami, e tudo o que representa o modo de vida citadino, Dodô faz a seguinte reflexão:

D: De uns dez ano pra cá começaram com esta história de que a cidade vai chegar no Lami, e coisa e tal...(…) Agora, tem que se perguntar: é a cidade que tá chegando ao Lami ou é a gente que tá chamando a cidade?

Esta mesma mudança, que se observa no quadro dos moradores do Lami nos últimos anos, é vivida por Dodô no âmbito da família e nos conflitos geracionais que daí decorrem. Os “tempos de crise” vinculam-se também às rupturas em uma tradição familiar de propriedade e trabalho na terra, gerando o partilhamento do solo e a desagregação da família enquanto unidade produtiva. “O que a gente mais discute lá em casa é isso aí”, comenta Dodô, referindo-se à opção dos filhos pelo trabalho na “cidade”, em desacordo com a sua própria escolha quando era jovem, quando se defrontou com a possibilidade de viver e trabalhar na “cidade”, mas optou pelo trabalho com o pai na produção agrícola.

Sua escolha, a de seus irmãos, e agora de seus filhos estão circunscritas ao que Gilberto Velho (1994) denominou “campo de possibilidades”, onde o ato e a possibilidade de escolha dos indivíduos, em oposição à determinação do grupo, são o ponto de partida para a formulação de um projeto individual. Os projetos, ainda que reconhecidos como individuais, são construídos a partir de experiências sócio-culturais, elaborados a partir de um recorte circunscrito histórica e culturalmente. Falar de projeto individual no contexto de

sociedades complexas requer a consciência da interpenetração de diferentes mundos e a fluidez das fronteiras culturais. Por outro lado, ao pesquisarmos comunidades rurais no interior destas sociedades complexas, vemos que o peso do projeto familiar se coloca como uma questão de sobrevivência da própria estrutura familiar como modo de produção. O afrouxamento desta estrutura, quando parte dos filhos podem fazer outras escolhas, se liberando do projeto familiar de continuidade ocupacional, implica também um enfraquecimento e uma mudança significativa da estrutura familiar, percebida a cada geração. As escolhas dos filhos também delineiam e definem os contornos desses “novos tempos” no Lami. As rupturas com o estilo de vida dos antigos podem implicar na saída desses jovens do bairro, em busca de novas oportunidades, ou no desenvolvimento de práticas distintas das dos pais.

Se a continuidade das práticas desses antigos moradores do Lami não é por completo assegurada pelos seus descendentes, eles seguem “ensinando” os mais jovens que buscam em suas experiências a base do início de um ofício como pescadores e agricultores, ou nas “táticas” e “maneiras de fazer” cotidianas que inspiram e imprimem sua história nas formas de habitar e viver o Lami. As “práticas cotidianas” desses habitantes da cidade, que reinventam o cotidiano em suas mil formas de aproveitá-lo, são, de fato, o que assegura a fértil vida social no bairro, onde o esforço pela continuidade de suas formas se torna um desafio de persistência no tempo diante das visíveis transformações. Esse esforço pode ser percebido nas muitas “bricolagens” que constituem as “práticas cotidianas” dos habitantes do Lami, como a história das “casas de Dona Maria”, que relataremos a seguir.

5.1 As casas de Dona Maria

Conheci Dona Maria já com sua casa “em obras”, e durante todo o trabalho de campo me surpreendi com novas construções sendo erguidas, peças sendo “ajeitadas”, pintadas, mudadas de lugar, em um incrível aproveitamento do espaço estreito onde habitava. Estreito apenas por fora: do lado de dentro, cada peça era um mundo. Pequenas como a própria Dona Maria, mas contendo infindáveis pertences, recordações, fotografias, cadernos, todos cuidadosamente organizados nos armários.

Quando voltei a lhe procurar depois dessa primeira visita, a segunda casa já estava erguida. Dona Maria ajeitava o espaço por dentro, arrumando os armários e colocando os

móveis no lugar. A idéia dela era fazer desta pequena peça um lugar para se abrigar das enchentes, para receber os amigos e parentes, e quem sabe, alugar para alguém que precisasse. Reclamando do trabalho mal feito do pedreiro, Dona Maria examinava cuidadosamente a nova casa, descobrindo frestas e pregos à mostra. “Não sabia trabalhar”, dizia a respeito do pedreiro. A casa era uma “bricolagem” de tábuas coloridas velhas e novas, restos de construção, pedaços de janelas, que ela provavelmente havia ganhado. Uma semana depois desta visita retornei a sua casa para almoçarmos juntas e continuarmos nossas conversas. A casa já havia sido pintada, e Dona Maria já havia arranjado outro rapaz para lhe fazer o serviço.

Segui visitando-a sistematicamente, a cada duas ou três semanas. A cada visita, notava uma diferença no espaço em que habitava, fosse a pintura ou o rearranjo dos móveis, o portão que mudava de lugar. No dia do seu aniversário, em junho, fui até sua casa para um churrasco com os amigos. Para este dia, ela havia feito uma varanda que ligava as duas casas, facilitando a passagem nos dias de chuva.

Algumas semanas depois, encontrei uma pequena peça construída de madeira entre as duas casas, no espaço da varanda. Na peça, Dona Maria fazia mais uma cozinha, e no verão, alugaria para quem quisesse “ganhar um dinheirinho” vendendo salgados. A peça tinha uma portinhola e uma bancada para expor os produtos, e mesmo sendo muito pequena, tinha espaço suficiente para uma pia e um fogão. O terreno de Dona Maria fica num ponto privilegiado no verão, porque é muito próxima à parada de ônibus, além de ser em frente à Estrada do Espigão, onde muitos carros costumam estacionar. O inverno é a época de planejar os ganhos no verão.

As permanentes construção e reconstrução do espaço se inserem na lógica das “táticas populares” mencionadas por Michel de Certeau (1994). A incerteza do tempo em que Dona Maria permanecerá no terreno não impede sua “arte” do aproveitamento máximo deste lugar. Uma arte “ordinária” que é também uma prática do “desvio” ou da “dissimulação” econômica, representando uma outra ordem, que em sua lógica “desorganizada”, aciona mil formas de “trapacear” a ordem estabelecida, avisando “o retorno de uma ética sócio-política a um sistema econômico” (CERTEAU, 1994:89). Na época das reuniões da RBLJL, enquanto caminhávamos juntas pela rua Otaviano José Pinto, em direção à reunião, encontramos um amontoado de táboas de madeira no caminho,

e chamou-me atenção o tempo que Dona Maria dispôs em frente a elas, pensando e especulando de onde teriam vindo aquelas táboas. Esta circulação do que não serve mais para uns, mas é aproveitado por outros, é descrita por Certeau no exemplo da “sucata”, que reintroduz na ordem vigente as “táticas” populares de outros espaços.





Na última ida a campo, no final de 2006, fui à casa de Dona Maria e perguntei se ela já tinha alugado a “pecinha” que havia construído entre as duas casas. Havia mudado de idéia. Faria ali uma lavanderia, colocando o tanque ali dentro. Sua filha Inês, que viera visitá-la, comentou que na idade da mãe era complicado alugar um espaço dentro de casa para alguém estranho, porque “assim como vem coisa boa, também vem coisa ruim”. Agora que a vida de Dona Maria estava mais tranqüila, o melhor era não arriscar. Mesmo com a idade avançada e o cansaço, Dona Maria não cessava de construir, ajeitar, “melhorar” a casa conforme as mudanças no ambiente, conforme a intensidade de seu enraizamento, conforme seus planos para o futuro próximo.

Neste dia, Dona Maria me mostrou a pequena murada de tijolos junto ao chão que havia feito depois de seu aniversário, dia em que uma forte chuva caiu sobre o Lami. “É para segurar a água”, disse rindo, enquanto observava a murada que havia sido construída “com os tijolos da churrasqueira”.

5.3 Novamente, o tempo dos veraneios: o retorno cíclico do verão

Sexta-feira, 28 de dezembro de 2006. Voltei ao Lami depois de dois meses para encontrar Seu Gaiola, Dona Teresa e Dona Maria, antes que o ano terminasse. Havia comprado uma pequena lembrança de Natal para cada um deles e tinha também algumas fotos para entregar.

Fui primeiro à casa de Dona Maria, com quem já havia combinado pelo telefone um de nossos “almoços”. Inês, sua filha que mora em Florianópolis, estava passando uns tempos com ela, e finalmente poderia conhecê-la. Ouvia falar de Inês desde a primeira vez em que fui à casa de Dona Maria, dia em que ela carinhosamente arrumava as coisas para quando a sua “negrinha” viesse. Inês viera para passar o mês de dezembro e as festas de final de ano com Dona Maria, e estava em busca de um novo emprego por aqui. Já tinha os filhos crescidos em Florianópolis, por isso poderia ficar um bom tempo no Lami, junto da mãe.



A trajetória de Inês é o que ela própria chama de “saga”. Com cerca de 18 anos, saiu de uma chácara em Itapuã onde morava com a mãe e o padrasto. Ela queria ir para Porto Alegre. Morou alguns anos no centro, em um pensionato na Riachuelo e dividindo apartamento com amigas na rua Espírito Santo. Trabalhou como caixa na livraria do Globo e por freqüentar seguidamente no Mercado Público, conseguiu trabalho no Café Primor e em uma lancheria que acabou assumindo quando o dono resolveu abandonar o negócio e entrar para a carreira artística. Casou-se e depois de um curto período morando em Porto Alegre, foi para Charqueadas onde abriu uma churrascaria em sociedade. Dali seguiu para Guaíba, Canoas e depois de alguns anos voltou à zona sul da cidade, alugando uma casa no Beco do Cego. Lembrando do período em que trabalhou na Avipal, Inês me relata: “A gente fazia as refeições num tipo dum banheiro, todas aquelas mulheres ali, sentadinhas comendo, eu achava aquilo humilhante”. Dali começou a trabalhar como vendedora domiciliar de uma fábrica de bebidas lácteas, no início Beco do Cego e depois no Menino Deus. Foi neste bairro que conheceu uma psicóloga, cliente sua, que lhe ofereceu o trabalho de vendas na Zero Hora. Topou quando soube que poderia pedir transferência para Florianópolis, onde morava seu marido, depois de um ano. Foi então que começou a trabalhar com o que trabalha até hoje, vendas de assinaturas, de listas telefônicas, e telemarketing.

Do pátio de Dona Maria, avistei da outra margem do arroio sua vizinha e o marido junto a um monte de espigas de milho. Cumprimentei-a e perguntei se iriam fazer a tal banca de frutas e sucos sobre o arroio, como havia comentado da última vez que os encontrei, no dia da enchente. Ela disse que não, haviam decidido vender milho na praia. Enquanto ela separava as espigas compradas, seu marido dava os últimos retoques de pintura no carrinho.

Da casa de Dona Maria, segui pela praia do Lami. Era por volta de 14:30 da tarde. O sol forte e quente tornava as sombras disputadas. Era uma sexta feira, e o movimento já começava a aumentar. Mais carros passando na rua, diversas redes estendidas nos capões de mato, pessoas dormindo, pessoas na água, famílias chegando com os aparatos para o piquenique. O ritmo já era de férias. A maior parte dos bares já estava aberto, mas ainda havia oportunidades de se montar um negócio no verão. Placas de “Aluga-se este bar” ou

“Aluga-se este ponto para trailer” ainda ofereciam pequenos estabelecimentos ou os quintais das casas para quem quisesse “ganhar um trocado” no verão.



Era evidente a vocação do bairro no período do verão. A fala de alguns moradores de que o bairro fica “abandonado” no inverno fez mais sentido quando contrastamos a solidão das ruas neste período com o fervilhar do verão, não apenas pelos turistas, mas pela forte presença dos serviços públicos no Lami. Caminhões da SMOV, DEP, um ônibus da Cootravipa – DMLU com uma equipe grande de cortadores de grama “limpando” a orla, carros da brigada militar, empresas de transporte e telefonia circulavam pelo calçadão.

A sonoridade da praia também era outra: além da música alta dos carros, bares ou aparelhos de sons portáteis, havia agora o som dos cortadores de grama, do fluxo de carros, dos “concertos” nas casas e nas ruas, postes, etc. Neste dia, conversando com Dona Teresa sobre esta movimentação pela limpeza do bairro, ela comentou que na segunda feira a praia estaria “um verdadeiro lixo”, porque o pessoal que vai ao Lami “é muito relaxado”. Depois do domingo, o ciclo é retomado, garantindo a limpeza da praia no final de semana, quando o fluxo turístico é mais intenso. Assim segue até o final da temporada de verão, em março.

Na praia, enquanto descansava na sombra, conversei com uma senhora que havia montado ali um “ponto” de cachorro-quente e xis com a filha, enquanto o marido cuidava do “ponto” que eles tinham no final da Rua Protásio Alves, uma loja de artigos a 1,99. Ela havia conseguido um aluguel barato no Lami pelo mês de janeiro: 80 reais o ponto + 80 reais pela “peça” com quarto e banheiro onde ela e a filha dormiam. Esta mesma senhora me conta que agora o Lami estava muito bom, bem iluminado, que há uns três anos atrás era “tudo escuro”, só possuindo a iluminação dos bares. Enquanto conversava com ela, fazia algumas fotografias dos banhistas na praia. Ela então me perguntou se eu era “repórter” e se onde eu trabalhava não tinha nada pra filha dela. A menina havia se inscrito em uma seleção para jovens para cursos profissionalizantes onde optou pelo telemarketing. Já tinha feito curso de manicure e fazia muito bem o serviço, mas lá onde moram não dava pra cobrar muito, “o pessoal não tem dinheiro, né”.

O verão no Lami é uma oportunidade não apenas para os moradores, que alugam casas e peças para o veraneio ou para o comércio. De modo geral, são pessoas vindas de outros bairros da cidade e também do município de Viamão que podem pagar por estes espaços para ali montarem um pequeno e temporário comércio. Este comércio “popular”, que inclui desde as práticas de construção e aluguel das casas e “peças” até a comercialização de produtos que não seguem as normas prescritas por uma certa “ordem” que requer quesitos de higiene, pagamento de impostos, etc., é uma entre tantas “táticas populares” que desferem “golpes” (CERTEAU, 1994) na ordem estabelecida, neste caso aproveitando-se do caráter turístico do Lami, que é legitimado por esferas institucionais como a prefeitura.

Esse cenário que encontramos no verão, quando os esforços de diversos departamentos da prefeitura são concentrados na realização de serviços e reparos no bairro,

distingue drasticamente do inverno, quando o Lami parece “esquecido”. Mostrando seu descontentamento com o atual prefeito e a administradora da reserva, que “não deixa nem cortar grama”, Dona Maria relata:

M: O Lami tá abandonado, minha filha. (...) Depois do almoço eu vou sair passear contigo pode ser que tu vai me dar razão. Era um monte de lixo aqui, daqui uns metro outro monte de lixo, daqui outros metro...tu não encontra mais um gari aqui no Lami! Os gari sumiram, aonde foram? Não tem mais gari aqui, é muito difícil. Tu vê, um gari varrendo? não tem, faz muito tempo que eu não vejo um gari varrendo as rua.

Mudam os prefeitos e administradores da reserva, mas persiste a sazonalidade que distingue verão e inverno no Lami. Há um ciclo anual em que o Lami figura para o poder público, que vai do “abandono” na maior parte do ano, quando falta policiamento e os departamentos da prefeitura não se fazem tão presentes, até o verão, estação do ano em que o Lami se torna o bairro mais procurado da cidade.

O sentimento de “abandono” comentado por diversos moradores não se refere apenas ao inverno ou à circunstancialidade dos partidos políticos que ocupam os cargos da prefeitura. Inserem-se em um quadro de lembranças que contextualizam da chegada dos novos tempos, e possibilitam estabelecer relações entre o tempo passado e o tempo presente, quando “as coisas já não são mais como eram antes”.

Embora o número de visitantes na praia do Lami durante principalmente os finais de semana do verão seja ainda expressivo, a idéia de um progressivo declínio no fluxo turístico na praia do Lami nos últimos anos perpassa a fala de vários moradores com os quais tive oportunidade de conversar. Em um telefonema que recebi de Dona Maria, enquanto finalizava essa dissertação, ela me contava que no último verão “a praia tava morta”, e “tava todo mundo se queixando de uma boca só” do pouco movimento. Boa parte de quem havia alugado trailers ou peças para montarem comércio acabou ficando “no prejuízo”.

Relatando o “fracasso” das últimas temporadas de verão na praia, Seu Alcy Bernardes relaciona o pouco lucro de quem investe em um “negócio” na praia às características desses turistas “farofeiros”:

Alcy: Eles fizeram uma avenida ali, né. Ela é muito boa, muito bonita, tem umas churrasqueiras, bonitas, tem tudo, né. Mas não me consta grande movimento, este verão agora pra mim acho que foi um fracasso. Porque tem uma coisa, a praia ela serve com as churrasqueiras, com a avenida, tudo isso, mas quem vem à praia é pessoal de baixa renda,

vem geralmente de ônibus, são geralmente farofeiros, lá um ou outro que tem mais possibilidade traz um pedaço de carne e faz seu churrasquinho dele lá, mas a maioria são farofeiros, eles já trazem, não gastam aqui, não é, não gastam aqui. Resultado: eles põem muitos barzinhos na beira da praia, resultado: ninguém ganha. Porque são muitos, a estrutura é precária e esta gente que vem não gasta muito nesses bares. Talvez os bares que tenham mais movimento são aqueles que permite, se dão pra venderem batidas de cachaça e coisas assim, bebidas alcoólicas. E os outros, nem mesmo os que vendam só cerveja, cerveja já não está tão barata. Quer dizer, o camarada pode se... compra no super e traz. E aquele que não traz, então, é mais simples pra ele comprar dois copos de batida, que já fica meio alto, do que ter que tomar meia dúzia de cerveja, meia dúzia de cerveja é muito caro pra ele. Isso é um problema.

O ambiente de familiaridade que pautava as relações entre veranistas e moradores na praia do Lami em um tempo antigo, quando “se ganhava dinheiro de balaio”, é substituído pela vinda de desconhecidos, que além de não firmarem sólidos laços de amizade como nos tempos de outrora, não oferecem muita possibilidade de lucro à comunidade do Lami. O aumento da população do bairro e a vinda de pessoas de outras partes da cidade para ali montarem um “negócio” no verão também contribui para a diminuição do lucro dos moradores.

O fim dos “tempos áureos” de veraneio do Lami vincula-se a uma memória afetiva e compartilhada dos moradores, que localizam no passado um conjunto de acontecimentos que reforçam um tempo idealizado e não mais possível. Paralelo à vinda dos farofeiros, veranistas e comerciantes desconhecidos, os moradores antigos que outrora participaram intensamente do verão, hoje participam de um outro sentimento comum: o de envelhecer. Mais recolhidos em suas casas, eles também experimentam a diminuição do ritmo de trabalho e um certo declínio na intensidade das trocas sociais diante da proximidade da morte. Envolvidos em um círculo mais estreito de relações sociais, os “antigos” participam com menos intensidade dos veraneios que, no entanto, seguem mobilizando um grande número de moradores e veranistas na medida em que ainda constitui um período privilegiado de trocas sociais no bairro, e deste com outros territórios da cidade.

5.4 Uma “Porto Alegre rural”: novas práticas de turismo



O declínio relatado por alguns moradores em relação à vinda de turistas ao Lami no verão contrasta com a crescente procura por novas formas de lazer e turismo pelos habitantes de Porto Alegre. Entre as camadas médias e altas, cresce o interesse por uma nova modalidade turística, o “turismo rural”, que tem no Lami um importante ponto de referência e visitação. O projeto “Caminhos Rurais”¹¹⁸ foi criado por um grupo de moradores e produtores rurais da região sul de Porto Alegre, com a parceria de agências de turismo e instituições municipais e estaduais, como o Escritório Municipal de Turismo¹¹⁹ e a Emater-RS. O projeto oferece roteiros turísticos em propriedades situadas desde a Vila Nova, tradicional bairro de produção frutífera na cidade, Restinga, até o Cantagalo, localidade que faz a divisa entre Porto Alegre e Viamão. Agricultura, artesanatos, floricultura, educação ambiental, produtos coloniais e a criação de cavalos e outros animais estão entre os atrativos que levam o visitante a desbravar uma “Porto Alegre rural”.

¹¹⁸ “Os Caminhos Rurais ampliam as opções de lazer na Zona Sul, em bairros onde a história está nos costumes, na arquitetura, nas ruas, nas figueiras seculares das praças, nas festas populares que comemoram as colheitas, nos produtos coloniais, no artesanato, nas cantinas e restaurantes. Esta região das estâncias do século XIX é hoje ocupada por pequenas propriedades de expressiva agricultura familiar e agroecológica. Os Caminhos Rurais são uma ótima experiência de resgate das origens e de uma vivência de turismo sustentável. Tudo a poucos minutos do coração da cidade” (www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo). Para mais informações, ver também www.caminhosrurais.tur.br

¹¹⁹ Além da divulgação dos roteiros e da promoção do projeto, o Escritório Municipal de Turismo elaborou um mapa da região sul de Porto Alegre. Os mapas turísticos da cidade até então se restringiam à área central com os indicativos de museus, parques, igrejas, etc, literalmente “tirando do mapa” a zona sul para além dos limites do bairro Ipanema. É interessante notar que, nesses mapas, a praia do Lami não aparecia como área de interesse turístico, embora já fosse há bastante tempo balneável. Nesse turismo institucionalizado que se destina a um tipo específico de turista, o turismo popular e de baixa renda que ocorre na praia do Lami é bem pouco divulgado.

Para definir essa busca pelos valores do campo, Michel Maffesoli (1996) se refere a uma espécie de retorno ao arcaico na pós-modernidade, onde há uma valorização de tudo o que remeta ao rústico. Silvana e o marido constituem um exemplo desse retorno: a decisão em trocar um apartamento em uma área central de Porto Alegre pela residência



no Lami expressa uma valorização do natural, que é reforçado pela qualidade do turismo que promovem, com “alojamentos rústicos”, “produção agroecológica” e “produtos coloniais”. Juca, Vera e Dodô também participam do projeto, recebendo freqüentemente grupos interessados em conhecer a produção agroecológica. O contato com os turistas acontece geralmente na feira ecológica, onde os consumidores se interessam em conhecer as propriedades, as técnicas de produção agroecológica e esse estilo de vida rural na cidade de Porto Alegre.

Tive a oportunidade de participar, ainda no final de 2005, de uma reunião onde estavam presentes os produtores rurais e moradores da região sul interessados em investir no turismo como fonte alternativa de renda, a Emater-RS, o Escritório Municipal de Turismo, e a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio - SMIC. Entre as esferas institucionais que promoviam o projeto, falava-se muito em uma valorização dos “talentos culturais e étnicos”, onde “o que antes era vergonha, agora é valorizado”, como o modo de vida simples e rústico, o fogão a lenha, etc. Da parte dos produtores, falava-se também de uma certa estética que “combinasse com a natureza”, onde as placas de sinalização turística deveriam ser feitas de madeira, “como as da serra”¹²⁰.

Entretanto, não seria correto afirmar que apenas este grupo, composto por camadas médias e imbuído de uma “sensibilidade burguesa”, se dirige em busca de um contato com a natureza e da contemplação de uma paisagem que não se faz mais possível por entre os prédios dos centros urbanos. O “turismo popular” que caracteriza a praia do Lami também

¹²⁰ Alusão à estética turística que predomina dos municípios da Serra Gaúcha, onde as colonizações italianas, alemãs e polonesas configuram um modelo “europeu” de turismo que atrai visitantes de diversas partes do país.

está investido deste contato com a natureza, onde o gosto pelo natural e pela paisagem expressa uma espécie de simpatia, um sentimento de participar de um cosmo comum, onde o ambiente social está indissociavelmente ligado ao ambiente natural¹²¹ (MAFFESOLI 1996:246). No entanto, trata-se de turistas com perfis bastante distintos. O “turismo rural” atrai basicamente grupos de crianças e terceira idade, e consumidores de produtos orgânicos pertencentes a camadas mais ou menos ideologizadas, configurando um turismo “lucrativo” para os produtores. Falamos de um “sujeito ecológico”¹²² devidamente “conscientizado” e “educado” para relacionar-se com o meio ambiente. Já o “turismo popular” da praia é formado basicamente por camadas populares que aproveitam o caráter público do balneário para gastar pouco e participar de intensas trocas sociais. Um sujeito do “hedonismo”, como descreve Michel Maffesoli, que usufrui de “uma vivência mais amoral, mais sensível, mais imaginativa”, na qual aquilo que importa não é tanto o aspecto dominante de uma ideologia, mas sua dimensão relacional (MAFFESOLI, 1996:57).

No início do trabalho de campo, ainda bastante vinculada a informantes como Vera, Dodô e Silvana, todos envolvidos no projeto turístico, saí com uma das integrantes do projeto, proprietária de um sítio onde cultivava plantas medicinais, para um passeio na zona sul, onde iríamos em busca de informações sobre o histórico da região. Saímos do Lami em direção à Estrada das Quirinas, uma região mais antiga que o Lami, nas proximidades da Lomba do Pinheiro. Nessa busca, fui percebendo que o interesse estava pautado por marcos históricos definidos a partir de informações imprecisas, que indicavam a existência de elementos como “a primeira casa de Porto Alegre”, “a primeira cisterna”, o “cemitério indígena” ou “o lugar onde viveram as Quirinas”. A idéia era de que esses marcos pudessem se transformar em pontos de visitação turística

¹²¹ “Do discurso ambientalista com seus sotaques tecnocráticos, ao jardineiro de domingo cultivando e falando com amor de seu canteiro de legumes, passando pelo descritivo poético dessa paisagem ‘a ver’, proposto pelo ‘guia turístico’, o campo da relação com a natureza é muito amplo” (MAFFESOLI, 1996:242).

¹²² Ao comentar as múltiplas faces do sujeito ecológico, Isabel Moura de Carvalho (2001) define-o como “um sujeito que pode ser visto em sua versão grandiosa como um sujeito heróico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político-existencial; em sua versão *new age* é visto como alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista; e também em sua versão *ortodoxa*, na qual é suposto aderir a um conjunto de *crenças básicas*, uma espécie de cartilha – ou ortodoxia – epistemológica e política da crise ambiental e dos caminhos para enfrentá-la” (CARVALHO, 2001:74).



A importância dessa “história” para o desenvolvimento turístico no Lami foi relatada por Juca, ainda no início do trabalho de campo:

J: Eu acho que o Lami é uma coisa de passagem, que a turma começa e... não tem história. Primeiro começa o nome do Lami que ninguém sabe. (...). Então eu acho difícil que a gente tá metido no negócio de turismo também, e o turismo precisa daquela história, e quando a turma do turismo vem me perguntar alguma coisa eu digo, olha, tá faltando tradição, e o Lami não tem nada pra contar isso aí.

Os marcos históricos do Lami, como o trapiche na beira da praia, casas e armazéns antigos e a maior parte das tafonas, foram destruídos, o que dificulta a referência a um passado glorioso digno de visita. A falta de uma “tradição”, como diz Juca, é um entrave na promoção de um certo tipo de turismo, orientado por uma perspectiva centrada na importância histórica do passado e da tradição.

Nesse contexto, a presença de uma pesquisadora interessada na “história do lugar” se colocava como uma vantagem para o grupo, tendo em vista que a pesquisa poderia levantar importantes dados históricos e fontes de atração do turismo. Entretanto, não estava interessada nesses marcos históricos, mas justamente naquilo que o turismo muitas vezes se empenha em esconder: as práticas populares e o “fazer com” aquilo que é definido pelas esferas institucionais, como certas práticas de habitação que invadem essa “Porto Alegre rural”, transformando em “perigoso” um terreno que deveria ser “atrativo”.

Trata-se de uma complexa e delicada relação onde o “novo” passa a ganhar o espaço que pertencia ao “velho”, e onde o projeto “Caminhos Rurais” se insere também como uma tentativa de manutenção deste território da cidade enquanto uma área rural, um território a ser resguardado do processo de urbanização. O turismo, nesse caso, funciona como um forte apelo de preservação desta área enquanto um território livre da especulação imobiliária na cidade.

Enquanto a segunda capital com maior área rural do Brasil, Porto Alegre dividia-se, em “área urbana” e “área rural”, esta última abrangendo uma extensa região da zona sul da cidade. Em 2002, a partir de um decreto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA todas as áreas da cidade foram classificadas como urbanas. a cidade passou a não ter mais “áreas rurais”, mas propriedades qualificadas como tal, mediante o enquadramento em uma série de critérios, tais como tamanho do terreno, produtividade

agrícola ou pecuária e comprovação das atividades ditas “rurais” enquanto fonte de renda familiar¹²³. Recentemente, um grupo de moradores da região sul da capital tornou a reivindicar a “ruralidade” da área, numa tentativa de conter o intenso processo de urbanização na região¹²⁴.

Há muitos fatores em jogo. Reinsere a área do extremo sul portoalegrense na categoria de “zona rural” implicaria em uma redefinição das proporções mínimas do terreno, produtividade da área, isenção de impostos, etc. Em um nível mais amplo, a inserção por parte da prefeitura dessa área enquanto zona urbana admite que não existem territórios rurais definidos por sua localização geográfica na cidade, e sim propriedades rurais e zonas passíveis de serem urbanizadas. Por outro lado, paralelo ao avanço dos loteamentos populares está o crescente estabelecimento de condomínios luxuosos na região, habitados por um grupo de moradores oriundos de áreas urbanas. Esses condomínios possuem forte apelo político junto às esferas públicas tendo seus projetos, na maior parte das vezes, aprovados sem maiores dificuldades.

O processo de expansão das grandes cidades e a tentativa de preservação de espaços “naturais” ou “rurais”, expressa um conflito próprio da contemporaneidade, onde interesses diversos estão em jogo. As políticas públicas, ao determinarem a urbanidade dos espaços citadinos, garantem não apenas uma maior arrecadação de impostos, mas também a possibilidade de controle dos espaços urbanos, com a decorrente obrigação em implantar a infra-estrutura municipal de serviços como saneamento, água, luz, entre outros.

Nesta lógica, os espaços “rurais” da cidade têm sua estabilidade enfraquecida, e necessitam serem articulados em uma nova lógica de uso do espaço citadino. A medida do novo plano diretor reflete um ajuste entre os critérios que classificam uma propriedade como rural ou urbana e a realidade sócio-espacial destes espaços na cidade, que já abrigam loteamentos e aglomerações tipicamente urbanas.

¹²³ Em dezembro de 2006, foi sancionada uma nova lei municipal que define a retomada da tributação das áreas com comprovada atividade no setor primário pelo Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), em substituição ao IPTU rural, segundo critérios definidos pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Entre os critérios, está o tamanho mínimo de dois hectares por propriedade.

¹²⁴ Conforme notícia publicada no Jornal Correio do Povo, em 23 de novembro de 2006: “Área rural faz protesto na prefeitura”. O protesto se referia, à época, ao anteprojeto de lei que institui a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, que visa modificações urbanísticas na região, e segundo ambientalistas e moradores permitirá o fracionamento da área em pequenos lotes de terra.

Essa sobreposição de imagens que vinculam o Lami a espaços rurais, urbanos, de praias e periferias na cidade, expressa os contínuos processos de enraizamento e desenraizamento sofridos por suas populações ao longo do tempo. Na escuta das lembranças desses antigos moradores do Lami, vislumbramos o arranjo que configura as formas da vida social no bairro desde há muito tempo, como nos mostra Dodô:

D: Quando a gente nasceu (...) cada um tinha seu pedaço de terra, proprietário, vizinho. Era vizinho aí de cem metros, duzentos, trezentos, quatrocentos, até 1 quilometro de distância de vizinho, né. Mas depois que veio os cortador de pedra ali, mais que veio era os Catarina que vieram. Aí ficou uma população, né. Aí ficou mais gente. No momento que acabou aquilo ali, aquilo ali deu uma cessada, porque aí veio... o pessoal da cidade comprar sítio, né. Aí botaram caseiro... e acabou, o que que acabou, acabou o trabalho. Acabou-se o trabalho, porque... lá onde nós morava, o que que tinha de trabalho, era fazer farinha, era cortar palha de butiá pra fazer crina, né, cortar pedra, isso tudo existia, esse trabalho, isso tudo era trabalho. É... olaria, depois veio as olaria, cortar tiririca pra fazer galpão, isso também. Existia o trabalho, só que agora vem um... um dotor da cidade vem lá e comprou. Que que ele vai fazer, ele vai zelar o sítio dele, ou ele vai inventar de... primeira coisa que eles inventam de fazer uma função depois não dá nada certo, começam a botar dinheiro e gastar dinheiro... aí eles abandonam... aí eles botam lá um caseiro e... aí ficou o que, ficou lá um... isso aí é a realidade da vida, coisa que a gente já viveu.

A partir de seu relato, vemos como a vinda de diferentes grupos, desde os trabalhadores das pedreiras até, nos dias de hoje, o “dotor” oriundo do meio urbano, leva distintas práticas de trabalho e habitação ao novo território, propondo novas disposições sociais e espaciais. Mas se a fala de Dodô aponta para o fim dos tempos em que havia trabalho, vemos que as condições de trabalho hoje assumem novas formas, onde é preciso estabelecer novas relações e alianças que assegurem sua continuidade.

Em estudo sobre os “tempos de crise” vividos por uma comunidade carvoeira na França, Cornelia Eckert (1993) afirma que se a vida social é repleta de rupturas, ela também se transforma, continua, e é reatualizada na memória dos habitantes. Segundo a autora, diante dos “tempos de crise”, “uma outra ordenação é pensada, exprimindo o ritmo dos esforços humanos em construir um devir que não será jamais oposição ou contradição ao passado e ao presente, mas superposição temporal num movimento ondulatório, no perpétuo recomeçar social” (ECKERT, 1993:14-15).

Ao darem continuidade à suas práticas sociais e cotidianas, transformadas, reatualizadas, Seu Gaiola, Dona Maria e Dodô persistem em uma luta contra a dissolução no tempo. A manutenção das atividades de pesca, de venda e da agricultura, “até quando

der”, asseguram a continuidade de suas existências Os “tempos de crise”, como observa Eckert (1993), não são vazios de significação, mas apontam para a continuidade da vida na permanente a reinvenção de um mundo que já não se faz mais possível como outrora. A continuidade dessas práticas constrói um tempo futuro, que é desejado e “trabalhado nos interstícios das práticas e reflexões temporais” (ECKERT, 1993:76). Nessa lógica, Seu Gaiola “aproveita” a vinda do “pescador burguês” para vender suas redes; Dodô e Juca investem na produção agroecológica e no turismo como forma de manterem as atividades na agricultura; Dona Maria segue “burlando” as fiscalizações da venda de seus doces e dando novas tintas à sua moradia “irregular”.

O trabalho da memória é fundamental na reordenação do tempo vivido e na construção do devir social do grupo. O esforço da localização das lembranças nos “quadros sociais” da memória é antes de tudo, uma vontade de futuro social (BACHELARD, 1994) que orienta a reatualização das práticas cotidianas e das redes de sociabilidade desses moradores frente aos impactos do presente e às incertezas do futuro. Nas reflexões de Gaston Bachelard, “o tempo pensado é tempo vivido em estado nascente, ou seja, que o pensamento é sempre, em alguns aspectos, a tentativa ou o esboço de uma vida nova, uma tentativa de viver de outro modo, de viver mais ou até mesmo, como queria Simmel, uma vontade de ultrapassar a vida” (BACHELARD, 1994:76).

É vivendo e atribuindo sentido às ambigüidades e incoerências do tempo, suas hachuras e discontinuidades, que os habitantes do Lami fazem durar suas experiências temporais. Assim como o trabalho da memória, o cotidiano, na perspectiva de Michel Maffesoli (1998), é “uma maneira de viver no presente e coletivamente a angústia do tempo que passa” (MAFFESOLI, 1998:179), diante da ambiência “trágica” que caracteriza os novos tempos. Um trágico que leva à constituição de uma “comunidade de destino”, e requer a acomodação dos grupos humanos ao meio ambiente natural e social, confrontando-os com as diversas formas de heterogeneidade do mundo contemporâneo (MAFFESOLI, 1998:174).

CONCLUSÃO

Participar de tantas imagens e tempos superpostos, nos diversos momentos em que compartilhei as lembranças dos “antigos”, seus gestos e práticas cotidianas, ou simplesmente nos momentos em que – como muitos moradores - sentei em um dos bancos à beira do rio contemplando a paisagem ondulante das águas, dos barcos, e dos juncais, me fez “ver” e “escutar” o movimento combinado dos ambientes natural e social no Lami. “No” e “do” Lami, mas também dos territórios que ultrapassam essas fronteiras pelo fluxo contínuo de imagens que torna indissociáveis o rio, os morros, vegetações e arroios, das práticas e gestos conformadores desses ambientes que envolvem a cidade e a memória coletiva de seus habitantes como um todo. Indissociáveis também dos acontecimentos presentes engendrados pelo tempo, desses “tempos de crise”, ao mesmo tempo recusados e desejados.

Por isso, tão importante quanto memória coletiva expressa na voz desses antigos moradores que trazem a dimensão de um tempo vertical e profundo do Lami, é esse tempo horizontal, que atravessa o cotidiano mas também se produz nele, que desafia a perdurância dos grupos e convoca a atualização da memória. O conflito na reserva e a procura por novos espaços; a progressiva urbanização e os investimentos em um turismo “rural”; a vinda de novos e estranhos moradores e o reforço dos laços de solidariedade e vizinhança; o aumento da violência e criminalidade e ao mesmo tempo, a convicção de que o Lami é o melhor lugar para se habitar na cidade, mostram não apenas ambigüidades, mas “táticas” e formas de garantir a manutenção da vida societal no Lami.

Mergulhar nessa “ambiência” peculiar que reúne pessoas e lugares em uma “socialidade” acolhedora de sentimentos, emoções e imaginários, foi uma das lições dessa pesquisa. Um mergulho pontuado pela diferença, própria do fazer antropológico, mas também enredado nesse “estar-junto” que envolve etnógrafo e informante não apenas no contexto da pesquisa, mas na condição de habitantes, cidadãos, moradores que, nas palavras de Michel Maffesoli (1998) compartilham de uma ética (o laço coletivo) e uma estética (o sentir em comum) comuns.

As metáforas musicais usadas por Gaston Bachelard para ilustrar o tempo nos ensinam que a continuidade do tecido sonoro é condicionada por uma “rede ampla de

solidariedades”, capaz de fabricar em conjunto a continuidade necessária para o reconhecimento de uma melodia. “Nenhuma experiência temporal é verdadeiramente pura”, afirma Bachelard (1994:105), mas repletas de hachuras e descontinuidades, onde o esforço pela duração no tempo está justamente na restituição de sua forma e no caráter rítmico que aí se instaura. O “estar-junto” estabelece um apoio recíproco na constituição da ritmicidade, na perdurância das formas da vida social e da própria existência humana.

Nessa pesquisa, buscamos retrair, a partir da configuração do dado sonoro, a “ambiência” que envolve e é continuada pelos moradores do Lami. Falamos de ritmos expressos em sonoridades, as quais não substancializam qualquer qualidade tradutora do lugar, mas revelam a superposição rítmica que engendra a vida desses habitantes da cidade. Superposições que vinculam cotidiano e memória, as lembranças e os esquecimentos, os “tempos desejados e os ineficazes”.

Nesse sentido, fazemos coro as idéias de Maffesoli, compreendendo que essa ambiência congrega as complexas e ambíguas formas da vida social e natural no Lami. As situações de conflito e jocosidade, os relatos de memória carregados de saudosismo e decepção diante do contexto presente, as músicas cantadas, formam junto aos sons das ruas, dos carros e bicicletas, do balançar das águas no rio, dos grilos, cachorros e cavalos, um conjunto de “dados sensíveis” pelos quais é possível interpretar o fenômeno da vida social no Lami.

São sons da natureza e da vida social sim, mas escutados pelo antropólogo, fixados em um suporte e reconfigurados segundo a complexa tessitura que engendra o “estar-junto” com os informantes, a escuta dos fenômenos da vida social do bairro e o quadro teórico referencial que orienta essas observações e escutas. Trata-se sem dúvida, de acrescentar à dimensão cultural do fenômeno sonoro (CHION, 1998), o conjunto das múltiplas e complexas relações que envolvem o fazer etnográfico, na tentativa de trazer, à uma “escuta sensível”, as superposições rítmicas desveladas nesse processo.

Depois de 14 meses de pesquisa de campo, os “dados sensíveis” recolhidos em campo não foram poucos: às imagens e sentimentos que constituíram uma nova experiência urbana e sem dúvida afetiva no Lami, somam-se um conjunto de fitas, negativos, arquivos fotográficos digitais e textos – diários de campo, contos e “descrições densas” - que

configuram um conjunto de imagens próprias de uma experiência etnográfica e de uma “ambiência” particular na qual se desenrolou a pesquisa.

A preocupação com a organização e disponibilidade desses dados para além das opções narrativas configuradas nessa dissertação, resultado do trabalho coletivo de “mergulho” nas imagens junto ao grupo de pesquisadores do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, orientou a disposição dos dados em coleções etnográficas. Essas coleções, acervadas em suportes como cd, dvd e acompanhadas de uma ficha de acervo que “enraíza” essas imagens em um contexto específico, possibilita que as imagens possam ser vistas, escutadas e reagrupadas diante de novas inquietações de pesquisa, por novos pesquisadores, de modo que o dado social não esteja circunscrito apenas ao recorte temático e conceitual da presente dissertação. As inúmeras imagens que ficaram de fora não ficam no esquecimento. Sempre podem ser reencontradas e a elas atribuídas novos sentidos. O antropólogo, enquanto alguém que narra e produz imagens sobre a cidade, também expressa um esforço pela perdurância dos grupos pesquisados.

Nessa perspectiva, não pretendo aqui encerrar o infindável viés interpretativo atribuído ao cotidiano e à memória coletiva desses habitantes do Lami. Pelo contrário, essa dissertação se constitui em um esforço por apresentar uma, dentre as tantas histórias possíveis pelas quais se pode falar do Lami.

Por outro lado, o lugar do antropólogo enquanto um profissional “técnico”, representante de um conhecimento científico, está imbuído do desafio do diálogo com outras esferas do saber técnico, onde múltiplos interesses são postos em jogo, seja nas práticas voltadas à defesa da natureza ou nas tentativas de uma duração “sustentável” das cidades. Ao centrar o foco nas “razões simbólicas” dos grupos que habitam regiões ambientalmente importantes para a cidade como um todo, a perspectiva antropológica traz à tona a “micro-esfera” vivida por esses grupos, em suas lógicas de agenciamento do cotidiano.

Trata-se, sobretudo de uma discussão ética, como apontou Roberto Cardoso de Oliveira (1996), que articula a busca de conhecimento e o resultado de sua utilização, onde o saber e a ética são componentes indissociáveis. O olhar e a escuta antropológicos possibilitam o reconhecimento das inúmeras práticas de um “saber-fazer” cotidiano, que é também narrado e reencontrado na memória coletiva do grupo. A interpretação

antropológica dessas práticas “narradas” oferece um espaço de discussão no confronto entre as singularidades dos processos da vida social e a universalidade do conceito de meio ambiente.

Aderindo às imagens evocadas pelos moradores do Lami e produzindo tantas outras no contexto intersubjetivo que caracteriza o encontro etnográfico, vejo que minha incursão etnográfica e acadêmica não trouxe apenas um saber técnico próprio da ciência, mas um aprendizado afetivo e também intelectual junto a esses moradores, em suas “artes de fazer” e de “narrar”. Acompanhando as preocupações desse grupo com as incertezas de seu devir temporal, apresento esse trabalho como uma tentativa de “fazer durar” uma memória cotidianamente reinventada e reencontrada pelos moradores do Lami.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. “Sentidos da sustentabilidade urbana”. In: ACSELRAD, Henri (org). *A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 2001.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BAUMAN, Richard. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge University Press, 1986.

BENJAMIN, Walter. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 4ª edição.

BOISSEVEIN, Jeremy. *Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo: Global, 1987, pp195-217.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. “O espírito da família”. In: *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. pp124-136.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Vol 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano. Vol 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHION, Michel. *Le son*. Paris: Nathan, 1998.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CLIFFORD, James y MARCUS, George (orgs). *Retóricas de la antropología*. Madrid: Ediciones Jucar, 1991.

CLIFFORD, James. "Travelling Cultures". In: *Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

CORBIN, Alain. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORBIN, Alain. *Les cloches de la terre. Paysage sonore et culture sensible dans les campagnes au XIX siècle*. Champs Flammarion, 1994.

CORBIN, Alain. *L'homme dans le paysage*. Paris: Textuel, 2001.

COELHO, Maria Célia Nunes. "Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, Conceitos e Métodos de Pesquisa". In: GUERRA, Antonio J. T. e CUNHA, Sandra B. (orgs). *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEVOS, Rafael. *Uma "ilha assombrada" na cidade: estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre*. Dissertação mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1982.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

ECKERT, Cornelia. "Memória e Identidade. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)." In: *Cadernos de Antropologia, número 11*. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

ECKERT, Cornelia. "Relato de uma pesquisa etnográfica na França." In: *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Volume 15*. Porto Alegre: UFRGS, 1991/1992 p 9 a 30.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2005.

_____. "Etnografia de Rua: Estudo de Antropologia Urbana." In: *RUA, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp, número 9*. Campinas, 2003.

_____. “Escrituras hipermidiáticas e as metamorfoses da escrita etnográfica na era das textualidades eletrônicas”. In: *Illuminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, número 63. Porto Alegre: BIEV/PPGAS/UFRGS, 2004. Disponível em www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/index2.htm Acesso em agosto 2005.

_____. “Imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo”. In: *Illuminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, número 8. Porto Alegre: BIEV/PPGAS/UFRGS, 2000. Disponível em www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/index2.htm Acesso em agosto 2005.

_____. “A memória como espaço fantástico”. In: *Illuminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, número 2. Porto Alegre: BIEV/PPGAS/UFRGS, 2000b. Disponível em www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/index2.htm Acesso em setembro 2005.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.

FINNEGAN, Ruth. *Observing and analysing performance*. In: *Oral traditions and the verbal art*. Routledge, 1992.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.

GODOY, Ana. “O modelo da natureza e a natureza do modelo”. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v.14,n.4, 2000. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 26 de fevereiro de 2007.

GUTTON, Jean-Pierre. *Bruits et sons dans notre histoire*. Paris: PUF, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HANNERZ, Ulf. “À quoi servent les réseaux?”. In: *Explorer la ville. Paris*. Editions Minuit, 1983, pp.209 a 253.

KANT DE LIMA, Roberto; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu. Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

LANGDON, Ester Jean. “A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral”. In: *Horizontes Antropológicos 12. Cultura oral e narrativas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

LEROI-GOURHAN, André. *O Gesto e a Palavra 2. A Memória e os Ritmos*. Lisboa, Perspectiva do Homem/Edições 70, v. 16, 1975, pp.121 a 176.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LITTLE, Paul Elliot. “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico”. In: *Horizontes Antropológicos 25. Antropologia e Meio Ambiente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LOMNITZ, Larissa. “Mecanismos de articulación entre el sector informal y el sector formal urbano”. In: *Revista Mexicana de Sociología*, vol 40, n.1, 1978.

LOPES, José Sérgio Leite. *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

MACDOUGALL, David. “Mas afinal, existe realmente uma antropologia visual?”. In: Folder II Mostra Internacional do Filme Etnográfico, 1994.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAFFESOLI, Michel. “Comunidade de destino”. In: *Horizontes Antropológicos 25. Antropologia e Meio Ambiente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEAD, Margaret. “Visual Anthropology in a Discipline of Words” In: HOCKINGS, Paul (ed). *Principles of Visual Anthropology*. Mouton Publishers, 1975.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. 6ª edição. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de e OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. *Ensaaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVEN, Ruben George. *A antropologia de grupos urbanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PARK, Robert Erza. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: In: VELHO, O. (org) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PETTONET, Colette. “L’espace”. In: *On est tous dans le brouillard, ethnologie des banlieues*. Paris, Galilée, 1982, pp.45 a 67.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

PORTO ALEGRE . Prefeitura Municipal. *ECOS - Revista Quadrimestral de Saneamento Ambiental*. Número 11, ano 4, Porto Alegre, 1997.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Cultura. *Belém Novo. Memória dos Bairros*. Porto Alegre, 2000.

PORTO ALEGRE. Secretaria do Planejamento Municipal. *Pautas para um ordenamento e gerenciamento territorial da região do Lami*. Porto Alegre, 1995.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. *Diagnóstico do meio rural do município de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1994.

RECHENBERG, Fernanda. *Os dilemas do uso da fotografia na restituição da palavra do Outro: um estudo sobre imagem e memória na Barra do Ouro – RS*. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS. Monografia de conclusão do curso de Jornalismo. Porto Alegre, 2004.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações. Ensaaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978, pp.27-83.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo I*. Campinas: Papyrus, 1994.

ROCHA, Ana Luiza C. da. “A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil”. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. R. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, UFRGS/UNISC, 1995.

ROCHA, Ana Luiza C. da. “Antropologia Visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais.” In: ECKERT, C. e MONTE-MÓR, P. (org). *Imagem em foco: novas perspectivas em Antropologia Visual*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

ROCHA, Ana Luiza C. da. *Nas trilhas de uma bioetnodiversidade: a questão do olhar do outro e seus desdobramentos na construção dialógica das ciências ambientais*. Disponível em www.thropos.org.br/html/artigos Acesso em 20 fevereiro 2007.

SABOURIN, Eric. *Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas*. XI CISO Aracaju. 5 a 8 de agosto de 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

SANT’ANA, Maria Helena. *Vila Cai-Cai: a lógica da habitação reciclável. A organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1996.

SCHAFFER, Murray. *A afinação do mundo*. São Paulo: UNESP, 2001.

SIMMEL, Georg. *A filosofia da paisagem*. In: Política e Trabalho número 12. João Pessoa: UFPB, 1996.

SIMMEL, Georg. “A metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, O. (org) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org). São Paulo: Ática, 1983.

SIMMEL, Georg. “O estrangeiro”. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org). São Paulo: Ática, 1983.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANSOT, Pierre. *Poétique de la ville*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1988.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu. *As paisagens fantásticas e o barroquismo das Imagens. Estudo da memória coletiva de Contadores de Causos da Região missioneira do Rio*

Grande do Sul. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. “Luz Baixa Sob Neblina: Relativismo, Interpretação, Antropologia”. In: SOARES, L. E. *O rigor da indisciplina. Ensaios de Antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

SILVEIRA DE OLIVEIRA, Clovis. *Porto Alegre. A cidade e sua formação*. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1981.

VELHO, Gilberto. “Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica.” In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VIANA, Magda Pinto. *Condomínio Chapéu do Sol*. In: *Iluminuras, Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, número 56. Porto Alegre: BIEV/PPGAS/UFRGS, 2004. Disponível em www.estacaoportoalegre.ufrgs.br/index2.htm Acesso em outubro 2006.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WISNIK, J. M. “Antropologia do ruído”. In: *O som e o sentido, uma outra história das músicas*. São Paulo, Cia da Letras, 2001 ..

WOLF, Eric. “Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs). *Antropologia e Poder*. Editora Unb: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à Poesia Oral*. São Paulo: Hucitec, 1997.

